



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós- Graduação em Sociologia

**DISCURSOS E IMAGENS DA CIDADE: o processo de
requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000).**

Maria Jackeline Feitosa Carvalho

**João Pessoa
2011**

Maria Jackeline Feitosa Carvalho

**DISCURSOS E IMAGENS DA CIDADE: o processo de
requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, sob a Orientação da Prof^a Dra. Jovanka B. C. Scocuglia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

**João Pessoa
2011**

C331d *Carvalho, Maria Jackeline Feitosa.*

*Discursos e imagens da cidade: o processo de
requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-
2000) / Maria Jackeline Feitosa Carvalho. - João Pessoa,
2011.*

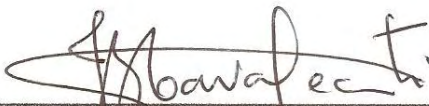
361f. : il.

Orientadora: Jovanka B. C. Scocuglia.

Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA

Maria Jackeline Feitosa Carvalho

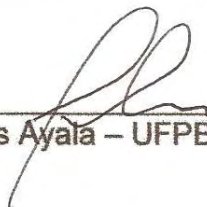
**DISCURSOS E IMAGENS DA CIDADE: o processo de
requalificação urbana de Campina Grande-PB (1970-2000).**



Dra. Jovanka B. C. Scocuglia – UFPB
(Orientadora)



Dra. Lisabete Coradini – UFRN (Membro Titular)



Dr. Marcos Ayala – UFPB (Membro Titular)



Dra. Tereza Correia Queiróz – UFPB (Membro Titular)



Dr. Vancardir Brito Sousa – UEPB (Membro Titular)

João Pessoa, junho de 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que aos dez dias do mês de junho do ano de Dois Mil e Onze (10/06/2011), às 09h00 horas, na Sala 500 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, foi realizada a Defesa Pública da tese da aluna Maria Jackeline Feitosa Carvalho, intitulada: **“DISCURSOS E IMAGENS DA CIDADE: O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DE CAMPINA GRANDE – PB (1970-2000)”**, tendo sido a banca formada pelos professores doutores: Jovanka Baracuh C. Scocuglia (orientadora/PPGS/UFPB), Lisabete Coradini (membro/UFRN), Vancarder Brito Sousa (Membro/UEPB), Marcos Ayala (Membro/UFPB) e Tereza Correia da Nóbrega Queiroz (membro/UFPB), tendo obtido o conceito **APROVADA COM DISTINÇÃO**, a qual faz jus ao Grau de Doutora em Sociologia.

João Pessoa, 10 de junho de 2011.

Teresa Cristina F. Matos
Teresa Cristina Furtado Matos
Mat. Siape 1657550
Coordenadora do PPGS

RESUMO

A presente tese busca entender o processo de requalificação urbana ocorrido em Campina Grande durante as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, tendo por enfoque as imagens e discursos interpretados a partir da leitura presente em documentos oficiais e nos jornais *Dário da Borborema* (DB) e *Jornal da Paraíba* (JP); *imagens-sínteses* que articulam os discursos hegemônicos e que inauguram, neste contexto, a Campina contemporânea, urbana, competitiva, moderna e *tech city*. Analisaremos inicialmente o *desenho institucional da cidade*, através das intervenções públicas que visaram modernizar, conferir novas qualidades e privilegiar Campina; e, por último, os *contrausos na cidade*. Ao transformar a estrutura urbana e, conseqüentemente, a condição social na cidade, a requalificação impõe um nítido processo de higienização e desigualdades por cenários bastante controversos, aqui identificados como tentativas de regeneração dos tecidos físicos e sociais da cidade. Ao ressaltar certos espaços, pelo discurso que nomeia as características e qualidades singularidades de Campina, a requalificação ativa uma disciplinarização do espaço atingindo diretamente ambulantes e pobres urbanos, pela tentativa de suas eliminações da área central da cidade. Por essa discussão, pensaremos as itinerâncias de ambulantes e pobres urbanos como modos pelos quais a ordem constituída pela requalificação é alterada, por práticas e maneiras destes usuários ao reapropriarem o espaço público de Campina — a rua, os Calçadões, a periferia — clara tensão entre as imagens da Campina desejada e a cidade realizada. Em resumo, as imagens e discursos da requalificação interpretam Campina naquilo pelo qual esta significa como experiência urbana, processo que demarca os elementos de diferenciação competitiva da cidade, orienta as transformações socioespaciais ocorridas, no período analisado, e ainda, define a ‘gramática’ que expressa a paisagem social da cidade hoje.

Palavras-chave: Imagem; Discurso; Requalificação Urbana; Cidade.

ABSTRACT

This thesis seeks to understand the process of urban requalification which occurred in Campina Grande in the 1970's, 1980's, 1990's and 2000's, and it looks at the images and speeches interpreted by us, from the reading of official documents and the newspapers *Diário da Borborema* (DB) and *Jornal da Paraíba* (JP), as *synthesis images* which articulate the hegemonic speeches which open, in this context, the contemporary, urban, competitive, modern Campina and *tech city*. We are analyzing the institucional design of the town, from the public interventions which aim to modernize, to award new qualities and favour Campina, and — finally — the *against uses of the town*. By transforming the urban structure, and consequently, the social status in the town, the requalification imposes a clear hygienic process and inequalities in controversial landscapes, identified — in this work — as attempts of regeneration of the physical and social characteristics of the town. By pointing certain spaces out, through the speech which appoint the characteristics and singularities of Campina, the requalification activates a space process of disciplinary actions reaching the street vendors and the urban poor because of the attempts of their elimination of the central area of the town. Through this discussion, we are thinking about the street vendors and poor itineraries as ways for which the constituted order by the requalification is altered, through practices and manners which these users reappropriate the public space of Campina — the streets, the pedestrian streets, the suburbs — with a clear tension between the desired Campina and the accomplished town. To sum up, the images and speeches interpret Campina in what it means as urban experience, process which demarcates the elements of the competitive differentiation of the town, shows the space and social transformations occurred, in the analyzed period, and defines the 'grammar' which expresses the social landscape of the town nowadays.

Key-words: Image; Speech; Urban Requalification; City.

À minha mãe Raimunda e meu pai Benito (in memoriam) que me fizeram entender o valor da bondade e da doação, sem nada em troca e somente por amor.

Ao meu amor Roberto por proporcionar o carinho e a palavra certa em todos os momentos desta caminhada.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Frente às valiosas contribuições recebidas, agradeço a uma parcela das pessoas e instituições que muito me ajudaram na construção desse caminho:

— À minha família que, mesmo à distância, sempre esteve próxima pelo amor e incentivo compreensivamente compartilhados;

— À minha Orientadora que me ajudou a encontrar, de forma muito significativa, as pistas e o caminho nos momentos de maiores dúvidas;

— À turma 2007 do PPGS pela troca vivenciada, em especial à Angelina Duarte que, de forma paciente, ouvia e comungava as descobertas deste processo;

— À SEPLAN, em especial a Ademilson (“Pinóquio”) por disponibilizar competentemente toda a documentação oficial, em diferentes momentos da pesquisa;

— Aos funcionários dos jornais Diário da Borborema e Jornal da Paraíba por se prestarem receptivos e dividirem os conhecimentos do trabalho com arquivos, em especial a Glauco;

— Aos funcionários das Bibliotecas da UEPB, em especial Rosalvo, Larissa e Reginaldo pela paciência em garimparem comigo, literalmente, a instituição em busca dos arquivos DB;

— A Edvaldo José Caiçara que me apresentou o SEDHIR, em seu rico material;

— À Banca Examinadora que se mostrou receptiva e aberta em compartilhar seus saberes e experiências;

— À Nancy, Secretária do PPGS, sempre atenciosa em nossas solicitações;

— À professora Iomar Cordeiro pela correção do trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 IMAGENS SEDUTORAS DE CAMPINA GRANDE	
1.1 Imagens históricas dos discursos sobre Campina	52
1.2 As imagens de Campina em seus significados contemporâneos	62
1.3 Imagens da cidade da crise: “É preciso repensar Campina!”	71
1.3.1 <i>Observações esparsas de outras marcas da cidade</i>	82
1.4 A imagem <i>tech city</i> : no espaço da tecnologia Campina se reinventa	95
2 DISCURSOS SOBRE O URBANO EM CAMPINA GRANDE: A CIDADE UNITÁRIA	
2.1 O desenho institucional e os discursos do planejamento urbano	118
2.2 Múltiplos olhares sobre Campina Grande: PDLI e CURA	125
2.2.1 <i>A imagem da cidade no PDLI</i>	125
2.2.2 <i>Sentidos e enfoques do Programa CURA</i>	141
2.3 Novos discursos, velhas práticas — retóricas da participação popular	160
3 IMAGENS DE CAMPINA GRANDE NO ESPAÇO PÚBLICO: OS AMBULANTES E A RUA	
3.1 Campina se remodela: o centro como espaço público e de lazer	173
3.2 Ruas da cidade e sociabilidade pública: os Calçadões	190
3.3 A cenografia dos ambulantes em seus contrausos	214
4 DISCURSOS DA REVITALIZAÇÃO: O ‘PROJETO CAMPINA GRANDE DÉCO’	
4.1 ‘Revitalizar’ o centro: “Campina de cara nova”?	236
5 IMAGENS DA POBREZA EM CAMPINA GRANDE	
5.1 A dimensão sobre os pobres	265
5.2 Usos e contrausos dos pobres em Campina Grande	300
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	321
REFERÊNCIAS CITADAS	331

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Campina Grande no Compartimento da Borborema	22
Figura 2: Monumento ‘Os Pioneiros’	54
Figura 3: A memória urbana (oficial) de Campina Grande	57
Figura 4: Imagem histórica de Campina Grande	59
Figura 5: Síntese da capital do trabalho	66
Figura 6: Campina Grande e a pujança	67
Figura 7: Campina Grande, <i>local singular</i>	68
Figura 8: Campina, grande por natureza	69
Figura 9: Imagem da <i>cidade em crise</i>	74
Figura 10: Fechamento da WALLIG.	74
Figura 11: Ambivalências da <i>cidade da crise</i>	78
Figura 12: Imagem da cidade ocultada	79
Figura 13: A recriação de Campina	81
Figura 14: <i>Parque do Povo</i> , cenário de novas marcas da cidade	85
Figura 15: A promoção imobiliária modificando o tecido social	89
Figura 16: Imagem dos grandes empreendimentos na cidade	90
Figura 17: Novos referenciais à Campina	91
Figura 18: A operosidade do passado: leituras de novas marcas.	93
Figura 19: “Uma obra à altura da cidade”	94
Figura 20: A FETEC na imagem <i>Campina tech city</i>	100
Figura 21: A <i>Campina tech city</i> reinventa a cidade	104
Figura 22: <i>Campina made in China</i>	107
Figura 23: Campina Grande no movimento global de tecnopolos	114
Figura 24: Campina em seu desenho institucional	124
Figura 25: O PDLI em Campina	133
Figura 26: Imagens das intervenções do PDLI ao centro	134
Figura 27: O PDLI e as imagens estratégicas de expansão da cidade	136
Figura 28: Imagem da narrativa de correção do tecido urbano	140
Figura 29: O PDLI como imagem de desenvolvimento da cidade	141
Figura 30: O CURA em Campina Grande	142
Figura 31: Campina na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	145
Figura 32: Imagem do CURA em Campina	148
Figura 33: A promoção do centro como extinção da pobreza urbana	149
Figura 34: Intervenção CURA na cidade	150
Figura 35: Imagens da mudança do traçado viário da cidade	151
Figura 36: O ideário CURA no tecido urbano de Campina Grande	151

Figura 37: Bairro do Catolé (Década de 1980)	153
Figura 38: O Bairro do Catolé e a higienização do espaço urbano	153
Figura 39: Imagens da participação no planejamento da cidade	164
Figura 40: Retóricas do planejamento participativo em Campina	165
Figura 41: Breves notas do OP em Campina Grande	167
Figura 42: Estação Velha (1981)	178
Figura 43: Açude Velho (1981)	179
Figura 44: Açude Velho (2011)	180
Figura 45: Açude Novo (antes de ser transformado em Parque)	180
Figura 46: Parque do Açude Novo (Inauguração)	181
Figura 47: Parque do Açude Novo (2011)	181
Figura 48: Largo da Flórida (1970)	184
Figura 49: Calçadão da Cardoso Vieira (2011)	185
Figura 50: Calçadão da Cardoso Vieira (2011)	185
Figura 51: Vista aérea do centro de Campina (1981)	187
Figura 52: Calçadão da Cardoso Vieira (1981)	187
Figura 53: Os ambulantes e suas errâncias (I)	216
Figura 54: Os ambulantes e suas errâncias (II)	216
Figura 55: A cidade negada	220
Figura 56: Conflitos no uso do espaço público	222
Figura 57: Práticas dos ambulantes na cidade	223
Figura 58: Usos conflitantes da rua	224
Figura 59: Imagem dos contrausos na cidade	227
Figura 60: Contrausos da rua	228
Figura 61: A lógica da limpeza — ordem aos que dela “estão fora”	232
Figura 62: Imagem de negação do espaço público	235
Figura 63: Calçadão da Rua Maciel Pinheiro (Década de 1980)	237
Figura 64: Conjunto em art déco revitalizado — Rua Maciel Pinheiro	239
Figura 65: Discursos da Revitalização	244
Figura 66: Visibilidade do comércio informal	250
Figura 67: No meio do caminho, não tem mais ambulante...?	252
Figura 68: A higienização — “da rua ao shopping”	253
Figura 69: Do Shopping à Rua	254
Figura 70: Shopping Centro Edson Diniz	255
Figura 71: A subversão dos usos nas ARCCAS	257
Figura 72: Astúcias e fronteiras com a rua	259
Figura 73: A permanência na rua como espaço de trabalho	260
Figura 74: E o Calçadão resiste!	261

Figura 75: Campina e a luta pela moradia	266
Figura 76: Malha urbana de Campina Grande	267
Figura 77: As ocupações emitem os sentidos de novas paisagens	268
Figura 78: A pobreza como território instável da cidade	269
Figura 79: Imagens da pobreza como <i>ameaças</i>	274
Figura 80: A Campina “informal” em circulação na periferia	274
Figura 81: Itinerâncias dos pobres em Campina	278
Figura 82: O espetáculo da pobreza urbana	280
Figura 83: As reações dos pobres em Campina	284
Figura 84: A percepção dos pobres urbanos em seus deslocamentos	286
Figura 85: Tensão nos “espaços malditos da urbs”	291
Figura 86: Percursos dos pobres em Campina	307
Figura 87: Os ordinários e suas leituras da cidade	310
Figura 88: A cidade em deslocamento	312
Figura 89: A relação de Campina com seus pobres	315
Figura 90: Territórios disputados na cidade	317
Figura 91: Arenas de confronto: os pobres, portadores da desordem	317
Figura 92: Malvinas, território singular dos pobres	319

(...) poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado (...). Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p.14-15).

INTRODUÇÃO

A presente tese busca entender o processo da requalificação urbana ocorrida em Campina Grande¹, a partir das imagens e discursos erigidos como marcas simbólicas da cidade. Buscaremos pensar o modo como a requalificação e seus mapas significam o conjunto de transformações socioespaciais que se inauguram, neste contexto, a Campina urbana, competitiva e moderna.

A requalificação, em um desenho formulado a partir de intervenções públicas, produz e difunde imagens e discursos que visam modernizar, conferir novas qualidades e privilegiar Campina em uma tentativa de “regeneração” dos tecidos físicos e sociais da cidade.

Por outro lado, ao transformar a estrutura urbana e, conseqüentemente, a condição social na cidade, a requalificação impôs um nítido processo contemporâneo de higienização e desigualdades ao redesenhar o traçado urbano da cidade ativando concepções e valores que, diretamente, atingirão as áreas centrais e a periferia de Campina com a disciplinarização e hierarquização desses espaços.

¹ Recorreremos a Campina Grande também apenas pré-nome Campina; uso bastante comum da população local ao se referir à cidade. Originalmente o nome *Campina Grande* “(...) foi inspirado na topografia excessivamente plana e com muitas baraúnas, pau d’arco, aroeiras, angicos e mulunguzeiros. O que lhe dava a característica de uma campina (campo extenso e pouco acidentado) grande.” Cf.: DE TROPEIROS à pólo de informática. JP, 11 out.2003. (Caderno Cidades — Karina Araújo).

Essa compreensão nos possibilita, *primeiro*, analisar de que maneira a requalificação explica as transformações urbanísticas recentes de Campina e, *segundo*, perceber a ordenação dos discursos que constituem, pela requalificação, a imagem da cidade:

(...), a imagem é sempre uma construção, uma interpretação, uma recriação do real. Ela traduz uma experiência do vivido e uma sensibilidade, vivenciada por aquele que a produziu ou correspondente a algum gosto, a um sentimento, a uma lógica e a um valor presente em uma época, *captado e interpretado por aquele que construiu essa imagem* (Grifo nosso!). (PESAVENTO, 2008, p.103-104).

A leitura teórica sobre imagens processou para nós uma atualização de Campina Grande realizada por algumas ideias-chave que articulam um pensamento associado aos principais discursos que sustentam a percepção de uso e apropriação desta cidade. Ao tomar por base as relações sociais que diferentes sujeitos estabelecem com a cidade na tentativa de torná-la viável, moderna e reafirmadas em seu dito potencial, verificamos as modificações que expressam os referenciais para quem nela vive:

(...). A cidade, estrutura física que suporta referências e fornece elementos para os símbolos e memórias coletivas, convive em nosso imaginário com a cidade labiríntica e moldável das vidas pessoais onde recordações compõem memórias sem lugar que fundam a cidade simbólica, diversa e semelhante na forma como se vê nomeada. (...) (BRESCIANI, 2008, p.13).

Essa perspectiva nos possibilitou penetrar no discurso que visa legitimar a significação de Campina Grande e que tem, por intuito, neste percurso, a interpretação das imagens que a constitui em um trabalho, pelo qual:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelas quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER *apud* MELO, 2007, p.19).

Desse modo, o processo recente de requalificação urbana de Campina Grande será lido na tese a partir das principais imagens e discursos que o constituem enquanto entrelaçamento e lugar de escrituras, de 'diferentes cidades' instauradas e reproduzidas em uma espécie de luta articulada em torno de suas principais imagens:

Dessa forma, o processo de recepção ou interpretação implica acima de tudo uma releitura da imagem, construindo com isso novos significados. Cabe ressaltar que tanto as imagens quanto o imaginário são construções sociais. (...). (SOUZA, 2009, p.12-13).

Ao falarmos da requalificação estaremos refletindo o próprio discurso sobre Campina Grande — o modo como os campinenses interpretam, distinguem, ocupam, usam, projetam e distribuem os lugares na cidade a partir de uma configuração instaurada. Configuração erigida em torno do que seja Campina, do que a interpreta, das práticas que abrigam a cidade e seus personagens, sujeitos urbanos e interesses vários:

Dessa forma, o processo de recepção ou interpretação implica acima de tudo uma releitura da imagem, construindo com isso novos significados. Cabe ressaltar que tanto as imagens quanto o imaginário são construções sociais (Grifo nosso!). Nesse sentido ao se requerir à imagem da cidade Ferrara(1993,p.255) afirma que esta “ênfatiza o seu caráter de signo representativo de aparência da cidade, possível de ser concreta e ideologicamente construída, mas não necessariamente similar à cidade que abriga o cotidiano dos seus habitantes e seu modo de vida.(SOUZA,2009,p.12-13).

Mesmo parecendo contraditória há uma continuidade entre imagens e discursos, compartilhada diferentemente como representação de um passado reinscrito no tempo:

(...), reinscrição do tempo. Dando voz ao passado, (...) proporcionam [os sentidos], a erupção do ontem no hoje, numa intensidade temporal que, ao mesmo tempo, justapõe passado e presente, os reinscreve em uma nova instância. Esta re-apresentação do tempo é que permite a leitura do passado pelo presente como um “ter sido”, da mesma forma figurando como passado e sendo dele distinto. (PESAVENTO, 2008, p.28).

A sintaxe da imagem da cidade, assim, não deva ser confundida com o discurso, pois, corresponde a um significado que se constrói. Já o discurso, é o processo de imagens construídas. Cabe pontuar que:

Aquela postura apenas constativa da imagem da cidade leva, freqüentemente (sic), a confundir imagem e imaginário tornando-os sinônimos, indistintos nas suas manifestações e significados. Em nosso ponto de vista, para o estudo da imagem, como categoria de análise da cidade, é necessário distingui-la do imaginário.

Em primeiro lugar, há que salientarmos que, de modo similar, aproximariam a imagem do imaginário urbano: de um lado correspondem aos desafios perspectivos, de outro, e enquanto categorias de análise urbana, não têm na cidade, apenas um locativo de manifestação , ao contrário, eles a qualificam, ou seja, não se trata, apenas, de imagem ou imaginário na cidade, mas de imagem ou imaginário da cidade. Enquanto qualitativos são informação, são significados urbanos produzidos na cidade como espaços que agasalha uma relação social (Grifo nosso!). Portanto, imagem e imaginários urbanos são manifestações de dupla mão: a cidade como espaço físico e construído e como lugar que se individualiza naquele espaço; nas duas situações ela é cenário e ator de uma relação social que contracenam com o homem, usuário ou cidadão urbano. Imagem e imaginário correspondem à capacidade cognitiva do homem de produzir informação em todas as suas relações sociais; nos dois casos, produzem-se informações, mas de modo diverso.

A imagem corresponde à informação solidamente relacionada com um significado que se constrói numa síntese de contornos claros que se faz única e intransferível.

Ao contrário, o imaginário corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação de significado, atribuir significados a significados; suas produções não são únicas, (...). Pelo imaginário, a imagem urbana (...), passa a significar. (FERRARA, 2008, p. 194).

A conotação acima dada por Ferrara (2008) sugere intenção, hierarquização, poderes e ligações entre diferentes modos de como a cidade estabelece práticas sociais e as recria em espaços, tempos e lugares, através dos discursos que simbolizam a sua textura:

(...) Apreciada, vista, tocada, cheirada, penetrada, seja consciente ou inconscientemente, esta textura é uma representação tangível daquele algo intangível que é a sociedade que ali vive — e suas aspirações (...). Representação sugere reflexão, intenção, até mesmo desígnio nesse contexto: um projeto. Já que uma cidade é sempre textura e imagem determinadas (por mais insatisfatórias que possamos considerá-las), não pode jamais ser inteiramente passiva e, devido à constante interação entre a sociedade e a textura urbana, não podemos fazer remendos nas cidades sem fazer alguns ajustes também na sociedade ou vice-versa (sic). (RYKWERT apud BANCK, 2006, p.228).

Por essa compreensão a requalificação será analisada na tese como processo que joga com a “invenção” discursiva de Campina Grande, ao inserir o discurso da cidade pólo, entreposto comercial estratégico ao desenvolvimento do próprio Estado da Paraíba. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que:

(...), discurso é o que as pessoas dizem (...) não porque se trata de pessoas que dizem simplesmente, mas porque, para dizer, elas estão necessariamente inseridas em situações sociais — às quais poderíamos chamar de posições de sujeito. (...). (POSSENTI, 2009, p. 31).

Desse modo, as significativas transformações que caracterizam Campina Grande, durante as décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, surgem em esforços que têm objetivos, tanto econômicos quanto políticos, de proporcionar a construção dos discursos e imagens que ressaltam certos espaços e conferem os rumos tomados pelo rápido crescimento urbano de Campina, daí por diante.

Somente a partir da década de 1970 a cidade experimenta uma “ordenação” fundada no planejamento, propriamente dito. Em um discurso que situa o conflito, ainda existente, entre novos discursos e velhas práticas na gestão da cidade.

A escolha do período para pesquisa, os últimos 40 anos, basicamente se deu porque, em primeiro lugar, é nesse percurso de tempo que Campina Grande vivencia com mais ênfase sua urbanização, em sentidos que abrigam modos de se vivenciar a cidade pelo objetivo de atrair e projetá-la através da introdução de elementos urbanos e novos espaços. Por outro lado, também se inaugura uma série de conflitos advindos das mudanças em seu espaço público², ao colocar outros referenciais que permitem repensar os lugares em Campina.

A definição do período da pesquisa ainda se deu em virtude de que é justamente por essas circunstâncias que se acirra a luta pelo espaço urbano em Campina Grande. Para cumprir os imperativos e objetivos de transformações tão radicais em um curto período de tempo, a cidade se depara com a realização de obras (públicas) que se definem não apenas pela significativa transformação física e urbana, mas particularmente pelo que essas obras geram nas imagens da *cidade em movimento*.

Nesse movimento, os conflitos construídos na requalificação de Campina são pensados através dos impactos ocasionados no âmbito do espaço público e do potencial de embates entre planejadores, ambulantes e pobres urbanos. Pois são concepções e projetos impressos na forma como, diferentemente, se partilha Campina: “a cidade desejada, a cidade ideal, a cidade adversa. A cidade aparece como protagonista, violenta e sedutora” (Coradini, 1995, p.12).

As imagens e discursos, bases do nosso recorte temporal, vinculam-se ao contexto social e político específico no qual teve lugar a requalificação como projeto de remodelação urbana de Campina Grande, conduzido pelo poder público. As mudanças urbanas observadas remetem a tempos e espaços específicos que nos obrigam a trabalhar, com aproximações e recuperação, os referenciais de *como e de onde Campina é retratada*. Ao

² Como analisaremos do capítulo III, em diante.

olharmos mais atentamente, podemos perceber que nem sempre a cidade é aquela que é, mas a que deseja ser (Barreto, 1996).

Nesse sentido, mesmo reconhecendo a atuação de outros agentes na produção do espaço urbano, por exemplo os grandes incorporadores imobiliário, priorizamos, como recorte de tese, as intervenções do setor público na cidade. Pois, a reestruturação urbana que tem por conteúdo a requalificação dada pelos investimentos privados, observados enquanto prática de diferenciação e demarcação econômica e social na cidade, demandaria a nosso ver um outro tema.

Tema esse associado a reflexões relacionadas aos espaços economicamente dinâmicos dos empreendimentos de grande porte destinados à moradia, tecnologia, recreação, lazer, expressão do consumo intensivo do espaço, à verticalização, aos condomínios horizontais e, por último, o discurso do crime, do medo e da insegurança, advindas de uma segregação socioespacial específica.

Tais reflexões são características de outro tipo de fragmentação do espaço urbano de Campina Grande denominada, de acordo com Maia (2010) em estudo realizado sobre Campina através da 'Rede Nacional Cidades de Porte Médio' (RECIME), como segunda urbanização da cidade³, onde:

Uma outra periferia é produzida, muito embora não seja conhecida como tal, já que não corresponde à área de pobreza, mas sim onde se encontram os loteamentos e os condomínios fechados. Tal processo conduz à produção de uma cidade fragmentada e muitas vezes segregada, especialmente quando se depara em algumas áreas da cidade com as construções de condomínios horizontais fechados em outras, ocupações com habitações improvisadas, (...) e mais recentemente conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas. (MAIA, 2010, p. 22)

Fenômeno que vem ocorrendo com mais intensidade nos últimos cinco anos em alguns bairros de Campina Grande que passam por um

³De acordo com essa autora, a primeira expansão de Campina Grande teria ocorrido nos anos 1960, com a implantação do seu Distrito Industrial, via SUDENE, o que, no entanto, não conseguiu imprimir grandes modificações na estrutura da cidade. Criado na década de 60 o Distrito Industrial de Campina Grande foi o primeiro a funcionar numa cidade interiorana e constituía a imagem contemporânea da Campina industrial e pioneira.

processo de reconstrução de seus significados, marcados pela fragmentação e dispersão em grandes contrastes socioespaciais.

Por cautela, optamos não inserir na discussão da tese os incorporadores por considerar bastante amplo articular, em uma só análise, dois processos inter-relacionados, mas bastante distintos — a requalificação advinda por investimentos públicos e a orientada pelo mercado imobiliário.

Todavia, como se verifica ao longo da tese, é perceptível a relação entre diferentes agentes na orientação e compreensão do processo de transformação urbana de Campina Grande, no período pesquisado, de modo que o recorte e o tipo de análise propostos no trabalho são apenas mais um elemento posto para pensar a intrincada teia de relações sociais que formam a estrutura socioespacial urbana de Campina Grande.

Evidentemente que Campina, enquanto lugar vivido e palco de tensões, será aqui percebida em suas imagens e discursos a partir dos vários agentes, componentes e elementos articulados em relações sociais, de poder, de práticas materiais, crenças, valores, desejos e instituições... Que juntas a configuram em sua multipli (cidade).

Desse modo, a tese busca entender as relações sociais pelas transformações ocorridas no ambiente construído e nas localizações de Campina Grande, por uma leitura que possibilite pensar os *discursos hegemônicos* alçados para, estrategicamente, produzir a construção social de imagens:

Como construção social, a produção da imagem da cidade está intrinsecamente ligada a representações e valores. Encontra-se, portanto, subordinada à visão de mundo daqueles autores que se impõem nos processos de produção do espaço e que são, ao mesmo tempo, aqueles que ocupam posição privilegiada para enunciar uma intenção de cidade. O projeto de cidade e ação material no espaço (urbanística, cultural, econômica), junto com uma intenção de cidade, que dá conteúdo ao discurso sobre o espaço. (SÁNCHEZ, 2007, p.35).

A requalificação é analisada na tese pela estratégia (pública) discursiva em vender as imagens de Campina, por intervenções localmente caracterizadas como um processo de criação da cidade. Dessa forma a requalificação, em revisão das funções urbanas de Campina e enquanto intervenção física que modifica a morfologia e impulsiona a periferização da cidade, deva ser compreendida como:

(...) um tipo de intervenção urbana segmentada, voltada à ressignificação de uma imagem diante dos consumidores do espaço, objetivando agregar uma nova qualidade ao lugar a ser alterado através de políticas de reestruturação urbana. (...). (FERREIRA, 2005, s.p)

Tal intervenção pensa e reconstrói contemporaneamente a condição de Campina Grande, na formulação de um discurso que a nomeia por características e qualidades, singularidades. Campina passou, dessa maneira, a ter para nós uma importância ímpar⁴ como categoria de pesquisa e interpretação, ao possibilitar perceber a rica marca identitária de sua experiência urbana contemporânea.

Segunda maior cidade do estado da Paraíba, Campina Grande está localizada no Agreste da Borborema — com uma área territorial de 594,18 km² (IBGE-2010). Exerce uma influência geoeconômica em limites que transpõem fronteiras estaduais, tornando-se uma das mais importantes como referências de centro submetropolitano da rede urbana nordestina (IBGE-2000), ao lado de Caruaru (PE) e Feira de Santana (BA). Campina Grande tem a característica de entroncamento e porta de entrada para as regiões do Cariri, Curimataú e Sertão paraibano.

Por essa tendência, a população urbana de Campina Grande vai, a partir dos anos 1970-1990, crescer a uma taxa superior à esperada. Conforme observado nos últimos Censos e contagens da população (IBGE) pelos seguintes percentuais: 85,8% em 1970; 92,07% em 1980; 94,31% em 1991; 94,57% em 1996 e 94,98% em 2000. Isso indica a tendência crescente da população na Sede do Município, que conta com uma população rural de apenas 5,02%(IBGE-2010), pela apresentação, nos últimos anos, das seguintes evoluções populacionais: 1991: 326.307 hab. ;1996:343. 196 hab.; 2000:355. 331 hab.; 2007: 371.060 hab. e 2010: 383.764 habitantes.

A cidade se experimenta assim competitiva em seus diferentes modos de ser, em face de outras cidades, por significados que estão por trás das suas formas materiais. Pólo de oito microrregiões (vide Figura 1) que

⁴ Importância ímpar aguçada pela curiosidade em entender essas imagens, principalmente pelo fato de não sermos natural de Campina Grande, apesar dos 21 anos aqui resididos, e por chamar nossa atenção à forma como o campinense se refere à sua cidade sempre em atitude ou posição que enaltece suas riquezas, potenciais, belezas naturais, culturais etc.

compõem o chamado Compartimento da Borborema — através da Lei complementar Nº.92, de 11 de dezembro de 2009, foi criada a Região Metropolitana de Campina Grande⁵.

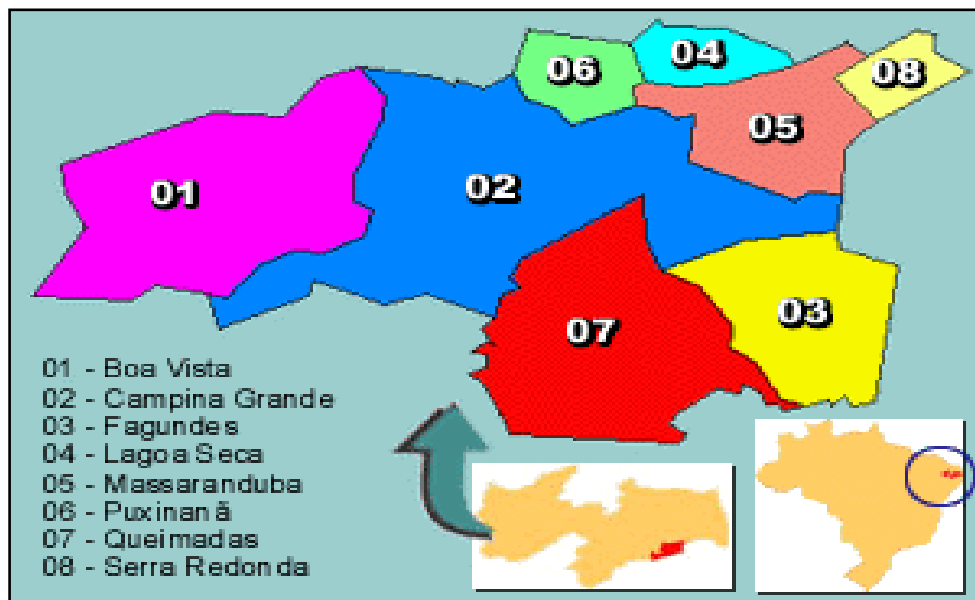


Figura 1: Campina Grande no Compartimento da Borborema.

Fonte: SEPLAN/PMCG — 2005.

Esses traços nos revelaram a necessidade de perceber como Campina se produziu no sentido preciso da palavra, ao se destacar em posição geográfica estratégica no conjunto da Paraíba e Estados vizinhos. Desse modo, ao nos referir ao sentido desempenhado por Campina Grande estaremos nos remetendo não apenas ao recorte espacial de região, mas à compreensão das relações sociais imbuídas neste processo:

De acordo com Santos (1993), o conceito de região não é um recorte espacial “qualquer”, definido apenas em função de particularidades objetivas, como tipo de paisagem ou economia predominante, mas é, primeiramente, um espaço vivido. Essa é a mesma visão de Fremont (1980), que trata o espaço, enquanto lugar vivido, como palco de relações sociais e culturais (construção de identidades). (...), a região pode ser construída a partir da inter-relação de vários componentes, tais como: elementos do meio físico, atividades econômicas, composição demográfica da população, grupos sociais, organização política e dimensões culturais (GOMES, 2007, p.34).

⁵ A RMCG é a maior região metropolitana do interior do nordeste e a 4ª maior do interior brasileiro, com uma população estimada em 687.545 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2009). A RMCG é integrada, além de Campina, por 22 Municípios :Lagoa Seca, Massaranduba, Alagoa Nova, Boqueirão, Queimadas, Esperança, Barra de Santana, Caturité, Boa Vista, Areial, Montadas, Puxinanã, São Sebastião da Lagoa de Roça, Fagundes, Gado Bravo, Aroeiras, Itatuba, Ingá, Riachão de Bacamarte, Serra Redonda, Matinhas e Pocinhos.

É interessante assinalar o destaque dado, sobretudo ao tema, pois este se constituiu em momento único que orientou nossa escolha pelo enfrentamento de desafios postos, ao longo de nossa trajetória⁶, por relevantes transformações (acadêmica e subjetiva) que, em resumo, dizem muito da experiência que nos conduziu até aqui e, como tal, atravessa nossa história de vida.

Campina surgiu para nós como interessante campo de exploração dado por disputas e interesses que, como veremos na tese, são produzidos de modo bastante interessante. Essa noção foi decisiva em toda a pesquisa, pois nos possibilitou entender que:

(...) a noção de cidade (...) faz toda a diferença porque dependendo do significado político a ela atribuído será possível compreender o quê, quem e quais processos sociais, econômicos e urbanos nela são admitidos e/ou reconhecidos. (...) (RODRIGUES, 2008, p. 327).

Até chegarmos à escolha pelo tema propriamente, houve todo um recorte vivido inseparável do contexto e, desse modo, daquilo que influenciou nossa escolha. No momento exato dessa passagem lembrávamos muito de Bauman, quando pontua que,

(...) apostar, agora, é a regra onde a certeza, outrora, era procurada, ao mesmo tempo em que arriscar-se toma o lugar da teimosa busca de objetivos. Desse modo, há pouca coisa, no mundo, que se possa considerar sólida e digna de confiança, *nada que lembre uma vigorosa tela em que se pudesse tecer o itinerário da vida de uma pessoa* (grifo nosso!). (BAUMAN, 1998, p.36).

Uma série de ‘apostas’ marcou assim a trajetória da escolha pelo tema, um “caso particular do conhecimento possível”, no sentido que Sousa Santos (2004)⁷ atribui a esse processo, que tem a ver com o modo como se produziu. Falamos de todo um campo de discussão, e, sem dúvida, de uma única escolha dentre várias do nosso interesse. E aqui recordamos Rubem Alves⁸(1990), ao colocar que “educadores são como velhas árvores. Possuem uma face, um nome, uma “estória” a ser contada. Habitam um mundo em que

⁶ Esclarecemos que a inserção de nossa trajetória na tese se deu por sugestão da Professora Lisabete Coradini (PPGCS — UFRN), quando da defesa de Qualificação.

⁷ A esse respeito consultar: SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Um discurso sobre as ciências*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2004.

⁸ ALVES, Rubem. *Estórias de quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

o que vale é a relação que os liga (...), algo para acontecer neste espaço invisível e denso que se estabelece a dois”.

Em 1997, ao término do Mestrado em Sociologia⁹, fomos trabalhar na então SEPLAM¹⁰ — Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente — da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) e a partir daí fomos levados a incorporar um atributo a mais na maneira de dialogar com a Sociologia: o espaço. Já que lidar com a cidade era lidar com claras fronteiras, que saltavam aos olhos de todos: o urbano, as deficiências nas formas de morar e habitar, as zonas de sociabilidade periféricas, os conflitos, a busca por moradia...

Foi deste modo que, literalmente, o urbano “caiu em nosso colo”¹¹, como um espelho invertido na construção de uma identidade (urbana) que toma várias formas (Zaluar; Alvito, 2006). Expressada num primeiro momento sob um olhar meramente técnico, aos poucos, Campina Grande foi se convertendo para nós em um deslocamento de interesse acadêmico. Uma das consequências desse deslocamento foi a incorporação de outro foco em nosso olhar: *a Sociologia e os estudos urbanos*, apontado para a discussão da relação entre espaço urbano e espaço social, gestão pública e cidades.

A perspectiva definiu decisivamente nosso programa de pesquisa¹² de tal modo que os primeiros passos e a curiosidade sobre o tema surgiram em 2005, quando então coordenávamos o *Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor de Campina Grande (PDP)*¹³. Naquele momento, na

⁹Na então Universidade Federal da Paraíba (UFPB — Campus II) onde, em 1993, concluímos a graduação (Bacharelado em Ciências Políticas). Dialogávamos, nesse percurso, com as perspectivas de poder e gênero.

¹⁰ Em 1993 ingressamos na PMCG, por concurso público, onde atuamos até o ano de 2007. Paralela a essa atividade ingressamos, em 1998, como professora visitante da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba), efetivada por concurso público em 2001.

¹¹ Desde então, passamos a trabalhar com a elaboração e acompanhamento de projetos de planejamento urbano e com o monitoramento do componente *Trabalho Técnico de Projeto Social (TTPS)*, em comunidades atendidas por programas de desenvolvimento urbano (DU), via governo federal. Atuamos, também, como técnica social terceirizada da GIDUR (Gerência de Desenvolvimento Urbano — Caixa Econômica Federal / PB).

¹² Transformado sob a perspectiva de orientações e projetos de iniciação científica, desenvolvidos via UEPB.

¹³Em 2005 o Município fora contemplado, pelo Ministério das Cidades (MCIDADES) através do *Programa de Fortalecimento da Gestão Urbana*, com recursos à revisão do seu Plano Diretor.

denominada etapa *Leitura Técnica*, constatávamos que muito pouca coisa tinha sido pensada sobre o discurso e o desenho institucional mais recente do planejamento urbano em Campina Grande.

Após o PDP essa ideia continuava a nos perseguir, por quase dois anos, fomos amadurecendo a possibilidade de darmos uma contribuição, mas não necessariamente no formato de uma tese, em que pudéssemos discutir esse desenho.

Imprimiu-se assim, para nós, a motivação em tentar compreender o planejamento urbano de Campina Grande. E essa motivação se tornou problemática científica quando da seleção ao doutorado (2007) e terminou por nos remeter à relevância da delimitação de um discurso sobre o urbano, ao propormos pensar Campina Grande na perspectiva dos Planos e Programas desenvolvidos institucionalmente.

Com o processo de orientação, esse debate passa, porém, a ser relacionado a um reconhecimento implícito, em nossa reflexão sociológica, das mudanças geradas na cultura e sociabilidade urbanas. Líamos, agora, Campina Grande a partir do avanço em seus territórios da pobreza, violência, desigualdades, mudanças e permanências no urbano, enfim, a partir das formas de viver a sua condição urbana contemporânea.

Isto envolveu uma mudança na experiência e interpretação do urbano¹⁴ que não tínhamos até então; tendo sido ampliada como percepção teórica. No limite dessa mudança também se remeteu à necessidade de revisão do tema, com o qual inicialmente tínhamos proposto lidar.

A vasta riqueza do material de campo, auxiliada pela relevante contribuição da nossa Orientadora (Jovanka), fez com que pudéssemos inserir a perspectiva de pensar Campina a partir de outra leitura. Esse momento foi muito importante à elaboração da tese propriamente, pois a redefiniu, por completo. Até então nossa perspectiva estava centrada em

¹⁴ Interpretado por nós, até aquele momento, apenas por uma questão de políticas públicas.

realizar uma análise de Programas e Projetos, sob a ótica da gestão do planejamento urbano.

Entretanto, no próprio desenrolar da pesquisa, tomamos por interesse focar nas imagens que constituíram o processo contemporâneo de requalificação urbana de Campina, ao inserir a análise do discurso. Imagens e discursos interpretados por nós, através da leitura presente em documentos oficiais e jornais.

A partir daí passamos a ter um olhar sobre o *lugar de onde se narra Campina*: se do lugar de mudanças; das relações entre espaço e tempo; se por fatores que definem suas localizações, investimentos e unidades produtivas ou se de *partes* da cidade e territórios marcados pela tensão entre ordem e desordem, moderno e antigo, dentre outras, daquilo que tem oferecido por desafio a contestação ao oficial.

Foi assim que esboçamos o quadro metodológico de onde interagimos no contexto da pesquisa de campo e desenvolvemos nossos posicionamentos, em face dos instrumentos postos no diálogo entre as percepções de campo e as opções metodológicas. Isso nos orientou e se refletiu na problemática construída, nas escolhas do processo de investigação e do arranjo (teórico-metodológico) de onde partimos e constituímos o *corpus* da pesquisa.

Buscamos, quando da organização da metodologia de campo, cotejar questões e escolhas desenvolvidas ao longo da elaboração e organização da tese, todas guiadas pela perspectiva da pesquisa qualitativa.¹⁵ Este pressuposto se apresentou para nós através das imagens e discursos que (re) desenham o espaço urbano de Campina Grande entendido nesse percurso, através dele e com base em Souza (2008, p.110), “(...) a importância da compreensão das imagens da cidade, enquanto forma, enquanto arquitetura, enquanto urbanismo, porque *estes são os elementos de leitura da imagem visual* (Grifo nosso!). (...)”

¹⁵ A esse respeito conferir: MIELE, Neide. *Diálogo entre o qualitativo e o quantitativo nas ciências sociais no Brasil*. In: DINIZ; BRASILEIRO; LATIESA (Orgs.), 2005.

Chegamos, por esse percurso, à hipótese de tese, ao afirmarmos que a requalificação não apenas ressignifica as imagens de Campina, no discurso político e social, lidas por conteúdos descontínuos e contraditórios, mas reelabora a prática viva e mítica de significados sobre a cidade em sua condição urbana contemporânea.

A hipótese exigiu o desafio teórico-metodológico de interpretarmos a requalificação urbana, pelas imagens e discursos plenos de interpretação, expressão e significado de territórios que, enquanto instância social, instigam à reflexão da *cidade como lugar de falas* que (re) significam o espaço urbano de Campina, aqui pensado como “(...) espaço social público em que sentidos e sujeitos se constituem em suas particularidades tendo em vista as diferentes concepções de urbano. (...)” (RODRIGUÉZ-ALCALÁ, 2004, p.71).

Dois deslocamentos se destacaram então à organização da tese, propriamente dita: o *primeiro* refletiria a intervenção pública em Campina; e um *segundo* analisaria as maneiras de fazer e práticas ordinárias na cidade (Certeau, 1994), ambos interpretados a partir da leitura presente em documentos da PMCG e em jornais, através de seus editoriais e cronistas. A análise da cidade, tomando por empréstimo Coradini (1995, p.29)¹⁶ :

(...) está atenta para dois pontos de vista, que, apesar de aparentemente contraditórios, percebo como sendo em parte complementares. São eles a do “esquadrinhamento” e a do “dialogismo” (ou polifonia).(...) De um lado, inúmeras tentativas por parte da administração pública, no sentido de ordenar, vigiar e disciplinar o espaço. Do outro, uma multiplicidade de vozes, cada uma expressando uma visão de mundo, tentando subverter, desordenar, libertar-se do olhar disciplinador e ressignificar a vida social.

Desse modo foram ganhando perspectivas na tese os conceitos de *competência discursiva*¹⁷, propostos por Dominique Mangueneau, e o de *usuário*, de Michel de Certeau, pois percebíamos que o discurso construído sobre Campina Grande somente poderia ser compreendido se levássemos

¹⁶ Em estudo realizado sobre a apropriação e sociabilidade na Praça XV, em Florianópolis (SC).

¹⁷ Gostaríamos de deixar claro que, quando da discussão sobre as condições de *produção* (contexto) do discurso (situação) e sua relação com o *sujeito*, não nos interessava identificar se o sujeito era percebido como *porta voz* ou *assujeitado*. Pois esta questão já foi amplamente posta, pelas críticas teóricas, no interior de um debate entre a *Análise de Discurso* de linha francesa (AD) e a *Análise de Discurso Crítica* de linha inglesa (ADC). Nessa perspectiva, deslocamos qualquer possibilidade de analisar a relação entre discurso e prática social como externos.

em conta como este foi tecido e articulado pela relação entre o contexto social, o lugar e o extradiscursivo.

O conceito de *competência discursiva*, ao postular a ação estratégica que tem por espaço o lugar praticado pelo sujeito, acionou para nós os discursos institucionais tecidos e possibilitados através do planejamento urbano. Conduzidos pela leitura de Maingueneau, compreendemos a articulação do discurso com o contexto social, em evidências de onde se desenvolve o desenho institucional da cidade. Essa foi uma indicação metodológica bastante importante, pois:

(...), é preciso avaliar a duplicidade de uma linguagem que não cessa de dizer, mostrando que diz. *Fora dos “enlaçamentos” é impossível pensar a relação entre o textual e o institucional* em termos de interior e de exterior, de meio e de fim. Os textos aparecem, ao mesmo tempo, como um das modalidades do funcionamento da comunidade discursiva e o que a torna possível (...), por vezes sutilmente, *as instituições que neles estão implicadas (...)*. (Grifo nosso!). Este elo crucial entre o fazer e o dizer de uma comunidade representa o ponto cego do discurso, a evidência primeira que funda a crença. (MAINGUENEAU, 1997, p. 174).

A compreensão da competência discursiva, em Maingueneau, ainda nos proporcionou a percepção da recusa de um discurso que tivesse de emanar de um sujeito individual. Os discursos e seus sentidos não poderiam ser lidos desvinculados do conteúdo das instituições que os produziram, isto é, sobre o qual os definiu como legítimo e consensual. Espaço próprio, no exterior do interdiscurso, característico de modos de apreensão de uma posição (“aquilo que pode ser dito em uma conjuntura específica”).

Nesse itinerário, chegamos à análise e recorte do PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) e do Programa CURA (Complementação Urbana de Recuperação Acelerada); considerados por nós as mais importantes intervenções no período pesquisado, dadas as alterações que juntos impuseram ao tecido urbano e social de Campina Grande.

O conceito de competência discursiva contribuiu muito nesse momento por nos possibilitar, *primeiro*, a compreensão do desenho institucional que encontrou lugar na produção social do espaço urbano em Campina Grande, através da análise dos discursos que tiveram por suporte as diretrizes e ações definidas pelo PDLI e o CURA. *Segundo*, por nos ter

feito perceber como esse discurso se materializa ao incorporar em suas concepções a problematização do projeto de cidade que foi submetida à relação do fenômeno urbano com o cotidiano de Campina — as disputas, embates, lutas pelo espaço urbano e maneiras de viver a cidade.

Inscritos no interior da percepção de Maingueneau, recompomos os termos fundamentais do PDLI e do CURA como tentativas em “acomodar” conflitos ,ao analisar o modo como ambos foram expressos para repensar a forma de Campina e colocar a questão urbana sob ênfase em sua abrangência.

Em linhas gerais, Maingueneau nos fez entender que os documentos oficiais consultados não poderiam ser retratados a partir da descrição de um simples texto, tomado consensualmente por um único sentido e formulado em termos de fechamento ou neutralização. Passamos a entender para o que Maingueneau chama a atenção ao pôr em circulação as significações múltiplas e contraditórias, atribuídas como plenas de possibilidade de interpretação do discurso.

Apesar de este discurso ser tencionado por palavras e extraído na interpretação e descrição que não podem ser unívocas. Desse modo, coloca-se a importância dos processos sociológicos do discurso, pois:

(...). Enunciar certos significantes, implica significar (nos dois sentidos da palavra) o lugar de onde os enunciamos, é também significar *sobretudo o lugar de onde não enunciamos*(Grifo de autoria!), de onde, em hipótese alguma se deve anunciar.A palavra não aparece tanto como projeção do que um grupo “ deseja dizer”, o meio de expressar....quanto como o resultado de uma negociação que sempre deve ser retomada, entre diferentes coerções através de um espaço saturado de outros signos. (MAINGUENEAU, 1997, p. 155).

A argumentação de Maingueneau, na forma de conceber o discurso, foi importante e nos ajudou a perceber que a formação discursiva e a sua enunciação é uma maneira de articular discurso e sociedade. Deve-se para tanto, quanto à relação entre discurso e os grupos que o geram, formular o questionamento da tendência de fechar os discursos sobre eles mesmos:

(...) É esta visão “contrastiva” das relações entre formações discursivas que se encontram superadam; a relação com o Outro (sic) não é derivada, mas constitutiva. Este “Outro” (sic), entretanto, não é um meio indiferenciado: o sentido circula entre posições definidas. São assim contestadas tanto a concepção do discurso como “visão do mundo”, quanto aquele que o institui

em manifestação de querer-dizer de um sujeito coletivo. (MAINGUENEAU, 1997, p. 187).

A inexistência de um sujeito intencional como origem enunciativa do discurso supõe que os sujeitos estão em lugares, ocupam posições — sempre sob as palavras, outras palavras são ditas (Possenti, 2009); há um sentido ‘oculto’, que deve ser captado pelo analista, ao considerar o lugar construído que corresponde às condições de produção do discurso e de exercício do sujeito (‘o que pode e deve ser dito’).

Por outro lado, a noção de usuário em Michel de Certeau nos ajudou a ler as práticas ordinárias, as astúcias, a vida ordinária, singular, a inventividade de ambulantes e pobres urbanos; pessoas comuns e praticantes ordinários; em composição de uma arte de fazer caracterizada como:

(...) falas desorganizadas do cotidiano das cidades como lugares em que irrompe a diferença que demanda sentidos. São *lugares de resistência* (Grifo nosso!). A quê?Ao que já significado, ou seja a isso que chamamos “discurso do urbano” e que se abate sobre o discurso da cidade.Nessa indistinção, aquilo que seria a realidade urbana é substituída pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita(discurso do urbanista), seja no modo do senso comum em que esse discurso é incorporado pela política, pelo administrador, pela “ comunidade”, convertendo sentidos no imaginário urbano.*Resistir aqui significa, desorganizar, ou seja não é falar contra, mas des-falar(sic), des-entender(sic),in-compreender(sic)* (ORLANDI,2004, p. 68).

A ordem espacial dos ordinários, aqui analisada a partir dos ambulantes e pobres urbanos, possibilitou vermos as formas e os modos pelos quais a ordem constituída do espaço (físico e simbólico) é alterada, por práticas maneiras dos usuários da cidade em se apropriarem do espaço; em cruzamentos e desdobramentos que aí se estabelecem:

(...), o caminhante [usuário] transforma em outra coisa cada *significante espacial* (Grifo nosso!). E se, de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá, do outro aumenta o número de possíveis(por exemplo, criando atalhos ou desvios) e dos interditos(...). Selecciona, portanto. O usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredos (...).(CERTEAU, 1996,p. 177-178).

Por essa ordem, a imagem de Campina Grande em seu desenho urbano foi observada pelos sentidos do espaço citadino, nos conflitos e discursos elaborados pela apropriação física e simbólica *entre e de* diferentes agentes, visto que:

(...), se no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas (sic) e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a

movimentos contraditórios que se compensam e se combinam. (...). Sob discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes (...). (Grifo nosso!) (CERTEAU, 1996, p. 174).

Expressos no recorte, domínio e articulação que perpassam a ideia do discurso como uma prática social, tornou-se possível compreender os usos sobre a cidade, como espaços sobrepostos por um discurso oficial que os demarca e nomeia enquanto lugares, territórios que,

“(…), se estabelecem marcos e fronteiras, de como se simbolizam a separação espacial, de como se nomeia o território próprio e o território do outro, como se denomina o próprio grupo e o grupo vizinho [o outro] (...)”.
(MUNIZ DE ALBUQUERQUE, 2007, p.9).

A discussão, presente em Certeau e Maingueneau, descreveu e interpretou para nós a apropriação do espaço público em Campina Grande, como significação de lugares onde as “falas desorganizadas, fora da ordem”, pedaços da cidade, como diria Certeau (1996), remetem a uma “inversão” espacial hegemônica, o que nos estimulou à reflexão sugestiva de aprender a ler as imagens de Campina, de modo que o texto escrito e o visual aparecem juntos apontando ou sublinhando a compreensão mais ampla das intencionalidades de tais imagens.

Com base nisso aprofundamos a dimensão imagética da linguagem visual¹⁸, evocada através das fontes documentais por nós trabalhadas, e capazes de captar e interpretar o processo de requalificação urbana de Campina Grande.

Essa reflexão foi trabalhada na tese através do recurso metodológico da *imagem visual*, situada na análise por contextos sociais específicos que nos ajudou a realizar a leitura das imagens e discursos construídos para, juntos, significarem Campina Grande. Por este percurso definimos como referência e *corpus* da pesquisa a documentação oficial da atual SEPLAN (Secretaria de Planejamento — Prefeitura Municipal de Campina Grande) e de dois jornais — Diário da Borborema (DB)¹⁹ e Jornal da Paraíba (JP)²⁰.

¹⁸ Cabe registrar que essa compreensão somente se tornou nítida para nós a partir das profícuas ponderações da Banca de Defesa de Qualificação, tendo sido incorporada à problematização da tese.

¹⁹ Fundado em outubro de 1957 por Assis Chateaubriand (Grupo Diários Associados), o DB é o mais antigo jornal impresso da cidade. Juntamente com a Escola Politécnica de Campina Grande e a TV Borborema representava, na década de 1960, o imaginário da síntese de uma Campina Grande progressista e moderna.

²⁰ Fundado em 1971, vincula-se ao *Grupo Paraíba de Comunicações*, juntamente com os portais Paraíba Online, G1 e as TV's Paraíba e Cabo Branco.

A escolha pelo DB e JP foi empregada se levando em consideração, primeiro, o fato de ambos serem os mais antigos jornais hoje em circulação diária em Campina; segundo, pelo fato também de ambos poderiam traduzir, para nós, pistas que desvendassem o entendimento dos significados aparentes de conflitos, interesses e ambiguidades presentes nos documentos consultados via SEPLAN. Em nossa compreensão, dado seus formatos, os jornais estariam abertos às múltiplas interpretações das questões que orientavam nossa pesquisa.

Porém, tentar entender *por quem DB e JP estão falando, o quê e como* era dito sobre Campina num determinado tempo e espaço — o contexto, a intensidade em que são produzidas a percepção, a visão e os significados que têm sobre as questões e o cotidiano de Campina, essas foram, tranquilamente, nossas maiores justificativas pela escolha dos mesmos.

Em nossa compreensão, DB e JP promovem uma integração de suas visões na forma com que os conteúdos manifestos (visíveis) e latentes (ocultos, subentendidos) compreendem Campina e a definição dos seus símbolos, em imagens e discursos que sistematicamente são inferidos sobre o formato; enquadramento e identificação quem empregam.

Os discursos e imagens presentes nos DB e JP nos ajudaram a entender, com melhor precisão neste aspecto, as condições de perspectivas e compreensão do processo de requalificação urbana de Campina. Reside aqui também a força, se assim pudermos falar, a fidedignidade, a validade e a forma higienista por trás das matérias acerca dos fatos ocorridos em Campina Grande.

São matérias traduzidas nos jornais por um discurso fundante que se apresenta como locutor²¹ que fala, enuncia e identifica determinada voz a partir do qual está diretamente associada a uma posição de poder que, supõe e se constitui na compreensão em torno das posições que se movem DB e JP

²¹ A título de informação, no texto jornalístico, locutor é aquele que se responsabiliza pelo discurso presente no jornal: “(…). Um locutor é um indivíduo que se apresenta como tal, no discurso, por marcas de identificação variadas (o jornalista que assina; o jornalista que escreve sem assinar, mas que repassa a identificação imediata ao veículo; a fonte citada de modo explícito; a fonte indicada como “off” (sic); o leitor que assina uma carta; o articulista que assina o artigo etc.)”. (BENETTI, 2008, p. 118).

e que resulta, ao expressar determinados temas da cidade, no discurso autoritário que se move entre posições distintas, embora significativas sobre Campina.

Mesmo o discurso jornalístico sendo um trabalho de interação entre sujeitos (Benetti, 2008) DB e JP ressaltam e mapeiam uma determinada voz (a do poder público, em Campina Grande) silenciando e ausentando desse espaço discursivo os usuários da cidade (ambulantes e pobres urbanos) em reconhecimento especialmente das marcas do tipo de discurso *que pode e deve ser construído* sobre Campina Grande nos jornais. A esse respeito, compreendemos que:

Em primeiro lugar, o sujeito do discurso é um sujeito disperso e descentrado (...). O indivíduo, ao falar, ocupa uma determinada posição, *de onde* (Grifo de autoria!) deve falar naquele contexto de produção. Isso quer dizer que o mesmo indivíduo, cindido em diversos sujeitos, move-se entre diversas posições de sujeito. A mesma regra vale para o indivíduo que lê. Em segundo lugar, essas posições de sujeito, são lugares que os indivíduos metaforicamente “vêm ocupar”. São lugares construídos fora do discurso em questão, segundo determinações culturais, sociais e históricas. As instâncias de negociação — e, lembremos, também as de interpretação, onde o discurso também se constitui — são compreendidas como lugares. Em terceiro lugar, os sentidos se configuram, materialmente, em torno das formações discursivas. A FD [formação discursiva] *contém* (Grifo de autoria!) a posição do sujeito que a determina: “naquela” posição, “naquela” conjuntura social e histórica, apenas alguns sentidos “podem e devem” ser construídos (...).(BENETTI, 2008,p.117).

O foco proposto por DB e JP, na análise que fazem dos acontecimentos em Campina, manifesta a linguagem visual e textual que têm por suporte a retórica de um discurso, construído e bem conduzido, embora acreditemos que, com algum ajuste, pela incorporação de vozes que falam a partir de uma posição de poder, de um lugar de circulação configurado como *campo* (Bourdieu, 2007).

A despeito de como pensam o processo de requalificação urbana de Campina — suas paisagens e imagens como lócus de interpretação entre diferentes sujeitos; os jornais revelam, por trás de uma aparente polifonia, o funcionamento de um discurso em sua essência monofônico, ao silenciar outros sentidos e vozes.

DB e JP passaram a se destacar para nós como lugar de produção de práticas, imagens e discursos situados na dispersão entre o oficial e as resistências da cidade, pois deixam entrever coerência e regularidade no tipo de olhar que têm sobre Campina, na forma de ler e decifrar seus (possíveis) significados. Sob ótica e registro que funcionam como um discurso sobre Campina, em sua multiplicidade de eventos e personagens, dado a partir do ponto de vista contemplado por ambos.

A maneira, comum aos dois jornais, de enxergar a cidade nos fez realizar o perspicaz trabalho de construção dos meandros e sutilezas dos discursos presentes em seus conteúdos, em uma interseção de linguagens das coisas tratadas nas matérias e preenchidas, em páginas e páginas, pela escrita textual e visual do espaço urbano de Campina.

Entendemos que as intenções presentes no DB e JP são práticas sociais, em que o texto (jornal) não existe por si mesmo, pois, as imagens, são provenientes de vozes hegemônicas que se configuram como discursos ENTRE sujeitos, em uma porosidade dos modos de ver e constituir Campina Grande.

Cientes do registro das transformações presente na cidade, os jornais apóiam-se no discurso dos seus próprios textos, embora muitas vezes se apresentem, ou assim desejem aparentemente se desvincular deles em incursões que descrevem e analisam Campina e suas imagens itinerantes.

Essa perspectiva do discurso nos remeteu a um amplo e árduo trabalho de catalogação do material institucional junto a *Biblioteca SEPLAN* e, em paralelo a essa consulta, a pesquisa no DB. Durante um ano coletamos e mapeamos a vasta documentação da SEPLAN que, juntamente com os jornais, propiciou o entendimento das intervenções públicas sobre o urbano em Campina Grande. Porém, em relação à pesquisa nos jornais, após três

meses fomos surpreendidas pelo lacre de todo o *Arquivo DB*, com sua posterior indisponibilidade para consulta²².

Esse fator nos levou a buscar outros espaços, para pesquisa do DB, de tal modo decisivos à pesquisa, através de consultas realizadas junto aos seguintes arquivos: *SEDHIR* (Setor de Documentação e História Regional da Universidade Federal de Campina Grande — UFGC); *Biblioteca Central* da UEPB (Universidade Estadual da Paraíba — Campus I); *Biblioteca Átila de Almeida* e, por último, *Biblioteca do Curso de Comunicação Social*, ambas também vinculadas a UEPB.

Ao fim, recorreremos ainda ao ensejo de inserir o *arquivo JP* na pesquisa, como forma complementar ao período 2000-2009, pois, nos arquivos anteriores somente encontramos as edições de 1970-1999. Foi dessa maneira, que terminamos por fazer uso dos dois jornais (DB e JP).

Esclarecemos que como recursos de investigação DB e JP assumiram igual relevância, embora com temporalidades distintas na pesquisa, mas de mesma profundidade no plano da compreensão dos discursos presentes em suas dobras. Foi pela fonte dos jornais que a imagem, elemento de um discurso institucional que hierarquiza o espaço urbano de Campina Grande, delimitou a problematização da tese: como as imagens (textuais e fotográficas²³) articuladas pelas situações sociais operadas a partir dos jornais, pensam e constituem a ampla adesão do processo de requalificação da cidade.

As questões que refletem as imagens visuais e textuais, presentes nas crônicas e matérias do DB e JP, são construídas e representadas para

²² Nesse meio tempo, os Diários Associados passaram por uma reforma em seus quadros, em todo o Brasil, com mudanças significativas em vários setores e direção. O *Arquivo DB* local passou a ser de responsabilidade da Sede (em Recife-PE), tendo sido lacrado e colocado indisponível para pesquisa. Essa decisão contribuiu para inviabilizar o acesso, não apenas para nós, mas a todos os pesquisadores, desse riquíssimo acervo. Um desrespeito à memória do DB, e à própria cidade de Campina Grande. Até o presente momento, o arquivo apenas funciona sob análise, via Sede, e por pagamento das quantidades de folhas a serem consultadas para posterior pesquisa.

²³ Toda a catalogação documental (textual e visual) se deu com a identificação de arquivos que foram consultados, fotografados, digitalizados e fichados constituindo um banco de dados. O que nos permitiu a identificação das *categorias* de análise e dos *eixos temáticos* que, após a organização de todo o material pesquisado, no auxiliaram na escolha da leitura e, posteriormente, na formatação e elaboração da tese propriamente dita.

revelarem as mudanças ocorridas, recuperarem uma percepção sobre Campina e a forma de “enquadramento” da perspectiva do poder sobre o espaço urbano neste lócus. As imagens têm uma intencionalidade no processo de requalificação de Campina Grande, problematizadas aqui a partir da compreensão do lugar construído pelos jornais DB e JP como *ethos*, que realiza intenções e diferencia as imagens da “Campina que deu certo”.

Seja pela forma de representá-la, como tentativas de disciplinar e ordenar o espaço urbano, ou ainda de excluir determinadas imagens que, na perspectiva dos jornais, não conferem ou colocam em risco as transformações ocorridas como mediações que fazem do modo de se vivenciar a paisagem urbana de Campina.

Trazem um olhar (pretensamente “neutro”) sobre a cidade que se transforma, em realização de um esforço de construção das imagens-sínteses que projetam Campina como cidade moderna. Há um padrão regido pela imagem (oficialmente) inventada, que constrói Campina Grande a partir das modificações ocorridas em sua organização espacial e, ao se metaforizar, pontua e traça o percurso da cidade:

A imagem da cidade constrói, pela hierarquia dos seus predicativos, um sistema de ordem que comunica um código, um modo de entender, avaliar e valorizar a cidade. É institucional e, no nível simbólico, corresponde a uma didática que ensina o que é e quem é quem na cidade. A imagem hierarquiza o espaço urbano na medida em que é sua referência (...). Pela percepção coletiva da imagem, ensina-se a identificar o poder que organiza a cidade e dela se utiliza para perpetuar-se. (FERRARA, 2008, p.194)

A condição da imagem inventada, inerente à linguagem textual e fotográfica, permite melhor compreender as nuances da reflexão sobre Campina em reconhecimento capaz de tornar visíveis transformações que fornecem à cidade uma pretensa estrutura espacial racional, eficiente, desejada e requerida oficialmente, por diferentes contextos e com diferentes conotações.

DB e JP se entrecruzam na forma de destacarem os acontecimentos da cidade no modo que a imagem de Campina é inventada, em contraposição a outra ordem presente na cidade (os ambulantes, a pobreza); ordem não

reconhecida como exigências aos proveitos econômicos e sociais, de que os jornais são guardiões. Reconhecemos assim as relações, bastante ricas, entre a Sociologia e as fontes jornalísticas que, em suas dimensões:

(...) nos obriga a refutar a visão ingênua de que o discurso poderia conter uma verdade intrínseca ou uma literalidade. De fato, o dizer produz um *efeito de literalidade* (Grifo de autoria!), que é a impressão do “sentido lá” (...), a impressão de algo que é natural”, óbvia e evidentemente só poderia significar *isto*” (Grifo de autoria!), como se o sentido existisse de forma independente e pudesse ser simplesmente acessado ou não. (...). A *pretensão de desambigüizar (sic) o mundo (...), que sustenta o jornalismo a partir de seu objetivo de relatar “fielmente” os acontecimentos, revela-se frágil e ilusória sempre que problematizada pelo viés da linguagem.* (Grifo nosso!). (BENETTI, 2008, p.108).

Reforçamos que os elementos que constituem os discursos dos cronistas do DB e JP, regras de produção e circulação das notícias elaboradas, são idênticos aos dos documentos oficiais enquanto *campo social* (Bourdieu, 2007) o que exige e requer representações de conflito e poder que revelam fatos que privilegiam a “visão de cima”, regulam um discurso público e conduzem à imagem hegemônica da cidade.

O campo é pensado por Bourdieu pelas regras que tendencialmente marcam o peso das posições dos agentes sociais; isto é, o capital simbólico e a dimensão que marca posições e formas como os agentes se colocam no meio social. O conceito de campo tende a questionar as posições, e não as regras, em um conflito e se dar através do processo de práticas, idéias e valores que se estabelecem (simbolicamente) como componentes de legitimação ou dominação, em um acirramento de tensão dentro do campo e entre campos.

Neste sentido, não há lugar sem posição, pois, todo lugar que o agente se coloca é estruturado em espaços diversos, que têm por efeito articular as práticas dos agentes que vivem nesses espaços. Todavia, ressaltamos que as reações dos usuários na cidade foram analisadas na tese

a partir da interpretação produzida pelos discursos presentes em documentos e jornais trabalhados²⁴.

As projeções sobre os usuários na cidade são apresentadas pelas falas de cronistas e analistas que, através do espaço jornalístico, sustentam a estratégica intenção de pretensamente “falar por aqueles” em posição que traduz, capta, interpreta e privilegia a imagem hegemônica de Campina Grande.

Assim foi realizada a leitura do DB e do JP quanto aos usuários da cidade, vista por nós por uma clara hierarquia que não possibilita nenhum espaço aos contradiscursos (Lago; Benetti, 2008). O que, também justificou para nós a motivação para pensarmos o processo de requalificação urbana de Campina Grande:

Neste sentido é que nos parece estratégico problematizar as imagens fotográficas da cidade, produzidas e utilizadas (...) com o intuito de compreender a construção de um padrão de visualidade que destaca certos sujeitos, lugares, tempos, acontecimentos e significados da experiência urbana, (...). (MONTEIRO, 2008, p.154).

A intenção, esboçada pelo DB e JP, exprime e trata de entender a extensão das práticas dos ordinários de Campina Grande através de uma perspectiva de limpeza, remodelação e embelezamento, postos no processo de requalificação urbana. Elemento para entendermos o porquê dos usuários serem referenciados como algo que desorganiza, na percepção de cronistas e jornais, os destaques anunciados, aos olhos do poder público, como lugares por excelência da desordem (Zaluar; Alvito, 2006).

Para escolha do material jornalístico a ser trabalhado, fizemos um recorte de leitura do jornal priorizando as notícias a partir do que era remetido pelos discursos presentes nas seguintes seções: *Editorial, Caderno Cidades, Crônicas, Caderno Cotidiano, Caderno Variedade* e *Coluna Opinião*.

²⁴ Em consonância com o tema, optamos por trabalhar a partir desta dimensão pois, há toda uma extensa produção local pensada a partir dos discursos e reações de usuários e resistências na cidade. Com destaque às contribuições de: Angelina Duarte (2010; 2006) sobre o grafite em Campina Grande; Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (2006; 2005, 2001), com a discussão sobre as reformas urbanas no início do século XX e Antônio Clarindo Barbosa de Souza (2006), com a discussão sobre lazer e sociabilidade em Campina, dentre outras.

As *crônicas*, presentes em distintos espaços nos jornais, tiveram importante papel, ao remeterem a acontecimentos específicos que, pontuados como pontos de vista sobre a cidade, representavam o pensamento e o discurso (econômico, político, cultural e educacional) da elite local. Por esse objetivo, prioritariamente recorreremos às crônicas de professor Itan Pereira, do sociólogo José Lopes de Andrade, do jornalista Stênio Lopes, do político Evaldo Cruz, de Hortensio de Souza Ribeiro, Déa Cruz; Paulo Souto Camillo, R.R. Cavalcante, dentre outros.

Os *Cadernos* colocaram para nós os escritos que representavam os posicionamentos dos jornais, a partir da rubrica do ofício jornalístico assinada por Geovaldo Carvalho, Francinete Silva, Timóteo de Souza, Helda Suene e Karina Araújo, entre outras.

Consideramos, pois, o modo como a cidade é instalada nestes jornais, as abordagens que fazem sobre Campina e o discurso que é posto como domínio e compreensão do urbano que expõe problemas, visões, perspectivas, paradoxos e fundamentos em um rico espaço sobre os modos de viver e interpretar Campina Grande.

Nestes termos, o discurso dos jornais é opaco, não transparente e pleno de possibilidades de interpretação (Benetti, 2008). É um artefato pelo qual cronistas e analistas assentam a percepção que consubstancia as disputas e apropriação dos recursos do espaço em Campina, e legitima um modelo de cidade pelo recurso instrumentalizado de afinidade técnica, política e conceitual que substantiva a prática de higienização da cidade.

Essa compreensão fortaleceu em nós a necessidade de perceber a relação entre discurso e prática social em um diálogo que, paradoxalmente, pôs em suspeição o discurso que tenta homogeneizar o modo de significar a cidade. Discurso percebido enquanto prática social desenhada pelas relações, disputas e movimentos neste espaço, assim passamos a perceber que:

Na escolha do *corpus* (Grifo de autoria!) da análise de um dado discurso há certas regularidades e identificações que o definem enquanto tal. Este campo específico de discursos forma um conjunto regular do que se pode e que se deve ser dito na situação em que aparecem como discursos populares, eruditos, abertos ou secretos.

O texto não é apenas o texto. É um conjunto de enunciados que possuem uma regularidade e uma identificação recorrente a um mesmo tema. Não são palavras soltas e nem inéditas. O texto enquanto mais um discurso é uma construção individual permitida ou censurada num dado contexto social. O discurso, nesta ótica não é uma representação do mundo pelos sujeitos, mas, ao contrário, é a construção deste sujeito pela sociedade, pelo silêncio, pelas formas de interpretação da realidade. (DE LEÓN, 2005, p.88).

O uso do jornal, como fonte de pesquisa sociológica, foi tratado e delimitado na tese pelo que instaura, ordena e classifica como uso do espaço urbano em disputa. Recurso capaz de caracterizar a dinâmica constitutiva das práticas e experiência urbanas em Campina pelos deslocamentos, tramas e trajetos que transcorrem a ordem — ao mesmo tempo social, espacial e física da cidade. Ringoot nos ajuda a pensar sobre tal ordem, ao afirmar que:

(...) a formação discursiva jornalística ultrapassa o discurso do jornal e considera-se, por um lado, que o jornalismo produz um discurso e um saber específicos, destacáveis particularmente pelas formas enunciativas recorrentes, mas considera-se, por outro lado, que o jornalismo é produto de vários discursos que o elaboram e o estruturam. A tensão entre ordem e desordem do discurso, a priori paradoxal, é o que explica o conceito de dispersão. Também, se o jornalismo instaura um objeto de saber, uma enunciação, e as estratégias (ou os posicionamentos) que lhe são particulares, esta identidade de discurso é resultado de uma regulação de múltiplas dispersões (...). (RINGOOT, 2006, p.137).

O discurso jornalístico inseriu o espaço (discursivo) que mapeia diferentes vozes e inscreve diferentes sujeitos na cidade, para produzir um sentido pela notícia a partir de uma *apropriação dirigida do espaço*²⁵. Ao difundirem certas imagens de Campina, os jornais expressam opiniões e visões de seus temas, problemas, conflitos e posições construídas para conformar o discurso hegemônico. Em um espaço discursivo que define *como, onde e quem* deva falar:

(...). O indivíduo, ao falar, ocupa uma posição determinada *de onde* (Grifo de autoria!) deve falar naquele contexto de produção. Isso quer dizer que o *mesmo indivíduo, cindido em diversos sujeitos, move-se entre diversas posições de sujeito. A mesma regra vale para o indivíduo que lê* (Grifo nosso!).

(...), essas posições de sujeito são lugares que os indivíduos metaforicamente “vêm ocupar”. São lugares construídos fora do discurso em questão, (...). As instâncias de enunciação — e, lembremos, também de interpretação, onde o discurso também se constitui — são compreendidos como lugares. (BENETTI, 2008, p.117).

²⁵ A esse respeito cf. Sánchez García (2008) e Coradini (1995).

Como instrumento de análise, os jornais e suas imagens passaram a nos mostrar como se construía Campina Grande sobre os embates e disputas mobilizadas em seu espaço urbano. DB e o JP reforçam, ou apagam acontecimentos e elementos relativos a um discurso oficial acerca dos conteúdos da “desordem”.

E, neste mesmo sentido, dos registros que munem a percepção da cidade, a partir de como estão posicionados os cronistas e matérias presentes nos jornais; tratava-se de analisar os sentidos relacionados aos conteúdos, a identificação e à visibilidade de determinados atores nos jornais.

O discurso dos jornais é sempre atravessado por outros discursos, produto de vários discursos que elaboram e o estruturam em uma tensão entre ordem e desordem que explica o conceito de dispersão (Ringoot, 2006), dos seus modos de produção e sobre os valores que lhe são atribuídos:

(...) as narrativas jornalísticas como jogos de linguagem, como ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação jornalística. A narrativa não é vista como uma composição discursiva autônoma, mas como um dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos. (MOTTA, 2008, p.146-147).

Os jornais se instalaram na pesquisa enquanto recurso metodológico de ler a cidade pela demarcação de seus conflitos e tensões, inserem a paisagem urbana da Campina Grande contemporânea pelo estabelecimento de uma reflexão (criteriosa) da dinâmica local, recuperada na diversidade de situações registradas. Por meio deste recurso fomos impulsionados a pensar o discurso do urbano, como forma de significar a materialidade da cidade, suas paisagens e sujeitos. Não esquecendo, porém que:

(...). Para ler a cidade, o leitor terá necessariamente que lançar mão de muitos recursos que a tornem legível; *para ver a cidade, o observador necessita de instrumentos capazes de torná-la visível. Pois a cidade material, visível ao primeiro olhar, pode esconder muitas outras cidades* (Grifo nosso!). Para além do espaço urbano, a cidade comporta sonhos, desejos, projetos inacabados e não realizados. Necessita que seja vista para além de sua pedra, (...). (POSSAMAI, 2007, p.7-8).

A forma urbana e a interpretação realizada sobre este lócus (cidade) nos jornais se constituíram para nós, enquanto analista social, importantes dispositivos de interpretação, trabalhando a cidade como espaço de interpretação e, neste sentido, “inventada” a partir de um discurso já-dito.

Coube-nos então a opção em recorrer à *análise de discurso*, por esta possibilitar perceber as formulações discursivas do *lugar de onde se narram e como se narram os sujeitos urbanos*:

Como a cidade se constitui em espaço de interpretação particular, podemos perguntar: como os sujeitos interpretam a cidade, como eles se interpretam na cidade, como a cidade impõe gestos de interpretação, como a interpretação habita a cidade etc.(ORLANDI, 2004, p. 21).

Ambulantes e pobres urbanos são considerados no DB e JP como que congelados na vivência que fazem da cidade (Barreto, 1996), de personagens que negam as imagens de Campina e surgem sempre por uma tensão, entre a Campina desejada e a cidade realizada, notadamente construída como discurso que, nos jornais, polariza a Campina moderna e a da crise.

DB e JP exprimem um juízo de valor ao definir, pelos seus discursos, que espaços e personagens devam ser interditados na cidade e, por excelência, através de suas matérias e imagens, estabelecem padrões de *lugares, fatos e usuários* que “naturalmente” exigiriam um olhar específico sobre Campina.

Ao ignorar as intenções dos usuários da cidade, DB e JP identificam Campina segundo sentidos exaltados, e hierarquicamente organizados, para questionar a imagem negativa de pobres urbanos e ambulantes, do que estes fazem como projeções da cidade em suas realizações. Não nos admira, portanto, que DB e JP ponham em prática o disciplinamento da cidade e de seus habitantes, pelo olhar que mantêm suspeito ao apresentar Campina como um lugar de profusas manifestações econômicas, culturais e políticas.

Ao que parece à sucessão de leituras dos jornais, Campina é apresentada como imutável e neutra à série de transformações que passou. DB e JP não identificam e nem conferem importância às reações que se impõem, com maior força nas décadas de 1980 e 1990, a ordem que confere importância e visibilidade a pobres e ambulantes. Todavia, estes apenas são percebidos pelo que abrangem de negativo, desviante, fracasso, interrupção e contradição das imagens-sínteses de Campina.

Foi entendendo como se dava o registro dos usuários nos jornais que a recolha da imagem e a utilização da linguagem visual, como fontes de pesquisa das ciências sociais, passaram a ser tratados por nós. As imagens (visuais e textuais) revelavam um poderoso instrumento de coesão social (Barreto, 1996) ao alcance de toda a sociedade, que não deveria ser analisado como mera descrição da realidade.

Ao apropriarmos a fotografia, como instrumento ou técnica de pesquisa, a inserimos como elemento do discurso e parte integrante do texto. Pensamos na dinâmica discursiva própria que articula tempo-espço e interações sociais na fotografia (Koury, 1998). Lida no contexto da análise, a dimensão da fotografia nos auxiliou a repensar a própria reflexão inicial, pois, conforme coloca Guran (1995), a fotografia ajuda a fazer emergir algumas pistas que permitem melhorar a compreensão da realidade estudada, ou seja:

A fotografia feita para contar é aquela que visa especificamente a integrar o discurso, a apresentação das conclusões da pesquisa, somando-se às demais imagens do corpus fotográfico e funcionando sobretudo na descrição e na interpretação dos fenômenos estudados. É geralmente produzida quando o pesquisador já pode identificar os aspectos relevantes cujo registro contribui para a apresentação de sua reflexão. Nada impede, porém, que fotografias feitas na primeira fase da pesquisa — a de descobrir — passem por uma releitura e venham a integrar o discurso final nesta categoria. (Grifo nosso!). (GURAN, 1995, p.162).

Rica em informações, a fotografia depende diretamente da leitura da imagem (Guran, 1995), pois deve ser capaz de captar e perceber as nuances presentes em textos e discursos contextualizados. Elemento do discurso, enquanto tal, a fotografia expressa não apenas imagens, mas evoca a imagem específica de um conjunto- padrão de imagens, aquém e além da visualidade material:

A imagem, em particular a Fotografia (sic), traz informações visuais preciosas para o nosso conhecimento das coisas, pois funciona como uma narrativa, mesmo que fragmentária, sobre uma multiplicidade de eventos e personagens, mesmo que não se possa dizer tudo sobre eles. (...), a Fotografia (sic) conta uma história a partir do ponto de vista do seu narrador, mas ao mesmo tempo exigindo do leitor uma resposta complementar. (...). Como um texto, sugere questões e pede ao leitor que preencha uma série de lacunas e perguntas parcialmente respondidas, e realize uma parte do trabalho por ele (...). Esse trabalho realizado pelo leitor situa-se no âmbito simbólico, no qual confere sentido à representação imagética sobre o qual

interfere também o saber, os afetos, as crenças do indivíduo, além de fatores transhistóricos e interculturais na relação com a imagem em geral. (...). (BARRETO, 1996, p.13-14).

Essa leitura variou a análise não apenas segundo o olhar da espectadora (aqui também pesquisadora), mas também decorreu da própria natureza construída pelas imagens trabalhadas a partir do DB e do JP. O que criticamente refletiu o cruzamento entre as ciências sociais e a linguagem visual em uma antologia que, com base na perspectiva de Feldman-Bianco (1998):

(...), questionamos a tendência de construir o conhecimento por meio e modelos e classificações e de utilizar a dimensão imagética como documento da “realidade objetiva” ou como mera ilustração de textos verbais. Em vez do simples registro e da documentação visual do “instantâneo da experiência” (...), ressaltamos a importância de dedicar mais atenção aos significados culturais engendrados pelas imagens, bem como á formas como a produção e a leitura dessas imagens são mediadas, (...). (FELDMAN-BIANCO, 1998, p.12).

A fotografia apresenta riqueza de detalhes, do indizível, pois não é apenas o visível que se lê em uma foto, mas também aquilo que está fora do campo fotográfico e que, no entanto, está nele circunscrito (Barreto, 1996). Por essa perspectiva, as imagens visuais presentes na tese, através das figuras, são situadas pela interlocução da fotografia com o implícito processo de rupturas e contiguidades que indicam a leitura da requalificação urbana de Campina Grande, em uma compreensão da relação da imagem fotográfica com o visual e o textual enquanto registro possível de significar os fatos analisados, pois:

A fotografia ou o desenho permitem uma penetração de significados por meio da memória espacial e da associação de imagens. O exercício de análise das fotografias estimula a percepção visual e habitua a enxergar na foto uma radiografia com sugestões de significados invisíveis que ultrapassa o enquadramento das duas dimensões. (MOREIRA LEITE, 1998, p.43).

Como extensão e significação, a fotografia, longe de ser objeto neutro acolhe significados sociais muito diferentes produzidos na correlação com discursos, capazes de requerer os conteúdos sociais das imagens de um processo vivenciado na cidade que, visto aqui sob a ótica dos jornais, exprime e nos traz informações preciosas sobre tal realidade.

Pois há dimensões ocultas na realidade fotografada, onde o verossímil não é necessariamente o verdadeiro, embora seja o real. Nestes termos nos ajuda Martins (2009), ao pontuar que se a fotografia aparentemente “congela”

um momento, sociologicamente, de fato, “descongela” esse momento ao remetê-lo para a dimensão da história, da cultura e das relações sociais:

(...), decifrar o que se esconde por trás do visível (e do fotografável) continua sendo um desafio para os cientistas que se documentam com expressões visuais da realidade social. Um desafio, sobretudo, de natureza metodológica. Talvez as coisas fiquem um pouco mais fáceis se pudermos lidar com a documentação visual, especialmente com a fotografia, enquanto meio de compreensão (...) da sociedade, e abriremos mão, de vez, da ilusão de ter na fotografia um documento socialmente realista e objetivo. As fantasias, as ilusões, as distorções, os equívocos de interpretação, (...), também são documentos relevantes para as ciências sociais, (...). (MARTINS, 2009, p. 65-66).

A fotografia ao registrar tem a visibilidade própria de imagens que são articuladas de forma a participar do texto e trazer à tona o sentido de relações sociais; a invisibilidade de fatos que nos ajudaram na compreensão das situações analisadas.

Ao serem registradas como material de análise, as fotografias orientam a leitura sobre Campina Grande, revelam conteúdos que atuam de maneira a reconhecer as imagens-sínteses da cidade em contraposição à ordenação de um padrão de sociabilidade hegemônica presente como prática social:

Nessa perspectiva, a imagem não meramente ilustra o texto, nem o texto explica a imagem, ambos se complementam, concorrem para propiciar uma reflexão sobre o tema em questão.

(...). Para a foto deixar de ser apenas uma mera ilustração, ou um fato descritivo (no sentido raso), *é preciso que ela seja pensada (na sua concepção), analisada e montada (...) para que se visualize a interpretação proposta pelo pesquisador em sua descrição densa* (Grifo nosso!). (...). (GODOLPHIM, 1995, p.169; 183).

Elemento essencial para problematizar o discurso sobre Campina, o flagrante jornalístico e a fotografia também possibilitam orientar o olhar do artifício da cidade (Pesavento, 2008), contraposto ao deslocamento e reações dos ordinários. Olhar expresso à intencionalidade de imagens e discursos onde os jornais, por modos não neutros, marcam a forma, conteúdo, pensamento e textos correlatos que avaliam a apropriação social dos espaços em Campina, pelo seu esquadrinhamento.

Esquadrinhamento esse palco da preocupação, por parte do agente público, em demarcar a distância e diferenciação entre a Campina exigida, considerada essencial à requalificação urbana, e as práticas ordinárias da

cidade. Noção que corresponde a uma *linguagem sintética* (Sánchez García, 2008) que exprime de forma convincente, aspectos selecionados da vida urbana e da materialidade da cidade, mediante a difusão de imagens e discursos.

Não é, pois, de se admirar que a fotografia presente nos jornais gere a expectativa do que deveria ser valorizado em Campina Grande e como deve ser fotografado, dando a impressão de que nada mais há para falar sobre esta. Enquanto texto, a fotografia pode ser considerada um meio de conhecer e situar a cidade.

Mesmo que em uma sensação de estranhamento provocada em nós pela forma como algumas imagens de lugares, espaços e personagens foram descritos suficientemente para atrair e projetar Campina e, por outro lado, de algum modo também remeteria para consagrar alguns e, diferentemente, identificar outras como “imagens invertidas” de Campina.

Essa observação do olhar fez entender que as fotografias do DB e JP, como um dos principais meios de expressar Campina, tinham a perspectiva diferenciada pelas imagens documentadas, através de suas lentes, como registro de espaços e acontecimentos pelos jornais considerados os mais significativos que, em outra tendência, envolveriam a face de Campina dada por paisagens e modos de ver e registrar cada vez mais a pobreza, as desigualdades e a luta pelo espaço urbano.

São perceptíveis as perspectivas dos jornais em relação à pobreza, as desigualdades e a luta pelo espaço urbano ou de se mostrar aparentemente desvinculados dessas paisagens, onde as imagens do DB e JP remetem, só que de forma um tanto quanto descompassada, à leitura que realizam de fatos completamente novos daquilo que até então era falado, fadado e existido em Campina.

As fotografias presentes no DB e JP alardeiam a situação caótica da cidade, mas, ao mesmo tempo e de modo sutil, conferem a leitura hegemônica do olhar fotográfico sobre ambulantes e pobres urbanos, ao

construir e consolidar a imagem da cidade disciplinada. A esse respeito Barreto (1996), nas passagens abaixo, auxilia-nos ao afirmar que:

Desde o início até a virada do século [XX], a idéia (sic) construída pelas fotografias para o espaço urbano tem sido limpa, disciplinada, desprovida de tragédias, mas ao mesmo tempo carregada de nostalgia e saudosismo. Parecem querer confirmar o disciplinamento imposto ao espaço e às pessoas, através das normas para a construção de imóveis, (...), da proibição e penalização das pessoas (...). Aparentemente não era esse o universo desejado e representado nas fotografias, mas ao contrário, elas transmitem a idéia (sic) de uma cidade pacata e sem conflitos ou problemas de qualquer ordem.

(...), o olhar fotográfico parece continuar a se abstrair de tudo o que é inconveniente à ordem como as lutas políticas, os movimentos sociais, (...), e à miséria. (...). (BARRETO, 1996, p. 63; 73).

Ao confrontar as descrições de perspectivas, em permanente jogo nas fotografias do DB e JP, reconhecemos que as imagens representadas, além de caracterizarem o ritmo de Campina, a movimentação da cidade em suas sínteses, estabelecem um delicado critério convenientemente vinculado ao contexto político e econômico local.

A partir de um olhar específico sobre Campina, cidade que também se altera em sua forma, imagens e discursos são evocados nos jornais, ao descreverem a trama do seu espaço urbano.

Percebemos assim que não seriam as estruturas sintático-enunciativas que definiriam nosso objeto de estudo, ao constatarmos que o discurso por ele mesmo, por dizer ou se fazer dito, não nos remeteria a nada. Reforçamos então a análise pelo destaque dado à *interdiscursividade*; o que nos apontou para os processos sociológicos do discurso:

(...), podemos atestar que toda formação discursiva aponta, em seu interior, a presença de diferentes discursos, ao que (...), denomina-se *interdiscurso* (Grifo de autoria!). Trata-se, (...), de uma *interdiscursividade* (Grifo de autoria!) caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais. (FERNADES, 2008, p. 39).

A prática social do discurso e sua formação estariam produzidas, interpretadas, e por nós analisadas, em uma dispersão de acontecimentos e campos (sociais, estéticos, econômicos, políticos, culturais) que se colocam pelas formas de dizer, compreender os sujeitos, falas e situações sociais, formas próprias à existência dos discursos, em diferentes contextos sociais.

Isso possibilitou pensar as formas pelas quais diferentes sujeitos se inscrevem na cidade, suas práticas de sociabilidade e movimentos muitas vezes não perceptíveis aos flagrantistas da cidade:

(...). Onde o social é silenciado, nessa organização social urbana que não compreende (apreende) a realidade urbana cidadina em constante movimento, (...). E o que não é significado perde-se na marginalidade do interdito, do sem-sentido (sic). (Grifo nosso!).

Pois bem, a narratividade urbana, enquanto fala que desorganiza, é um modo discursivo de se trabalhar a espessura semântica da cidade, atravessar o urbano saturado e flagrar o real da cidade se significando (...). (ORLANDI, 2004, p.36).

Por essa leitura percebemos o percurso social, no qual se encontram inscritas posições, táticas e modos de praticar a cidade, o que nos coube passar a apreender o jogo da interpretação e encontrar outros modos de dizer do trocadilho da ordem do discurso urbano; 'discurso que fala' pelas possibilidades de sentidos não perceptíveis em categorias fechadas.

Nessa direção, em especial, compreendemos as singularidades do processo de requalificação urbana de Campina Grande, do que se projetou como um discurso pensado da *polissemia dos lugares* na cidade:

Polissemia (Grifo de autoria!). (...), pensar-se a relação com o múltiplo, do um com o outro, do "parafrástico" com o "polissêmico", do singular com o plural.(...): não há limites declarados entre um e outro. São processos constitutivos da linguagem.(...), atando cidade e so-ci-(e)dade(sic). Polissemicamente. Dessa maneira mesmo: com traços, parênteses, junções-e-separações, sentidos em seu jogo, (...). (ORLANDI, 2003, p.30)

Polissemia que recortou e configurou para nós o processo de requalificação urbana, de modo a compreender as transformações ocorridas na reestruturação do espaço urbano de Campina e as práticas sociais operadas neste, em uma interpretação dos sentidos produzidos sobre a cidade:

(...). Daí a necessidade de um método como o da análise de discurso para ir além desses efeitos de sentidos e confrontar-se com o lugar em que esses sentidos se constituem, fazem sentido, lugar em que o simbólico e o político se articulam na produção desses efeitos. (ORLANDI, 2004, p.29).

A diferenciação na obtenção da investigação e do tipo de discurso gerado na análise nos proporcionou um interessante material, posto pela ampliação da fonte de pesquisa e da própria documentação escrita.

A análise do material consultado, via documentos e jornais, colocou a compreensão da necessidade de superar a mera descrição dos acontecimentos percebendo as significações atribuídas ao método da pesquisa sociológica com jornais, em um percurso que não se privilegiou apenas a documentação oficial, pois:

Compreender o discurso, e sua passagem a texto, é saber lidar com o acaso e as condições de produção. Variância. Não há ponto fixo, imóvel que possa servir de apoio ao analista sem que ele perca com isso, a capacidade de lidar com limites apenas delineados, movimentos do dizer e dos sujeitos, movência dos sentidos. *O analista acompanha este jogo sinuoso de formações, versões, de formulações* (Grifo nosso!), para instalar uma relação com a textualidade que a leve em conta sem perder-se na estabilidade que aí se representa, sendo capaz de observar o movimento de interpretação que aí se realiza. Se o acaso joga em permanência no discurso, o analista tem também de entrar nesse jogo para poder fazer frente a seu objeto. (...). (ORLANDI, 2004, p.187).

Associamos, quando da análise dos documentos e jornais, três discursos relacionados entre si na tese enquanto leituras de Campina Grande: *as imagens-sínteses, o desenho institucional e aos contrausos*. Estes discursos se destacam como marcas distintivas de Campina Grande em suas sínteses. Reúnem, resumem e comportam sentidos, estratégias e problemas que se dispõem como imagem de Campina.

Nessa medida, o desafio que se colocou para nós incessantemente foi a leitura de usuários e praticantes que (re) inscrevem o discurso do texto (urbano), presente no material por nós trabalhado. Pois as falas dos cronistas, as matérias da capa, os documentos oficiais, juntamente com os fatos divulgados e as fotografias documentadas nos jornais, representam o discurso que assume um lugar, uma determinada posição, um olhar (contraditório, antagônico e intencionado) sobre Campina Grande.

Na leitura que fazem do cotidiano de Campina, isto é da cidade representada, o DB e JP assumem paulatinamente um discurso importante na cidade, ao tentarem realizar a omissão, ou possivelmente a retenção, das falas e reações populares. Fragmentam assim as reações populares e, ao não darem voz a estas, mas por estas falarem, cumprem a orientação do discurso hegemônico que reforça a imagem evocada por uma ordem já consolidada.

Ao fazer crer, a leitores e cidadãos, o discurso que retrata ambulantes e pobres urbanos somente pelo que compõe de ilegal, paralelo, irregular e desordem à cidade. No entanto foi essa relação que se constituiu para nós o enfoque sociológico, aqui trabalhado pelas margens dos discursos e dos pontos do *sentido suspenso* da requalificação.

A presente tese, de modo mais geral, procurará pensar Campina como um espaço que toma forma e se materializa, através da relação que constitui o processo de requalificação urbana da cidade. Recompomos assim não apenas acontecimentos, ou “vestígios” de um percurso não prévio, fixo ou pronto, mas, a interpretação de um trabalho de mão dupla da *análise de discurso*, ao perceber a cidade como um lugar de interpretação e relação entre sociedade e espaço. Por esse percurso, organizamos o trabalho de tese.

No *capítulo I*, realizamos a leitura das *imagens-sínteses* que se processam como atualização das ideias-chave que articulam os projetos hegemônicos da(s) Campina (s) existente(s): a do trabalho, a da pujança, do progresso, da crise e a própria reinvenção da cidade, através da síntese presente na Campina *tech city*.

No *capítulo II*, percorremos o desenho da *cidade instaurada*, instituída através da intervenção do planejamento do urbano, em seu desenho institucional pressuposto da tentativa de resolver as questões urbanas em um discurso marcadamente autoritário. Discurso por nós compreendido enquanto modo de significar as imagens de Campina, as intervenções e seus discursos em práticas presididas sob forte suporte de certo tipo de “olhar vigilante” sobre a cidade.

Os capítulos *III*, *IV* e *V* analisam os contrausos à cidade instaurada, imagens que se colocam no processo de requalificação urbana através dos ambulantes e pobres urbanos que, ao contrário do que colocam as imagens-sínteses, passam a se destacar através de disputas ocorridas no interior do espaço público.

Esses capítulos (III, IV e V) enfatizam a leitura que jornais e documentos realizam sobre os territórios disputados de Campina Grande como disputas regidas, entrecortadas e ordenadas por ambulantes e pobres urbanos em suas práticas de ocupação e resistências no interior do espaço público — dos Calçadões, localizados no seu centro principal, especificamente o da Cardoso Vieira, e, também, a luta pelo solo urbano na periferia.

Contrausos que, com fortes implicações no espaço da rua, expressam o padrão de sociabilidades estabelecido a partir da relação com o poder público. Como veremos, das concepções inerentes a ocupação dos Calçadões localizados no centro principal de Campina, das intervenções propostas pelo *Projeto Campina Grande Déco* e, por último, da luta por moradia na cidade.

*Alô ,Alô minha Campina Grande, quem te viu e quem te vê, não te conhece mais,
Campina Grande tá bonita, tá mudada
Muito bem organizada, cheia de cartaz.
Recebe turista o ano inteirinho, ao seu visitante trata com carinho.
Quem vai a Campina, pede pra ficar,...).
E se visita Zé Pinheiro não sai mais de lá, ô não sai mais de lá, ô não sai mais de lá.
(...).(Alô Campina Grande — Jackson do Pandeiro)*

CAPÍTULO I

1. IMAGENS SEDUTORAS DE CAMPINA GRANDE

1.1 Imagens históricas dos discursos sobre Campina

Pensaremos neste capítulo as sínteses hegemônicas de Campina Grande que, enquanto imagens sedutoras da cidade, acionadas em contextos históricos precisos, remetem ao processo de requalificação urbana pela tendência de conflito entre a múltipla Campina e suas reduções.

Pois sem que se compreendam as imagens de Campina torna-se difícil perceber a requalificação ocorrida, a partir dos anos 1970 em discursos que visam apresentar a cidade como única, imagens-sínteses que constituem a condição contemporânea de seus significados, por um trabalho hegemônico, de reconhecimento à sua dimensão pública.

Antes mesmo de propriamente discutir as imagens sedutoras de Campina é relevante entendermos como historicamente tais imagens foram construídas²⁶, em sua dimensão pública, que discursos a produziram, sustentaram e renovaram a cidade como significado espacial.

Lugar proeminente de onde, de modo irresistível, se tece a singularidade da forma de pensar Campina Grande através das marcas de uma linguagem (urbana) que habita passado e presente. Tempos

²⁶ Cabe ressaltar que a tentativa de entendermos historicamente de onde vêm essas imagens surgiu da professora Tereza Queiróz, quando da Banca de Qualificação, em sugestão bem aceita por nós.

referenciados como leituras hegemônicas de contextos sociais, culturais, econômicos e históricos aqui foram adotados como imagens específicas sobre a cidade:

Em tempo, ressalte-se a importância da própria evolução (sic) histórica da cidade, que conheceu momentos de crise e de pujança, definindo-se afinal, como uma cidade que, embora surgida no passo das boiadas e sob o signo do comércio, soube enfrentar os novos tempos e migrar da agricultura para o comércio, deste para a indústria e deste para a ciência e a tecnologia (...). (LIMA, 2010, p.33).

Desse modo, a requalificação urbana ocorrida a partir dos anos 1970 deve também ser percebida pelos modos como historicamente foram pensados os discursos sobre a cidade. Em uma escrita que também expressa a cidade (não) visível, oculta, permitida, negada, crível em torno dos seus usos, (des) usos, lugares e territórios, pois:

(...), se a cidade tem uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos, praças, (...) sobre este “real” os homens constroem um sistema de idéias (sic) e imagens de representação coletiva.

Ou seja, através de discursos e imagens, o homem re-apresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória. Há, pois, um deslizamento de sentido, uma representação do outro que não é idêntica, porém análoga, uma atribuição de significados que expressam intenções, desejos, utopias, mitos.

Endossar essa postura implica assumir a decifração do real pelo imaginário, ou seja, pelas suas representações. (...). (PESAVENTO, 2008, p.26)

Nesta direção, as imagens de Campina Grande somente podem ser compreendidas enquanto processo de significação dos discursos que a projetam como elemento de diferenciação socioespacial; atributos disseminados como leituras que constituem Campina como sinônimo de urbe, progresso e modernização. Onde as explicações para a singularidade de Campina Grande não que ser buscadas em tais discursos:

Com efeito, as explicações devem ser buscadas na forma pela qual se articulam os agentes sociais no seio da comunidade. A importância político-social da cidade, nesse caso, é fruto de seu próprio desenvolvimento e da atração das classes sociais (LIMA, 2010, p.73).

É identificada assim, a partir da história (como podemos observar na Figura 2), a memória de atributos e símbolos identitários, próprios de Campina. Símbolos que incidem em constituir a cidade em sua reafirmação como urbe moderna. Historicamente Campina Grande tem sido idealizada como progressista; nova, contemporânea, pioneira e detentora de espaços ligados à compreensão incompleta que marca o seu ininterrupto processo de modernidade urbana:

É possível entender tal *compreensão incompleta* (Grifo nosso!) do fato urbano como corolário da idealização de um período próspero da história da cidade [o ciclo do algodão, o ouro branco] associado à arquitetura em questão, representativa, tanto localmente quanto no plano nacional e mundial, *de uma modernidade otimista, harmoniosa e acrítica*. (...) (grifo nosso!). (LOUREIRO DE CARVALHO et. al., 2007, p.01).



Figura 2: Monumento 'Os Pioneiros' — Localizado às margens do Açude Velho, simboliza as contribuições de índios (agricultura), tropeiros (comércio) e do algodão (indústria) ao desenvolvimento de Campina.

Fonte: http://i186.photobucket.com/albums/x304/marcus_fn/monumento-pioneiros1.jpg.

Como pontuávamos na *Introdução*, historicamente Campina Grande tem sido marcada pela forte atratividade exercida em sua função pólo, em razão da posição geográfica estratégica de entreposto, no passado e, hoje, centro universitário e tecnológico de destaque.

A cidade tem assim uma história permeada por ações comerciais, que anunciam a vocação urbana através das contribuições de índios, mascates e tropeiros, em uma história que, amplamente retratada e divulgada pela música 'Tropeiros da Borborema'²⁷, tem por referência a "riqueza da terra que tanto

²⁷Imortalizada na voz de Luiz Gonzaga, a música foi escolhida pelos campinenses, no ano de 2000, como a que melhor representa a cidade em sua vocação: "Estala relho marvado, recordar hoje é meu tema. Quero é rever os antigos tropeiros da Borborema. São tropas de burros que vêm do sertão. Trazendo seus fardos de pele e algodão (...). Assim caminhavam as tropas cansadas E os bravos tropeiros buscando pousada. Nos ranchos e aguadas dos tempos de outrora. Saíndo mais cedo que a barra da aurora. *Riqueza da terra que tanto se expande. E hoje se chama de Campina Grande. Foi grande por eles que foram os primeiros* (Grifo nosso!). Ó tropas de burros, ó velhos tropeiros. (...)."

se expande” comumente utilizada para reiterar os significados entre as imagens passadas e contemporâneas da cidade:

Segundo contam os historiadores, o primeiro aldeamento surgiu com a tentativa de ligar o litoral ao Sertão e se pode aceitar 1697 como o ano da fundação do povoado. Seu núcleo inicial foi instalado em aldeamento de índios Ariús, ali fixados pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, durante a chamada “Guerra dos Bárbaros”. Em volta da aldeia surgiu uma feira nas ruas por onde passavam camponeses. Alguns autores são da opinião de que antes da chegada de Teodósio, o povoado já estava construído e que o capitão apenas teria desenvolvido e consolidado a região, pois a Paraíba necessitava de um ponto de união entre o Sertão e o litoral, entre a civilização da cana e a do gado.

(...), Campina Grande nada mais era do que um aglomerado disforme de casas de taipas entregues aos aventureiros que nela pousavam e era apenas um local de encontro e de troca de gado. Todavia, o processo de fixação de seus habitantes foi a fase mais importante do povoado. A partir daí, começaram a aparecer os pontos de referência e consolidam-se as feiras. Inicia-se a chegada dos tropeiros, almocreves, boiadeiros e tangerinos (sic). Nasce um mercado. A feira da cidade, passa a ser o ponto de intercâmbio entre as frentes litorâneas e sertanejas. Campina Grande passa de um arruado de pequenas casas, poucas ruas, a ter as principais casas acampadas às estradas de acesso.

(...). Sua elevação à vila com o nome de *Vila Nova da Rainha* (Grifo nosso!) se deu em 20 de abril de 1790. Já em 1864[em 11/10] a vila é elevada à categoria de cidade, (...). (...). Com a emancipação municipal, o núcleo urbano passa a ter mais importância, com isso mudou-se o centro de decisões em função de deslocamento de parte dos fazendeiros para a cultura e comercialização de algodão, o que implica em permanência mais constante na rua.²⁸

As sínteses de Campina Grande, “para além das suas formas perceptíveis e materializadas”, acompanham históricos significados amplamente reconhecidos e instaurados como discursos que representam as condições contemporâneas da cidade:

O projeto de cidade e do urbano de Campina Grande, ao apropriar o lugar para determinado uso, mais o qualifica do que delimita; sendo que qualificar significa conferir caráter distintivo, diferenciado do resto que o envolve, do que não foi apropriado, mantendo, porém, com ele, ao mesmo tempo, ligações que definem o modo de interpretar e construir a paisagem (CARDOSO, 2002, p.55).

As bases que podem explicar as imagens-sínteses sedutoras da Campina Grande contemporânea, tantas vezes caracterizadas apenas sob a denominação ufanista do *campinismo*²⁹, têm assim a ver com a construção discursiva que, historicamente, constituiu Campina como cidade pólo:

²⁸ HISTÓRIA começa no século XV. JP, 11 out.2003(Editorial — edição especial de aniversário da cidade).

²⁹ *Campinismo* pensado como comportamento típico derivado por uma atitude de defesa sempre positivada de Campina Grande e do ‘orgulho de ser campinense’. Cabe destacar que o ‘campinismo’ também é posto por uma suposta competição bairrista com a capital (João Pessoa). Um reconhecimento, para a grande

Desde a sua fundação Campina Grande, tem-se construído em um pólo regional de certa relevância. Primeiramente, edificando-se em um cruzamento de caminhos constitui-se em florescente feira de gado. Depois sob os influxos dos tropeiros, em importante centro comercial. (LIMA, 2010, p.78-79).

Em meados do século XVII a cidade se configurava como um importante entreposto comercial de caminhos que conduziam gado e tropeiros. Já no século XIX, começa a se destacar economicamente através de setores mais abastados ligados inicialmente ao negócio do gado, comércio e, mais tarde, à produção do algodão:

O segundo lugar na renda estadual é alcançado pela cidade no ano de 1888 através do comércio do gado e do algodão, para facilitar o fluxo dentre o litoral e o sertão, foram abertas as primeiras estradas. (...). (...), *concebendo os auspícios de uma “cidade moderna”, (...). A rainha da borborema(sic) é erigida à condição de “EMPÓRIO ALGODOEIRO” (sic)(Grifo nosso!).*³⁰

A projeção de Campina como “Rainha³¹ da Borborema” é demarcada, se assim pudermos falar, no exato momento em que uma série de comerciantes ligados ao ramos da exportação se radica na região da Borborema. O pioneirismo econômico de Campina(vide Figura 3), à época já tão almejado por parte de sua elite, começa a se consolidar pelo caráter de pujança econômica do algodão, o *ouro branco*. Na esteira do algodão, a cidade passa a ser chamada de *Liverpool*³² do Sertão em alusão a então principal praça algodoeira do mundo, a cidade inglesa de Liverpool.

maioria dos campinenses, das condições de comando que a cidade tem no Estado da Paraíba, em um processo de desenvolvimento autônomo. A esse respeito interessante consultar as seguintes crônicas: BITOLA estreita. DB, 20 ago.1975; CAMPINA sem campinismo. DB, 14 jan. 1978; CAMPINA Grande e o desenvolvimento autônomo. DB, 11 out.1978.

³⁰ Cf. Sousa 1994, p.19.

³¹ Uma curiosidade: Em 1790, Campina Grande passa a ser denominada de *Vila Nova da Rainha*, porém, o novo nome não é de imediato acatado por grande parte da população, a não ser em documentos oficiais. Consta que até papéis forenses de 1831 referiam-se a *Campina Grande* ao invés de seu nome oficial. Disponível em: http://www.achetudoeregiao.com.br/pb/campina_grande/historia.htm Acesso: 10 mar. 2011.

³² A esse respeito cf.: UMA historia em construção. JP, 11 out.2000; O RETORNO do algodão. DB, 01 set.1991; A FARINHA e o algodão no comércio de Campina. DB, 13 jul. 1984.

Sob o manto de empório algodoeiro, Campina dinamiza seu crescimento urbano³³ com a implantação da estrada de ferro *Great Western of Brasil Railway* (1907) e a incorporação das sociabilidades trazidas.

Em 1936, Campina já era considerada a principal cidade do interior nordestino, devido ao intenso comércio do algodão: produto cuja presença passa a marcar a cidade por um forte sentido simbólico desse empreendimento³⁴, que funcionará como cartão de visitas e sua principal porta de entrada (Sousa, 2001). Todavia, outros elementos ainda explicam a atuação da cidade em sua abrangência nesse momento:

A posição que essa cidade assume como grande entreposto comercial, em particular no setor algodoeiro, não se deve ao simples fato de ter se tornado porta de trilha e sim às excepcionais condições dessa ponta de trilha. Se ela prosperou nessa cidade e, por sua vez, contribuiu para sua prosperidade econômica, isso se deve a dois fatores de fato excepcionais. De um lado a privilegiada posição dessa ponta de trilha, já que ficava no mais movimentado entroncamento das principais estradas da Paraíba e dos Estados limítrofes; de outro, sua ligação com o maior porto de exportação do Nordeste, o porto do Recife! (ARANHA, 2001, p.83).



Figura 3: A memória urbana (oficial) de Campina Grande.

Fonte: DB, 11 out.1995.

Os discursos ancorados nas referências sobre Campina Grande (vide Figura 4) e seu *ouro branco* disseminam, mesmo que para poucos e por

³³ De acordo com Aranha (2001), no período de 1907 a 1967 Campina teve um enorme incremento demográfico — sua população passou de 17.041 para 205.000 habitantes.

³⁴ Empreendimento que tinha nos *capitães do algodão* seu maior símbolo de poder e modernização: homens e algodão como uno indivisíveis. (CABRAL FILHO, 2007).

poucos, as novas formas de circulação, movimento e relações de dominação que ditariam os ares de progresso e modernidade da “Rainha”:

(...) uma experiência de reforma urbana que é caudatária dos chamados valores modernos e burgueses, que tinham como meta, segundo seus idealizadores, transformar uma das nossas cidades em um ambiente moderno e civilizado, o que lhe confere uma inegável dimensão universal, aproximando-o de diversas outras experiências ocorridas mundo a fora. Ao mesmo tempo, veremos como a universalidade das idéias (sic) que nortearam as mudanças em Campina Grande virou práticas múltiplas, assim compreendidas pelos seus moradores, fazendo dela uma cidade com uma história e trajetória peculiares. (SOUSA, 2003, p.66)

Essa experiência se tornou referência³⁵, pois, ao contrário do que caracterizou o advento das cidades modernas no Brasil, a propalada *reforma urbana de Verginaud Wanderley* foi marcada pelo caráter singular em torno de tensões entre velhas e novas elites:

Seguindo a lógica do discurso da modernidade que tomava conta do país nas décadas de 40-50, o prefeito de Campina Grande Verginaud Wanderley tentava modernizar a imagem urbanística de uma cidade que já despontava como uma das mais prósperas do interior nordestino. (SOUSA, 1994, p.34).

Esse discurso lança mão da imagem da cidade, por uma prática social que a invoca como lugar de modernidade. Discurso esse que foi decisivo à eleição municipal de 1959. A candidatura do empresário Newton Rique, pelo então PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), lançou um Programa de Governo³⁶ que tinha por objetivo fazer com que Campina pudesse ascender como industrializada e moderna através da denominada *Revolução da Prosperidade*:

³⁵ Vinculada às ações das administrações de Verginaud Wanderley (1935-1938; 1940-1945); essa reforma se tornou referência em termos de seu caráter singular, marcado pela teatralização do poder e de forte pensamento sanitarista. Em Campina Grande, ao contrário de outros municípios brasileiros onde os *bota-abaixo* foram referências por parte dos pobres urbanos, as peculiaridades se deram devido às perdas por parte das elites no processo de transformação de “dar à cidade ares de urbe moderna”. A esse respeito, conferir a ainda inédita contribuição de Sousa (2001).

³⁶ A título de informações: esse Programa tivera a participação de um seletor coletivo da elite local, denominado ‘*Grupo Desenvolvimentista*’, o qual participara no Governo Juscelino Kubitschek do GTDN (Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste) que originou a SUDENE; a ideia de um programa escrito teve como seu precursor JK, na eleição presidencial; Newton Rique somente foi eleito Prefeito de Campina Grande em 1963, tendo sido cassado em junho de 1964.

Para um candidato a prefeito em especial, o petebista Newton Rique, Campina Grande vivia um impasse: precisava desenvolver-se imediatamente, mas não possuía as condições necessárias para tal. Como resposta a esta demanda que era percebida como um desejo latente da população (...), este candidato lançou mão de uma iniciativa até então inédita na história política da cidade: fez divulgar um Plano de Governo por escrito, no qual desenhava simultaneamente o seu sonho de cidade e os caminhos entendidos aí como legítimos para a sua concretização. Este documento, intitulado de Revolução da Prosperidade, promoveu a canalização de todo um debate existente na cidade de forma desconexa e fragmentária e o articulou nos termos de um projeto desenvolvimentista amplo e voltado para todas as experiências de vida de Campina Grande. (AGRA DO Ó apud TORRES, 2007, p.20-21).

É em consonância com esse imaginário de progresso tão em voga nos anos 1950³⁷ que se inicia o percurso coloca, anos mais tarde, a formação da imagem Campina *tech city*, com a criação de instituições observadas pela elite local como as que levariam e multiplicariam o desenvolvimento econômico a todo o Estado da Paraíba.



Figura 4: Imagem histórica de Campina Grande.

Fonte: JP, 23 abr.2006.

Dentre essas instituições citamos: Escola Politécnica (POLI), Escola Técnica de Comércio de Campina Grande, Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Serviço Social, que mais tarde originou a Universidade Regional do Nordeste (URNE), SANESA (Saneamento de Campina Grande Sociedade Anônima), COMUDE (Companhia Municipal de Desenvolvimento),

³⁷ A esse respeito cf.: Torres (2007), Lima (2010), Lima (2004), Cardoso (2002) e Agra do Ó (1995); dentre outros.

BANFOP (Banco de Fomento da Produção) e o FADIN (Fundo de Desenvolvimento Industrial). A respeito disso, Agra do Ó chama a atenção para o fato de que:

(...). A descrição destas transformações informa, pois, que Campina Grande era uma cidade cujo recorte imagético-discursivo tornava-a a cada dia mais importante e próspera. Isto quer dizer que o complexo de imagens e explicações para o que aqui se produzia (ou a esta cidade se referia) compunha um quadro multifacetado que pensava reproduzir uma idéia (sic) de modernidade e progresso— logo, de transformações constantes. Parece então que era o destino deste município do interior paraibano desenvolver-se indefinidamente e que cumpria aos campinenses apenas inseri-se no movimento de concretização desta potencialidade. *A grandeza desta cidade, pensavam os bairristas daqueles anos, não está inscrita até mesmo no nome do município?*(Grifo nosso!). (...). (AGRA DO Ó apud CARDOSO, 2002, p.44-45).

Em paralelo a essas transformações, passa-se a reforçar e dar maior significado à posição geográfica desempenhada por Campina, o que “fez coro com os arroubos ufanistas da imprensa e de letrados locais, rasgando elogios ao crescimento e potencial da cidade, (...), de surpreendente movimento urbano, enfim, um centro admirável de trabalho” (SOUSA, 2003, p.62). Esse discurso está presente nos letrados e elite de bacharéis, médicos e políticos campinenses que, nessa época específica, associam progresso a investimentos de capitais na cidade:

A incipiente industrialização e o incremento das atividades industriais, iniciadas nas décadas de 40, propuseram não só o crescimento e a concentração urbana, como também o desenvolvimento econômico de Campina Grande que, nos anos 50-60, atingiu no conjunto de 92 municípios nordestinos, selecionados pela SUDENE [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste] o 4º lugar em população e produção industrial (perdendo posição apenas para Recife, Salvador e Fortaleza)(...).Essa importância econômica de Campina Grande, no âmbito do Nordeste, se torna mais relevante ainda quando comparada às demais cidades da Paraíba(...), cujo nível de desenvolvimento econômico se tornava inexpressivo diante da opulência econômica de Campina Grande(...).(SILVA, 1987,p.52).

As elites locais articulam o discurso que tem por estratégia, claramente, atrair mais capitais e investimentos à cidade. Isso vai configurar outra imagem da cidade, em que essa mesma elite elege aquela que melhor representaria Campina: *a cidade do trabalho*. Porém, Sousa (1994) nos lembra que essa intenção, posteriormente, transforma-se no próprio paradoxo da imagem de Campina:

(...), na ânsia de atrair para a cidade dinheiro e investimentos o discurso das elites e da imprensa investe em propaganda que exalta as suas potencialidade de trabalho e a sua fama de “cidade do trabalho” e de prosperidade. Naturalmente que além dos objetos desse discurso, capitais e investimentos, são atraídas para a cidade populações pobres da zona rural e /ou urbana de áreas polarizadas por Campina Grande. E há durante a década de 70 reportagens e publicações de imprensa e de órgãos municipais que tentam chamar a atenção ou se mostrar “preocupados” com o afluxo desses contingentes populacionais para a cidade e das conseqüências (sic) e problemas que eles poderiam. Significar em termos de ocupação e organização do espaço (SOUSA, 1994, p.40-41).

Essa imagem opera em um contexto de intenções e discursos que, diferenciados entre si, incidem para significar e representar Campina em suas características por atributos singulares e peculiares que, ao se relacionarem entre si, interpretam aquilo que baliza a sua espacialidade urbana. Todavia, como veremos mais adiante, ocorre uma perceptível mudança desse discurso na imprensa local, especialmente no final dos anos 1970 e por todos os anos 1980:

É um discurso que vai ser reproduzido e contado por todos os campinenses ilustres durante muito tempo e que só vai ser marcado por defecções mais sérias a partir da década de 1970. É principalmente no final desta década que cientistas sociais, representantes dos poderes públicos e alguns órgãos de planejamento local vão detectar a “crise” que atinge a economia da cidade. (...), O discurso em torno da “Rainha da Borborema”(…) foi tão competente que a cidade se tornou no âmbito regional uma referência (...).(SOUSA, 1994,p.37).

As imagens, ao variarem o ponto de vista do lugar de quem as vê e de quem as sente como aquilo que se apresenta (Pesavento, 2008), têm por base os significados que as interpretam e as produzem. Esse reconhecimento bem cabe a Campina Grande em sua experiência contemporânea: o que a significa, a valoriza e a constitui como projeto, ideário e perspectiva, elementos estes que estão por trás do processo de requalificação urbana em que a textura da cidade vai estar representada através das suas imagens-sínteses.

É na apropriação dos discursos que compõem o cenário dessas imagens, as quais mudam sem nunca se fixarem, que se projeta Campina Grande como elemento de diferenciação; pensamos que a representação,

(...) de forma bastante simples, pode ser referida como o processo pelo qual membros de uma cultura usam a linguagem para produzir significados. Os significados são construídos pelos atores sociais ao fazerem uso dos sistemas representacionais de suas culturas, formados por conceitos e signos. A representação é, pois uma “prática, uma espécie de ‘trabalho’ que

usa objetos materiais e efeitos”. A ênfase recai sobre o fato de os significados não dependerem das qualidades materiais dos signos, mas de sua função simbólica. (TAMASO, 2006, p.248-249).

Esse processo é experimentado por características e fenômenos bastante locais que chamam a atenção, pelo significado imagético que tomam Campina Grande por características sempre únicas e singulares. A implicação do tratamento dado a Campina alcança a aproximação, real ou hipotética, do que se propõe sobre a cidade e suas paisagens e remete ao exercício de representá-la por um grau superlativo, e assim revelá-la em sua tradução.

Isso nos faz perceber, em especial, como a cidade é inventada³⁸, no sentido da cidade imaginável que tem sido pensada e alicerçada em um jogo de posições e interesses, tantas vezes confrontados com o desvelamento das contradições sociais ocorridas em Campina e legitimada em seus significados — a cidade do trabalho, da pujança, do progresso, da crise e *tech city*, por exemplo, em sínteses que, à luz das suas características históricas, (re) interpretam o processo de requalificação urbana ocorrido em Campina a partir dos anos 1970.

1.2 As imagens de Campina em seus significados contemporâneos

O reconhecimento de Campina Grande, dado a partir de atributos e símbolos que a reforçam, pode ser observado em um trabalho circunscrito por imagens que a esta se refere através de relações sociais e que operam como compreensão do significado desempenhado pela cidade junto às demais de seu mesmo porte.

Em decorrência de tal compreensão, identificamos os elementos da diferenciação competitiva que destaca e constituí as imagens que distinguem Campina Grande; representações que significam o discurso da cidade como *lugar estabelecido por vários sentidos* e projeta a sua produção em um espaço urbano, econômico, social, cultural e institucional.

³⁸ A esse respeito cf. Ferrara (2008).

As referências reforçam a recorrência às imagens projetadas para acentuar e estabelecer sentidos diferenciados de qualificar Campina seja pela apresentação de um discurso *hiperbólico*, de como a cidade é vivenciada e identificada, ou enquanto síntese hegemônica de sua história. Há um estilo de vida próprio; entendido como estética do discurso que advem da caracterização do ritmo encarado por ares ufanistas. Basta observarmos como os cidadãos produzem e contemplam a cidade —“*é como se ela fosse a própria pátria. Tu és brasileiro? Sim! Sou campinense*”:

Há um quê de místico no fato de viver e morar nesta cidade (Grifo de autoria!). Há um certo transporte espiritual que faz de Campina Grande mais do que uma cidade onde nasceu ou mora o cidadão, *é como se ela fosse a própria pátria. “Tu és brasileiro? Sim! Sou campinense”* (Grifo nosso!) diz Rômulo Araújo Lima, em seu estudo *Além de Bodopitá* (Grifo de autoria!), refletindo um autêntico sentimento dos que nasceram e viveram nessa cidade. Campina Grande é pólo de cinco [oito] microrregiões que compõem o Compartimento da Borborema e exerce influência geográfica em cerca de 150 municípios (...), o que a torna uma verdadeira região metropolitana. Mas a história dessa cidade ainda está para ser escrita em definitivo. (...). Primeiro foram os tropeiros tocando a “civilização do gado”. (...). Em seguida vieram os fardos de algodão trazendo a reboque o capital estrangeiro representado pelas grandes indústrias (...), entre elas a argentina Sanbra e a inglesa Anderson & Clayton. (...), Campina ganhou até apelido, “Liverpool do Nordeste”, uma referência à cidade britânica que antes da guerra [Segunda Guerra Mundial] dominava o mercado internacional do produto. (...). *Nesta síntese de uma história em construção constatamos que o destino de Campina Grande é se destacar no cenário onde foi plantada, a cidade que teve tudo para estagnar seu crescimento permanece de pé, vencendo as barreiras que lhe são impostas, administrando os revezes econômicos, reinventando seu futuro.* (Grifo nosso!).³⁹

Essa compreensão pontua simbolicamente Campina pela imagem que a aproxima da noção de paisagem, não apenas como delimitação física e geográfica, mas como ritmos e modos de vida, sobretudo de perspectiva e enquadramento (Zukin, 2000). Paisagem que remete a práticas e discursos de distinção, sentimento nativista de origem das suas coisas, sua gente e história utilizada para defini-la:

Era final do século XVII, (...) começava-se (...) a ser tecida a teia de uma história (...). A história de uma rainha, uma cidade rainha chamada Campina Grande, (...). *O título de rainha não poderia ser tão oportuno se não fosse Campina Grande uma cidade de povo tão guerreiro, tão forte e corajoso.* (Grifo nosso!) (...). Aos pouco Campina Grande (o nome surgiu porque Teodósio de Oliveira Lêdo e seus colonos, ao chegarem nesse tiveram a

³⁹ UMA história em construção. JP, 11 out. 2005. (Creusa Oliveira)

visão de uma grande planície), foi crescendo e mostrando seu poder de Rainha. (...).⁴⁰

A síntese do discurso da “*cidade de povo tão guerreiro, tão forte e corajoso*”, reivindica modos peculiares de guias da *Cidade Rainha* pensadas por movimentos de sentidos articulados por formas, minuciosamente operadas a partir da representação de uma grandeza:

Claro que é. Esta cidade que brotou cá, em cima da Serra, levantando dedos de cimento armado para os céus, crescendo e se agigantando pelos flancos da Borborema, ora, meu Deus! — só podia ser mesmo Campina Grande. *Ora se é! — Campina Grande (...), a sofisticação de uma cidade quase metrópole, sendo por isso cognominada de Rainha da Borborema. (...). É, em realidade, CAMPINA GRANDE (sic), mesmo! (Grifo nosso!).*⁴¹

O processo de requalificação urbana de Campina Grande é observado por conteúdos e sentidos acionados nas imagens que estiveram, e ainda estão por trás, das práticas e discursos sobre a cidade; modo como Campina significa seus mapas simbólicos em um trabalho de reconhecimento e compreensão de sínteses hegemônicas que seduzem pelo que consigo carregam:

Quem vem acompanhando, nestes últimos cinco anos, o entusiasmo e o desejo de trabalhar do povo campinense tem observado o crescente progresso que vem se verificando em todos os setores, (...) ação dinâmica e profícua do desenvolvimento. (...). Surgiu, nesse lustro, como marco admirável do progresso de Campina Grande, aquilo a que se chamou de “arrancada para a industrialização”, (...). Começou então, a fase decisiva da vida industrial de Campina Grande (...), tudo, enfim, vestiu roupa nova e se desenvolveu agigantadamente (sic) ao influxo poderoso do desenvolvimento. (...). E começaram a subir, vertiginosamente, na verticalidade do progresso, as chaminés das fábricas e dos centros fabris. (...). Sua realidade acabava de se firmar e transmitir ao País inteiro, especialmente aos investidores, a mensagem de trabalho e progresso de Campina Grande (...), “*terra abençoada por Deus*”, *capital do trabalho, porta aberta de todos os caminhos do Nordeste* (...). (Grifo nosso!),⁴²

Em outros termos, a invenção de Campina sob o signo de centro de primazia e progresso, mobiliza a imagem do desempenho da cidade na região⁴³ e que, em sua totalidade ou em fragmentos, destaca os predicativos da cidade.

⁴⁰ CAMPINA, há 300 anos rainha. DB, 07 dez. 1997. (Dilvani Alves).

⁴¹ CAMPINA Grande mesmo!DB, 11 out.1975. (Leônia Leão).

⁴² O progresso de Campina. DB, 02 abr.1970(Editorial).

⁴³ Em um ideal desenvolvimentista dos anos 1950.

O sentido recuperado por elementos e qualidades do passado expressa a cidade em vista da '*posição de liderança regional, figuração da síntese centro irradiador*'. Sentido que a faz, segundo os próprios campinenses, "lugar diferenciado e impossível de ser confundido com outros", imagem evocada e identificada, como afirma Kevin Lynch (1997), por características que a tornam *admirável, notável e viva*:

Campina é mesmo iluminada. Tem na figura do tropeiro seu principal ícone. Na frase "a capital do trabalho", seu alento e esforço. Não é a toa que Campina é o empório do interior do Nordeste. (...). *Cidade dos boêmios, da cultura, da pujança. Encorajada pelo povo absorve o progresso por acreditar no novo* (Grifo nosso!). Novo, palavra que cheira a vida. Vida, que pulsa no coração de um povo *ávido por conquistas*. (Grifo nosso!) (...). Felizes os Tropeiros da Borborema antiga. Que abriram veredas entre os espinhos, para construir *a mais linda cidade menina... de ouro branco* (Grifo nosso!) ... de vila nova da rainha... da feira livre... da cantoria... (...), e o amor a ti é o mote que inspira as estrofes, amiúde. Campina é mesmo iluminada. (...). E o que envaidece é saber que no íntimo do lugar, há um sentimento mais forte que a própria felicidade que lhe é peculiar. (...), cidade eterna e divina, grande em tudo, de nome CAMPINA.⁴⁴

É restabelecida, mais uma vez, na leitura que produz o discurso da Campina contemporânea, a cidade povoada pela histórica denominação de pujante onde, sob a ótica dos elementos da modernização, industrialização e urbanização, renova-se estrategicamente a imagem sedutora *Campina, capital do trabalho* (vide Figura 5). Ambivalência e correspondência das significativas modificações em sua economia e da requalificação em sua estrutura urbana:

(...), nascida assim esta cidade sob o signo da criatividade e da capacidade empreendedoras de sua gente, foi (sic) esses mesmos desígnios, hoje ainda mais dimensionados, que Campina Grande tem sido chamada de "*Capital do Trabalho*" (Grifo nosso!), forma designativa com que melhor se referem o espírito e o arrojo realizadores do seu povo, distribuído por um elenco das mais diversificadas atividades. (...). Campina Grande, honrando seu passado, consolidando seu presente e melhor sedimentando seu futuro de *cidade forjada na vocação para o trabalho*, (...). (Grifo nosso!).⁴⁵

A *capital do trabalho* agora configura as marcas da '*metrópole interiorana*', lugar criado e instaurado pela leitura das relações estabelecidas com seus cidadãos, pelos elementos que fazem de Campina a imagem da

⁴⁴ CAMPINA, há 300 anos Rainha da Borborema. DB, 11 out.1998(Editorial — Edição especial pelo aniversário da cidade).

⁴⁵ CAMPINA, cidade forjada na vocação para o trabalho. DB, 01 maio 1975. (Evaldo Cruz).

*cidade pujante, atípica e “fiel ao lema ostentado em seu brasão: única entre muitas”.*⁴⁶

Dessa forma, o discurso sobre a modernidade da cidade serve para expressar o desenho que se deseja para a cidade e, em boa parte, para a sua vida urbana. Desenho estabelecido em conexão com o significado de pujança e trabalho adquirido pela cidade:

O discurso da modernidade está, de maneira jactante, reproduzido também em declarações e reportagens de jornais do Estado as quais reforçam a idéia antiga de Campina Grande como cidade vocacionada; uma busca incessante e conflituosa de colocar a dinâmica econômica da cidade a serviço da construção de um *ethos* (Grifo de autoria!) moderno, (...). (CARDOSO, 2002, p.49).



Figura 5: Síntese da *capital do trabalho*.

Fonte: DB, 11 out.1984.

A referência cosmopolita de urbe moderna(vide Figura 6) não apenas insere Campina no tempo, mas reitera e precisa o discurso da capacidade inovadora, empreendedora e de vocação pioneira da cidade:

A importância de Campina Grande no consenso geral do país pode ser dimensionada pelos conclave de âmbito nacional aqui realizados por deliberação dos mais destacados órgãos de classe ou de instituições oficiais, para estudo de problemas relacionados com as ciências, economia e administração, trazendo à nossa cidade as figuras de maior prestígio no mundo cultural, científico e econômico. Vem de muitos anos esta preferência de Campina Grande para sede de importantes conclave de âmbito nacional, considerando a *posição de liderança que ocupamos no interior do Nordeste, como centro de onde se irradiam principais*

⁴⁶ A esse respeito cf. DOCE loucura. DB, 11 out.1996

*movimentos e para onde convergem todas as atenções desta imensa região brasileira (Grifo nosso!). (...).*⁴⁷

Esse processo ocorre mesmo com o declínio no ritmo de crescimento da cidade, constatado com a perda da posição estratégica e o deslocamento de investimentos a João Pessoa, que passa a exercer maior centralidade a partir das políticas de Estado que, nos anos 1970-1980, priorizaram as capitais (Maia, 2010; Silva Jr., 2009).



Figura 6: Campina Grande e a pujança.

Fonte: DB, 11 out.2000.

A relação de Campina com o mundo ainda é decantada pela visão do ambiente econômico, político, cultural e científico presentes de décadas passadas, onde a imagem da sua pujança relaciona a influência regional conferida e manifestada pela qualidade de *‘tão efervescente, tão dinâmica e tão buliçosa’*, situada com vista à luz da *cidade imaginável*:

(...). É a hipótese frisante desta Campina Grande tão efervescente, tão dinâmica e tão buliçosa que se projetou, de longos tempos a esta parte, como a mais transcendental metrópole interiorana (Grifo nosso!), de todo o interland (Grifo de autoria!) do norte/nordeste brasileiro. (...) Campina Grande não tem baqueado na sua trilha em face das multiplicadas adversidades (...), esta cidade singularíssima não se rende e sempre faz sobressair a capacidade de luta de seu povo que sabe preservar o seu status (Grifo de autoria!) de cidade-líder, de cidade-exemplo(Grifo nosso!),

⁴⁷ IMPORTÂNCIA de Campina. DB, 27 fev.1973. (Editorial).

a irradiar, aos quatro cântaros, tão somente o otimismo, bem como o mais inaudito atestado de persistência, de poder de fogo(...).⁴⁸

É tomando por empréstimo a (re) apresentação do tempo que se hierarquiza em imagens que reforçam o estabelecimento de outros sentidos sobre Campina, a partir da reedição do ideal cosmopolita figurado como passado, mas, também, sendo dele distinto:

(...). Desse cosmopolitismo da sua formação Campina Grande adquiriu o arrojo e a impulsividade que tem servido de alavanca principal de seu desenvolvimento (Grifo nosso!). Cidade (...) que sabe colher com simpatia a quantos originários dos mais diversos recantos da terra a tem procurado, transformando-a em centro irradiador das suas atividades, Campina Grande tem sido o fruto da ação dos alienígenas, aos quais tem devido a sua imensa prosperidade. (...).⁴⁹

Cidade singularíssima, cidade-líder, cidade-exemplo, são alguns exemplos de sínteses que restabelecem o lugar de onde se narra Campina Grande. Lugar reforçado como *singular*, e de sobremaneira observado às relações entre tempo e espaço, definido nas localizações de investimentos e em territórios marcados como suportes do que foi e continua sendo Campina — *um local singular* (conforme figura abaixo):

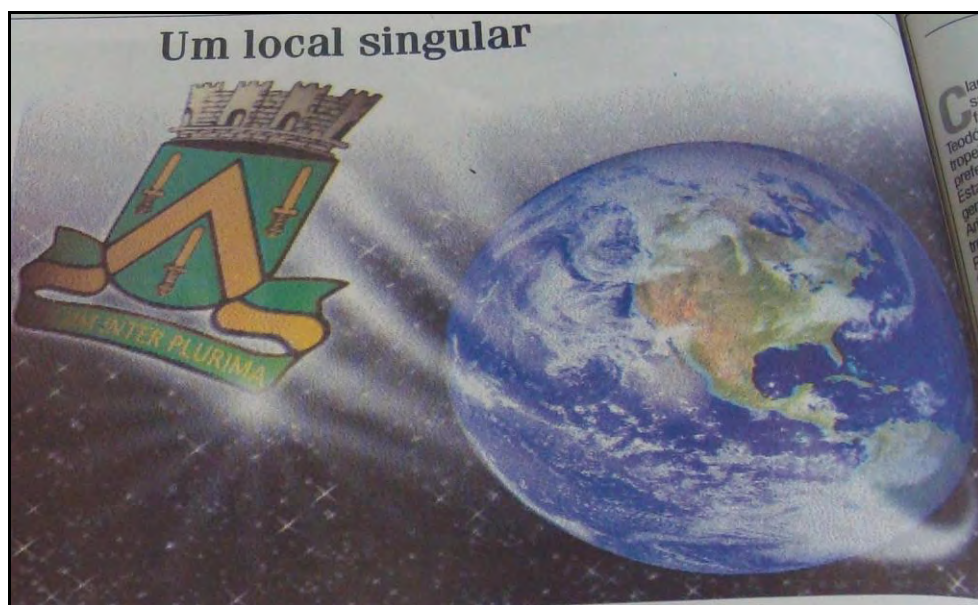


Figura 7: Campina Grande, *local singular*.

Fonte: DB, 11 out.2005.

As imagens que reinventam Campina, como centro regional e cidade do trabalho, são as mesmas que contemplam e remetem sua associação à

⁴⁸ SINOPSE de uma cidade exemplo. DB, 13 out.1971 (Paulo Souto Camillo).

⁴⁹ DESTINOS de uma cidade. DB, 11 out.1979 (Coluna Opinião).

modernidade, à experiência expressa em termos das imagens que a traduzem como que por efeitos da vida urbana. “*Campina Grande, mesmo*” passa a ser traço distintivo de ordenação da “*cidade quase metrópole*”, em conjugações que organizam e exibem a sugestão da hierarquia que aprofunda, através dessas sínteses, as marcas simbólicas da sua modernidade.

O discurso do cosmopolitismo, do arrojo e impulsividade, pensados como “alavancas principais de seu desenvolvimento”, nomeia a Campina contemporânea a partir da recuperação de suas imagens passadas (vide Figura 8). Em duas imagens contraditórias e interdependentes — passado e presente — se produzem as relações de diferenças e disfarçados conflitos que a projetam, estrategicamente recuperadas naquilo que se coloca como leitura singular da cidade.



Figura 8: Campina, grande por natureza.

Fonte: DB, 25 nov.2005.

A urbe expressa à alegoria simbólica de uma experiência, onde as imagens passadas não se sobrepõem e se entrelaça como complementos, envoltos e meandros. Entrelaçamento visível em sua forma, “(...) desde os tempos memoráveis quando os tropeiros da Borborema, primeiros comerciantes viajores (sic) heróicos do destino do progresso, escreveram os

iniciais dessa epopéia caminhada até os idos contemporâneos da tecnologia e da automação.”⁵⁰.

É na articulação das sedutoras imagens do passado que se exercita a apropriação contemporânea das sínteses hegemônicas de Campina Grande. São imagens que se renovam, revelam conflitos, tensões, provocam rupturas, figurações e, conforme se queira ou postule a leitura idealizada da cidade, expressam o discurso da *Campina inovadora, criativa, original e centro irradiador*:

*Decididamente, há coisas que só acontecem em Campina Grande. Há lições que só quem dá é Campina Grande e pessoas existem que não poderiam viver em outro canto do mundo (Grifo nosso!). Aliás, já se disse com muita propriedade que ser campinense é um estado de espírito, (...). É o comércio, é a indústria, são os profissionais liberais, são os artistas, são os torcedores — enfim é uma cidade inteira que vive que curte sua terra, que se enche de brios quando alguém a menospreza, que infla o peito de orgulho quando alguém de lá se destaca na Paraíba ou no Brasil. Por sinal, é interessante como e denominam as coisas e as pessoas de Campina Grande. Por exemplo, a TV é de Campina Grande, o rádio é de Campina Grande, o jornal é de Campina Grande, a Universidade é de Campina Grande (...). Nada de dizer, como se diz, (...) “Da Paraíba”. O que é de Campina, ela não divide com ninguém, (...). (Grifo nosso!).*⁵¹

As referências ‘formas satisfatórias de cidade’ vão assim se dar por variados discursos, imagens-sínteses que acompanham o processo contemporâneo de mudanças nas vocações econômicas da cidade, tendo por base os discursos passados de práticas que teceram Campina, em combinações de diferentes significados. Como diria Michel de Certeau (1996) estas combinações são modos, representações institucionalizadas e prescritas oficialmente a partir do uso de discursos míticos e históricos, como imagens ‘disputadas’ que se colocam na ordem imposta de sucessivas refundações da cidade.

No dizer de Kevin Lynch (1997, p.97), é como se o mapa da cidade fosse desenhado numa folha de borracha infinitamente flexível, com direções desvirtuadas, em distâncias aumentadas ou reduzidas em suas formas e com

⁵⁰ Cf.: O comerciante campinense. DB, 08 set. 1993(Itan Pereira).

⁵¹ CAMPINA, sempre Campina. DB, 23 abr.1980(Editorial).

uma continuidade necessária; segundo o modo como as imagens estão dispostas e interrelacionadas.

São pela utilização deste mapa, flexível em sua feitura, que as imagens contemporâneas expressam também, para além dos significados passados, implicações de transformações socioeconômicas e urbanas de Campina Grande. Como bem perceberemos, é em meio a tais transformações que Campina se vê lançada a revisar suas imagens históricas; discussão essa que traremos na seção seguinte.

1.3 Imagens da *cidade da crise*: “É preciso repensar Campina!” ⁵²

A partir da segunda metade dos anos 1970 pode-se observar que Campina começa a ter uma imagem contrastiva à sedução, pelo reforço de outro discurso: ‘*a cidade da crise*’. Expressa assim uma mudança onde a Campina outrora decantada como *capital do trabalho* é erodida em face da crise que a atingirá levando a uma redefinição na forma de referenciar as representações e o discurso de sua modernidade.

É notório que os anos 1980 encerram a caracterização de uma forte crise econômica, com ampla intensidade de extensão e duração por todo o país. Localmente ocorrerá em consequência desse momento a suspeição do que fora pensado como discurso e usufruto dos símbolos de Campina em suas imagens hegemônicas. Ao pôr sob questionamento o predomínio do viés relacionado a então auferida capacidade econômica de Campina:

Sendo assim, as décadas finais do século XX levaram Campina Grande a um cenário de indefinição no quadro econômico, já que o Município de um lado, apresentou uma pressão enorme em seu mercado de trabalho e, por outro, mostrou uma indefinição de caminhos que levou a cidade a uma pulverização da atividade econômica, entre o pouco que sobrou do setor industrial de grande porte, o setor de comércio, cada vez mais varejista, e o setor de serviços, centrados no setor de saúde e de educação superior. (SILVA JR., 2009, p.12).

⁵² VEREADOR afirma que é preciso repensar Campina. DB, 10 fev.1983(Caderno Cidades).

Diríamos que a denominação da imagem impressa da “Campina Grande decantada em verso e prosa” é rompida, ao ser substituída em razão do que implicará tentar entender a condição que “descambou para a decadência econômico-financeira” da cidade e, neste contexto, para o quadro de profundo questionamento dos pressupostos da *Campina do trabalho e centro irradiador* :

Falei em outra crônica em “salvar Campina Grande”. *Nossa cidade estará perdida?* É possível que tenhamos nos desviado do caminho certo, nestes últimos anos. *Há algum tempo a gente sabia, mais ou menos por onde ir.* (...). *Hoje a cidade está confusa, equivocada, ambígua, indecisa.* (...). *Campina precisa ser salva da incoerência, da improvisação, da descontinuidade. Campina precisa reencontrar-se com seu passado de trabalho* (Grifo nosso!), de decisão, de iniciativas, de inteligência e criatividade, de crença e esperança no futuro. (...). Fecham-se fábricas, firmas comerciais, (...), estabelecimentos de ensino, (...) — importantes e antigas instituições progrediram na esteira de nosso progresso. Ah Campina Grande! Estarias precisando de reativação e de retomada do seu ritmo de crescimento?⁵³

A referência ‘salvar Campina Grande’ aponta para a natureza da cidade que parece alterada em suas práticas e cada vez mais operada por uma dualidade entre as representações passadas e as transformações socioeconômicas que exigiam, dentre outras coisas, a releitura de Campina. Releitura essa verificada sob ótica da crise que atinge a cidade e, por outro lado, da sua recriação expressa por uma conotação negativa.

Isso incluirá a clara distinção entre as imagens reapropriadas, uma vez decantadas positivamente sobre a cidade e, a partir do contexto de crise, inscritas sob o efeito marcante de suas negações. São dualidades que têm por peculiaridade os conflitos no solo urbano, presentes nos fins dos anos 1970 e reforçados por toda a década de 1980, face à construção da ordem pública demandada com o surgimento de questões tais como o crescimento da informalidade na cidade, seja sob a forma de trabalho que caracterizará os ambulantes e suas práticas no espaço público da cidade, ou ainda através das ocupações de terrenos; questões urbanas que marcam e denotam *imagens da Campina Grande em crise* (vide Figuras 9 e 10).

⁵³A SALVAÇÃO de Campina. DB 04 jan.1978(Stênio Lopes).

Esse processo acentua a consequência efetiva da mostra com que se deflagram os rumos da chamada ‘década perdida’⁵⁴, crise atinge Campina Grande pela promoção de uma imagem amplamente veiculada às mudanças de leituras operadas em seu espaço urbano e em sua economia⁵⁵. Exemplos disso foram a acelerada ocupação do tecido urbano e o que ocorreria no Distrito Industrial da cidade, com o seu quase fechamento por duas décadas.

As metáforas sobre Campina Grande neste momento irão projetar o pressuposto de uma “ordenação” no plano do seu traçado urbano por um discurso que tenta reduzir, pela imagem de interesses atentos a questões “meramente técnicas”, à instauração de uma ordem social instável e conflituosa que configura a tensão permanente para com as formas apresentadas com a rápida urbanização de Campina. Processo de transformação que, em todas as suas consequências, e imagens hegemônicas, sugere e acentua o quadro de conflito urbano:

A população campinense está assustada com as constantes invasões (sic) de terrenos pertencentes ao acervo municipal e a conseqüente (sic) criação de inúmeras favelas em todos os recantos da cidade. (...). *Como ficará Campina Grande?(...), triste realidade... que se alastra por todos os recantos da antes tão decantada cidade de Campina Grande que, apesar de incravada (sic) em pleno Nordeste, apresentava foros de civilização, com um crescimento ordenado, dentro dos parâmetros necessários a qualquer urbe* (Grifo nosso!). Ainda há tempo. Que as autoridades façam valer a lei e as invasões parem de uma vez por todas. Não queremos ver nossa cidade ser transformada numa “serra pelada” (sic) do dia para a noite.⁵⁶

Em 1975, a cidade contava em seu parque fabril com 263 grandes empreendimentos industriais e seu comércio participava com 32% do valor total das vendas efetuadas na Paraíba, atestado insofismável de sua pujança. Passado o chamado ‘boom’ industrial a cidade assistiria a desativação de vários destes empreendimentos, o que culminou com o fechamento da Wallig Nordeste em 1979, o que representará no discurso da cidade o maior símbolo

⁵⁴ “Década perdida é uma referência à estagnação econômica vivida pela América Latina durante a década de 1980, quando se verificou uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Para a maioria dos países, a década de 80 é sinônimo de crises econômicas, volatilidade de mercados, problemas de solvência externa e queda de crescimento do PIB “. Disponível em :<www.pt.wikipedia.org/wiki/A_década_perdida>. Acesso em: 08 maio 2010.

⁵⁵ A esse respeito cf. NOSSO desenvolvimento. DB, 13 ago.1978(Opinião).

⁵⁶ FAVELADOS estão sendo usados por políticos à cata de votos. DB, 02 nov.1982 (Editorial).

da sua derrocada econômica, para muito a frustração do sonho da Campina industrial.

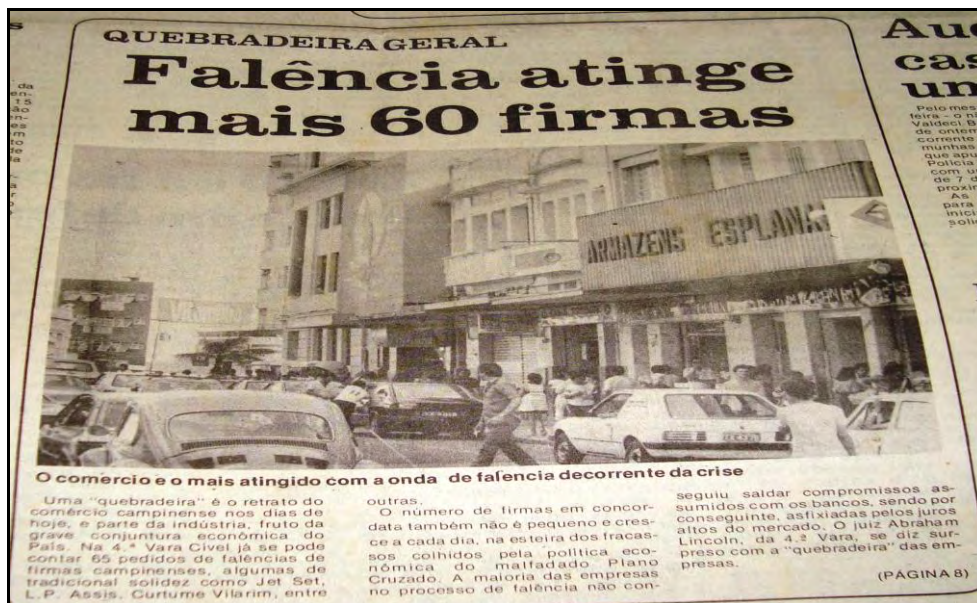


Figura 9: Imagem da cidade em crise.

Fonte: DB, 17 set.1987

Fundada em 1967, a Wallig Nordeste representava o símbolo do Distrito Industrial de Campina Grande. Chegou a ser considerada a maior fábrica de fogões da América Latina, pois, os fogões aqui fabricados eram exportados para todo o mundo. Em seu ápice no Município, empregou 2000 pessoas apenas na linha de produção.



Figura10: Fechamento da WALLIG.

Fonte: DB, 19 set.1979

O ano de 1980 marca o fim do financiamento de projetos industriais para o Município de Campina Grande, via SUDENE. De acordo com Lima (2004, p.220), “entre 1974 e 1980 o Município foi beneficiado com apenas 09 (nove) projetos via SUDENE, sendo 06 (seis) de ampliação e modernização (...) e apenas 03 (três) projetos de implantação de novas indústrias, (...)”

Para alguns, a crise que se propagara neste contexto viria de um *esvaziamento de Campina Grande*, em termos de suas lideranças políticas e dos investimentos econômicos na cidade. Essa tese alertava para o que fora identificado como ausência de iniciativas governamentais às intervenções de grandes projetos na cidade, tal como ocorrera em décadas anteriores:

(...). O Governo do estado terá mais cedo ou mais tarde que vir em socorro de Campina Grande, para a retomada de sua industrialização. Se vier mais cedo, muito melhor. Se chegar tarde, a decadência de Campina Grande não será evitado nem mesmo pelo otimismo dos que pensam que somos uma cidade universitária que poderá gerar ciência e tecnologia... (sic) (...). E não podemos continuar sem indústrias. Ali onde estavam a sede e os armazéns da Anderson Clayton, hoje é comércio. Ali onde estava administração da SANBRA, mais adiante, está fechada. Ali onde se achava o complexo industrial de Cassiano Pereira é uma aglomeração de blocos de apartamentos, alguns armazéns, uma empresa de transportes, até uma pequena igreja evangélica. E a grande indústria de Araújo Rique? Era tão grande que competia com a SANBRA. Um dia fechou. (...). (...) A FRIBOCO, que houve com ela?(...).E a fábrica de bombons de Waldemar Cartaxo? E o grande curtume São Pedro?E o curtume da família Motta? Ah! não. *Chega de perder indústrias em Campina Grande. (Grifo nosso!)*⁵⁷

Neste contexto, Lima (2004) destaca a soma de outros fatores negativos de crise, que levou à quase insolvência o Município:

(...) a crise tomava dimensões assustadoras. Além de todos os problemas (...), as autoridades municipais tinham que lidar com a diminuição das transações comerciais e, conseqüentemente (sic) com mais redução da arrecadação de impostos, ao mesmo tempo em que a população urbana continuava em acentuado crescimento, (...). Enquanto a questão rural perdia força no município, o mesmo não ocorria com a questão urbana. (...), some-se a isto, o fato de que, paralelo a este crescimento populacional urbano, ocorre o decréscimo cada vez maior nos números relativos à população economicamente ativa, (...). A crise que assola o município é resultado da soma de todos esses elementos, ou seja, os fortes reflexos que tiveram a política centralizadora do governo federal [leia-se ditadura], aliados a estes elementos complicadores surgidos no cenário intra-regional e local.

⁵⁷ O FUTURO industrial. DB 03. out.1989(Stênio Lopes).

Essa mistura de fatores negativos levou o município de Campina Grande a situação de quase insolvência (...). Tudo isso, dado pelo aumento da população urbana e, conseqüentemente, da queda de qualidade dos serviços públicos existentes e da total impossibilidade de aumentar estes serviços de forma a atender as necessidades dessa crescente população. (LIMA, 2004, p.160-161).

A experiência de crise passa assim a definir uma porosidade de questões postas por um outro contexto o que, dessa maneira, redimensiona a imagem de Campina pela recorrência do quadro socioeconômico que se instala na cidade:

Somente no período 79-82[1979-1982], o número de empresas industriais, em Campina Grande, decresceu de 444 estabelecimentos para 329, representando uma taxa negativa de 26%. (...). O fechamento de várias indústrias, nos últimos anos, representou cerca de três mil empregos diretos em nossa cidade. O exemplo mais contundente foi a paralização (sic) definitiva da Walling Nordeste, que ocupava 1500 operários. (...). Por outro lado, o outrora pujante comércio campinense, cujas atividades extrapolavam largamente os limites geográficos de nosso estado, atravessa uma grave crise, filha legítima da atual política econômico-financeira implantada no país. Estabelecimentos comerciais que, há poucos anos, ultrapassavam as fronteiras de nosso município e ocupavam espaços também em outras praças, reduzem o contingente de funcionários, quando não cerram suas portas.⁵⁸

O questionamento do quadro peculiar ao momento vivido por Campina Grande reflete no anúncio da ordem urbana que se constitui pelo tom de crise e como tônica de impedimento ao crescimento da cidade, com a perda de importantes indústrias e o fechamento de inúmeros estabelecimentos comerciais. Tudo isso expresso em uma oposição entre imagens: a cidade decantada (desejada) X a *cidade em crise*:

A cidade está desacelerada. Da *primazia* que gozava em épocas gloriosas, passou para a *apatia* e *descambou* para a *decadência econômico-financeira* (Grifo nosso!), o que vem contradizer todas as formas de desenvolvimento de uma cidade como Campina Grande, decantada em verso e prosa no mais puro lirismo nacional. (...). O que acontece de estranho nesta cidade?(...). Urge que se façam planos e se estabeleçam regras, capazes de viabilizar o progresso, (...) para todos.⁵⁹

As mudanças ocorridas no crescimento urbano e na ordem pública de Campina associadas às ocupações e luta pelo solo urbano passam a corresponder a símbolos que atravessam as imagens-sínteses da cidade em crise como ambivalentes. Pois recorrerem à concretização de uma função

⁵⁸ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Mensagem do Executivo Municipal à Câmara*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito/ COPLAN, 1983(s.p).

⁵⁹ CAMPINA Grande – caminhos viáveis. DB, 24 set. 1988(R. R.Cavalcante).

normatizadora (“façam valer a lei e as invasões parem de uma vez por todas”; “urge que se façam planos e se estabeleçam regras”), voltada notadamente para os grupos sociais mais excluídos desse crescimento.

O passado é o dispositivo acionado na prática social, explícita e reconhecível, para identificar a cidade refeita por outras temporalidades e discursos. Recurso de evocação da memória de Campina, ordem projetada pelo dimensionamento da memória com a percepção da “ilusão de que era incalculável o destino de Campina Grande”:

Por longos anos nutrimos a ilusão de que era incalculável o destino de Campina Grande (Grifo nosso!). A sua situação geográfica incomparável, espécie de estuário comum das terras interiores, seus precedentes históricos, a influência decisiva de alguns homens hoje desaparecidos, o gênio construtor de sua população, a sua actividade(sic) comercial desmedida, a sua fé catholica(sic) inquebrantável eis ahi(sic) os elementos de convicção que robusteciam o nosso ponto de vista. Uma fatalidade de ordem cosmológica, a cuja inexorabilidade não há como fugir a eminente cidade sertaneja,, em breve veio dissipar a phantasia(sic) em que por tanto tempo embalou a nossa imaginação.⁶⁰

Neste contexto, há um discurso que põe em evidência ordens diversas acerca dos usos na cidade — o comércio, os empreendimentos privados, os ambulantes, os apartados da cidade oficial e as intervenções governamentais— em clara contraposição às imagens da *cidade rainha*, *cidade do trabalho*, *cidade inovadora*, *cidade original*, *cidade única*, *cidade-líder*, *cidade-exemplo*, *centro irradiador*, *cidade menina*, *cidade do ouro branco*, *cidade de povo guerreiro*, dentre outras sínteses. A releitura do discurso do passado glorioso e sedutor de Campina é acionada como se assim fosse capaz de reverter às consequências e sequelas que se abatiam e, dessa forma, constituíam a síntese *cidade da crise* (vide Figura 11).

Nesta direção, as repercussões sociais da ‘cidade em crise’ passam a identificar Campina pelo reconhecimento de questões como crescimento de fluxos e movimentos migratórios intra-regionais, pobreza, perda de investimentos locais e crescentes favelização, dentre outras questões, recortes que instalam um quadro de conflito urbano permanente expresso pelas transformações da cidade e pela revisão do olhar passado que caracterizava a pujança econômica e a industrialização na cidade.

⁶⁰ NOTAS sobre Campina Grande. DB, 24 jan.1975 (Hortensio de Souza Ribeiro).



Figura 11: Ambivalências da cidade da crise.

Fonte: 01 jun.1977

Dentro desse conjunto de questões se torna imprescindível restabelecer a potencialidade de uma imagem que evoque novamente, por outras leituras, os rumos e as alternativas da ordem urbana em crise; ordem acentuada expressivamente em decorrência da decadência que se deparavam o comércio e a indústria campinenses.

A análise do processo da inserção de Campina Grande na dinâmica de síntese da crise nos anos 1970-1980 vincula fatores como industrialização e crescimento populacional, o que implicaria também em maior necessidade de intervenções na área urbana. Isso nos permite identificar o projeto de cidade desvelado, os significados conferidos em tais intervenções, como referências imprescindíveis ao entendimento da imagem contemporânea da cidade.

Por este caminho comporta a justificativa do processo de alocação da imagem de Campina Grande, que passa a ser relacionadas à inserção de um discurso forjado pela melhoria da infraestrutura urbana, erradicação de favelas, expulsão dos pobres da cidade “formal” e promoção do seu tecido urbano pretensamente pensado enquanto racionalidade técnica da forma de pensar a cidade e integrá-la funcionalmente a um só corpo social⁶¹:

⁶¹Concepção esta presente em Programas, tais como o CURA.

Devido ao seu comprovado e vertiginoso progresso é que Campina Grande rapidamente tornou-se, também, uma atração de investimentos em virtude, notadamente, de seu sólido potencial responsivo. (...). Ocorre, todavia, que em decorrência de tais fenômenos surgia uma nova necessidade. A de promover uma melhor organização do seu tecido urbano a fim de conter e satisfazer uma série de interesses, (...). *Era imperativo que se promovessem sérias e urgentes intervenções no espaço físico-territorial disponível, objetivando (enfaticamente)* (Grifo nosso!) : a) ordenar as prioridades através de uma sólida política de racionalização; b) incrementar as vias de circulação e introduzir uma linha diversificada de equipamentos comunitários no sentido de adensar os vazios e evitar a 'inchação' populacional; c) fortalecer a arrecadação dos tributos municipais; d) alcançar, em última instância, seu Desenvolvimento Sócio-Econômico(...).⁶²

As transformações advindas pela crise questionavam principalmente os ideais da industrialização e da rápida urbanização em Campina para, em seguida e em maior proporção, requisitar intervenções governamentais que, em sua maioria, “salvassem” e repensasse o crescimento de seu tecido urbano, onde o discurso da requalificação urbana será posto como eliminação de imagens negativas ocasionadas naquele momento (vide Figura 12), por exemplo, na representação do crescente número de ocupações e favelas na cidade.



Figura 12: Imagem da cidade ocultada.

Fonte: DB 05 mar.1989.

Enveredam-se por uma prática, tantas vezes meramente ficcionais significados que expressem a perspectiva de Campina Grande retornar o caminho ao qual teria pautado sua história; portanto, de um tempo a ser

⁶²CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Proposta CURA II*. Campina Grande: COPLAN, 1980(s.p).

revisto. Revisão que pode ser apontada pela tentativa de retorno com a renovação dos atributos mais típicos que compunham a imagem *capital do trabalho*, pelo trabalho Campina poderia ‘retomar o caminho do progresso e do desenvolvimento com força total’ aos velhos e bons tempos de *Rainha da Borborema*:

Os campinenses sempre souberam reagir garbosamente às crises que se abatiam sobre a cidade, retornando ao caminho do progresso e do desenvolvimento com força total. Nos últimos anos, a “Rainha da Borborema” desacelerou seu ritmo normal de trabalho, procurou novos rumos tentando se livrar dos equívocos e retornando ao caminho no qual tem pautado sua História. As nuvens do pessimismo estão se dissipando, respira-se um clima de confiança no arrojo que determina os campinenses (...). Os índices são animadores (...). *Campina Grande está vivendo um tempo de euforia*. Esta é uma nova realidade. (...). No Distrito Industrial, se anunciam três grandes fábricas a ser implantadas na cidade em curto espaço de tempo. (...). Novas avenidas estão surgindo todos os dias e com elas problemas de urbanização que estão sendo solucionados (...). *É a cidade se modernizando. Toda a infra-estrutura (sic) foi fortalecida com uma preparação aos desafios do próximo milênio* (Grifo nosso!). Possíveis cobranças pelo progresso já estão sendo atendidas pelo Poder Público e a iniciativa privada, sob o testemunho de que esta cidade soube encontrar o caminho da recuperação (...). *O otimismo voltou a ocupar o seu lugar, no coração do campinense*, que encara o futuro com seriedade e sem nenhum temor. Os empresários de todos os segmentos ingressaram na fase da modernidade. (...) *A “Capital do Trabalho” volta com força total aos seus velhos e bons tempos* (Grifo nosso!). A Paraíba agradece.⁶³

Evidencia-se a apologia de elementos que outrora povoaram o discurso sobre Campina; agora recriada por uma espécie de *destruição criativa*⁶⁴ de seus significados: traços distintivos que passam a ser relançados (vide Figura 13) sobre Campina para assim traduzirem as mudanças operadas e registradas enquanto procura e alternância de suas imagens-sínteses e, conseqüentemente, do urbano.

As amplamente divulgadas “operações de reciclagem” da imagem *Campina capital do trabalho* apenas afirmam o otimismo trazido com a implantação de novos investimentos, tempo de euforia e preparação aos

⁶³CAMPINA reage. DB, 15 jan.1995(Editorial).

⁶⁴ Aqui pensada como condição da cidade referenciada a *Dioniso* — “(...), o deus criativamente destruidor e destrutivamente criador”. A esse respeito cf. Bresciani (2008, p.16).

desafios da cidade que, mais uma vez, deveria se modernizar, tendo por necessidade repensar a cidade:

(...), *diante do quadro sombrio que se opõe ao destino de grandeza de nossa cidade, (...), não relutamos em reafirmar: “é preciso repensar Campina Grande!”* (Grifo nosso!). No suceder das administrações, o planejamento urbano tem sido tratado por diretrizes confinadas em períodos constitucionais de governos, sem que se tenha vislumbrado, até então, a continuidade dos tempos, em evidente desprezo ao tão lesado e já imprestável Plano de Desenvolvimento Local Integrado — PDLI, proposto nos anos 70, (...). A iniciativa de executar obras públicas que se impõe, natural e justificadamente, a presença de novos governos, veio, nos últimos anos, a perder gradativamente, a sua função substancial: preencher a necessidade coletiva, mantendo em equilíbrio com o desenvolvimento físico, a cultura e as vocações emergentes locais. (...). Enfim: É PRECISO REPENSAR CAMPINA!(sic). O que fazer: — redisciplinar o parcelamento do solo — redefinir o zoneamento urbano— coligir normas, e reeditar diretrizes sólidas de desenvolvimento (sic). (...).⁶⁵



Figura 13: A recriação de Campina.

Fonte: DB, 01 out.1989(Encarte — Propaganda governamental).

A recriação da ‘Campina, capital do trabalho’ projeta simultaneamente, passado e futuro para abrigar aproximações e afastamentos que, de maneira ambígua, definiriam e incorporavam ‘novas formas de progresso’ na cidade:

A cidade foi adquirindo novas conquistas, foi incorporando *novas formas de progresso* (Grifo nosso!), porém nunca consentiu me deixar em segundo plano sua característica de centro industrial. Ficou indelével em sua memória viva aquela fase em que se elevavam nos céus de Campina Grande as chaminés das fábricas, (...). (...) consolidar Campina Grande como o maior centro industrial do interior do Nordeste. O sonho esmoreceu.

⁶⁵ VEREADOR afirma que é preciso repensar Campina. DB, 10 fev.1983(Caderno Cidades).

Fecharam as algodozeiras, os curtumes, (...). Pouco se percebia, no entanto, que *novas formas de indústrias e novas atividades produtivas vinham sendo instaladas e davam novo aspecto a Campina Grande. Surgiram as confecções de roupas, as fábricas de calçados e artefatos de couro, (.) e um inesperado (...) núcleo da indústria da informática* (Grifo nosso!). Vinha, ao mesmo tempo, os notáveis avanços nos setores dos serviços, especialmente em educação técnica e em serviços de saúde (...).⁶⁶

Com olhos postos na produtividade econômica do seu passado, Campina vai sendo repensada e reinventada a partir da associação entre investimentos públicos e empreendedores privados. Isso implica em ajustar sua imagem a partir das rápidas transformações urbanas em curso, assim se perceber pelo crescimento de inevitáveis tensões às quais redimensionam outras marcas na imagem da crise que passava Campina.

1.3.1 Observações esparsas de outras marcas da cidade

Contrastando ou colocando-se como alternativa à crise vivenciada por Campina nesse momento, há uma série de transformações que marca a cidade aos olhos de novas centralidades, dadas por empreendimentos públicos e privados, e aqui observadas sob a ótica de intervenções tais como: a construção do *Parque do Povo*, o *crescimento dos espaços segregados postos por incorporadores imobiliários*, a *chegada do Shopping Iguatemi* e a *inauguração do Viaduto Elpídio de Almeida*. Juntas, essas intervenções dentre outras aqui não destacadas, identificam marcas e discursos alternativos à composição da imagem *cidade da crise*.

Em termos gerais acentua-se mundialmente, a partir da segunda metade dos anos 1980, um “novo tipo histórico de cidade” que começa a se colocar, em virtude de uma agenda em permanente valorização do modelo global na forma de pensar as cidades, conduzido com base em preceitos de mercado e por processos de desmonte da hierarquia centralizada que norteará os padrões de criação de novas centralidades na cidade

⁶⁶ EM BUSCA da industrialização. DB, 25 maio 1996 (Editorial).

contemporânea, apoiadas no tripé: mercado/consumo/segregação e com ênfase à descentralização administrativa, reestruturação produtiva e novos cenários políticos onde o planejamento tecnocrático-estadista cede espaço para propostas que incorporem, quase sempre de modo tenso e conflituoso, a existência de novos atores no espaço citadino.

Localmente esse processo se reflete através da mudança ocorrida na estrutura urbana e no processo de configuração espacial de Campina que, com base no que ocorria nas cidades brasileiras que geravam um desenho do território em substituição aos modelos de crescimento extensivo e intensivo característicos do período 1960-1980(Lacerda; Zancheti, 2000), reforça a ocupação urbana pelo crescimento de um território fragmentado e bastante desigual.

Observa-se uma tensão que recoloca em termos mais gerais outras dinâmicas à ocupação do espaço urbano local, agora orientado e reforçado por práticas de mercado, consumo do lugar e reestruturação de centralidades, todas sinônimas de segregação espacial, fragmentação e encolhimento do espaço público de Campina.

Assim a construção do *Parque do Povo*⁶⁷, em 1985, postula à cidade um espaço que abriga simbolicamente a ideia de Campina, através da realização em seu local de um mega evento — o “*Maior São João do Mundo*”. A sua construção foi necessária à modificação da morfologia urbana, em uma região central da cidade, adjacente ao Parque do Açude Novo⁶⁸, que passava a se voltar ao incremento e agregação do turismo pela espetacularização da cidade⁶⁹.

⁶⁷ Essa discussão tem sido problematizada por inúmeras contribuições, a partir de análises sobre o uso midiático e político da festa, dado os claros propósitos eleitorais e estratégicos que foram se avolumando nos anos seguintes em moldes de contínua sofisticação. A esse respeito consultar: LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. *A fábrica dos sonhos: a invenção das festas juninas no espaço urbano*. João Pessoa: Idéia, 2002.

⁶⁸ A ser trabalhado no capítulo III.

⁶⁹ A esse respeito cf.: LUCENA FILHO (2009).

Construído inicialmente em uma área de 27 mil metros quadrados, o *Parque do Povo* será posteriormente ampliado para 42 mil e 500 metros quadrados, dado o sucesso alcançado pelo evento. À sua construção foi erradicada, em uma perspectiva estratégica de esconder a pobreza acentuada no conflito pelo solo urbano, um dos cortiços mais antigo da cidade — a *Comunidade Coqueiros de José Rodrigues*, assim inserindo uma centralidade projetada no discurso governamental como revigoração da capacidade operosa da cidade.

Frente à clara alusão do momento histórico de dificuldades econômicas da cidade em que foram concebidos, *Parque do Povo* e “*Maior São João do Mundo*” passam a serem eficazmente utilizadas como palco de grandes eventos, novas marcas de Campina. O que ocorrerá com a transformação da manifestação popular da festa junina que, de genuína característica de alguns bairros, passa a ser caracterizada como maior evento da cidade.

A cidade passa a ser vendida e consumida em todo o mundo sob o marketing hiperbólico de ‘*Maior São João do Mundo*’, em um evento estrategicamente conduzido como fundação de dois mitos locais: o político e o simbólico, e por um tipo de uso que não esconde o signo político por trás da obra⁷⁰:

Os elementos da autenticidade da cultura junino-nordestina já são enunciados na concepção inicial da festa, desde sua primeira edição, no plano simbólico discursivo de seus organizadores, devidamente ampliado pela mídia. Daí sua força de convencimento como projeção imagético-discursiva. O próprio criador do MSJM [Maior São João do Mundo], o político Ronaldo Cunha Lima (...), na época o prefeito (sic) de Campina Grande, na primeira edição do evento, (...), assim justificava a instituição da festa: “Nasce para responder a duas questões distintas, porém complementares: resgatar as raízes culturais comuns às festas juninas e abrir caminhos para a retomada do desenvolvimento econômico local, sob a forma de inserir a cidade no universo da indústria turística.” (NÓBREGA, 2009, p.4).

Esses elementos estão presentes na expressão que consolida o *Parque do Povo* como lócus de festas e lazer, assim marcando uma

⁷⁰ Cabe registrar o discurso proferido quando da inauguração do Parque do Povo, pelo então Prefeito Ronaldo Cunha Lima, idealizador do evento: “Vendo assim minha gente, feliz e toda contente, nasce um desejo profundo... Hei de fazer em Campina *O Maior São João do Mundo!*” in: DB. 03 jun. 1986.

apropriação dirigida do espaço urbano e incorporada como estratégia de tornar a cidade viável economicamente e visível ao mundo.

O discurso das transformações urbanas, aliadas da dita nova vocação econômica do Município, passa a oferecer marcos e cenários (incertos) dos referenciais da ‘nova Campina’:

(...). A nosso ver, mesmo entendendo que o turismo de eventos de Campina Grande é um ingrediente fundamental para a sua economia, contudo, o seu futuro ainda está desenhado naquela sua concepção em torno do desenvolvimento, a partir dos anos 60, ao final da fase áurea do algodão, do sisal e do couro. *A sua proverbial criatividade funcionou, então, na busca da educação universitária endereçada principalmente para a conquista de um pólo tecnológico irradiador por toda a Região.* (...). *O futuro da cidade, porém, se consolidará ao feitiço mesmo de consolidação histórica, dividida entre a atividade produtiva e comercial*(Grifo nosso!)(...).⁷¹

Acentuam-se em Campina as práticas sociais de uso do espaço voltado ao turismo, expressas na implantação de novos padrões arquitetônicos, de consumo do lugar e guiadas por uma imagem que a vende pelo mega evento — “*Maior São João do Mundo*”, pensado como alternativa de constituição política e econômica da cidade.



Figura 14: *Parque do Povo*, cenário de novas marcas da cidade.
Fonte: <http://www.helderdarocha.com.br/paraiba/campina/sjoao1.jpg>

Observa-se um modo ativo que passa a caracterizar outras marcas do espaço urbano de Campina por associação com o lazer, diversão e consumo intensivo do espaço, onde a cidade é consumida pelo turismo e vendida como produto:

Há mais de 20 anos a simbologia das festas do ciclo junino passou a ser cooptada como produto econômico, inclusive como incremento ao turismo.

⁷¹ O FUTURO de Campina. DB, 06 dez.1994(Itan Pereira).

A festa de *O Maior São João do Mundo* (MSJM) realizada anualmente durante todo o mês de junho (...), alcança o ápice de importância entre as demais festividades com a mesma concepção temática, considerando-se sua magnitude e grandiosidade que podem ser comprovadas na diversidade, quantidade e originalidade de suas atrações, de caráter multifacetado no que tange às suas classificações, como também nos dados estatísticos sobre sua rentabilidade econômica, participação popular e interesse da mídia. Trata-se de um mega evento típico de nossos tempos, conforme um modelo “espetacularizado” já bastante difundido, que atende a propósitos políticos, investimentos financeiros e interesse da mídia. Mas é também um fenômeno social, com muitos desdobramentos culturais, (...). Tudo se agiganta pelo grande envolvimento popular, fator que garante a magnitude da festa, em práticas lúdicas consoantes com o conjunto cenográfico da festa que emprega grande aparato tecnológico, detalhe que comprova uma nova realidade das pessoas com suas questões de identidade e memória, produção e consumo, adaptada e aproveitada pelos projetos político-eleitorais, econômicos e comunicacionais. (NÓBREGA, 2009, p.2)

Ou seja, a partir de novos padrões de produção, circulação e disciplinarização dos usos no espaço urbano de Campina, a exemplo do que ocorre com a construção do Parque do Povo, se delineia um reconhecimento que lança mão da existência de outra materialidade para a cidade remetendo a tensão de processos que buscam levar a homogeneização do tecido social neste espaço, tais como os empreendimentos privados.

Entretanto, o Estado mais uma vez será decisivo à produção de Campina, pois as desigualdades sociais dadas sob a forma de segregação espacial encontravam-se caracterizadas em políticas que dos anos 1970-1980 não tocaram na questão do solo urbano. Contrários aos objetivos iniciais terminam por favorecer atores e agentes privados que ditarão os empreendimentos amplamente voltados à configuração espacial excludente de Campina:

Nos últimos três anos, Campina grande vem experimentando um acentuado crescimento vertical, refletido na quantidade de novos edifícios que vêm sendo construídos na cidade, conferindo-lhe um novo visual ao seu tecido urbano. Quem circula pelas ruas campinenses, certamente perceberá os chamados “espigões”.⁷²

Ocorre também nesse momento a acentuação de sociabilidades, advindas na malha urbana pelo crescimento de formas de morar e habitar discursivamente vendidas como modos de vida mais modernos e seguros.

⁷²CONSTRUÇÃO Civil enfrenta queda por falta de verbas. DB. 07 jul.1988(Editorial).

Em sociabilidades impulsionadas pelo crescente número de empreendimentos verticalizados ou horizontais de alto padrão e luxo⁷³:

(...) Campina Grande tem na força de vontade e no espírito empreendedor de seus filhos, o esteio de seu inegável crescimento. Um claro sintoma disso, são os empreendimentos nascidos da iniciativa privada, que conferem à cidade aspectos de metrópole interiorana. Paralelamente à pujança do seu comércio, à diversificação de suas atividades manufatureiras e à consolidação do seu vigoroso instrumental e prestação de serviços, *Campina Grande também assiste a um inquestionável crescimento imobiliário e já passa por um processo de verticalização urbana (...), o testemunho disso são as grandes obras em execução em diversos quadrantes da cidade* (Grifo nosso!). No limiar do século XXI, Campina Grande, consciente da sua posição de pólo regional, com influência em vasta região do Nordeste, (...), vive a expectativa de superação de problemas comuns às cidades do seu porte. (...).⁷⁴

Logo, os anos seguintes marcam as profundas transformações nas esferas da economia e da política, entre inúmeras delas podemos mencionar em termos gerais a intensificação do processo de globalização que interferiu sobremaneira na problemática social das cidades brasileiras e a identificação de novas formas de desigualdades e processos de fragmentação e segregação urbanas.

Rapidamente se consolida em Campina o padrão socioespacial expresso cada vez mais pela implantação de moradias auto-segregadas. Como remete a passagem abaixo:

(...) É necessário que Campina Grande não cresça forçada pelas invasões e ocupações de sua periferia, pelos loteamentos de sentido econômico que tem sido feitos, enfim pelas favelas que quase cercam a cidade. O grande desenvolvimento da indústria de construção civil, por meio de belos e corajosos edifícios em vários pontos da cidade, tem de certa forma definido um sentido de expansão que deve ser levado em conta no planejamento a ser feito. (...).⁷⁵

A concepção dessa produção, destacadamente no domínio do espaço urbano de Campina, acarreta os desdobramentos que hoje se colocam na cidade como expressão mais acabada da ordem socioespacial segregada. A

⁷³ Podemos citar: Nações Residence Prive, Sierra Resort, Monteville Residence e, mais recentemente, a implantação do Alphaville (2009), dentre outros.

⁷⁴ CIDADE vive a expectativa do soerguimento econômico. DB, 11 out.1996(Francisco José).

⁷⁵ PLANEJAMENTO urbano. JP, 18 jan.2001(Editorial).

expansão se transmutou pela caracterização de uma estrutura urbana concentrada e articulada, com dominância assumida, com maior intensidade, a partir da segunda metade da década 2000.

O crescimento da promoção imobiliária de investimentos privados em Campina deu-se praticamente em áreas que tiveram toda a sua infraestrutura montada pelo Estado, e à espera de valorização. Em um movimento, criado por segregações espaciais marcantes, onde a cidade se expande e redimensiona territórios anteriormente percebidos como periféricos ou sem valor de mercado.

A exemplo do que ocorreu com o Catolé, bairro que a partir de intervenções realizadas na área, em sua maioria públicas, passa a ser redimensionado na malha urbana. Dentre essas intervenções cabe destacar a transformação espacial que redefiniu o bairro dentro da malha urbana de Campina por grandes intervenções, tais como: construção do Estádio Ernani Sátiro (1974), do Terminal Rodoviário Argemiro de Figueredo (1985), do hoje Shopping Luiza Motta (1991) — inicialmente denominado de Centro de Compras Luiza Motta), do Parque da Criança (1993) e do então Shopping Center Iguatemi (1998):

(...). Atualmente o Catolé é considerado um bairro nobre, cujas casas, terrenos e apartamentos são um dos mais valorizados e procurados da cidade. O crescimento, do qual o bairro já dava sinais há muitas décadas, pode ser visto nos muito terrenos ainda a serem ocupados e nas inúmeras construções, principalmente de apartamentos. (...). No entanto, o Catolé apresenta contrastes em toda sua extensão, talvez não encontrados em nenhum outro bairro da cidade de forma tão visíveis. O mesmo bairro de avenidas largas e urbanizadas que dão acesso a shoppings e ao Aeroporto (...) ainda tem ruas sem pavimentação e infra-estrutura. Prédios modernos dividem espaços com moradias onde as pessoas vivem em condições subumanas (sic).⁷⁶

Cabe observar que hoje há uma maior concentração populacional no eixo Sudoeste e Sul da cidade, representado pelos bairros Malvinas e Catolé (vide Figura 15) os quais, juntos somam maior parte da população da sede do Município.

⁷⁶ CATOLÉ: do simples prado a um dos bairros mais valorizados da cidade. DB, 01 jun.2003(Caderno Cidades — Karina Araújo).



Figura 15: A promoção imobiliária modificando o tecido social .

Fonte: DB, 01 jun. 2003.

Com relação ao centro da cidade, em conjunto com alguns outros bairros tradicionais (José Pinheiro, Santo Antônio e Monte Castelo), observa-se a diminuição da população residente em favor de novas áreas de expansão imobiliária ao Sul da cidade. O que tem ocorrido nos bairros Catolé, Mirante e Itararé que passam por um processo de transformação em sua estrutura urbana, com intensa valorização.

Isso talvez explique o que representou na cidade o intenso debate ocorrido quando da definição e construção de um shopping na cidade, percebidas como de inerente necessidade, como importante recurso de modernidade de Campina. Falamos intenso devido às grandes polêmicas que envolveram a realização da construção de empreendimento desse porte na cidade: em 1988 com a proposta de construção de shopping na Bacia do Açude Velho, principal manancial e cartão postal da cidade; em 1989 com o Nordeste Pólo Shopping e, em 1995, com o Campina Shopping. Todos estes empreendimentos, sem sucesso, não saíram das intenções e avaliados.

Há, até hoje, por uma espécie de frustração à Campina moderna; visto o atraso, em mais de 10 anos, entre a primeira intenção e a chegada Shopping Iguatemi (vide Figuras 16;17), apenas inaugurado em 1999, e amplamente lido na imprensa local como espaço cultural que passava a dispor a cidade, fortemente associado como moderno e arrojado.



Figura 16: Imagem dos grandes empreendimentos na cidade.

Fonte: DB, 13 mar.1998.

Tais dinâmicas incorporam novos traços na economia local, identificados indistintamente como recurso sempre recorrente ao crescimento dos incorporadores como anúncio de outras marcas de Campina, pois, “Campina não poderia ficar de fora” do cotejo de ideias e valores gestados como contemporâneos, modernos de fruição e uso da cidade.

Esse debate visava estabelecer à cidade outras marcas, é como se fosse inconcebível, para tanto, *Campina cidade pólo* não participar dos espaços-símbolo de empreendimentos peculiares às urbes e dirigidos ao consumo por uma nova forma de perceber o espaço urbano. “*E agora, Campina?*”... “*Campina necessitava avançar!*”

(...). Procuo o jornal, vem a notícia do Shopping Center... Nada feito, nada a fazer, as promessas continuam no papel. E a vontade de crescer? E o orgulho de ser campinense? Meu Deus como se admite uma cidade com “ares de rainha” não ter um shopping center, (...)?⁷⁷

Introduz-se o discurso da ampliação de atividades que tenham por ênfase a produção, circulação e diversificação de serviços especializados (tecnológicos, educacionais, turísticos e de lazer) para, dessa forma, vender as vantagens locais de Campina Grande como sentido de diferenciação atribuída à sua maior centralidade na articulação regional.

⁷⁷ E AGORA, Campina? DB, 10 ago.1996 (Déa Cruz).



Figura 17: Novos referenciais à Campina

Fonte: JP, 29 abr.2001.

Assim a chegada do *Shopping Iguatemi* coloca a (nova) maneira de experimentar tempo e espaço, em um modo particular de experimentar e interpretar a cidade:

Quando o consórcio empreendedor do Shopping Center Iguatemi Campina Grande se der por inaugurado aquele moderno equipamento (...) uma nova página estará se abrindo para escrever as relações comerciais locais (...), implicando também mudança de hábito na população. (...), já se integra na paisagem da cidade e indubitavelmente modificará as relações (...), levando o comércio tradicional a uma repaginação (...). Igualmente com relação ao lazer, em razão dos instrumentos agregados que este equipamento proporciona⁷⁸.

A presença dos grandes empreendimentos na cidade, dentre outras questões, passa a ser estratégica à constituição de novos espaços incorporados como valores de estética e lazer⁷⁹ na cidade. Daí porque a ausência do empreendimento do porte de um shopping era lida como retrocesso da imagem urbana e dos modos de identificar a Campina contemporânea:

Não dava para entender como Campina Grande, acostumada ao pioneirismo dos grandes empreendimentos que se realizam na Paraíba, e de uma certa forma em todo o interior do Nordeste, estava ficando pra trás(...). Basta observar que obras de grande porte no estado (sic), em

⁷⁸ NA ERA DO SHOPPING (sic): Iguatemi mudará hábitos da população. DB. 17 out. 1998 (Editorial).

⁷⁹ Referência dirigida através do título de Campina como *Capital Mundial do Forró*.

geral, começam por essa cidade. (...), muitas outras iniciativas de destaques, tiveram sua origem na Rainha da Borborema. Essa terra é conhecida por sua capacidade criativa e, por sua garra pioneira. Aqui se inventa de tudo. No que tange ao fenômeno comercial que está invadindo as grandes cidades e as de porte médio conhecido como shopping center, realmente se tornava imperdoável a omissão de Campina.(...).O certo, porém, é que outras comunas menores e menos importantes do que a nossa, desfrutam do seu shopping enquanto os campinenses vinham amargurando esse atraso.(...). Pelo visto, o Iguatemi associado à Embratex e ao Hotel Turístico [atualmente, Garden Hotel] prenunciam um auspicioso impulso no desenvolvimento de Campina Grande.⁸⁰

Essa imagem (vide Figura 18) é pensada para tornar Campina um grande ambiente aberto, propício aos empreendimentos privados, demarcada pela estética arquitetônica (excludente) pronta para ser consumida.

Portanto, essas novas centralidades têm por base a celebração pública de grandes eventos, do lazer, do turismo, das (novas) formas de habitar, a associação de intervenções em espaços de consumo e do crescimento dos empreendimentos privados na cidade, conduzem a outras maneiras de perceber Campina.

Apoiada por esse mesmo sentido chama-nos atenção à construção do *Viaduto Elpídio de Almeida* que, ao ser apropriado como imagem de modernização da mobilidade urbana de Campina, comporta assim o “seu mais novo cartão postal”.

É peculiar o teor político e simbólico que caracterizou a definição e construção do mesmo em uma intensa disputa, polarizada e alinhada entre as duas maiores e tradicionais forças políticas da cidade⁸¹, e percebida por alguns como estéril e, por outros, positivada ao angariar prestígio público e político.

⁸⁰ IGUATEMI (sic) em grande estilo. DB, 14 set. 1997(Itan Pereira).

⁸¹ Disputa conduzida entre dois agrupamentos políticos locais — Maranhistas (PMDB) e Cunha Lima (PSDB) — como elemento dos respectivos projetos políticos. Base essa para estudos futuros.



Figura 18: A operosidade do passado: leituras de novas marcas.

Fonte: JP, 11 out.2005.

Essa disputa galvaniza um maior aporte de recursos e obras à cidade, via Executivo (Estadual e Municipal) ou ainda por emendas orçamentárias do Congresso Nacional. A construção do *Viaduto Elpídio de Almeida* (vide Figura 19) justifica o discurso da modernidade, pois, representa “uma forma de oferecer aos campinenses uma obra transformada, marco em termos arquitetônico e explicitamente político⁸², o que aponta para cada um que assim tenta, à sua forma, agregar e alinhar a imagem contemporânea de Campina por uma obra, “à altura da cidade”.

Paralelo a essas intervenções de novas centralidades, também se mobiliza significativamente toda uma demanda de incrementos e investimentos públicos voltados à criação de um campo científico na cidade. Desponta-se a vocação educacional e tecnológica de Campina Grande como alternativa à crise surgida na década de 1980, em um resgate da desejada posição privilegiada da cidade. Campina entra em cena novamente pela operosidade de seu passado, pois, figurada como passado e sendo dele distinta (Pesavento, 2008), a cidade é reelaborada e inscrita sob nova imagem.

⁸²”A esse respeito vide: VIADUTO fica pronto em agosto. JP, 22 jul.2007.



Figura 19: “Uma obra à altura da cidade”.
Fonte: JP, 07 out.2007.

Coloca-se a materialidade e uso do espaço a partir da necessidade em consolidar o campo científico desenvolvido localmente, via universidades, e debater neste contexto, ainda de crise, a cidade. Campina precisava ser repensada e quiçá, reinventada em seu caráter pioneiro, agora posto pela tecnologia de informação (TI). Em tempo, observa-se a criação de uma síntese repercutida na economia por outro rumo para a cidade.

É recorrendo à imagem atrativa da tecnologia que Campina se reinventa, onde a noção visível e crível, da maneira de representar a cidade, e a ela se referir, passa a se dar pelo reconhecimento e forte presença de outra imagem, expressão do seu discurso contemporâneo: a *Campina tech city*.

Tal como os grandes empreendimentos, a *Campina tech city* sinaliza significativas transformações no ambiente construído, nos investimentos realizados, na construção dos espaços físicos e de traços que remodelam a cidade. Imprime assim um discurso urbano fundado em outras (e novas) maneiras de interpretar a cidade e seu pioneirismo. Com efeito, a imagem *tech city* estabelece por necessária a reinvenção de Campina, através da estratégia de se reportar à cidade pela histórica evocação do significado de suas sínteses, designadas *avant la lettre* com relação ao seu tempo!

1.4 A imagem *tech city* — no espaço da tecnologia Campina se reinventa

A arquitetura de ler e projetar a cidade pelo fortalecimento do discurso da sua inserção na contemporaneidade produz destacadamente a Campina pólo tecnológico, competitiva e abrigada sob o terceiro milênio. A intenção dessa projeção é exorcizar a imagem negativa, peculiar à *cidade da crise*, para assim restituir seu lugar de destaque projetando-a por outro cenário, construído em função de peculiaridades da estrutura produtiva e das especificidades físico-espacial que remodelam distintamente o território construído, através de fenômenos como a globalização⁸³. Concepção que interpreta a conformação da cidade do ponto de vista da técnica, meramente *racional*:

Desse ponto de vista, a técnica é considerada como possibilidade infinita— dependendo dos meios disponíveis, que sempre se aperfeiçoam, e dos custos, que limitam o investimento que se deseja ou que se pode fazer. É no interior desse marco teórico que se constitui a *questão urbana* (Grifo de autoria!) (...): (...) a técnica a serviço da boa finalidade de modificar melhorando o ambiente urbano compõe o meio formador do *bom trabalhador* (Grifo de autoria!) e do *bom cidadão* (Grifo de autoria!) tanto física como moralmente, (...). (BRESCIANI, 2008, p.14).

Essa concepção é identificada localmente a partir do final da década de 1970, por uma tendência que associa o discurso da inerente necessidade de uma nova vocação de Campina como perspectiva de ampliar as relações econômicas e superar a crise que caracterizava a cidade, a partir da projeção de outra imagem.

Nessa imagem as universidades, principalmente as públicas, passam a serem os principais agentes que projetam a Rainha da Borborema no cenário regional e no país, dada a centralidade que adquirem em uma nova imagem de Campina:

(...) o que seria Campina Grande sem a estrutura universitária que possui?

⁸³ Ao nos reportar à globalização estaremos nos aproximando do conceito de *mundialização* trabalhado por Chesnais (1996), ao demonstrar o caráter vago e ambíguo de termos como mundo sem fronteiras' (*bordeless*) ou 'sem nacionalidades' (*stateless*), pois estes não são neutros. Pensamos também a globalização com *mito justificador* (Bourdieu, 1998), que deva ser tomado pelo reexame do significado relacionado a uma época de grandes turbulências e problemas fundamentais de crise de confiança nas dinâmicas epistemológica e societária.

(...) creio que sem as Escolas Superiores Campina Grande teria soçobrado (Grifo nosso!). A história de nossa comunidade tem sido feita de muitas incertezas. Se chegamos a ser um dos mais importantes comercializadores de algodão do mundo, chegamos também quase a cair no esquecimento (...). Foi essencialmente o nosso desenvolvimento educacional que nos restituiu o lugar de destaque que havíamos perdidos. Em feliz momento, entendemos que a educação é um PRÉ-INVESTIMENTO (sic). (...). Então teria sido uma das grandes armas da nossa comunidade: descobrir novas alternativas quando tudo parece descaminho (sic). (...) Ora, se a Universidade garantiu a sobrevivência de Campina Grande, o atual estágio desta Universidade é grandemente responsável pela sustentabilidade desta sobrevivência, (...). As atividades de ensino desenvolvidas pelas várias instituições universitárias são tão essenciais, hoje, a existência de nossa cidade que se, de repente, essas parassem, Campina Grande entraria em um processo de anomia profunda (Grifo nosso!).⁸⁴

O discurso da necessidade de reapropriar as universidades, como agentes que reforçariam a nova vocação econômica de Campina e restituíam o lugar de destaque que a cidade acentuatadamente perde nos anos 1980, situa-se face uma série de mudanças pela qual passava a cidade, em termos econômicos e em suas características sociourbanísticas; mudanças que se colocam enquanto tentativa de aliar a organização territorial técnica à localização de uma nova imagem da cidade.

Dentre as formas de organização territorial e de localização dos indivíduos e atividades que despontam na cidade, em marcas apontadas anteriormente, vai se impor o crescimento do comércio informal e o acirramento das contradições e desigualdades de acesso à cidade “formal”. Juntas tais mudanças colocam, por outras bases, as intenções veiculadas como perspectiva de preparar a cidade para os anos 2000.

A mudança ocorrida em Campina a partir do desenvolvimento científico- tecnológico operado em suas universidades, significativamente se fundamenta com a criação da POLI, que com seu curso de Engenharia Civil, abriu o caminho da arrancada universitária da cidade; “foi deste alicerce

⁸⁴ A ESTRUTURA universitária foi vital para Campina Grande. DB 06 ago.1978(Trechos de entrevista realizada com o Prof. Moacir Carneiro).

cultural e técnico- científico que Campina Grande partiu para armar, o seu fantástico monumento universitário de hoje, (...)”.⁸⁵

Ao desdobrar a vocação criativa de Campina Grande, pelo desenvolvimento científico-técnico José Américo, quando da entrega à cidade da POLI, assim prenunciava: “Estou procurando dar a Capital energia elétrica e iluminação pública. Mas em Campina Grande darei mais: dar-vos-ei uma luz que não se apaga”⁸⁶:

A Escola Politécnica de Campina Grande (POLI), foi a primeira Escola Superior da cidade, criada no Governo José Américo, através da Lei Estadual n.º 792, de 06 de outubro de 1952(...). Sua importância foi fundamental para a Região, não somente pelo que representou em termos de qualificação de mão de obra técnica, como também por ter sido o embrião do colossal empreendimento universitário que temos hoje com o “Campus” II da UFPB [hoje UFCG — Universidade Federal de Campina Grande] e com a Universidade Estadual da Paraíba.

Aos poucos Campina iria se constituindo em um destacado polo(sic) universitário com irradiação por toda a Região. Em 1955 foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas pela Prefeitura Municipal e que posteriormente se integraria a Universidade Federal, e juntamente (sic) com o Curso de Sociologia, formaria a FACE [Faculdade de Ciências Econômicas] (...). Entre 1956 e 1960 se criam a FUNDACT [Fundação para o Apoio da Ciência e da Técnica] pela prefeitura (sic), a Faculdade de Filosofia (sic) pela Diocese e a Faculdade de Serviço Social (...). Em 1961 a POLI se diversifica com a instalação do Curso de Engenharia Elétrica, ao qual se seguiu um Mestrado em 1970, o primeiro em Campina Grande. O ano de 1966 marca a destemida realização da criação da Universidade Regional do Nordeste [atual Universidade Estadual da Paraíba]. Em 1967 é a vez da criação da ATECEL [Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior], (...). E em 1968, o corajoso empreendimento da instalação da Faculdade de Medicina.⁸⁷

Necessário se fazia dar maior visibilidade ao que, em paralelo a esse processo, vai se colocar como estratégia de consolidar a cidade enquanto pólo tecnológico e, nesse mesmo sentido, projetá-la transformando-a em centro universitário. Assim é interessante perceber como se norteia a criação da imagem *tech city*, pois:

Já estão distantes os tempos em que os relógios das populações pobres, e mesmo dos ricos, era o apito da fábrica. Com a decadência do algodão e do sisal, as multinacionais como a SANBRA (sic) e a Anderson Clayton

⁸⁵ A ESCOLA Politécnica de Campina Grande. DB, 11 out. 1987(Itan Pereira).

⁸⁶ Cf. Lima (2010).

⁸⁷ A ESCOLA Politécnica (II). DB, 06 out.1987(Itan Pereira — crônica publicada quando da passagem dos 35 anos de criação da POLI).

fechavam suas unidades industriais. Desta sorte, restou somente o Distrito Industrial fundado na década de 1960.

A importância de Campina Grande, no contexto paraibano e nordestino, não resulta mais da pujança de seu comércio, ou de suas indústrias. O avanço da telecomunicação e a pavimentação de quase todas as estradas do interior nordestino tornaram supérflua a existência de Campina Grande como centro abastecedor, (...). Surgiu, todavia, um novo rumo para a cidade e sua elite: a educação (...).

(...). Durante os anos de declínio da economia, Campina transforma-se em centro universitário. A Universidade Federal de Campina Grande e a Universidade Estadual da Paraíba abrigam universitários de todo o Nordeste. Um número expressivo de escolas superiores isoladas e até centros universitários, vinculados à iniciativa privada, elevam o contingente da clientela atendida.

Por outro lado, o avanço da pesquisa acadêmica faz surgir, a partir dos anos 1970, vários cursos de pós-graduação em Campina Grande, o que traz inúmeros profissionais para atuar no seio da universidade. Na esteira da pesquisa acadêmica, surgem as empresas de base tecnológica.

Desta sorte, o apito da fábrica vai, gradativamente, cedendo lugar a sineta escolar como força propulsora do crescimento da cidade. O setor de serviços, especialmente os educacionais, passa a ser o principal motor de desenvolvimento de Campina Grande. (LIMA, 2010, p.77-78).

A mudança ocorrida em Campina, a partir do desenvolvimento científico-tecnológico significativamente se fundamenta como vimos anteriormente, a partir da fundação da POLI, em 1952⁸⁸, conforme previra José Américo.

Uma questão interessante a se registrar é que a base eloquente da pujança alcançada pela cidade no cenário tecnológico, através da existência das suas universidades, constituiu-se meio a uma disputa ocorrida na elite intelectual e cultural local, em relação a que tipo de imagem comporia o ensino superior na cidade:

A luta pela criação, implantação e consolidação do ensino superior em Campina Grande uniu, num primeiro momento, todos os interessados. Intelectuais, empresários, homens simples, pais de famílias, todos pretendiam, pelos mais diversos motivos, que o ensino superior prosperasse em Campina Grande. À medida que as faculdades eram criadas e que iniciativas para sua consolidação eram tomadas, foram-se desenhando visões distintas da realidade social e educacional da cidade. (LIMA, 2010, p.190).

Deste modo, vai sendo construído um discurso através do qual o desenvolvimento da cidade passaria pela consolidação de sua base tecnológica e condições de crescimento desta área localmente. Neste mesmo percurso, passam a ser desenvolvidas escolhas lidas por nós como

⁸⁸ Todavia, o primeiro vestibular da Politécnica ocorreu apenas em 1954.

estratégias acionadas oficialmente para consolidar a imagem *tech city* e o viés econômico que recolocam Campina na rota e importância do contexto regional:

(...), foi a universidade que possibilitou à cidade de Campina Grande dar um salto qualitativo em suas atividades econômicas. O surgimento, em 1975, de um dos cinco primeiros cursos de Tecnólogos em Processamento de Dados, deu início, na cidade, à formação de profissionais na área de informática, ao lado da existência de um nascente núcleo de pesquisa representado pela pós-graduação, surgida no início da década. (...). (LIMA, 2010, p.215).

Dessa forma é que desde o início irão se destacar dois projetos, duas visões de ensino, duas concepções de cidade⁸⁹ aonde a universidade e o conhecimento vão se tornar cada vez mais parte constitutiva e essencial às estratégias bem sucedidas não apenas dos investimentos em tecnologia, mas, acentuadamente, como promoção da imagem de Campina.

Ao tomar a cidade como base da imagem dos processos inovadores de referência mundial em tecnologia, a intensa atividade de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), amparada em suas universidades e, por esse modo, a reinventa através da instalação de um pólo de tecnologia na cidade:

Relevante (...) é a *inserção da cidade no circuito dos Pólos Tecnológicos* (Grifo nosso!). Tal fato decorre, em primeiro lugar, da criação, em 1984 pelo CNPq, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN) e Governo do Estado da Paraíba, do Pólo de Tecnologia de Campina Grande que surgia para “promover o desenvolvimento tecnológico no Estado da Paraíba através do incentivo e suporte à criação de empresas de base tecnológica, (...) contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da região (...)”. (et. alii, 1995), além da produção de softwares para exportação. (CARDOSO, 2002, p.48).

Os efeitos supostamente esperados, pela implantação do Parque Tecnológico (Pólo de Tecnologia), tiveram por propósito superar à ‘cidade da crise’ a construção de outra imagem que pudesse associar as potencialidades trazidas por novas vocações econômicas do Município e acionadas como protagonistas de um amplo e complexo processo encenado por Campina e refletido em novos investimentos aqui realizados:

(...). Já se anuncia a implantação de novas fábricas e as *démarches* estão aceleradas (...). *Calçados, têxteis, celulose, artesanato e frutas. Nesses setores, as indústrias deverão florescer, respeitando-se assim a vocação da cidade. Mas há ainda a disposição de sediarmos um pólo de informática* (Grifo nosso!), já que “know-how” (sic) temos de sobra (...). Façamos votos

⁸⁹ A esse respeito conferir: Lima (2010); Torres & Montenegro (2007); Silva & Montenegro (2007).

de que o “boom” dos anos 60, agora mais estruturado, avance em Campina Grande para além do ano 2000.⁹⁰

Por esse mesmo intuito merece destaque aqui, sobretudo, a decisão da PMCG em instalar no calendário de eventos oficiais da cidade a FETEC (Feira de Tecnologia de Campina Grande).

Não é à toa ou coincidência seu surgimento e difusão, segmentados como significativa realização de um grande evento científico da cidade⁹¹, a FETEC (vide Figura 20) será pensada como um canal que viria para fortalecer a imagem da *Campina tech city* e estabelecer a mediação da cidade com as universidades e seus agentes, mediação especificamente inscrita como estratégica na relação da cidade⁹² e dos seus cidadãos com esta síntese.



Figura 20: A FETEC na imagem *Campina tech city*.

Fonte: DB, 31 out.1988.

A FETEC intervém principalmente como importante mecanismo na emissão de valores, práticas e afirmação da *Campina tech city* enquanto espaço e canal de convencimento de expressão e ampla adesão da comunidade local a essa imagem, ao ser representada pela apresentação e popularização de tecnologias geradas na própria cidade:

⁹⁰ “BOOM” da industrialização. DB, 23 nov.1987(Editorial).

⁹¹ A FETEC tinha como promotores a PMCG, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e a UFPB (então Campus II; atual UFCG — Universidade Federal de Campina Grande). Iniciada em 1988 teve dez edições, sendo extinta em 1999 por problemas de gestão política.

⁹² Dada capacidade dessas instituições em abrigarem, sob a base da tecnologia, a incubação de diversas empresas na cidade, especialmente a então UFPB (Campus II) através do Parque Tecnológico.

*Durante três dias, no Parque do povo, um evento atraiu a atenção de milhares de campinenses. (...), a 1ª FETEC (...). Qual o significado de um evento como este? (Grifo nosso!) Em princípio basta situá-lo no contexto geoeconômico em que se realiza no interior do Nordeste Brasileiro. Historicamente discriminada, para muitos condenada ao atraso e à pobreza a região nordestina teima em responder com a afirmação de sua viabilidade (...). A 1ª FETEC carrega em si muitas dessas repostas, sinalizando o futuro, estabelecendo pontes do atraso para o novo, permitindo-nos imaginar que apesar de tudo não perdemos a sintonia com a modernidade (Grifo nosso!) (...). (...), salientamos o momento local de realização da 1ª Feira de Tecnologia de Campina Grande. Na cidade, o clima é de efervescência (...), onde propostas diferenciadas se confrontam visando a retomada do desenvolvimento do município. A 1ª FETEC vem demonstrar de forma incontestável, a viabilidade de implantação de um Pólo de Tecnologia em nossa cidade (Grifo nosso!). (...).*⁹³

Recorre-se à estratégia de diferenciar a cidade por sua vinculação a eventos que, tal como a FETEC, passa-se a promover e destacar o recorte necessário à composição da imagem *tech city*. Objetivo a ser alcançado com a inserção de Campina no calendário de grandes e relevantes eventos científicos internacionais e nacionais. Todos esses cogitados como canais que abririam o caminho para consolidar e transformar em consenso a estratégia localmente pensada — reivindicar Campina como pólo de tecnologia:

Este misto de estratégia (...) reivindica para a cidade a sua inserção em um movimento tecnológico mundial. Impõem que a sociedade e a mídia, por conseguinte, devam prestar atenção ao Município de Campina Grande, no que diz respeito à produção de C&T (Grifo nosso!). É a partir dessa produção que se justifica a sua vinculação a eventos como a Feira de Tecnologia de Campina Grande (FETEC) e a tentativa de transformar a cidade como pólo tecnológico. Esta é uma atividade presente no calendário da Prefeitura e que conta com os esforços dos seus quadros na divulgação e implementação, na tentativa de torná-la visível. (CARDOSO, 2002, p.49).

A estratégia de “reivindicar para cidade sua inserção em um movimento tecnológico mundial” impulsiona a criação pela PMCG em 1989 da *Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia* (SICT)⁹⁴ e do *Departamento de Apoio à Ciência e Tecnologia* (DACT). Isso representa o esforço oficial em estabelecer o discurso da gestão em “buscar, junto às instituições de ensino e pesquisa, as soluções de pontos nodais da economia campinense e, quiçá, o seu crescimento. De forma que se passa a adotar novos conceitos a partir da área

⁹³ A FEIRA de Tecnologia de Campina Grande DB, 06 nov.1988(Mário de Araújo Filho).

⁹⁴ Secretaria extinta, em 1999, e somente recriada em maio de 2010.

tecnológica, de organização e produção objetivando o rejuvenescimento e modernização da cidade”.⁹⁵

Por esse intuito serão notórias as alterações realizadas na paisagem social do espaço de Campina Grande, onde terão por intuito a renovação e intensificação da dinâmica de uso e apropriação de porção do seu território urbano, agora voltadas para comportar os setores produtivos com destaque em tecnologia:

*Desde sua implantação em janeiro de 1989, a Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia vem desenvolvendo, (...), esforços no sentido de fortalecer, consolidar e ampliar o setor produtivo do Município. (...). A implantação de pólos industriais, caracterizados por distritos especializados destinados a setores como calçados, confecções, alta tecnologia em eletrônica, informática, química e novos materiais, entre outros, deverá dotar a cidade de novas alternativas de investimentos nas diversas áreas de sua vocação (Grifo nosso!). Programas do tipo “incubação” de empresas de base tecnológica de novos grupos empresariais, bem como centrais de comercialização têm merecido especial atenção por parte da Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia. Não se pode abrir este leque de opções sem levar em consideração uma questão hoje candente em nossa cidade e que tem sido alvo das preocupações (...): a questão da localização de empresas que visam se implantar em Campina Grande. (...).*⁹⁶

Tornar Campina visível a partir da imagem construída e transferida por TI (Tecnologia da Informação) é elaborar um novo discurso em todos os níveis da vida social, para assim tomar a cidade como portadora de relevante potencial tecnológico. Potencial que a recoloca no cenário nacional e a insere no mercado global, como centro de incubação tecnológica que impulsiona a escolha da cidade para a implantação do *Programa Softex 2000*⁹⁷:

Com a escolha de Campina Grande, como a primeira cidade do Nordeste, para sediar um Núcleo de Software para Exportação a Rainha da Borborema ganha um importante destaque nacional como Pólo de Tecnologia. (Grifo nosso!).

Trata-se do Programa Softex — 2000 que visa implantar em diversas cidades brasileiras toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento

⁹⁵ A PALAVRA. JP, 12 dez.1992.

⁹⁶ A IMPLANTAÇÃO de novas empresas DB, 14 mar.1990.

⁹⁷ PROGRAMA BRASILEIRO DE SOFTWARE PARA EXPORTAÇÃO — SOFTEX 2000 — Programa Prioritário do Ministério da Ciência e Tecnologia, para efeito dos incentivos da Lei nº. 8248, de 23 de outubro de 1991, coordenados até então pelo CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <<http://www.paqtc.org.br/>> Acesso em: 10 jun.2010.

de software em nível de qualidade para exportação. (...). A escolha de Campina Grande como a primeira cidade do Nordeste para se integrar ao Programa Softex- 2000, se deve em função de já reunir excelentes condições para sua implantação e de grande potencial (...).⁹⁸

Uma das estratégias mais eficazes deste momento será resgatar, divulgar, permitir conhecer e valorizar o que representou a criação da POLI para a posição de Campina Grande como pólo educacional e de vocação para o campo científico e tecnológico:

(...). Sua importância [POLI] foi fundamental para a Região, não somente pelo que representou em termos de qualificação de mão de obra técnica, como também por ter sido o embrião do colossal empreendimento universitário que temos (...) com o “Campus” II da UFPB e com a Universidade Estadual da Paraíba. Aos poucos Campina iria se constituindo um destacado polo (sic) universitário com irradiação por toda a Região. (...). Em 1961 a POLI se diversifica com a instalação do Curso de Engenharia Elétrica, ao qual se seguiu um Mestrado em 1970, o primeiro em Campina Grande. (...). Em 1967 é a vez da criação da ATECEL (Associação Técnico-Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior), (...). E em 1968, o corajoso empreendimento da instalação da Faculdade de Medicina.⁹⁹

O discurso sobre a POLI condensa a imagem *tech city* como novo modo de compreender a cidade, suas potencialidades e a abertura de empreendimentos de base tecnológica reconhecidos pelos sentidos à dinâmica econômica da cidade.

Sentidos constados como implicações de cunho científico-econômico advindas desde a criação da POLI, com o fortalecimento do ensino superior e do amplo crescimento de TI na cidade¹⁰⁰. Estes elementos comporão, neste contexto, o discurso e deslumbramento trazidos pela imagem *tech city* na representação de Campina Grande:

Alguns fatos importantes neste ano de 1994 vêm acentuando cada vez mais a consolidação de um pólo tecnológico na Paraíba, a partir, notadamente de Campina Grande. Essa, parece, ter sido uma vocação natural da cidade, daí se espalhando pelo Estado. Não poderia ser diferente, dado o seu caráter

⁹⁸ A PALAVRA. JP, 12 dez.1992 (Informativo anexo ao DB).

⁹⁹ A ESCOLA Politécnica. DB, 06 out. 1987 (Itan Pereira).

¹⁰⁰ A respeito disso, merece destaque reportagem da Revista VEJA que identifica os sete pólos brasileiros de tecnologia da informação, com importância internacional fortalecida nos últimos dez anos. Entre os destaques, situava Campina Grande pelas suas 100 empresas no setor de TI, lugar do país com o maior número proporcional de PHDs — um para cada 669 habitantes, cinco vezes a média brasileira, e local da Universidade Federal de Campina Grande, uma das melhores do mundo em TI figurando entre as poucas dedicadas a avançar na área de computação quântica. A esse respeito cf.: TODESCHINI, Marcos; BETTI, Renata. O Brasil da inovação. *Revista VEJA*. São Paulo, edição 2081, dez.2008.

de liderança regional, e que tem aparecido com cores mais nítidas após a fase áurea da sua influência marcadamente comercial. *É preciso notar que esse arranco em direção ao horizonte de desenvolvimento tecnológico da Rainha da Borborema tem as suas inconfundíveis raízes na implantação, aqui, da Escola Politécnica. (...). Essa luz da Escola Politécnica é a base da iluminação dos caminhos tecnológicos da Paraíba de hoje.* (Grifo nosso!).¹⁰¹

Ao argumentar que Campina Grande comportaria a imagem sugerida no âmbito de releitura da configuração de sua economia e vocações passadas a tecnologia vai despontando¹⁰² como um potencial a mais da cidade. Sentencia-se a nova imagem (conforme Figura 21) em uma modernidade, reconhecida pelos vínculos com o passado da cidade, onde a *Campina tech city* reestrutura e reinventa a cidade.



Figura 21: A *Campina tech city* reinventa a cidade

Fonte: DB 11 out.1995(Encarte Propaganda PMCG)

É o passado resgatado para reforçar o potencial tecnológico apresentado contemporaneamente pela cidade, ao veicula em sintonia com o projeto indicado por essa construção e como manifestação de um discurso, que vai além do oficial. De tal forma a mostrar que a população estaria não apenas receptiva a esta síntese, mas utilizando-a como espaço de práticas sociais. Passa assim a ser operacionalizada a requalificação de determinados

¹⁰¹ DA POLI ao CCT (sic). DB, 06 nov.1994(Itan Pereira).

¹⁰² Proliferavam na cidade as empresas, pequenas e médias, que passavam a trabalhar com TI, algumas delas com representação no Canadá e Estados Unidos; desenha-se assim a perspectiva de valorização dos investimentos via Pólo de Tecnologia de Campina Grande que passa a receber o apoio do SICT (Sistema de Incubação Ciência e Tecnologia) em articulação com o PAQTC / PB, via Sistema de Incubação e Associação de Empresas de Base Tecnológica (SIAEBT).

espaços, que resulta, sobretudo, pela adequação e intervenções físicas ¹⁰³ que reforçam a composição e exaltação da *Campina tech city*.

O processo de reconstrução da imagem apreciará o privilégio de ter à sua inteira disposição espaços especificamente voltados à projeção e consolidação da cidade como pólo educacional, de ciência e de tecnologia. Campina é preponderantemente preparada para aspirar aos avanços tecnológicos que catalisariam o potencial inovador já existente e imponentemente aplicável como decurso de seu crescimento pela imagem *tech city*:

(...) Campina Grande entrará para o terceiro milênio com uma forte base tecnológica. O desenvolvimento da cidade, inclusive, aponta para a sua consolidação como Polo (sic) Educacional de Ciência e Tecnologia. (...). Pequenas e médias empresas proliferam nas áreas citada algumas delas com representação no Canadá e nos Estados Unidos — desenhando a perspectiva da valorização do Polo(sic) de Tecnologia de Campina Grande.(...) ,Programa de interesse prioritário da Prefeitura Municipal ,o Polo(sic) de Tecnologia hoje nascente é uma realidade(...).(...)Campina Grande é a primeira cidade do Nordeste a ser escolhida para sediar um núcleo de software para exportação — o software 2000.(...), coube este papel de relevante importância para Campina Grande como elemento catalizador (sic) de um potencial já existente e que projeta a cidade para ser a consolidação como pólo(sic) educacional e de ciência e tecnologia.¹⁰⁴

Podemos nos referir à criação de alguns espaços físicos que juntos proporcionarão os espaços-símbolos da imagem de Campina como cidade vocacionada ao campo da ciência e tecnologia, a saber: a instalação do *Parque Tecnológico (PAQTC / PB)*¹⁰⁵, em 1984; a inauguração, em 1992, da *Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)*, com sede em Campina Grande, *Museu Vivo de Ciência e Tecnologia* (vinculado a PMCG) e , anos mais tarde, em 2002,o desmembramento da UFPB com a

¹⁰³ Dentre estes espaços reforçamos a instalação, no então Campus II do Sistema de Incubação de Empresas de Base Tecnológica.

¹⁰⁴ CAMPINA já é destaque na área de tecnologia. JP, 19 dez.1992 (Editorial).

¹⁰⁵ Lima (2010) chama a atenção para o fato de que, nesse exato momento, o CNPq era presidido por um filho da terra — Lynaldo Cavalcanti, o que contribuiu também para reforçar a escolha por Campina Grande (a única do Nordeste!), dentre os primeiros parques tecnológicos no Brasil, localizados nas seguintes cidades: Brasília,Campina Grande, Florianópolis, Manaus e São Carlos.

criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)¹⁰⁶, resultado de um luta da cidade em quase 20 anos¹⁰⁷.

Estes espaços físicos serão relevantes à forma como a imagem Campina *tech city* organiza os significados que constituirão a leitura de Campina pólo científico-tecnológico: informação, eventos científicos, grandes empreendimentos e cooperações internacionais passam a expressar a cidade em formas e figuras de novos discursos:

(...) Aparentemente poderia afigurar-se como mais uma obra entre muitas que são implantadas numa cidade do porte de Campina. Entretanto, cumpre observar que se trata de algo diferente, tendo em vista o contexto em que está inserido este Museu [da Ciência] (...). Trata-se, portanto, de uma *iniciativa entendida dentro do conjunto de outras que visam à consolidação de um pólo tecnológico na Rainha da Borborema. Tudo isso faz parte de um plano arquitetado pela atual administração municipal que pretende endereçar o desenvolvimento dessa cidade no rumo da produção científica e tecnológica.* (...). *Com certeza esta é uma alternativa econômica indispensável para Campina e que inclusive poderá mudar a fisionomia do seu desenvolvimento* (Grifo nosso!), (...) como incentivo ao estabelecimento de uma mentalidade científica que ajuda ao objetivo de pólo tecnológico que se vislumbra.¹⁰⁸

Para tanto reitera a cidade como sede de acordos e cooperações internacionais, correlatos à dimensão representativa e simbólica da busca de alternativas à implantação de empresas de base tecnológica e a prestação de serviços de elevado nível; criam-se referenciais suficientes para realçar a vocação de Campina em TI. Um dos mais importantes vínculos criados nesse aspecto será o *TecOut Center* :

Os Governos do Brasil e da China estabeleceram uma cooperação no campo de TI em 2003, ocasião em que foram inaugurados o **TecOut Center**(Grifo de autoria!) no Brasil e o Zhaoqing Software Internationalization Center (ZQSIC) na China. *O centro — denominado TecOut Center — é o primeiro do gênero criado no Brasil* (Grifo nosos!)para prestar serviços tecnológicos de mercado para as empresas brasileiras com potencial para operar mercado oriental. Aproveitam a experiência e o networking acumulados desde 1993, quando se iniciou o relacionamento com parceiros chineses.(...).No lado brasileiro, estão envolvidos o MCT[Ministério da Ciência e Tecnologia], a Sociedade SOFTEX e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba. No lado chinês, o MOST (Ministério C&T da China), o ICT e o Birô da Indústria Informação de Zhaoqing. O TecOut conta ainda o apoio do SEBRAE, da Universidade

¹⁰⁶ Criada pela Lei nº 10.419 de 09 /04/ 2002.

¹⁰⁷ Cf.: A UNIVERSIDADE de Campina. JP, 10 dez.2001.

¹⁰⁸ MUSEU da Ciência. DB, 25 out.1992(Itan Pereira).

O *TecOut Center* fará uso do discurso de, quando da escolha por Campina Grande, inserir a cidade como sede de um dos mercados mais promissores de tecnologia do mundo ao lado do mercado chinês (vide Figura 22). O *TecOut* tem por mercados-alvo¹¹⁰ inúmeros países que já estabelecem vínculos de relacionamento com parceiros locais. Esse discurso estabelece a estratégia de nomear as cidades de Zhaoqing e Guangdong, na China, como *cidades-irmãs de Campina Grande*, numa visão estratégica de estreitamento dos laços entre as três cidades.



Figura 22: Campina made in China.

Fonte: JP, 04 dez. 2003.

Esse discurso coloca uma ordem de operações de apreciação da cidade, disposta a torná-la atrativa, reafirmada enquanto pólo tecnológico e alterada em seus sentidos e qualidades. A tal modo que:

(...). São imagens que participam da produção ativa de lugares supostamente dotados de qualidades especiais, que se constituem em trunfo na competição entre cidades, (...). Concorrem para isso mecanismos variados — promoção de eventos, programa de apoio econômico, subsídio governamentais, imagens telejornalísticas, renovação e reconstrução de espaços físicos entre outros (...). (SANTANA, 2007, p.61).

¹⁰⁹ TecOut Center. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/TecOut_Center > Acesso: 10 jun.2010.

¹¹⁰ Canadá, Espanha, França, EUA (Boston e Vale do Silício), MERCOSUL (Argentina) e Ásia (China, Japão e Emirados Árabes Unidos).

Convenientemente pensada esta operação é prescrita em uma apropriação dirigida ao espaço em reconhecimento da cidade e em apoio aos empreendimentos da síntese *Campina tech city*. Apropriação por nós pensada a partir do que coloca Sánchez García:

Aquilo que chamamos de apropriação dirigida do espaço, (...), encontra-se associado a um projeto maior de difusão da imagem da cidade. Esta ampla difusão depende de sua articulação aos códigos de marketing e obedece a processos técnicos contemporâneos de divulgação de mensagens.

As operações realizadas pelos meios de comunicação apontam do nosso ponto de vista, para uma permanente atualização e superficialização das formas de perceber e apropriar-se do espaço da cidade. (...).

(...).

O discurso (...) manipula, intensamente, a associação entre a positividade do lugar e a positividade da identidade social coletiva. A exacerbação da positividade permite a defesa da identidade da cidade frente ao olhar externo, mesmo quando a realidade cotidiana da cidade existente, com suas contradições e conflitos sociais no espaço, encontra-se em franco contraste com qualidades presentes na imagem construída. (SÁNCHEZ GARCÍA, 2008, p.171).

O caráter predicativo da apropriação dirigida à *Campina tech city* é construído por um sistema de ordem que comunica, organiza e faz intenso uso de um discurso midiático à tessitura dessa imagem:

(...). É certo que utiliza determinadas categorias como a de “tecnopolo”(sic), muito disseminada nos meios acadêmicos, na análise de fenômenos como o que se processa em Campina Grande, parece, a princípio, resultar de um discurso ufanista, de uma reafirmação de indivíduos e /ou de segmentos da sociedade que vêem (sic) no *marketing tecnopolitano* (Grifo de autoria!) uma maneira de mascarar o processo de declínio industrial, ou de desindustrialização. De fato, o marketing que tem como pano de fundo os tecnopolos, é produzido, em muitos casos, na tentativa de atrair capital, estruturas e empresas da base tecnológica, cujas externalidades produzidas por essa fertilização cruzada inserirão a localidade no contexto da economia informacional. (SANTOS, 2008, p.59).

Mais uma vez tudo o que fora dito anteriormente sobre Campina é recuperado para propiciar que a cidade surja por novas imagens, com semelhanças e continuidades manuseadas e conservadas em relação a seu passado. (Re) traduzir o trabalho, a operosidade, a pujança e os símbolos de grandeza à *cidade do trabalho*.

Deixar apercebê-la por qualidades expressas, sobretudo pelos investimentos em tecnologia, educação e serviços especializados todos percebidos como ‘novas formas de progresso da Rainha da Borborema’:

Há sempre o saudosismo de certa época ainda recente, quando brilhavam no conjunto empresarial da cidade firmas inesquecíveis, na indústria e no

comércio. Bastaria lembrar num tempo anterior Sanbra, Anderson Clayton, Araújo Rique, e Cia., Cassiano Pereira, Curtume Motta do Açude Velho, Curtume São Pedro de Bodocongó, Demóstenes Cyrne, Renda Priori, Fibroco e em tempos mais recente Wallig Nordeste, Fracalanza, Maquinor (...). Mas em lugar dessas importantes empresas, (...), vieram muitas outras, de muitas denominações que eram desconhecidas há dez ou doze anos, e que sustentaram a pujança do comércio e das atividades econômicas de Campina Grande. (...) *Campina cresceu, principalmente em serviços* (...). (...) *Estabelecimentos especializados em ciência e tecnologia estão aí em vários lugares: a Embrapa, a Fapesq, a incubadora de projetos, o Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado* (...), *o núcleo de empresas* (Grifo nosso!). , (...), são uma prova de que a cidade não está parada. E aí estão os novos empreendimentos em marcha, como dois shopping – centers, várias fábricas de alta tecnologia (...), para se fazer uma idéia(sic) do que está acontecendo em Campina Grande.¹¹¹

Conduzida pela *imagem tech city* Campina é revisada a partir de transformações que a identificam como contemporânea e intensamente estimulada por estratégias afirmativas do marketing, pronto para vender a cidade e conquistado em torno de uma fabulação a qual “a cidade que se desenvolvia e estava dando certo”, de “novos empreendimentos em marcha” e em recuperação ao que fora no passado.

A modernidade da Campina *tech city* incessante e ininterruptamente reconstrói a síntese que conjuga a mistura de perspectivas econômicas de um desenvolvimento passado com o pioneirismo técnico-científico de hoje, aliada aos investimentos econômicos realizados na cidade¹¹². Conteúdo ideologicamente observado como valorização da cidade empresarial *tech city*, fator de mudança no crescimento econômico e do avanço científico veiculados como desejo em conferir vitalidade ao encontro da expansão tecnológica com a vocação universitária de Campina Grande para então apresentá-la taticamente como rara e única:

Dizer que Campina Grande é um dos maiores centros de informática do Mundo, parece utopia para muitos que, apesar de ouvirem falar, não procuram constatar a expansão tecnológica da cidade. Mas não é. A ratificação está no prêmio **Top Of The World** (Grifo de autoria!), concedido pela revista americana **SCO WORLD** (Grifo de autoria!), de Santa Cruz, cidade da Califórnia, a **Light Infocon** (Grifo de autoria!), empresa de informática pioneira em Campina Grande, que conquistou esta façanha (...).

¹¹¹A TENDÊNCIA é a mudança. DB, 24 out. 1996(Stênio Lopes).

¹¹²Neste sentido, a Lei Complementar nº 003 de 09 de outubro de 2006, que promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande, estabeleceu em sua Seção VI a criação das Zonas Especiais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — ZEDCT como forma de “incentivar a criação e estimular o desenvolvimento de empresas de base tecnológica, pelo sistema de incubação de empresas, cooperativismo e associativismo, e pela estruturação de pólos de tecnologia” (art. 124).

(...) De sorte que este resultado transcende a empresa, porque é um orgulho para a cidade e *mostra novamente que Campina Grande está a nível do mundo*(Grifo nosso!), (...).¹¹³

A referência portada de 'um dos maiores centros de informática do mundo' torna importante para também situar a adoção da cidade nos investimentos em TI, intencionados para veicular o grau de influência da cidade em C&T. Objetivo de tornar visível a cidade como possibilidade de fortalecimento do turismo científico e do valor simbólico utilizado como recurso de relaboração do seu discurso urbano.

O sentido de “pertencimento” e inserção da cidade nos anos 2000 vai se colocar por um movimento global de tecnopólis¹¹⁴ que reivindica subjacentemente a cidade pela majoração de um espaço sistematicamente ocupado em atenção à mídia e incorporação da imagem *Campina tech city*. Expressa a necessidade de um desenho institucional estratégico no formato de apresentação da cidade:

(...), a matéria veiculada em Veja [Revista semanal de circulação nacional], destacando a pujança de Campina Grande, principalmente no seu viés tecnológico, recoloca a cidade na rota da importância no contexto regional. Campina descobrindo novas vocações e sendo estimuladas — continua a locomotiva desenfreada na rota do desenvolvimento. *Não adianta ficar chorando os tempos idos, uma postura derrotista, típica das “viúvas do algodão”. Hoje, a conjuntura é diferente, num mundo globalizado, onde a tecnologia se impõe, notadamente, (...). Campina encontrou, entre outros usos, o da tecnologia para se inserir (...) neste mercado competitivo e globalizado. A consolidação do Parque Tecnológico teve importância preponderante nesta escalada* (Grifo nosso!). Mas a cidade, de grande vocação para o comércio, não deve se acomodar no hoje (...). Veja [Revista], como São Tomé, veio e viu (...). Há os que vêm (sic) e não enxergam.¹¹⁵

Campina é literalmente lançada, tal como um produto, pelas características e vantagens de localização, preço, qualidade na prestação de serviços, atributos e atrativos adequadamente trabalhados para impulsionar e

¹¹³EMPRESA campinense ganha prêmio nos Estados Unidos. DB, 18 mar.1997(Editorial).

¹¹⁴ De acordo com a IASP (International Association of Science Parks) tecnopólis é uma "(...) unidade territorial (cidade, região, estado) com abundante capital humano e social, contendo estruturas, organizações e pessoas ativamente engajadas em gerar desenvolvimento social e econômico através da ciência, tecnologia e inovação e cuja interação proporciona a alta concentração de empresas baseadas em tecnologia e no conhecimento de empreendedores altamente qualificados. Disponível em:<http://www.petropolis-tecnopolis.com.br/rubrique.php3?id_rubrique=57> Acesso em: 20 maio.2010.

¹¹⁵ POSIÇÃO da cidade. DB, 10 jun.1999(Geovaldo Carvalho).

canalizar grandes investimentos na cidade. Vendida pela imagem empresarial atrativa, eficiente, competitiva, de incentivos e bastante qualificada em sua força de trabalho:

(...), a descentralização econômica da cidade e a concentração geográfica provocam a existência dos pólos científico-tecnológicos, com mobilidade dos fatores de produção, dos homens, das mercadorias, do capital e das mensagens. É nesse sentido que se pode apontar três causas que determinam a criação e a localização das empresas de base tecnológica: a necessidade de interação com o setor de ensino e pesquisa, a lógica da organização industrial e as “deseconomias” de aglomeração.

Deste modo, notam-se consequências (sic) imediatas do modelo de crescimento da cidade: locação de área para alojamento e instalação de empresas; redução de 50% da taxa da Alvará (sic) de Funcionamento pela Prefeitura Municipal; repasse para o Programa do ISS (Imposto Sobre Serviços) recolhido nas empresas de base tecnológica (EBT's.) e, evidentemente, *fortalecimento do discurso da inserção na modernidade e no movimento global da sociedade* (Grifo nosso!). (...). (CARDOSO, 2002, p.48).

Pode ser observada assim uma transformação no tema da gestão territorial e da ação meramente municipal, o que caracteriza a combinação de opções assumidas por governos locais e concebidas em um *empresariamento urbano*, o qual se observa:

Em primeiro lugar, a implementação de vantagens específicas para assegurar a competição no quadro da divisão internacional do trabalho, (...), de ações de *marketing* (Grifo de autoria!) para “vender” a cidade pela exacerbação de seus atributos e qualidades, garantindo a atração de novos investimentos. (ROLNIK & SOMEKH, 2004, p.117).

É em torno da imagem da ‘Campina que deu certo’, da ‘Campina que é modelo ao mundo’ que as instituições de ensino e pesquisa locais passam a ser definidas como atores que engendram este processo, relevantes à incorporação de um conjunto de práticas e discursos que figuram a tecnologia e a representação da cidade pelo uso e desfrute dos seus sentidos de trabalho, pioneirismo e inovação. Campo favorável para identificar Campina em uma ‘mistura de China e Índia’, elemento impreterível à construção *tech city*:

(...) Nova arquitetura de crescimento está se firmando em Campina e em sintonia com as oportunidades que se oferecem da economia globalizada: produtos de consumo de massa e alto conteúdo em trabalho, ao lado de serviços sofisticados de tecnologia computacional. *Promissora mistura de China e Índia* (. Grifo nosso!).¹¹⁶

¹¹⁶ A BARRAGEM de Campina. JP, 11 abr. 2006(Adalberto Barreto).

Essa mistura (local-global) aciona características que se diluem para destacar Campina e sua competição no empreendedorismo global, gerada pela realização dos investimentos em tecnologia e com destaque às ampliações das atividades em seu setor de serviços. Com transformações também ocasionadas em reflexo às manifestações do processo de urbanização na cidade, síntese talvez destoante da imagem *tech city*.

O processo socioespacial de Campina, presente também em outras cidades brasileiras do mesmo porte, configura-se assim em função da estrutura produtiva e das diferentes espacialidades no seu território onde:

De acordo com Santos (1993), a maior diversidade funcional e a especialização dos serviços nas cidades médias criam um ambiente técnico científico- informacional propício à atração de investimentos que contribuem, para dinamizar o seu setor econômico. O questionamento acerca do futuro das cidades médias, na rede urbana brasileira, procura reforçar sua centralidade junto às regiões circundantes, funcionando como centro de comando do desenvolvimento regional. (GOMES, 2007, p.19).

É por este olhar que a experiência urbana de Campina Grande será reivindicada à imagem *tech city*, capaz de impulsioná-la a escalas bem mais amplas úteis à sua inserção no circuito da globalização. O que corresponderia em preparar a cidade para assentar a representação, incorporada suficientemente no movimento tecnopólis e anunciada como exemplo a ser seguido regionalmente.

Este elo identifica, pela recorrência, a adoção de um discurso que apresenta Campina ao mundo e a produz como '*cidade-mercadoria*'¹¹⁷. O alcance dessa construção é base do projeto de vincular a cidade em circuito global e identificar os avanços em TI, marcas imprescindíveis à elaboração da imagem e representação de um novo discurso.

Há uma imagem intensamente estimulada através do marketing, dos meios de comunicação e por afirmação da "histórica missão do projeto de modernização da cidade" que se situam como manifestações de um processo de aceitação de valores e ideias estimuladas para expressar e representarem a Campina *tech city*:

¹¹⁷ A esse respeito conferir: VAINER, Carlos B. "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: ARANTES; VAINER; MARICATO (Orgs.), 2000.

Nas duas últimas décadas, Campina Grande tem se tornado um ambiente propício para o avanço na área científico-tecnológica e para a atração de novos empreendimentos como o shopping Iguatemi e Embratex, por exemplo, está relacionado diretamente a estrutura da cidade: boa localização, mão-de-obra qualificada, incentivos fiscais e qualidade de vida para a população (Grifo nosso!). Ao contrário do que se imagina, a tecnologia de ponta não é privilégio do Vale do Silício, na Califórnia(...). Campina Grande demonstra que inteligência e tecnologia independem do território.(...). *A cidade vai entrando no terceiro milênio com sua marca em evidência pelo mundo* (Grifo nosso!).(....).¹¹⁸

O procedimento de transformar a imagem de Campina pelo marketing do empresariamento urbano da inovação em tecnologia emerge pelos rumos que a cidade tomaria mundialmente, ao optar por uma vertente que a converte em pólo de TI e atribui crescente relevância ao desempenho na cidade e dos já consolidados processos de inovação tecnológica. Conforme destacam as passagens abaixo:

Muitos leitores já tomaram conhecimento de importante matéria inserida na Revista norte americana “Newsweek” sobre Campina Grande. *Nossa cidade foi citada entre nove cidades de todo o mundo que representam um novo modelo de centro de tecnologia*. Foram mencionadas cinco cidades dos Estados Unidos, uma da Espanha, uma da França, uma da China e a brasileira Campina Grande. O mundo onde foram identificadas as nove estrelas, é o mundo da informática. *E isto, sem dúvida, é muito mais importante do que ser, porventura, é muito mais importante do que ser, como se dizia, Campina Grande — Capital do Trabalho*. (Grifo nosso!).¹¹⁹

(...) Já houve tempo em que os campinenses se ufanavam quando ouviam as expressões “*Campina Grande, a capital do trabalho*”. Mas há também um outro lema que a cidade está conquistando: “*a cidade da tecnologia*” (Grifo nosso!). Já nos referimos ao assunto em outras oportunidades. Voltamos a ele diante de uma publicação a “Computerword”, edição 362, que fala do desenvolvimento da informática na cidade sob o título: “*Fortaleza e Campina Grande — eficiência em prol da tecnologia*”. Quanto a Campina Grande, a publicação recorda a classificação dada à cidade entre as nove “*Tech Cities*” mundiais (Grifo nosso!)., feita pela revista norte-americana “Newsweek” em abril de 2001.(...). Podemos alegrar-nos com a repercussão do São João de 30 dias em todo o Brasil, porém há outros motivos de entusiasmo(...) das empresas de alta tecnologia que funcionam em Campina Grande.(....).¹²⁰

Carregado de significados, o discurso de consolidação da *Campina tech city* aponta para objetivos em organizar outras impressões sobre a cidade que se reforça pelo aporte de recursos, locação de investimentos e cooperações internacionais. Em outras palavras, em inserir novas marcas à

¹¹⁸ CAMPINA Grande: referência em ciência e tecnologia. DB, 11 out.2000 (Fernando F. Silva).

¹¹⁹ CAMPINA em destaque. JP, 29 abr.2001(Opinião).

¹²⁰ CAMPINA em foco. JP, 16 maio 2002 (Opinião).

cidade em sua demanda prioritária de divulgar e fazer-se conhecer mundialmente a tecnologia aqui produzida.



Figura 23: Campina Grande no movimento global de tecnopolos.

Fonte: JP, 07 maio 2002.

O discurso da Campina globalizada traz consigo a caracterização de um setor da economia local à produtividade expressa e alimentada em universidades e centros de pesquisas. Sobretudo, para afirmar Campina como '*cluster do conhecimento*' e expandir a imagem trabalhada a partir da característica *high-tech* e da alta qualidade de sua mão-de-obra:

É também em Campina Grande que se prepara mão-de-obra qualificada para desenvolvimento e execução de produtos na área tecnológica. São universidades públicas, faculdades particulares e escolas profissionalizantes que decidiram investir na formação (...) com interesse em atuar nas áreas de ciência e tecnologia. (...). *A cidade é conhecida por ser um “cluster do conhecimento”* (Grifo de autoria!). *Aqui se desenvolvem formas de cooperação, colaboração, especialização e divisão de trabalho, onde instituições e empresas criam mercados de trabalho especializados, atraindo fornecedores e gerando um ambiente de disseminação de tecnologias e informações.* (Grifo nosso!) ¹²¹

Todavia ainda se faz por necessário, para tornar Campina Grande singularmente identificada pelo elo da TI(conforme Figura 23 acima) , articular um conjunto de valores que compõe a ampla adesão à imagem *tech city*. Inclusive de setores mais tradicionais ligados ao seu comércio, pois, o conjunto de processos articulados às qualidades presentes na imagem *tech*

¹²¹ CG tem mão-de-obra qualificada. JP, 11 out.2006 (Editorial — Edição especial pelo aniversário da cidade).

city ainda não impactou diretamente as formas de apropriação sobre a cidade em sua esfera mais cotidiana, enquanto afirmação de determinados grupos e práticas sociais no uso desse espaço.

Podemos facilmente assinalar a busca exacerbada de estratégias ordenadas de forma hierárquica, com destaque aos espaços e o tipo de conhecimento produzido para condensar a *tech city*, superficializada e distante em relação ao restante da cidade e seus problemas urbanos:

O sentido destas estratégias anuncia a total ausência de projeto no que diz respeito à política urbana, e aos seus inúmeros problemas que toda e qualquer cidade deve enfrentar. *Transformar a cidade em ilha da fantasia, seja das festas e da tecnologia, parece ser o elo principal de uma cadeia que dotará a cidade, e os seus habitantes, de um discurso que os insere na modernidade e na globalização* (Grifo nosso!).

Verifica-se em Campina Grande aquilo que Medeiros (1992) qualifica de ilhas de tecnologia (Grifo nosso!), que de uma forma ou de outra estão envolvidas no processo de modernização das cidades. Com o surgimento de pólos de modernização tecnológica, os chamados setores tradicionais não incorporam os avanços tecnológicos e os esforços no sentido de transferir conhecimentos das instituições de ensino e pesquisa para o conjunto da economia. Neste aspecto, é preciso considerar que para os setores tradicionais deveriam existir formas diferenciadas de absorção e difusão de novas tecnologias. (CARDOSO, 2002, p.49).

Recorre-se à associação de uma Campina vendida por ilusões e cores (Macedo Ribeiro, 2007) e por uma profusão de imagens que a vincula como ‘nova arquitetura de crescimento’ e a dispõe por usos e funções que exigem um tipo específico de arranjo socioespacial. Arranjo este que muito pouco comporta à presença de imagens articuladas como contradições sociais e problemas urbanos vivenciados, como avalia Agra do Ó (2009), na cidade desigual, ocultada e não figurada nos avanços e modernidade presentes na Campina *tech city*:

A estratégia maior era fazer com que este desejo de identificação com a modernidade passasse por ser desejo de toda a cidade, como se fosse possível canalizar numa única conformação da paisagem a energia dos desejos. Mesmo num instante em que a imagem social da cidade era tecida com os fios da mudança e da transformação, havia nós da trama que impossibilitavam a plena democratização de seus sucessos. Havia figuras que eram colocadas no tecido apenas para figurar nas suas margens, para representar formas marginais de existência. A tapeçaria em que a cidade se transmudava não parecia suportar a pluralidade: o tecido se esgarçaria se todos a ele tivessem o acesso da figuração; daí, cumpria mutilar muitos, abrindo espaços para poucos (AGRA DO Ó apud CARDOSO, 2009, p.49).

Por esse ponto de vista os problemas surgidos em proporções da favelização, informalidade e segregação são expressas por preocupações que visam dotar a cidade de novas alternativas de investimentos em TI. Em configuração bastante diferente, e muito mais complexa, que a própria concepção construída pela *Campina tech city*:

Entretanto, problemas ou não, percebe-se a emergência da cidade como tecnopolo. Sua constituição apresenta um conjunto de IES e técnico, centro de P&D e uma centena de EBT's que exportam seus produtos e serviços para EUA, Canadá, Europa, América do Sul e alguns países da Ásia. Resultado da pré-existente base de atividades (...) e da presença de uma elite empreendedora (SANTOS, 2008, p.145)

Esse processo, não podemos esquecer, gera quase sempre uma reprodução acrítica presente na representação hegemônica da cidade, interpretada e preconizada em estreita associação entre investimentos e crescimento tomados enquanto afirmações do alcance global da *Campina tech city*. Modelo distintivo da cidade que une competitividade e tecnologia, moldado em instituições que supostamente representam a nova equação da cidade, e impulsionado pela acentuação da imagem de processos inovadores de concorrência e competitividade entre cidades.

Entretanto esse modelo não consegue refletir, em extensão e ritmo, as tendências contraditórias presentes na cidade e as relações nela imbricadas e demarcadas em proporções que levam a um questionamento da imagem *tech city* convertendo as diferenças sociais presentes nas transformações mais gerais em curso na cidade. De modo a satisfazer as demandas de determinadas frações sociais da cidade por meio de valores e anseios mundiais, modernos e globalizados; mas não preponderantes à presença das imagens contraditórias na cidade. Isso na mesma medida em que:

Expandindo as suas representações através de todo um catálogo de imagens coletivas para uso generalizado, o discurso dominante constrói a indiferenciação ilusória (...). Na direção que aponta Barthes (1989), é a partir do momento em que qualquer cidadão *se reconhece* (Grifo de autoria!) na grande imagem construída que a omissão das diferenças sociais na apropriação da cidade atinge o auge de seu êxito. (...), o apagamento das diferenças sociais não é, portanto, um fenômeno acidental, acessório ou insignificante. Trata-se de parte constitutiva da própria ideologia dominante pela qual "transforma-se a realidade do mundo em imagem do mundo, (...)". (BARTHE apud SANCHÉZ GARCÍA, 2008, p.173.).

É notório o descompasso havido entre a dotação da cidade pólo tecnológico, produto em circulação de uma Campina global semelhante às cidades de primeiro mundo e a Campina cotidianamente evidenciada pela repercussão de desigualdades e reconhecimento dos conflitos urbanos. Discussão essa inserida em um modelo de desenvolvimento técnico-econômico percebido como um aspecto típico no âmbito das cidades, em uma nova forma de desigualdade resultante da globalização:

Nesse sentido, (...) o esquema de um mercado de trabalho dual se tornou ainda mais complexo graças a modelos de segmentação do mesmo, que não reconheceram apenas uma divisão bipartite, mas uma *compartimentalização* (Grifo de autoria!) baseada em raça, etnia, gênero e outras características distintivas. Conclui-se daí que o reestruturado mosaico social resultante se materializa em uma *cidade factual* (Grifo de autoria!), fragmentada e polarizada devido à existência de novas formas de metropolaridade, desigualdade e marginalização étnica e racial no meio de uma extraordinária riqueza (MATTOS, 2004, p.175-176).

Isso reforça ainda a reinvenção de Campina a partir do sentido de assentar as representações da imagem da cidade a partir das aspirações de retomada e dinâmica da economia local e da sua consolidação como pólo educacional de ciência e tecnologia. Trajeto este movido por uma fronteira que se insinua entre a imagem do distanciamento que aglutina e explica a cidade real e o discurso de uma nova maneira de pensar os processos de inovação e as empresas de base tecnológica locais.

Fronteira que também permite expressar outras paisagens com uma incessante reconstrução do discurso sobre Campina. Exigência de pensar a *tech city* pela incorporação das imagens contrastivas ao provocar modificações, supor a constituição de outro *corpus* e ainda praticar a inclusão da cidade pluralista e contraditória não conduzida na fabulação *tech city*.

Esse desafio equivale para nós à reflexão e procura de práticas que se desenvolvam fora dessa imagem, resistências urbanas às sínteses hegemônicas da cidade, fusão e outros modos de expressar Campina Grande; como veremos nos capítulos seguintes.

As cidades, (...) são plásticas por natureza. Moldemô-las à nossa imagem: elas por sua vez nos moldam meio a resistência que aparece quando tentamos impor-lhe nossa própria forma pessoal. Nesse sentido, parece-me que viver na cidade é uma arte, e precisamos do vocabulário da arte, do estilo, para descrever a relação peculiar entre homem e material que existe na contínua interação criativa da vida urbana. A cidade, tal como a imaginamos, a suave cidade da ilusão, do mito, da aspiração do pesadelo, é tão real, e talvez mais real, quanto a cidade dura que podemos localizar nos mapas e estatísticas, (...). (RABAN apud BARREIRA, 2003, pp. 332-333).

CAPÍTULO II

2. DISCURSOS SOBRE O URBANO EM CAMPINA GRANDE: A CIDADE UNITÁRIA

2.1 O desenho institucional e os discursos do planejamento urbano

Buscaremos neste capítulo compreender o discurso sobre a orientação das intervenções do urbano em Campina Grande, no período pesquisado, de modo a perceber como a cidade é pensada e com base em que o debate das intervenções é fomentado. Caracterizaremos as intervenções públicas realizadas enquanto formulação de um discurso do planejamento sobre a cidade em sua renovação urbana e problematizada pelo projeto de urbanidade.

Ao nos referir à *urbanidade*, tomaremos por compreensão os sentidos e os significados que passam a atribuir às transformações dos problemas urbanos e as alterações que estas processam na ordem social. Cabe, assim, chamarmos atenção à perspectiva de Louis Wirth ao distinguir urbanismo de urbanização. 'Urbanismo' é aquele complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades e 'urbanização' que se denota o desenvolvimento e as extensões destes fatores ¹²², incorporados em planos e Programas quanto a relação entre a cidade e sua materialidade vivida.

¹²²A esse respeito cf.: Velho (1987).

Analisaremos assim em que consistiram as concepções do planejamento na estrutura urbana, visto que essa estrutura também articula um arranjo que reflete as relações sociais vivenciadas na cidade. Podemos supor que as intervenções no espaço da cidade, e neste ínterim discursos e práticas de planejamento, só podem ser compreendidos na articulação que mantém com a estrutura urbana e os seus arranjos, inclusive não territoriais, a exemplo da economia, da política e da cultura (Villaça, 2001).

O conceito *estrutura urbana* apresenta diferentes acepções, pois, pós anos 1990“(…), o termo estruturação urbana tem sido usualmente substituído por reestruturação urbana que se refere mais especificamente aos estudos que buscam compreender os processos de valorização capitalista do espaço enquanto movimento dinâmico de renovação de uso ou reutilização dos espaços da cidade”. (SPÓSITO apud GOMES, 2007, p.23).

Percebemos estes arranjos como escritas de uma cidade que vai dispondo em seu espaço urbano os lugares, equipamentos, intervenções e formas de significá-la em seu processo de estruturação e reestruturação urbana. São formas orientadas pelo planejamento urbano local como tentativas de disciplinamento do uso e ocupação do solo, em sua estrutura urbana. Para efeito desta reflexão,

(…) chamaremos de *estrutura* (Grifo de autoria!) um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações. (...) São considerados elementos dessas estruturas o centro principal (...), os subcentros de comércio, e serviços (...), os bairros residenciais, ou melhor os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais e as áreas industriais. Esta estrutura está imbricada a outras estruturas territoriais, como os sistemas de transportes e de saneamento.(...).(VILLAÇA,2001, p.12).

Por essa perspectiva perceberemos como se constituíram as imagens e discursos acerca de Campina Grande a partir das suas estruturas territoriais, localizações¹²³ e renovação em seu tecido urbano, de modo a perceber a dinâmica urbana do Município e as visões que caracterizaram a formulação de uma imagem do planejamento na cidade em seu desenho institucional.

¹²³ A localização diz respeito aos locais onde os produtos são produzidos e consumidos (Villaça, 2001).

Desde logo, ao que diz respeito ao planejamento, não nos parece correto nos prendermos aqui à discussão desse termo, comumente e exaustivamente examinado por diversos autores, ou ainda o enfraquecimento teórico e metodológico do planejamento nas cidades.

Apontaremos, por assim dizer, a análise de formas mais ‘mercadófilas’ (Souza, 2006) e de privilegiamento do conceito de gestão em detrimento do de planejamento e das críticas endereçadas ao pensamento da tradição dos estudos sociológicos funcionalistas a respeito do urbano. Ou seja, pela condução do planejamento e da gestão urbana como mecanismos que visam o gerenciamento da cidade pelo *empresariamento urbano* posto pelo discurso do *planejamento estratégico* (Vainer, 2000), nesse sentido podemos afirmar que:

(...). *Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, (...), por se referirem a diferentes tipos de atividades* (Grifo de autoria!). (...). O planejamento é a preparação para a gestão futura, (...), e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (...), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares* (Grifo de autoria!). (SOUZA, 2006, p.46).

Torna-se interessante perceber como a cidade se projeta e como se configura através das relações sociais, no espaço urbano do período analisado na tese. A ótica que orienta nossa leitura sobre o planejamento vai ao sentido de um esforço em promover uma análise do espaço urbano como prática social associada às modificações socioespaciais, da estrutura urbana e das políticas que a constituíram.

Nesse propósito, tendo em vista buscar não cairmos na incompreensão dos dois termos envolvidos, optamos por trilhar os caminhos de Castells e Harvey¹²⁴, ao proporem a renovação crítica da pesquisa urbana na Sociologia e pensarem o espaço e os ‘problemas urbanos’ manifestados na cidade como problemas sociais relacionados às dinâmicas das relações, inclusive as de poder.

Relações sociais que estruturam este processo continuamente como complexo e diferenciado do qual especificamente tomaremos Campina

¹²⁴ Em obras como, respectivamente, “*A sociedade em rede* (2006) e “*Condição pós-moderna*” (2000). Souza (2006, p.25-26) também realiza uma discussão interessante, tomando por base a análise do planejamento urbano rumo a um planejamento urbano crítico.

Grande como expressão particular, pois cada cidade se inscreve num determinado sistema urbano, e numa certa dinâmica.

O que importa considerar no recorte aqui proposto, e por nós escolhido, é a compreensão dos discursos que deram suporte aos programas e planos que refletiram, por sua vez, uma imagem de Campina Grande. Imagem essa configurada a partir da preconização de uma concepção de planejamento, orientada em um discurso de uniformização dos interesses e sob a construção de consensos, em torno das questões refletidas na estrutura urbana local.

Planos, programas e projetos que, enquanto planejamento urbano local, traçam e definem um perfil econômico, social e espacial da cidade e, diante deste cenário, propiciam e registram intervenções e elaborações sobre o urbano em Campina. Orientam a nomeação de um discurso modernizador e desenvolvimentista que, a partir dos anos 1970, será capaz de apresentar e encaminhar a cidade por outro padrão de urbanidade, ao ter por base a idealização de um planejamento centralizado e calcado em um discurso racional, científico e técnico.

É este planejamento que, em seu padrão, rege as intervenções públicas e a compreensão da dinâmica urbana de Campina Grande. É a *produção dos planos* (Maricato, 2000) que passa a projetar um discurso sobre a cidade, por nós lido como utópico e autoritário; o que também confirma o sentido e as tendências mais recentes da ação pública sobre o urbano em Campina Grande.

Registra-se o surgimento da predominância nas intervenções públicas, tal como no restante do país, e de procedimentos de um planejamento fundamentado pela imposição de grandes planos e obras urbanas que se caracterizam pela debilidade e pobreza das ideias operacionais. Debilidade no sentido da formação de uma racionalidade que contraditoriamente não se realiza: “(...), existência de um pântano entre sua retórica e sua prática, *normatividade cidadã* (grifo de autoria!) no discurso e *desigualdade prática* (grifo de autoria!).” (MARICATO, 2000, p.135).

A instabilidade política e administrativa características do período ditatorial gerou uma inércia da política urbana local, praticamente inexistente até então. Porém é justamente neste momento que se tenta retomar a urbanização de Campina, através de uma política de racionalização preconizada pelos militares. Interessante reforçar que a ideia de intervenção urbana teve por tônica a industrialização, articulada pelo Grupo Desenvolvimentista nos anos 1950, e a marca dos financiamentos de projetos via SUDENE nos anos 1960.

A perspectiva dos planos obedecia a uma orientação de âmbito federal, de uma espécie de *modernização autoritária* das cidades brasileiras iniciada em 1964, com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação). A esse respeito Ferraz coloca que:

Desde os tempos mais remotos as cidades sofrem adaptações e mudanças na sua estrutura física, seja porque em cada tempo cada sociedade apresenta suas próprias características estruturais, seja em função do seu próprio crescimento e desenvolvimento em um determinado período de sua história. Equipamentos vão sendo construídos, aumenta-se o número de moradias, abrem-se ruas, constroem-se pontes, ou ainda obras de infraestrutura (...).

Entretanto, as soluções encontradas para resolver os problemas urbanos de caráter físico não se reduzem apenas às questões técnicas, imediatas ou não, mas perpassam pelos campos político e simbólico, que lhe dão respaldo. (...). Trata-se de uma ação política, com interesses específicos, cuja intervenção deve atender aspectos ideológicos e tecnológicos (...). (FERRAZ, 2008, p.107).

Deste modo nos anos 1970 a cidade vai passar pelo ressentimento da ausência e articulação de um projeto mais amplo, que se dará em vista da desarticulação e o esvaziamento promovidos pelos militares à grande parte das lideranças locais opositoristas ao regime¹²⁵. Nesse sentido, ressalta Lima:

(...). No primeiro decênio em que vigorou a política centralizadora, ocorreu o acúmulo enorme de prejuízos e quase nenhum benefício por parte do governo federal para o município de Campina Grande. E, mesmo no período de distensão gradual, no tocante a grandes projetos de investimentos, pode-se afirmar que os militares mantiveram a mesma política excludente em relação ao município. (LIMA, 2004, p.220).

Definhava-se a relação entre administradores locais e poder central, mas Campina continuaria a necessitar ser viabilizada como receptora de

¹²⁵ Basta observar que no período de 1964-1970 Campina Grande teve cinco Prefeitos e dois Interventores Federais. A esse respeito conferir Lima (2004).

investimentos e reinserida ao processo de ampliação de recursos federais. De sobremaneira se busca uma ação, refletida nos arranjos políticos locais, mobilizada para adequar, mesmo que de forma ambígua, o discurso da cidade e sua formulação às ações desenvolvimentistas protagonizadas vias governo central.

Campina passa a ser remetida pela engenhosa estratégia de sua inserção a critérios técnicos que, uma vez conjugados à orientação centralizadora, fundamentarão os princípios ordenadores do espaço urbano em nome de uma apregoada necessidade de planejar e sistematizar estudos técnicos sobre a cidade, o que exigiria olhar Campina Grande pelo estabelecimento de uma imagem de cidade ordenada, controlada e, em suma, planejada.

É assim que o PDLI, elaborado em 1973 e aprovado em 1975, será continuamente ajustado às metas dos governos de plantão Para tanto, necessário se fazia melhorar a infraestrutura urbana da cidade, expandir a sua rede rodoviária, ampliar as atividades de comércio e serviços abrigados e barrar os movimentos migratórios intraregionais nela instalados.

Busca-se apoio no discurso de que Campina necessitava de um planejamento funcional, contraposto à realidade densa e conflituosa que se deparava em seu território. Aprofunda-se a crença da possibilidade da técnica que passa a ditar a melhor solução para a cidade, na qual as questões urbanísticas devam ser pensadas pela implantação de um sistema local de ordenação e controle.

Esses objetivos visavam consolidar o arcabouço político-institucional em direção à concepção da cidade como *forma integrada*, mantida em um corpo socialmente controlado e sadio, submetida a um conjunto de racionalidades oriundas da instituição estatal cujo poder se efetivava pelo planejamento centralizador de diretrizes, planos e ações(vide Figura 24).

A concepção do desenho institucional se dirige a um planejamento que solucionaria os desequilíbrios gerados na cidade; o que, em sua maior parte,

trará consequências drásticas a problemas que começavam a ganhar destaque como questão urbana local a ser enfrentada por uma imagem pública e peculiar de pensar o urbano em Campina Grande. É o caso, por exemplo, da favelização e a pobreza urbana passam a ser encaradas pelo viés de um planejamento que as percebiam como perigosas débeis em suas formas, marginais em seus usos e atravessadas em suas práticas, dada suas ilicitudes.

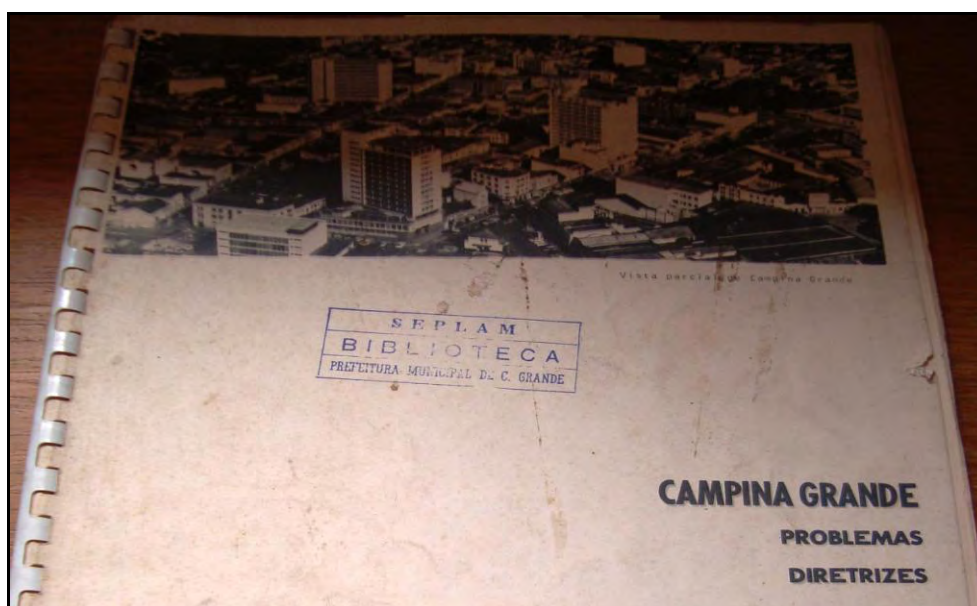


Figura 24: Campina em seu desenho institucional.

Fonte: PMCG/COPLAN, 1983.

PDLI e CURA se caracterizam como intervenções que se voltam à necessidade de resolução de crescentes problemas, cujos desafios mais visíveis localmente serão o precário padrão da reprodução social e a exigência em pensar Campina Grande a partir de outra ordem: a urbana. Constitui cada um, por formato específico, a representação de Campina Grande e as dimensões acarretadas no urbano, colaborando assim para a definição das imagens e significados sobre a cidade, como veremos a seguir.

2.2 Múltiplos olhares sobre Campina Grande: PDLI e CURA

2.2.1 A imagem da cidade no PDLI

A imagem de Campina Grande em seu planejamento local torna-se emblemática ao ser apresentada por uma proposta construída nos anos 1970 através de um plano explícito: o PDLI. Este pode ser tido como o primeiro Plano Diretor Físico de Campina Grande ao tratar, em seus 163 artigos aprovados em 1975 sob a Lei nº 176, do ‘Sistema de Administração do Município’ e crescimento urbano procedendo toda a revisão de legislações específicas da administração — finanças, urbanismo e obras, isto é, dos códigos então vigentes no Município (Obras, Posturas e Tributário)¹²⁶.

Esta não foi a primeira experiência de planificação realizada na cidade, dentre as experiências anteriores, se destaca a de 1930, com a execução de obras pensadas pelo arquiteto Nestor de Figueredo e as reformas urbanas de Vergniaud Wanderley. É interessante pontuarmos que data da administração de Vergniaud a primeira planta da cidade (1937), isto é, do que se preservou como dado do que seria a cidade antes de suas obras.

Em 1958 foi realizado o primeiro levantamento aerofotogramétrico da cidade e em 1962 foi elaborado aquilo que se denominou de um Pré-Plano Diretor Físico de Campina, observado como uma tentativa de reorganização da cidade, onde os estudos para o referido documento foram interrompidos e restaram incompletos. Notadamente, é a partir dos anos 1960 que Campina começa a se deparar com problemas advindos pela urbanização. Podemos afirmar que:

Com relação aos aspectos físicos do contexto urbano de Campina Grande, a primeira tentativa de correção de ruas tortuosas, oriundas ainda do seu traçado original, se deveu ao prefeito Vergniaud Wanderley, na década de 30. (...), após sua administração, a cidade voltou a seu ritmo de crescimento de crescimento desordenado, sem plano diretor, obedecendo ao mero

¹²⁶ Em um contrato entre PMCG e a SERFHAU de financiamento total, em valores da época, de Cr\$ 1.250.000,00. A esse respeito conferir edição DB de 18/06/1971.

capricho da especulação, até 1962, quando houve a primeira tentativa de implantação de um Plano Diretor Físico de Campina Grande, na Administração Severino Cabral. Entretanto, não se logrou ultrapassar a fase de diagnóstico (...).¹²⁷

Essa característica, com relação ao contexto da implantação de um desenho institucional voltado a pensar a cidade, torna-se significativa para percebermos os arranjos (históricos, políticos e econômicos) que favoreceram, no conjunto da cidade, o jogo de forças articuladas à formulação e execução do PDLI em Campina. Em intervenções que propunham algo mais amplo caracterizado pela abertura de ruas e avenidas, correção dos traçados originais e alargamento das existentes, justificadas como iniciativas que confeririam à cidade uma fisionomia mais moderna (Sousa, 2001).

A dimensão que assenta o discurso político do PDLI é o da promoção da cidade pela atuação de um discurso que orientaria a intervenção do poder público local no tecido urbano. Tem-se por perspectiva um planejamento pelo qual a administração pudesse se tornar moderna, por objetivos racionalmente identificáveis e, principalmente, em consonância com suas forças políticas. Este arranjo político está explícito quando do impasse envolvendo forças políticas locais ¹²⁸, definido por um embate entre Câmara Municipal e Executivo, ainda no período da Interventoria Federal de Manoel Paz de Lima:

Das mais movimentadas foi a sessão de ontem da Câmara Municipal, desta cidade, destacando-se o pronunciamento do vereador Argemiro de Figueirêdo Filho, tecendo considerações sobre a administração municipal, que na íntegra transcrevemos (...):

Sr. Presidente,

Publicou o último número da revista FATOS E FOTOS9(sic) [publicação de cunho nacional], (...), uma nota sobre Campina Grande, saída do gabinete do Interventor Paz de Lima, ilustrada com seu retrato, presumivelmente paga, de tal modo cheia de inverdades, que não podemos nos furtar ao dever de contestá-la nesta tribuna, para que conste nos anais da Câmara a que ponto desceu a gerência da coisa pública em nossa terra. Começa a nota ofensiva por declarar que ao assumir o interventor Paz de Lima a Prefeitura, em maio do ano passado, encontrou a cidade em sérias crises, (...). Seguindo a justa recomendação do Presidente Médiçi de adotar-se o "jogo da verdade", vamos mostrar em poucas palavras que tudo isso que foi publicado na capital da República é simplesmente o inverso da verdade. A

¹²⁷ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diretrizes para Campina Grande (Diagnóstico e Proposições)*. Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983(p.19).

¹²⁸ Pensado na Interventoria Paes de Lima coube ao Interventor seguinte, Luiz Mota Filho, a responsabilidade por sua elaboração. A esse respeito, consultar as edições DB datadas de 20 jan.1971; 17mar. 1971; 23 mar.1971; dentre outras.

cidade não estava em crise. O povo por expressiva maioria elegera meses antes os seus dirigentes, o prefeito e o vice-prefeito do município iniciam êles (sic) uma fase nova na administração municipal com o apôio (sic) e as esperanças da população. Com apenas 43 dias de govêrno (sic), por motivo não divulgado, foi o prefeito cassado pela Revolução. Passou ao seu sucessor o cargo com uma série de problemas em pauta para estudos e soluções. (...). Portanto, Sr. presidente, não encontrou o interventor federal a cidade em sérias crises nem a administração sofrendo os efeitos de um empirismo de outras gestões. (...). E mais adiante diz a nota, com total repúdio à verdade, que uma das primeiras providências do interventor Paz de Lima foi a urbanização da cidade, ruas alargadas, praças e jardins construídos, pavimentação generalizada. Nada disso foi feito. Nenhuma rua foi alargada, (...). Declarou no mesmo tópico que fôra (sic) renovada tôda (sic) a iluminação do centro da cidade. (...). Nunca um prefeito em Campina Grande recebeu o cargo em tão favoráveis condições. E nenhum realizou menos do que o atual Interventor. (...).¹²⁹

O impasse, aqui transcrito exaustivamente dado a sua relevância no arranjo político local em definição ao PDLI em Campina, somente foi superado com a saída do cargo de Paes de Lima e a nomeação, em sua substituição, de Luiz Motta Filho¹³⁰. Fato este percebido, à época, como “um grande passo em busca do maior progresso da cidade, alcançado com vista a uma perfeita estruturação da máquina administrativa municipal para bem atender as necessidades de Campina Grande”. Conforme reforça a passagem abaixo:

(...). O Interventor Luiz Motta Filho, campinense como nós, que sente na própria pele a vaidade de ser campinense como todos os nascidos nesta terra, em boa hora procurou colocar a máquina administrativa da Rainha da Borborema nos bons caminhos que a Municipalidade deve percorrer¹³¹.

Cabe pontuar que neste momento a rede urbana brasileira estava se tornando mais complexa com a configuração de diversas espacialidades, refletidas nas distintas articulações socioespaciais entre cidades, o que modelaria, mais tarde, o padrão de urbanização brasileiro. De acordo com Motta (2004), o processo de estruturação dessa rede apresenta nítidos sinais de transição para uma forma de *eixos de desenvolvimento* que redesenha a configuração territorial do país e, redefine o sistema de cidade com impactos significativos na urbanização.

¹²⁹ PAES DE LIMA novamente criticado na Câmara. DB, 31 mar. 1970(Editorial).

¹³⁰ Campinense, filho da terra como falariam alguns, nomeado Interventor pelo período de 07/1970 a 01/1973.

¹³¹ DESENVOLVIMENTO Integrado. DB, 16 abr.1971(Editorial).

De tal maneira que localmente o PDLI passa a ser amplamente vislumbrado, em um discurso que terá por intuito dimensionar Campina como pólo e sua hegemonia na rede urbana estadual e regional. Fundamento este que vai se desenhar como indicativo da “necessidade do processo de desenvolvimento integrado da cidade”:

De há muito se falava em nossos meios, de estudos para implantação de um Plano Diretor da cidade, que *tomando como ponto de partida a função de Campina Grande como pólo (sic) de desenvolvimento capital regional, pudesse analisar as suas necessidades atuais e futuras, dimensionar as suas potencialidades dentro do contexto nordestino e paraibano* (Grifo nosso!), consultando as tradicionais aspirações de dinamismo e trabalho de seu povo e finalmente, fornecendo diretrizes seguras para o seu progresso. Eis que a oportunidade agora se vislumbra, com afirmativas (...) de análise da situação campinense, de diagnóstico de sua realidade e, principalmente, de segurança na execução de um plano de desenvolvimento integrado, (...).¹³²

O PDLI propôs a visão integrada do sistema urbano em conjugação à estrutura urbana e o arranjo econômico local de tal modo que, em paralelo ao crescente grau de urbanização apresentado pela cidade, será o portador de um discurso que impõe Campina como cidade pólo. As funções de Campina como pólo sub-regional serão destacadamente preconizadas no PDLI, elementos estes que justificaram a legitimidade do PDLI em Campina:

Somente em Campina Grande, de fato, tomando-se conhecimento da gênese e da evolução da cidade, das suas funções como **pólo sub-regional** (Grifo de autoria!) (...) seria possível apreender-se até onde se poderia aproveitar, naquele instante, a oportunidade de se desencadear um processo seguro de inserção política de planejamento de que careceria a comunidade campinense. Fatores conjunturais, tais como: a presença de um Interventor Federal jovem, portador de instrução de nível superior, nascido e radicado na cidade, empresário local e convencido da necessidade de encaminhar a sua administração através de um roteiro conseqüente (sic) de um processo de planejamento contínuo; o reconhecimento por parte das elites culturais da cidade de que se impunha fugir ao empirismo; o consenso da maioria de que se atingira a saturação quanto ao imprevisto na administração da coisa pública; e, finalmente, o sentimento geral de estagnação e decréscimo das atividades econômicas do Município, constituíram, quanto a *oportunidade de se instaurar vigorosamente o processo de planejamento integrado, um ambiente propício a que se examinasse com mais cuidado se deveria seguir a rigor as instruções escritas que esboçam (...), preparando, mais solidamente, as*

¹³² PRESIDENTE da FIEP fala sobre (sic) o plano diretor de CG. DB, 23 mar.1971 (Editorial).

*bases para o Plano de Desenvolvimento Local Integrado —PDLI(Grifo nosso!).*¹³³

O discurso do PDLI coloca a visibilidade que passa a ser dada ao nível que institucionalmente passa a caracterizar, a partir de então, o planejamento local e seu quadro técnico — atributo percebido enquanto vantagem da cidade em relação às outras. Conforme demonstra passagem, a seguir:

Campina Grande tem essa vantagem sobre a grande maioria das cidades brasileiras a ela presente à distância a necessidade de se adaptar em tempo hábil, as iminentes reformulações nas estruturas do setor público, ditadas pelos órgãos de planejamento da administração central. E quando essas formulações acontecem, Campina já está apta a pleitear os benefícios delas decorrentes. Em outras palavras, quando a grande maioria está indo , Campina está vindo.¹³⁴

Enfatiza-se assim o arranjo simbólico em reconhecer a cidade por recorrência a critérios técnicos, utilizados como argumentos favoráveis à Campina quando da submissão de projetos e programas de financiamentos junto ao Governo Federal:

(...) técnico do SERFHAU (...) se encontra presentemente em nossa cidade, a serviço da Prefeitura Municipal, para levantamentos de dados e elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Município, (...). (...), levado a uma posição discreta *quanto ao tempo que nossa cidade começa viver, sempre crescendo e se desenvolvendo, a ponto de necessitar urgentemente, de um plano capaz de integrar definitiva e acertadamente no processo desenvolvimentista global da Nação (Grifo nosso!).*(...).¹³⁵

Desse modo é que se tornou referência o discurso de transmissão e posse do Interventor Federal Luiz Motta ao Prefeito Evaldo Cruz, por deixar bem claras as resistências e obstáculos enfrentados frente à necessidade em adequar a cidade e a gestão local em uma leitura associada à racionalidade técnica de uma política integrada, centralizadora, desenvolvimentista e intensivamente praticada nas hostes do governo militar:

(...). Sabíamos que teríamos que enfrentar todos os obstáculos comuns às inovações que implicam em mudanças de hábitos, mas sabíamos também, que estaríamos agindo em consonância com os propósitos do Governo

¹³³ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Termo de Referência para o PDLI (Plano De Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande — Proposições*. Campina Grande: PMCG. 1971(p.1).

¹³⁴ CAMPINA e a política urbana. DB, 20 set.1978(Evaldo Cruz).

¹³⁵ TÉCNICO fala no Rotary sobre (sic) Desenvolvimento Integrado. DB, 20 jan.1971(Editorial).

Federal de encaminhar o país para galgar sua posição no conceito de nações desenvolvidas (...).
(...). *Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará!*(Grifo nosso!).¹³⁶

Foi em torno desse discurso técnico, percebido naquele momento como inovador, moderno e desenvolvimentista, que anteriormente também se dera a criação da COMDECA¹³⁷ (Companhia Pró- Desenvolvimento de Campina Grande). Fundada em 1972, a COMDECA sucedeu a CINGRA (Companhia de Industrialização de Campina Grande), criada em 1969 no Governo Newton Rique, e também o Conselho de Desenvolvimento de Campina Grande (CONDECA).

Empresa de economia mista, a COMDECA será a responsável técnica pela elaboração do PDLI em Campina Grande e tinha por objetivos planejar e fomentar o desenvolvimento integrado do Município, em harmonia com a política da União e do Estado da Paraíba, além de administrar o Fundo de Desenvolvimento de Campina Grande.

A COMDECA surge pelo discurso de que o planejamento assumiria tal papel como forma de “harmonizar e acomodar”, por um viés meramente técnico, os diferentes interesses presentes na produção da estrutura urbana local. Balizava o PDLI como um plano capaz de integrar definitiva e acertadamente Campina Grande ao processo desenvolvimentista nacional.

Criada por uma Interventoria Federal, a COMDECA se estabelece como um marco na história do planejamento de Campina. Um aspecto que merece atenção reside no acúmulo de atribuições que, ao longo tempo, passam ser deferidas à COMDECA — origem essa de muitas das críticas que levaram à sua completa dissolução.

Símbolo de uma “Campina racional, moderna, competitiva e vinculada aos interesses nacionais”, a COMDECA se voltará para ações de atualização

¹³⁶ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Pronunciamento de Posse e Transmissão de Governo*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito, 1973(p.12).

¹³⁷ Nos anos 1980, a empresa é gradativamente substituída pela COPLAN (Coordenadoria de Planejamento e Coordenação Geral), órgão municipal criado sob a Lei 495/79, que dentre outras competências objetivava “a promoção dos estudos globais, locais e setoriais de interesse para o planejamento das atividades do Governo Municipal de Campina Grande”. CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Relatório COMDECA* — situação da empresa. Campina Grande: PMCG, 1983.

e profissionalização da administração pública local, em termos de sua estrutura administrativa e funções urbanísticas.

Ao lançar localmente o conceito de política urbana, a COMDECA retoma, por sucessivas gestões¹³⁸ e sob outros níveis de exigências, uma gama de atribuições e concepções de diferentes projetos, programas e processos decisórios desenhados e empreendidos no espaço urbano da cidade, gerando todo este desenho exequível e combinado às exigências de uma suposta modernidade campinense:

(...) Campina Grande não é mais um pequeno burgo que possa ser dirigido ao sabor de interesses personalistas, principalmente hoje quando vemos a revolução [Leia-se, golpe militar de 1964!] implantando, em toda parte, em todos os setores da administração pública, *novos critérios de trabalho (...). Nada de obras de fachada. Antes de mais nada a pesquisa, o estudo dos problemas, o seu equacionamento em bases científicas , para que tudo possa correr sem prejuízo para o interesse maior da comunidade, que é o seu desenvolvimento racional.*Dispondo de um órgão de planejamento da importância da COMDECA, que tem já elaborado um trabalho sobre o desenvolvimento campinense realizado a base de pesquisas, (...), promovendo uma política de desenvolvimento da cidade (...).(Grifo nosso!).¹³⁹

COMDECA e PDLI passam a serem prenúncios de uma única imagem, produzida e inaugurada através do planejamento municipal e percebida como imperativo à formulação de políticas que propunham pensar a cidade e seu crescimento e, paralelamente, a melhoria do aspecto urbanístico do Município, visto que o crescimento da cidade tomava novas direções, que necessitavam ser fomentadas:

O Município de Campina Grande sempre foi alvo de preocupação dos Governos Federal e Estadual, bem como das lideranças políticas e empresariais, interessadas em fomentar o seu desenvolvimento. *No decorrer dos anos, uma série de organismos foi instalada com a atuação das mais diversas atividades, enquanto a implantação, modernização e ampliação de sua infra-estrutura (sic) contribuíram, direta e indiretamente para o seu crescimento. Todavia, Campina Grande sempre se ressentiu de um instrumento eficaz de planejamento, capaz de orientar e promover o desenvolvimento harmônico em suas atividades* (Grifo nosso!). Em janeiro

¹³⁸ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Relatório de Atividades COPLAN (1981)*. Campina Grande: COPLAN, 1982.

¹³⁹ BAIRROS e Distritos. DB, 11 dez.1972(Editorial).

de 1970, a Interventoria Federal criou em boa hora o GT-TR¹⁴⁰ Grupo de Trabalho para Elaboração dos Termos de Referência, o qual sob a orientação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, foi integrado por técnicos locais. Nesse diagnóstico os setores físico- territoriais, econômico, social e administrativo foram examinados quanto as suas condições, problemas e potencialidades e interdependências. Obteve-se deste estudo uma visão sistemática e dinâmica da evolução da cidade, identificando-se as possibilidades futuras de desenvolvimento a curto e longo prazos. Fundamentando na identificação dos problemas do Município, realizada neste diagnóstico, foram definidos os objetivos globais do Plano como medida preliminar à formulação das diretrizes para o desenvolvimento.(...). Procurando dotar a Administração Municipal de um processo contínuo de planejamento, os Termos de Referência propuseram a criação da COMDECA — Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande, a qual foi confiada a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado — PDLI. A elaboração desse documento, passou a ser tarefa não somente complexa e urgente como também ambiciosa, uma vez que pretendeu servir de instrumento orientador da ação dos vários escalões governamentais.(...) *O PDLI deve ser compreendido como um instrumento fundamental do processo de planejamento pelo qual a Administração Municipal deverá orientar toda a sua ação.(...).*(Grifo nosso!).¹⁴¹

Elaborado em atendimento às normas traçadas via governo militar, o PDLI estabelece um forte discurso sobre o planejamento que opera estrategicamente em uma nova percepção do espaço urbano de Campina Grande, tendo por eixos as propostas de uma legislação urbanística que será um elemento de reforço a mais nas ações municipais.

Dentre as ações do PDLI cabe destacar a legislação urbana, a definição do zoneamento urbano diagnosticando Campina Grande como cidade globular e radial-concêntrica, as propostas de erradicação de favelas e cortiços, a expansão seletiva do centro pela implantação de equipamentos de recreação e cultura voltados ao incentivo do turismo, a elaboração do plano de hierarquização do sistema viário e a “correção racional de determinados setores”, dentre outras.

Foram definidas as quinze artérias de penetração no tecido urbano, radiais entre o centro e os bairros; assim como as de penetração secundária. Podemos afirmar que o tecido viário urbano se redefiniu completamente,

¹⁴⁰ Durante um ano e seis meses foram elaborados todos os planos, o trabalho dividiu-se em cinco grupos: Geografia do Município e da área por ele polarizada; aspectos sociais; aspectos econômicos; aspecto físico-territorial; aspecto institucional.

¹⁴¹ CAMPINA Grande e seu planejamento. DB, 05 maio 1974 (Editorial).

fazendo com que a cidade passasse por uma verdadeira reorganização do seu espaço, a partir da reestruturação do seu sistema viário. Exemplo disso se dará com a abertura, em 1974, das principais Avenidas da cidade — Canal, Almirante Barroso, Oswaldo Cruz e Elpídio de Almeida. Nesse cenário, Lima destaca que:

O PDLI era muito mais que um simples projeto urbanístico. (...), o plano tinha como objetivo corrigir racionalmente todos os setores deficientes da cidade, desde os aspectos educacionais e administrativos até os problemas urbanísticos. (...). (LIMA, 2004, p.231).

Por este quadro, o delineamento dos problemas relacionados às transformações sociais, que urgiam com o maior crescimento de Campina, passaria pela ocupação de espaços distribuídos irregularmente na área urbana e seria apresentado por contínuas e crescentes manchas de ocupação, que aos olhos do PDLI necessitariam ser erradicadas ao bom funcionamento da cidade através de uma nova divisão da cidade em zonas homogêneas (zoneamento).

Indicativos esses substanciais de como se daria o processo de urbanização, àquele momento já bastante acentuado no Município, de tal forma que tal processo será pensado no PDLI enquanto diretriz que orientaria a pretensa intervenção racional do poder público no tecido urbano da cidade (vide Figuras 25), tendo o PDLI como principal preocupação o disciplinamento do crescimento urbano em Campina.



Figura 25: O PDLI em Campina.

Fonte: DB, out. de 1974(Material de Propaganda Governamental).

Nesse sentido, o PDLI também elaborou o *Diagnóstico da Economia Local* e os *Planos de Prioridades de infraestrutura* (água, esgoto, pavimentação e iluminação), assim como distribuiu 13 áreas em torno do seu centro urbano, destacadas exclusivamente como *Áreas para Fins Recreativos (APFR's)*. Passou-se a cidade a dotar de novos equipamentos voltados ao lazer, exclusivamente à recreação em sua área central, através de intervenções tais como: *Revitalização da Estação Velha*, *Plano de Urbanização do Açude Velho* e *construção do Açude Novo* (Parque Evaldo Cruz).

Em relação às proposições, consideradas unidades do conjunto dos *Planos Setoriais* que compunham a resultante operacional do PDLI, foram identificadas nove áreas como deterioradas. Destas três estavam situadas na periferia urbana e seis incrustadas no centro da cidade (conforme denota Figura abaixo). De modo que se propunha a “ocupação racional do centro pela erradicação de cortiços e realocação de comunidades”.



Figura 26: Imagens das intervenções do PDLI ao centro (Material de Propaganda Governamental).

Fonte: DB, jun. 1974.

Por outro lado, o PDLI realizou o *Censo Administrativo* que, à época, aperfeiçoou a cobrança de impostos em conjunto com a *Implantação do*

Cadastro Imobiliário e a realização de levantamento aerofotogramétrico com o estudo do sistema de avaliação dos imóveis, para inclusão nos Boletins de Cadastro Imobiliário (BCI's) através da execução do *Plano Especial de Numeração dos Setores e Quadras*.

O Plano teve por efeito fiscal a revisão da nomenclatura de todos os logradouros públicos, as quadras foram uniformemente identificadas nas suas diversas faces, divididas em 13 setores básicos que projetaram a planta esquemática de Campina Grande. O PDLI estabeleceu prioritariamente o zoneamento¹⁴² urbano que passou a reger o espaço urbano por uma legislação municipal de zoneamento e loteamento e elaborou a divisão do território do Município em zonas de uso.

Retoma assim a tradição advinda de Haussmann como um novo estilo de administrar e embelezar a cidade, ao buscar a elitização de determinados setores como forma de disciplinar o seu crescimento e definir traçados e sentidos que a expansão futura de Campina deveria tomar(vide Figura 27), com a área urbana efetivamente ocupada e os vazios urbanos disponíveis identificados.

Por esse desenho institucional foi priorizado como solução mais viável para a expansão urbana o sentido Oeste do Sítio, sem maiores estímulos em outras direções. Este foi lido por nós como tentativa de incentivar a modernização do acervo arquitetônico de áreas urbanas à época mais valorizadas. O discurso era organizado em vista da “necessidade de corrigir o tecido urbano da cidade”.

Anos mais tarde, em 1979, esta tendência será revista, com a ampliação do perímetro urbano determinado pela Lei Municipal nº531/79 e a constatação de que o sentido induzido pelo PDLI (Oeste) invalidaria o adensamento que se desenvolvia à Sul e Sudoeste da área urbana; zonas

¹⁴² Classificando o espaço urbano em: Zona Comercial (ZC), ZONA Residencial (ZR), Zona Universitária (ZU), Zona Industrial (ZI), Zona Residencial de Projetos Especiais (ZRPE) e Áreas Públicas para Fins Recreativos (APFR's).

previstas no PDLI para realocação de comunidades. Porém, a zona Sul terminaria a partir dos anos 1990 por apresentar uma crescente e forte tendência de expansão, com o incremento de grandes e caros empreendimentos.



Figura 27: O PDLI e as imagens estratégicas de expansão da cidade.

Fonte: DB, 06 jul.1975.

O que assim tornou por necessário a reestruturação do PDLI pela “compatibilização da política de zoneamento com as novas necessidades do desenvolvimento urbano”¹⁴³; tendo em vista que o crescimento urbano da cidade disciplinado no PDLI estaria provocando fortes distorções com a realidade urbanística. Deste modo, a revisão propunha estabelecer de maneira clara os limites das diversas Zonas e a regulamentação do uso do solo.

A imagem de Campina, incorporada aos estudos técnicos do PDLI, permite formatar o discurso que “integra harmonicamente um todo, que exprime o planejamento urbano funcional proposto à cidade no Plano” ¹⁴⁴. O PDLI em suas diretrizes e discursos passa a ser decisivo para as concepções

¹⁴³ A esse respeito consultar: CAMPINA GRANDE Prefeitura Municipal *Proposta para Revisão do PDLI*. Campina Grande: COMDECA/COPLAN, 1981(p.3).

¹⁴⁴CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Estudos Preliminares para o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande — Proposta*. Campina Grande: PMCG, 1969-1970(p.10).

do desenho institucional sobre as questões urbanas contemporâneas de Campina Grande:

Vencer a inércia e saltar em curto prazo da administração improvisada para a administração planejada, (...). Preservar o futuro da cidade implica em procurar precatá-la (sic) contra fatores que possam transformar o meio urbano em ambiente repulsivo, agressivo ou inconveniente (Grifo nosso!) (...). Como um organismo vivo a cidade deve ter todas as suas funções e todos os seus órgãos saudáveis. (...). A deterioração do seu tecido sempre é obra da ação destrutiva premeditada e agressiva. (...) que podem abalar a saúde do organismo urbano. A deterioração do todo ou de partes do tecido urbano pela presença das formações denominadas favelas, mocambos, alagados, etc, em tendo as suas razões fundamentadas em fatores sócio-econômicos(sic) escapa ao controle do planejador tanto quanto do administrador municipal. O universo afluyente e efluente daqueles fatores é bem maior do que o micromundo do município¹⁴⁵.

Chama-nos a atenção o delineamento dos agentes de planejamento, responsáveis pelo PDLI quando da definição e localização da distribuição dos investimentos na cidade. Tais agentes são sustentados por um discurso que os elege pelo discurso ‘daquele que pensa a cidade. A representação regida na impessoalidade desses agentes urbanos se fará distante do protagonismo esperado nesse domínio. Permitindo-os colocar “acima de toda a sorte que entravava a ação municipal e interferia sobre a malha urbana.”

Basta observar que, ao buscarem dar legitimidade ao PDLI, os agentes locais inauguram um processo de planejamento denominado de ‘*digestão intelectual*’, o qual os urbanistas se colocavam acima das tramas e relações apropriadas por determinados grupos no espaço da cidade, como bem observa Gurjão (1998):

O fracasso das reuniões para a chamada ‘digestão intelectual’ e das tentativas em geral para obtenção de um plano participado (sic) efetivamente pela comunidade encontrava-se, essencialmente, no propósito que norteava o PDLI. Tratava-se, sobretudo, de captar alianças, de mitigar os problemas já postos e aqueles que o plano viesse criar e não de consultar a comunidade, de suas necessidades (Grifo nosso!). (...) Renato Azevedo [Arquiteto responsável pelo PDLI em Campina Grande] defendia que o primeiro passo no processo de planejamento deveria ser à busca de opiniões da comunidade, de suas necessidades, e não como vinha sendo feito, convocando-se a comunidade para discutir idéias já estabelecidas. (GURJÃO, 1998, p.2).

Fica configurado, pois, o discurso dos agentes no PDLI em um planejamento que impõe e organiza a cidade ao seu modo e passa a

¹⁴⁵ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Plano de Erradicação de Favelas e Cortiços e Realocação de Comunidades*. Campina Grande: COMDECA, 1973.

reconhecer a imagem, até hoje bastante comum às intervenções públicas em Campina Grande, da implicação de um conjunto de questões advindas, por exemplo, de diretrizes e proposições elaboradas verticalmente.

Um desenho institucional, específico ao PDLI, foi a implantação de equipamentos de recreação e lazer distribuídos pelo centro da cidade como estratégia de expansão do território e, por efeito, instalados em justificativa à política de remoção¹⁴⁶ da população pobre do centro para áreas da periferia de Campina.

O PDLI define a imagem-síntese desconstituída de conflitos onde a população pobre deveria ser ocultada, escondida, remanejada e representada em uma sociabilidade de ‘indisciplinas e problemas à ordem urbana’ instalada em contraposição a forma integrada da cidade:

(...), ocupando o próprio centro urbano, além de todos os conflitos, apresentam-se como manchas deterioradas que deturpam o tecido urbano, tornando-se frágeis vítimas para o processo espontâneo (sic) de desenvolvimento físico da cidade e especulação imobiliária. (...). (p.2).

(...) O que não pode ser admitido é a posição de expectativa, enquanto as áreas das favelas se adensam e a ocupação do centro se torna desmedida, (...). (p.2).

É evidente a necessidade de um remanejamento urbano e de promoção do homem no meio em que vive, criando perspectivas capazes de fornecer melhores condições de vida. Isto propiciará a eliminação gradativa do estado de promiscuidade em que vive. (...). (p. 23).¹⁴⁷

A representação expressa pelas imagens e concepções do PDLI em Campina teve por base uma leitura da cidade que tenta ocultar os interesses diversos presentes no Plano; ao situar a forma integrada de pensar o desenvolvimento da cidade em exigência entendida como “da mais alta significação para a Administração Municipal, considerada um divisor entre a Administração Improvisada (sic) e a Administração Planejada (sic).¹⁴⁸”

¹⁴⁶ O PDLI colocava como diretriz erradicar diversas comunidades, em sua maioria localizadas no centro da cidade, em destaque às ações do CURA. Como veremos na próxima seção.

¹⁴⁷ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Programa de Erradicação de Favelas, Cortiços e Realocação de comunidades — PDLI (Plano De Desenvolvimento Local Integrado)*. Campina Grande: COMDECA, 1973.

¹⁴⁸ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Termo de Referência para o PDLI (Plano De Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande — Proposições*. Campina Grande: PMCG, 1971 (p.1).

Tratava-se de projetar os estudos do PDLI sobre as formas e estrutura urbana, ao identificar as tendências de crescimento e transformações futuras da cidade. Discurso que, em termos gerais, define a direção e de que maneira se poderia intervir sobre o espaço urbano, refletido na definição das tramas presentes como tentativa de organização do tecido urbano de Campina Grande, sem considerar, no entanto, sua complexidade:

O tecido urbano de Campina Grande caracteriza-se por 4 tipos de tramas:
O primeiro, produto da mancha, expressa as linhas diretrizes radiais, como produto da polarização linear, nas margens de antigos caminhos de acesso à cidade.

A outra trama constituiu o resultado do adensamento espontâneo do centro, de compleição ortogonal vacilante.

O terceiro tipo é constituído pelas áreas de tecidos mais recente, resultado de loteamentos traçados, muitas vezes, por leigos, traduzindo malhas ortogonais rígidas, muitas vezes em oposição à topografia. (...).

O último tipo de trama é o resultante da formação de favelas, inseridas no traçado urbano ou na periferia. (...).¹⁴⁹

Campina Grande é, por essa trama presente no PDLI, retratada por pontos extremos de uma polaridade que representaria respectivamente o espaço planejado/racional e, em sua contraposição, o espaço degradado/irracional. O desenho baseado nesta verticalidade, setorial e espacialmente refletida no planejamento no urbano da cidade, terá por princípio orientador um processo autoritário e de cima para baixo na forma de pensar a cidade e suas contradições.

É este molde, inacessível aos espaços mais amplos da cidade e distante à grande parte de sua população, que sustentará o desenho institucional que termina por pensar a exclusão urbanística enquanto necessidade de correção do tecido social da cidade. Como bem deixa clara a conclusão apresentada pelo PDLI, ao pontuar que “o diagnóstico físico-territorial de Campina Grande não revela uma cidade fadada a processos onerosos de cirurgia urbana para a correção dos seus problemas. (...)”¹⁵⁰

Sob a égide da dinâmica de valorização fundiária e ampliação das dimensões segregacionistas na cidade, o discurso do PDLI reforça pelo

¹⁴⁹ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado)*. Campina Grande: COMDECA, 1973(p.37).

¹⁵⁰ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado)*. Campina Grande: COMDECA, 1973(p.43).

zoneamento de uso as contradições nas relações entre as funções urbanas da cidade e as soluções técnicas propostas (vide Figura 28). Através de sua máxima, “incentivar os aspectos positivos e corrigir os negativos”, o PDLI representa muito claramente os princípios (técnicos, políticos e simbólicos) com que se depara até hoje a desigual estrutura urbana de Campina Grande.

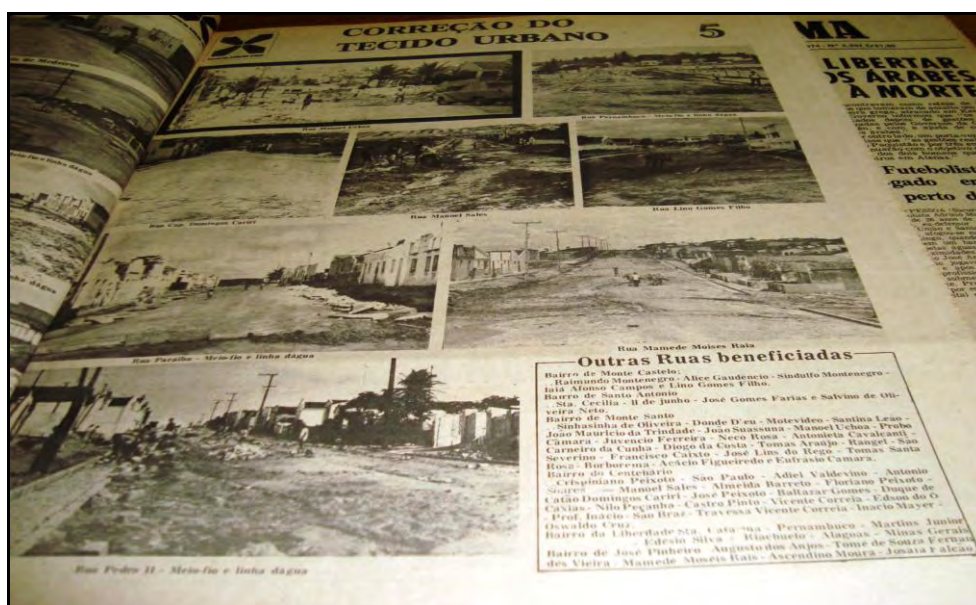


Figura 28: Imagem da narrativa de correção do tecido urbano.

Fonte: DB, jun. 1974. (Encarte — Propaganda Governamental).

É com base em um discurso que enfatiza a integração do território e a modernização administrativa que o PDLI insere o Estado, como principal agente modelador do tecido urbano, ao tentar regular a imagem da cidade pela ação dos agentes de planejamento; acentuadamente percebidos como principais indutores da dinâmica urbana local.

O PDLI ilustra e reforça o caráter tecnocrático desenvolvido e sobreposto a um desenho institucional do planejamento que oculta e desclassifica outros atores e elementos dessa estrutura, tentativa essa de apropriar a cidade de modo autoritário, que carrega a ineficácia e a menor legitimidade enquanto plano que reforça a imagem técnica da cidade em dissociação à cidade real, vivida e em contraposição (Maricato, 2000).

As propostas e planos setoriais concebidos e vinculados ao PDLI, enquanto desenho institucional visava orientar a cidade por um modelo em expansão, condizente em preparar Campina Grande para o desenvolvimento

urbano almejado (vide Figura 29). O PDLI impôs assim uma forma compacta e concentrada de cidade em um discurso que ainda hoje representa a imagem-síntese oficial da produção, domínio, controle e usos do espaço urbano: ao planejamento urbano local cabe racionalizar a cidade e disciplinar o seu crescimento.



Figura 29: O PDLI como imagem de desenvolvimento da cidade.

Fonte: DB, 15 mar. 1975. (Caderno Especial).

O que assim nos permite afirmar que a constituição do urbano em Campina Grande se coloca distante do pretenso discurso do PDLI; decorrência de um planejamento que se fará enviesado em seu discurso e inadequado à realidade local em sua prática.

2.2.2 Sentidos e enfoques do Programa CURA

A partir do final da década de 1970, Campina Grande passa a ser beneficiada por uma série de programas federais que viabilizarão consolidar sua estrutura urbana, sintetizada a partir dos discursos presentes nos planos e estudos do PDLI. E, em particular, tomada por um conjunto de ações que enunciavam promover e complementar o adensamento urbano de Campina.

Dentre estes programas priorizaremos para análise o CURA, pois evidencia uma das imagens mais fortes e concretas de Campina Grande como premissa da representação de um urbanismo que teve por marca o planejamento impulsionando a dinâmica da estrutura urbana da cidade e, por consequência, a distribuição desigual deste espaço inscrita na cidade por segregados efeitos.



Figura 30: O CURA em Campina Grande.

Fonte: DB, 18 jan. 1978.

Lançado em 1973 e financiado pelo Banco Mundial (BIRD) como recurso a fundo perdido, o CURA será administrado pela Carteira de Desenvolvimento Urbano (CDU), BNH e Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) via recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O Programa funcionou em caráter experimental de 1974 a 1976; até 1979 suas aplicações se limitaram quase que exclusivamente ao Sul do Brasil. Caracterizava-se por ajuda financeira às cidades de porte médio voltada a empreendimentos de infraestrutura e urbanização.

A concepção estabelecida pela PNDU (Política Nacional de Desenvolvimento Urbano) partira como necessidade de outro padrão de intervenção nas cidades e se orientava em torno de problemas urbanos, originados nos Municípios de médio porte — urbanização acelerada, transição

demográfica, crescimento desordenado e demanda crescente de infraestrutura urbana.

Ao investir nos médios centros se teria por propósito adequar o foco de imigração em seu nascedouro e garantir a ‘solução’ dos problemas urbanos, gerados nos grandes centros. Porém, ao invés de atuar sobre os conflitos que conduziam a um maior acirramento, a atividade do planejamento racional prepararia as cidades e os rumos do seu desenvolvimento; objetivo este alcançado apenas discursivamente através de uma modernização da gestão do urbano.

Assim o CURA alinha-se a dois grandes enfoques que situavam o Estado e a questão urbana no centro do debate. O *primeiro enfoque* se insere no âmbito dos ideais postulados como necessidade em incrementar a infraestrutura urbana das cidades médias para investir e criar pólos regionais de desenvolvimento. Suscitava-se em expandir as áreas urbanas (leia-se, médios centros) em virtude do processo e do significado do impacto do fenômeno da urbanização e migração nas grandes cidades brasileiras, apresentando um quadro crescente de desigualdades sociais e pobreza urbana.

Um *segundo enfoque* colocava a promoção do adensamento urbano, recorrendo para tanto às diretrizes e soluções postas pelo PDLI em Campina Grande, naquilo que foi denominado de “proposta de racionalidade na distribuição do solo urbano”. O CURA estabelece uma política de adensamento, integrada a implantação da rede de acessos dotada de equipamentos e infraestrutura na área central e em bairros periféricos.

Neste contexto, a orientação e atuação dos agentes públicos da cidade passam a se dar pelo intuito de “solucionar” os problemas urbanos, de modo que a lógica aplicada era a de que, tal como preconizava a PNDU, os investimentos em infraestrutura deveriam percorrer os mesmos caminhos dos investimentos econômicos. Localmente essa orientação se dará através de uma agenda política, refletida a partir da maior inserção de Campina Grande

na PNDU¹⁵¹. É por essa perspectiva que Campina Grande passa a ser viabilizada como receptora de investimentos da PNDU¹⁵² e integrante do II e III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Lima (2004) afirma que, a partir de 1977, a posse do Prefeito Enivaldo Ribeiro facilitará a vinda de recursos para grandes intervenções urbanísticas no Município, o que aumenta consideravelmente os investimentos realizados em Campina Grande via Governo Federal. Mesmo ocorrendo desde o início dos anos 1970 a ascensão e alinhamento de políticos locais ao projeto nacional, a exemplo de Luiz Motta Filho e Evaldo Cruz, é no Governo de Enivaldo Ribeiro que os recursos efetivamente aportarão em Campina.

Este Prefeito nutria uma amizade pessoal com o então Ministro Mario Andreazza (vide Figura 31) de tal modo que por meio disso, dado o volume de recursos significativos que se conseguira traz para a cidade¹⁵³, passou a ser chamado, por alguns, sob a alcunha de '*o Prefeito dos 20 milhões de dólares*'. Lima destaca este como um fator relevante, pois:

Ao perceber as mudanças de rumo na política governamental, que todos os caminhos apontavam na direção da descentralização de projetos e investimentos e que o objetivo era fortalecer as lideranças situacionistas nos pequenos e médios centros urbanos, o coronel Mário Andreazza aproveita os contatos de que dispunha desde o governo anterior, quando assumiu a pasta dos transportes e faz verdadeira peregrinação pelo interior do país na eleição de 1976, apoiando os candidatos da situação. Embora tenha feito visitas em todas as regiões, o coronel priorizou, nessas eleições, a região Nordeste(...). Através desses contatos, articulações e das inúmeras viagens pelo interior do país, incluindo-se nessas viagens a Paraíba, surgiu uma forte relação de amizade entre o ex-ministro Andreazza e o então prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro. Essa estreita relação existente entre eles facilitou, sobremaneira, a aprovação dos projetos urbanísticos de Campina Grande. (...). O que não deixa de ter fundamento, pois, a burocracia era um dos principais obstáculos à aprovação desses projetos (...). (LIMA, 2004, p.236).

¹⁵¹ O Município de Campina Grande teve o seu primeiro contrato CURA assinado em 1978, tendo por Agente Executor a COMDECA e como Agente Financeiro o Banco do Estado da Paraíba (antigo BEP). De acordo com Lima (2004), ao atualizar o valor das Unidades Padrão de Capital, a valores de 2003, o montante de recursos disponibilizados em Campina Grande alcançou a cifra de aproximadamente R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais).

¹⁵² Cabe pontuar que a primeira notícia da execução do CURA em Campina Grande, nos jornais locais consultados, data de 1973 e somente reaparecendo em 1978. A esse respeito cf.: PROJETO Cura. DB, 26 ago.1973.

¹⁵³ A esse respeito vide edições DB de 26 mar.1980 e 30 mar.1980.

A partir de 1978 a gestão municipal passa a se vincular mais diretamente pela orientação de um discurso, propagado como projeto nacional, de que as grandes intervenções urbanas promoveriam as cidades médias, dentre essas Campina Grande. Visto que tais cidades caracterizavam rápidas e profundas transformações econômicas e sociais e exigiam profundas mudanças, ao trazerem consigo uma complexa estrutura urbana percebida por uma diversidade de conflitos.



Figura 31: Campina na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Fonte: DB, 01 set. 1981.

A gestão urbana local trataria de agir sobre esse discurso, como imperativo de crescimento urbano e de paralelismo às mudanças assinaladas na cidade, ao articular as zonas da sua malha urbana visando promover a “integração” de áreas periféricas ao tecido urbano. Conforme deixa clara a exposição de motivos elencados, quando da inserção de Campina ao Programa:

Devido, ao seu comprovado e vertiginoso progresso é que Campina Grande rapidamente tornou-se, também, uma atração de investimentos em virtude, notadamente, de seu *sólido potencial responsivo* (Grifo nosso!).

Ocorre, todavia, que em decorrência de tais fenômenos surgia uma *nova necessidade*. A de *promover uma melhor organização do seu tecido urbano a fim de conter e satisfazer uma série de interesses, dentre os quais os de sua própria densidade* (Grifo nosso!). (...).

Campina Grande efetivamente demonstrou seu febril entusiasmo em ajustar-se a outros níveis de Desenvolvimento, no afã de *flexionar sua própria estrutura urbana e dar maior mobilidade ao seu extenso contingente populacional* (Grifo nosso!). Ora *recheado de migrantes que demandam*

seus espaços, em razão de seus atrativos climáticos, geográficos, econômicos e comunitários.

Era imperativo que se promovessem sérias e urgentes intervenções no espaço físico-territorial disponível, objetivando (enfaticamente): a) ordenar as prioridades através de uma sólida política de racionalização; b) incrementar as vias de circulação e introduzir uma linha diversificada de equipamentos comunitários no sentido de adensar os vazios e evitar a 'inchação' populacional(Grifo nosso!); c) fortalecer a arrecadação dos tributos municipais; d) alcançar, em última instância, seu Desenvolvimento Sócio-Econômico (...).

(...).

Como o CURA I objetiva organizar racionalmente o tecido urbano da zona sul da cidade, dotando-a de infra-estrutura e de área destinada para a lazer, o CURA II será uma integração na zona oeste, se atentarmos para a verdade de que apenas fração da cidade usufrui dos benefícios do Programa.¹⁵⁴

Em sua representatividade e claudicante concepção, o CURA favorecerá a relação do governo local com o poder central, pelo fortalecimento e repercussões relevantes no tecido urbano do Município de Campina Grande. Assim a cidade foi contemplada por três Contratos: o *CURA I*, que atendeu a Zona Sul da cidade; o *CURA II*, a Zona Oeste ; e o *CURA III*, em sua maior parte, o Nordeste da cidade. Partindo da área central, “a intervenção CURA deveria se estender a outras áreas abrangendo ao todo 771 hectares, dos quais 103,23 deveriam ser destinados a áreas para fins recreativos e paisagísticos”.

De tal modo que à medida que o crescimento de Campina Grande tomava novas direções, em termos de densidade urbana e disciplinamento de seu traçado, em paralelo a cidade era beneficiada por um elenco bem maior de recursos e investimentos públicos; com a execução de Programas que visavam consolidar sua estrutura urbana e que teriam o Estado como maior agente legitimador e ordenador das ações executadas.

De acordo com as projeções do CURA, esta seria uma forma de racionalizar o uso do solo urbano pela melhoria dos serviços de infraestrutura de modo que, “respondendo às perspectivas de um plano mais amplo, (...)”

¹⁵⁴ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica-Financeira*. Campina Grande: COMDECA, 1980(p.1-2).

pretendia estimular o crescimento ordenado e rigidamente compatível com a realidade econômica e social do Município”.¹⁵⁵

Em paralelo aos serviços de infraestrutura foram também pensadas e executadas ações de urbanização em apoio aos pequenos negócios, através da associação do CURA com outros Programas; a exemplo do PCCPM/MINTER(Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio). A respeito disso Lima destaca que:

Esses fatores conjugados permitiram aos técnicos da COMDECA [Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande/PMCG] racionalizar o uso dos recursos, vinculando as ações dos dois programas e tornando-os complementares. Em tese, enquanto o projeto CURA desalojava a população excedente das áreas a serem beneficiadas com suas ações de desapropriação de terrenos, o PNCPM investia na fixação desse excedente populacional na periferia do município, através do incentivo às atividades produtivas. (LIMA, 2004, p.239).

Desse modo os investimentos CURA, aliados ao PCCPM/MINTER, destacariam Campina Grande através de uma forte preocupação por escolhas técnicas e políticas com a urbanização de favelas, a potencialização de atividades econômicas nas áreas mais pobres da cidade e o desenvolvimento de propostas em apoio às capacidades produtivas locais.

Para tanto todas as obras envolveram demolições, desapropriações e erradicações de áreas pobres e se sucederam como justificativas ao reordenamento do espaço urbano por ações que, situadas por nós como ‘cirúrgicas’ e higienistas, em seu conjunto redesenharam Campina Grande.

Dentre as intervenções mais relevantes, situamos a modificação da rede viária e a requalificação do centro com a execução do *Plano de Urbanização da Área Central*, que desde 1972 passava por sucessivas requalificações em suas funções e uso: *Urbanização do Açude Novo*; *Urbanização dos Coqueiros de José Rodrigues*; *Construção do Centro Cultural*, *Melhoramento do Centro Comercial* e construção dos *Centros de Bairros* (Catolé e Santa Rosa).

¹⁵⁵ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA III* — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica-Financeira. Campina Grande: COPLAN, 1982(p.20).



Figura 32: Imagem CURA em Campina.

Fonte: DB, 29 fev.1980.

Sob essa ótica o CURA aproxima a movimentação urbana e as impressões dos conflitos aí gerados, ao tomar Campina como labirínticas, no sentido de expressar ordens diferentes e estreitamente ligadas à imagem da cidade por uma sensibilidade estética do mundo urbano plural; dobras sinuosas que formam os lugares e se reconhecem os cidadãos. (Bresciani, 2008).

Imagem ainda observada por nós como necessidade em “promover a organização de amplas áreas” (leia-se favelas!) e fundamentalmente complementar seu adensamento. Em transformações que passam a percebidas como indispensáveis à articulação das diversas zonas da malha urbana Oeste e à “promoção” de áreas periféricas ao complexo viário da cidade¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Integração que partia do Açude Novo seguindo para Siqueira Campos, Av. Manoel Tavares, Bairro das Nações, Jardim Alvorada e Jardim Tavares (Loteamentos), Conjunto Monte Castelo, Santo Antônio, Avenida Canal, Rua João Pessoa, Getúlio Vargas, Índios Cariris, Pedro II e Rodrigues Alves. Todavia, a execução do CURA não conseguiu executar importantes obras, preconizadas no Projeto inicial, mesmo com todos os recursos tendo sido previstos e liberados; alguma finalizadas anos mais tarde, dentre estas citamos: Construção do Terminal Rodoviário; Construção do Matadouro Público, do Centro Administrativo(nunca realizada!), do Horto Florestal, do Centro de Bairro do Jeremias e a Reforma da tradicional Praça Clementino Procópio. Cabe apontar que reside neste aspecto a maior parte das críticas direcionadas ao Programa em Campina Grande.

Ou seja, o valor simbólico de repensar Campina passa a ser dotado como necessidade de combater as consequências da crise socioeconômica que afetava o Município, em vários de seus aspectos, era necessariamente uma orientação precisa para redirecionar seu crescimento urbano (vide Figura 33), sob a ótica da melhoria de sua infraestrutura aliada ao viés econômico.



Figura 33: A promoção do centro como extinção da pobreza urbana.

Fonte: DB, 10 fev.1974.

Deste modo, o CURA se apóia localmente em um discurso balizado por três vetores prioritários: o *primeiro*, relativo ao uso do solo; o *segundo*, diz respeito ao sistema viário e, por *terceiro*, a dotação em áreas mais pobres de equipamentos públicos (vide Figura 34). Tudo isso tendo por intuito fazer com que estas “interagirem harmonicamente visando à maximização dos benefícios no espaço urbano para sua ocupação racional.”¹⁵⁷

Acena-se assim o discurso negador dos conflitos urbanos, ao perceber a questão urbana pela presunção de um “equilíbrio entre desenvolvimento físico e vocações emergentes locais”; discurso manifestado pela erradicação de áreas pobres e cortiços localizados na área central da cidade. Recorrência a uma imagem pela qual a cidade pudesse desfrutar em nível nacional, para alavancar a sua promoção pelas ‘soluções’ aos problemas urbanos.

¹⁵⁷ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Proposta urbanística Programa CURA II* — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica-Financeira. Campina Grande: COMDECA/BNH, 1980(s.p).



Figura 34: Intervenção CURA na cidade.

Fonte: DB, 02 ago. 1979.

Há um discurso que interpreta a cidade quando da execução do Programa CURA II e justifica estudos e projetos especificamente voltados às obras viárias e complementares que redesenham a cidade com a abertura de avenidas largas, pavimentação de novas ruas, abertura de novas artérias para o escoamento do tráfego e por intervenções que vão se colocar como indícios de uma ampla transformação do ambiente urbano de Campina Grande.

O CURA III realiza o prolongamento da Avenida Floriano Peixoto (vide Figura 35) que passa a cortar toda a cidade e se estabelecer como o principal corredor de acesso ao centro. Destacamos também a mudança do traçado viário e pavimentação asfáltica da Rua Vigário Calixto circunscrevendo os parâmetros da Zona Sul da cidade, de forma a multiplicar a densidade da área em apreço e lhes proporcionar homogeneidade pelo consequente crescimento urbano, verificado a partir da década de 1990.

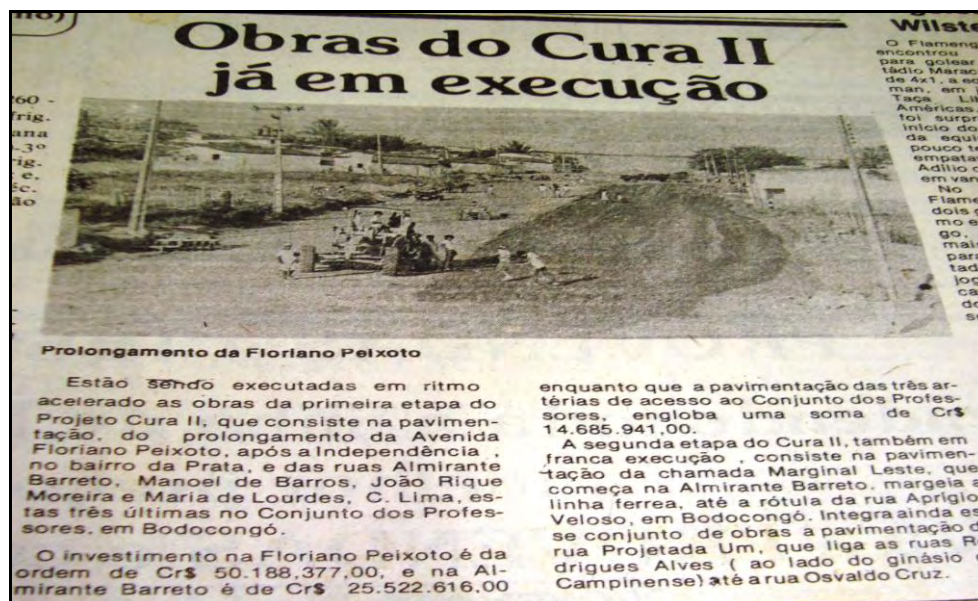


Figura 35: Imagens da mudança do traçado viário da cidade.

Fonte: DB, 26 abr.1979.

Deste modo, a ação CURA investiu na construção de obras de infraestrutura, na instalação de novos equipamentos urbanos e na urbanização de áreas periféricas (vide Figura 36) o que, em tese, viria garantir a utilização do solo urbano, amenizar a especulação imobiliária e fazer funcionar Campina Grande como barreira de contenção, em virtude do seu processo de urbanização acelerada.

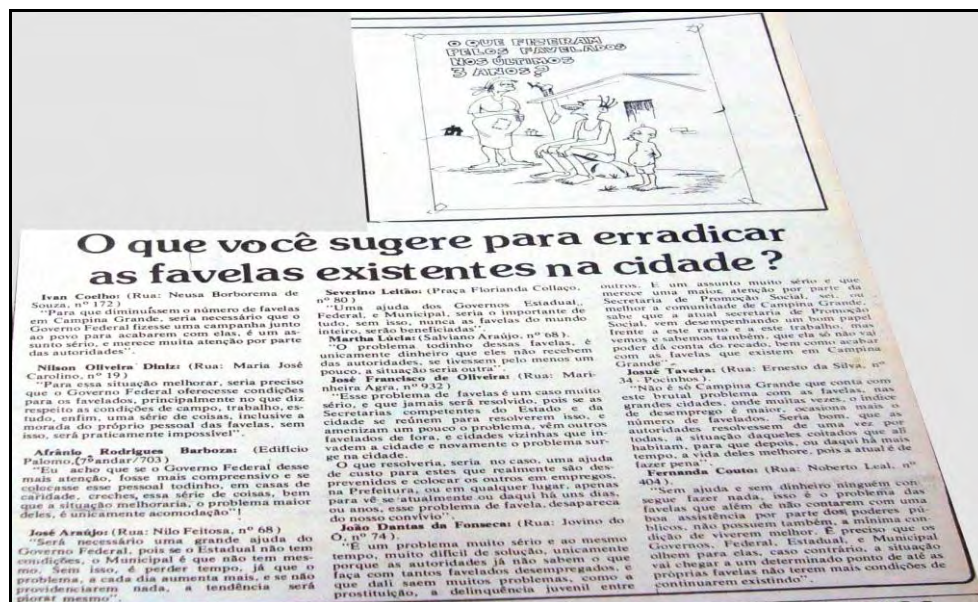


Figura 36: O ideário CURA no tecido urbano de Campina Grande.

Fonte: DB, 16 mar.1978.

Porém, mesmo impactando positivamente alguns aspectos da malha urbana da cidade, o CURA favorecerá os interesses especulativos e a

segregação sociourbanística ao não tocar na questão do solo urbano e nem nos efeitos perversos do Estado como produtor de desigualdades. Localmente os efeitos supostamente antiespeculativos não se cumpriram, mas, contraditoriamente, apenas aceleraram a valorização das áreas contempladas pelo Programa e as futuras condições de ocupação, uso e localizações em Campina Grande.

É nesse quadro que vai se colocar a entrada em cena do crescimento de bairros que, após a intervenção do CURA, passam por sucessivas ações municipais que visavam consolidar os já atendidos pelo CURA através dos serviços de recuperação e melhoria de acesso ,ao impulsionar mais recentemente a tendência da verticalização em tais áreas.

A concretização das transformações substanciais pelas quais a cidade passou ao longo da execução do Programa se deu mais no sentido quantitativo, de grandes obras de infraestrutura, do que propriamente qualitativo. O que significa que, apesar dos melhoramentos introduzidos, não se produziu necessariamente a redução da pobreza urbana e a “integração” socioespacial da população beneficiária. No exato enfoque em que se pensava a cidade pretendida pelo CURA, como política de uso do solo:

A política do uso do solo (...), aliada ao implemento de benfeitorias em super e infra-estrutura e da solução de transporte coletivo, atuarão como indutores do processo de crescimento organizado. *Estas medidas interagirão harmonicamente visando à maximização dos benefícios no espaço urbano para sua ocupação racional* (Grifo nosso!). (p.10)

O plano de Complementação Urbana objetiva preencher os vazios urbanos existentes, por meio de uma profíqua (sic) política de ocupação, que se fomentará com a concretização do elenco de proposta que a integra. Por conseguinte, tais propostas , afinal executadas, despertará o interesse da população da cidade pela área em referência, que terá amplas condições de recepção em função de seu potencial a ofertar a níveis de infra-estrutura e de equipamentos. (p.45)¹⁵⁸

No decurso do CURA em Campina Grande as intervenções executadas não consolidaram a imagem desejada e 'harmonicamente justificada pela racionalidade que caracterizará a distribuição do solo na cidade'¹⁵⁹ Ao contrário, combinou-se a repetição do receituário de um planejamento

¹⁵⁸ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica- Financeira*. Campina Grande: COMDECA, 1980(p.1-2).

¹⁵⁹ A esse respeito consultar: Anexo III — Quadro Síntese do Projeto Cura In: CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica- Financeira*, 1980.

centralizador e autoritário, visto que as intervenções do Programa passam a ter um peso decisivo na valorização das áreas então contempladas. Exemplo mais representativo desta dimensão é o que ocorreu no Bairro do Catolé (vide Figuras 37 e 38) que, atendido com mudança do traçado viário de seu principal acesso (Rua Vigário Calixto), passou a ser valorizado como zona de expansão da cidade.

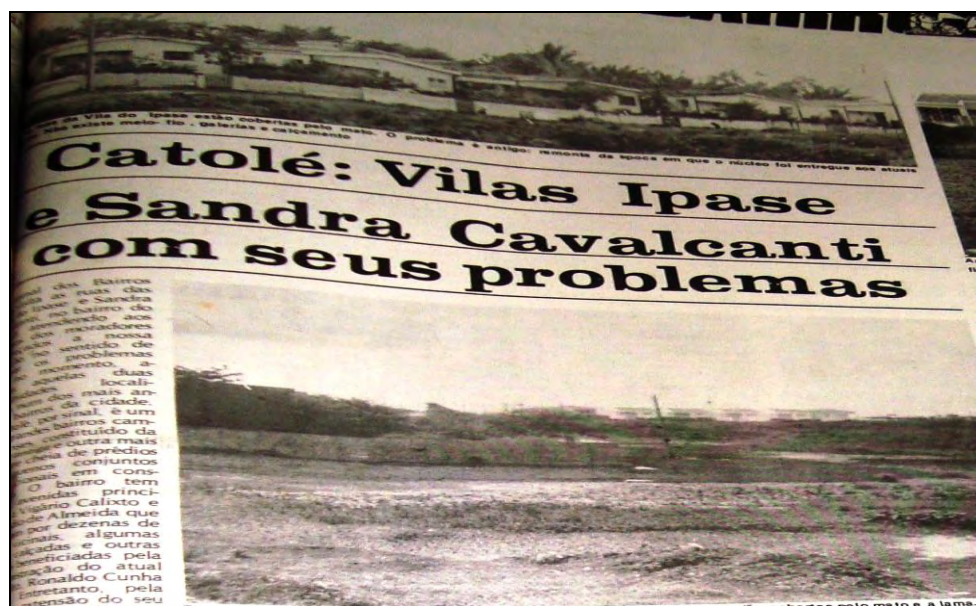


Figura 37: Bairro do Catolé (Década de 1980).
Fonte: DB, 18 ago. 1988.



Figura 38: O Bairro do Catolé e a higienização do espaço urbano.
Fonte: DB, 01 ago. 1992

Esta expansão do Catolé motivou inúmeras medidas de desapropriações na abertura do leito em quase toda extensão do bairro, com a ampliação da faixa de rolamento que trouxe segurança, conforto e fácil escoamento, quanto com a chegada de investimentos que o redesenharam; outra intervenção do Programa foi a transformação do eixo da Rua Vigário Calixto, ao se limitar com o seu então recém construído *Centro de Bairro*. Por outro lado, tais ações impulsionaram a expulsão dos seus mais antigos moradores, ao requalificar o Catolé em suas vocações.

Tais intervenções, dentre outras do poder municipal nesta área, podem ser lidas como marcos do crescimento econômico do Catolé ao dotá-lo de significativas transformações que passam a despertá-lo como um dos bairros mais promissores de Campina Grande, lucrativos aos empreendedores privados nos anos seguintes.

Basta verificar que, a partir dos anos 1990, o Catolé passa a ser considerado um dos metros quadrados residenciais mais caros e cobiçados pelo segmento imobiliário local: “(...), onde (...) foram inaugurados os shoppings Luiza Motta e Iguatemi, principais da cidade, também se tornou uma referência nos segmentos educacional e da gastronomia”.¹⁶⁰

O CURA parte, portanto, da concepção de consolidar áreas ociosas pela urbanização e valorização dos investimentos realizados, mas se observa também a expansão dos bairros periféricos em Campina, que passam a alojar os que foram erradicados pelo CURA, onde tanto a pobreza da cidade como a de seus habitantes se fundem em uma só imagem.

É este sentido que passa a ser decisivo para a consolidação da imagem da *Campina Grande empreendedora* onde as intervenções públicas incentivarão pela construção da infraestrutura novas centralidades e, conseqüentemente, novos padrões de segregação na cidade¹⁶¹. Foi isso que concorreu ao cenário suscitado pelo CURA em Campina Grande, em consequência do padrão de intervenção de suas obras na cidade:

¹⁶⁰ CATOLÉ se consolida como pólo comercial e de entretenimento: de sítio a bairro nobre da cidade. JP, 11 jun. 2006(Caderno Cidades).

¹⁶¹ Como vimos no capítulo I.

Um (...) fator que merece destaque diz respeito (...) aos investimentos na área de moradia popular (...). Por exemplo, nos anos 70 e 80, o Projeto CURA I e II, (...), ao invés de acomodarem as carências no setor de moradia popular, terminaram por reforçar a especulação imobiliária com a descontinuidade das intervenções públicas.¹⁶²

Em regra geral, as dimensões presentes como decorrência e condição do processo de expansão da urbanização na cidade foram articuladas pelo CURA, através de um discurso que inicialmente procurou reestruturar o centro como espaço diferenciado da cidade e implicar uma relação deste como espaço público de lazer e diversão.

É desse modo que as áreas próximas ao centro vão sendo incorporadas visando promover a remoção dos cortiços presentes nestes espaços para glebas distantes do centro, ou até mesmo localizadas em áreas fora do perímetro urbano em uma estreita combinação ao que fora pensado e definidas anteriormente, isto é inicialmente, pelo PDLI¹⁶³:

(...), é sabido que o CURA III integra-se, na medida de sua expansão, ao I e ao II, numa combinação precisa e abrangente, cumprindo e dando seqüência (sic) ao Plano Diretor do Município [PDLI] — promovendo o seu Desenvolvimento Global e, sobremaneira, uniforme se atentarmos para o fato de que, paulatinamente, vem estendendo e ampliando sua atuação a toda comunidade.

(...)

Adensar, pois, a área constitui meta das mais fundamentais, promovendo-se, concomitantemente com equipamento e intervenções de nível considerável, o desenvolvimento sócio-econômico setorial, (...).¹⁶⁴

A requalificação do centro da cidade passa a ser apresentada como estratégica aos discursos do CURA, pois o centro contava com elevada concentração populacional formada em sua maioria pela presença de comunidades pobres em suas adjacências. Ao se priorizar o centro, recorria-se ao discurso da necessidade de requalificá-lo, pela diretriz da ocupação dos vazios urbanos e a desapropriação de terrenos localizados na periferia.

Os pobres urbanos seriam relocados em espaços amplamente utilizados não apenas pela finalidade de alojar uma “população deslocada do

¹⁶² CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diagnóstico urbano — habitacional de Campina Grande* (Programa Habitar Brasil BID—HBB). Campina Grande: SEPLAN, 2000(p.6).

¹⁶³ No sentido vigente ao. 'Plano de Erradicação de Favelas e Cortiços e Relocação de Comunidades' (1973).

¹⁶⁴ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA III — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica-Financeira*. op.cit.(p.8-9).

centro” ¹⁶⁵ mas, estrategicamente, erradicar a apropriação de ambientes acanhados e de edificações precárias que então revelavam o fenômeno da atração migratória constituída pelos pobres na principal área econômica de Campina Grande.

Esta intervenção se restringe a justificar uma clara postura de higienização da cidade, pela extinção de diversas comunidades pobres e cortiços localizados próximos ao centro, dentre os quais destacamos: Buraco da Jia (Bairro: Conceição); Coqueiros de José Rodrigues (Bairro: Centro — Parque do Povo); Cova da Onça (Bairro: Centro — Feira Central); Maloca (Bairro: Santo Antônio); Pé de Galinha e Tamandaré (Bairro: José Pinheiro) e São Joaquim (Bairro: São José).

Desse modo, a representação de como se encontrava estruturado o espaço do centro de Campina irá partir do princípio da necessidade de uma ordem pública, que devesse expressar o sentido à instauração de outra imagem de Campina Grande: “racionalmente organizada em seu tecido urbano” e expandida para *interditar determinados espaços e redefinir os lugares na cidade*.

Fundamentalmente, as propostas do CURA (I/II/III) foram consubstanciadas pelo discurso da necessidade que se teria em promover e complementar o adensamento urbano de Campina Grande, iniciado quando do PDLI. Para tanto toma-se por base, aos olhos do erário público, a visão de que os vazios próximos ao centro da cidade teriam se tornado consideráveis ônus, em virtude de sua “ociosidade” e subutilização.

A estratégia do poder público foi definir em planos e programas, a exemplo do PDLI e do CURA, uma ordem simbólica da imagem de Campina Grande — racional em seu tecido urbano e moderna mas em aguda e expressiva contraposição ao favelamento próximo ao seu centro, com fortes tensões nas práticas de uso e ocupação do solo. O CURA, tal como o PDLI, definiu e reforçou que espaços e vivências deveriam ser viabilizados ou, contrariamente, abolidos da cidade.

¹⁶⁵ Expressão bastante encontrada nos documentos por nós consultados.

Na concepção CURA dever-se-ia conduzir como eixo a ocupação dos vazios a partir da área central da cidade, com intervenções mais precisas identificadas por um complexo de equipamentos e de “tal modo interligados entre si que com outros existentes nas vizinhanças, em conjunto, assumiriam a característica de “transição” entre o centro e a periferia”:

Este conjunto de áreas parcialmente desocupado e em processo de mudanças nas ocupações existentes, se apresenta quase como um anel envolvendo todo o centro da Cidade (sic), área de transição entre aquele dinâmico espaço e as zonas residenciais periféricas.

Se apossando daquela proposta no CURA, se objetivou intervenções mais precisas, identificando um complexo de equipamentos de tal modo interligados entre si e com outros existentes nas vizinhanças, que o conjunto de áreas assume uma característica de “transição” entre o centro e periferia,(...).

A intervenção neste espaço trará de imediato algumas repercussões importantes: — Humanizará o centro da Cidade; — Valorizará áreas em torno (sic), principalmente as de custo mais baixo que a média da zona; — Recuperação e apropriação de espaços ociosos em torno do centro; — Dinamizará as atividades culturais e recreativas latentes na Cidade; — Ofertará novas opções aos comunitários, na busca de lazer e cultura.¹⁶⁶

Podemos assim pensar nas dimensões e obras da relação entre a materialidade da cidade e os referenciais apoiados como eixos de expansão da malha urbana de Campina, nos anos 1970-1980 e décadas seguintes. As intervenções CURA marcam e atravessam a dimensão representativa e simbólica da estrutura urbana de Campina Grande hoje, malgrado as imagens que passam a expressar as mudanças urbanísticas em meio às modificações impostas pelo Programa à cidade e seus habitantes.

Ao justificar a determinação da ocupação dos vazios para assegurar a “conservação do centro” o CURA terminou por alojar uma considerável parte da população de Campina Grande em periferias, desprovidas de serviços e equipamentos urbanos; assim mobilizando uma imagem do quadro crescente da desigualdade¹⁶⁷ sociourbanística anos a fio acentuada na cidade.

¹⁶⁶ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA — Urbanização Coqueiros* de José Rodrigues. Campina Grande: COMDECA, s.d(p.03-04).

¹⁶⁷ Cabe mencionar que, em 1987, é criada a *Comissão Especial de Inquérito* (CEI) da Câmara Municipal de Campina Grande com o objetivo de analisar o crescente número de ocupações e diagnosticar os problemas urbanos na cidade. A CEI constatou que, até aquele ano, 32,5 % da malha urbana e da área de expansão da cidade estavam sob o domínio de apenas 20 pessoas. A esse respeito consultar: CAMPINA GRANDE. Câmara Municipal. *Relatório da Comissão Especial de*

Associado ao período das políticas centralizadoras e tecnocráticas, o CURA foi decisivo para produzir a imagem dos lugares na Campina Grande contemporânea. Imagem que configura a definição de zonas que devem ser adensadas, programadas e desenhadas como áreas de expansão da cidade e de onde ainda se possa definir um ideal de espaço urbano homogêneo. Por outro, nega a cidade em seu sentido primordial de dimensão representativa da diferença.

Ao analisarmos como se constituíram as concepções que nortearam os discursos e práticas do CURA em Campina Grande necessário se faz destacar que, ressaltando-se os aspectos temporais que caracterizaram a definição no período em que fora executado, há uma imagem da cidade ainda muito presente e reforçada como prática de um planejamento que permeia a justificativa dos investimentos pela ausência de determinados atores e agentes locais.

Nesse sentido é interessante pontuar a crítica realizada no *Relatório de Avaliação do CURA* ao destacar as descontinuidades do Programa, que tiveram por causas a contratação de empresas com pouca ou nenhuma relação com as comunidades envolvidas no Programa e a exterioridade com a comunidade local.

Podemos ainda acrescentar a legitimação associada a certa modernização tendo como retórica a estratégia discursiva do Estado, a crença no planejamento global como elemento capaz de superar as contradições e conflitos tão somente a partir do espaço, a estreita ordem e funcionalidade das ações e, por último, o uso político a que se prestou o Programa. O que em tese não se permitiu que transparecessem as correlações de forças de outros agentes, se não o próprio Estado.

Ao que diz respeito à extensão que assume o CURA, ao revelar a instrumentalidade das intervenções em curso na cidade, as iniciativas

Inquérito (CEI) — Invasões de terrenos, uso do solo urbano, déficit habitacional e situação atual do patrimônio imobiliário público municipal. Campina Grande: CMCG, 1987(p.45 e seguintes).

estiveram fortemente dependentes das orientações e prioridades dos governantes de turno que, com seus termos, somente agravaram as tensões e o enfrentamento das práticas de uso e ocupação do solo em Campina Grande. Ainda a esse respeito, Lima (2004) chama atenção para a constatação de que, passados todos esses anos de implantação do CURA:

(...) ao analisar as quatro últimas eleições, onde Enivaldo Ribeiro [Prefeito à época e pai da Deputada Estadual Daniela Ribeiro e Deputado Federal Aguinaldo Ribeiro Filho] postulou cargos públicos, sendo por duas vezes candidato a prefeito e duas vezes candidato a deputado federal, a última em 2003, ficou comprovado que nas áreas beneficiadas com obras do projeto CURA (...), a votação de Enivaldo Ribeiro supera todos os concorrentes. (...) (LIMA, 2004, p.264).

A imagem interpelada pela consolidação das intervenções CURA na dinâmica da cidade teve por base as significativas transformações que impactaram positivamente o tecido urbano de Campina Grande. O que também, porém, não obstante os processos de segregação socioespacial que geraram, suprimiram a preocupação com a questão urbana, isto é, com as desigualdades sociais na cidade. Ao destacarem ações que tenderam ao não equacionamento de problemas relacionados ao acesso a equipamentos urbanos e serviços coletivos, tal como inicialmente projetado.

As intervenções CURA assumem a feição de uma dinâmica de segmentação dos espaços que muito interferiu nas condições de apropriação desigual do solo urbano em Campina Grande. A qual pode ser percebida pelas amplas diretrizes e recomendações que simplesmente não conseguiram dirimir 'a cidade fora da lei e de qualquer plano' (Maricato, 2000).

Paralelo a esse processo vai se acentuar localmente as consequências do colapso da crença no controle racional e centralizado sobre a qual se fundamentava a ordem rígida, mecânica e redutiva espacial decorrente do urbanismo modernista presente na concepção do CURA. Ao tentar dissimular, pelo prestígio nas políticas de planejamento, o conflito e o caos urbanos apresentados pela cidade fora dos planos.

Em termos específicos, a imagem oficial da cidade e suas sínteses passam a ser modificadas por um cenário que consigo trará reflexões, no

contexto da descentralização governamental e da valorização de diferentes atores e práticas. Imagens marcadas em face da crise do planejamento tecnocrático-funcionalista e do avanço de políticas mais democráticas enquanto“(...) processo que propicia uma nova dinâmica na vida da cidade e de seus habitantes imbuídos em discutir e construir uma nova gestão” (FERRARI JÚNIOR, 2004,p.23).

Logo, os anos 1990 o planejamento e a orientação das políticas para as cidades brasileiras passam a definir uma estratégia adotada de uma gestão pública democrática e descentralizada, na forma de pensar as cidades. Novos conceitos, novas idéias, novos atores se farão acompanhar pelas mudanças verificadas na relação sociedade-espço. As matrizes do planejamento e suas intervenções sobre a cidade são assim chamadas a mudar:

(...) pode-se perceber, no nível do discurso, um novo ideário de gestão assentado, de um lado, na inserção dos atores sociais, e de outro, na adoção de métodos gerenciais mais modernos: a participação tem como contrapartida, compromisso e parceria, dividindo as responsabilidades com o governo municipal no tratamento da cidade. (LEAL, 1995, p.102).

Por outro, se destaca um processo de democratização do poder local com a emergência da participação enquanto instrumento de planejamento. Nesse quadro, torna-se necessário assegurar uma nova representação do urbano e investigar a natureza e abrangência do que se entende por novo na dinâmica da vida na cidade, com destaque às condições da imagem posta pelas dimensões da participação no planejamento de Campina Grande como mecanismo de gestão democrática da cidade.

2.3 Novos discursos, velhas práticas — retóricas da participação popular

Em relação a Campina Grande a instauração dos mecanismos de gestão democrática permite apontarmos para uma nova imagem do planejamento municipal, propiciada pelas práticas de intervenção participativa que passam a ser expressas na gestão do urbano. É no contexto da

organização política do poder local que a intervenção das práticas de planejamento municipal assume relevância, principalmente no que diz respeito às imagens que passam a orientar o planejamento da cidade através do componente da participação.

Este padrão de participação é observado, por exemplo, através daquilo que poderíamos demarcar como a primeira experiência da participação no planejamento da cidade e que pode ser situada nos anos 1970 quando da criação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário (CDC)¹⁶⁸. Como situava o Decreto que o criou (Lei 015/73), este Conselho se destinava a “assessorar o Chefe do Executivo Municipal ,quando por este solicitado, nas decisões de maior significação para o futuro do Município, ou de suas instituições, em particular”.

O CDC funcionava como uma espécie de assessoramento municipal, dentro de uma estrutura setorial dividida em nove grupos. O mandato de cada membro era gratuito e pelo período de um ano, conferindo-lhe o Prefeito Municipal o título honorífico de “Consultor Comunitário”:

O C.D.C conseguiu alguma notoriedade no ano de 1971.Tinha um modo especial de agir, com um coordenador de um mandato de um mês apenas , e *cuidava de discutir os mais variados problemas da cidade e de sua gente*.A princípio suas reuniões eram bastante animadas. Delas participavam as principais entidades locais, desde a Federação das Indústrias e a Associação Comercial, até a União das Equipes Sociais dos Bairros. Chegaram a ser sessenta as entidades participantes. (...). O objetivo geral era o de reunir as *peessoas com alguma possibilidade de influir na vida da cidade*(Grifo nosso!), para fortalecer e fazer vingar uma ação comunitária capaz de ajudar a solucionar problemas comuns.É possível que lhe faltassem ao C.D.C , objetivos mais definidos e mais claros.É possível que não tenha chegado a escolher os melhores métodos de ação.E é *possível também que não haja conseguido reunir exatamente as pessoas mais próprias para a ação que pretendia exercer.O fato é que (...) o C.D.C começou a declinar e quase desapareceu* (Grifo nosso!)(...).A substituição das animadas reuniões plenárias, de todos os membros do conselho,pelas reuniões restritas de algumas Comissões ... desagregou a maioria dos seus membros.(...).É possível que seus objetivos devam ser reformulados e adotada uma nova maneira de agir. É possível que novos participantes

¹⁶⁸ Identificamos na mesma época de criação do CDC outra instância que,ao que parece, teria basicamente os mesmos objetivos e perfil, denominada de Conselho Geral da Comunidade (CGC) que, ao que parece,surge em substituição ao CDC. Criado pelo Prefeito Evaldo Cruz através do Decreto de Lei 015/73, o CGC será praticamente dissolvido em menos de dois anos. A participação, como forma de inserção no planejamento da cidade, só será retomada vinte anos mais tarde, através do ‘ Programa Prefeitura na Comunidade’.

sejam convocados. O certo é que cada um sente a necessidade de tentar, de novo, reunir lideranças grandes e pequenas (se assim é lícito falar), das principais como das mais modestas entidades, para se procurar fazer algo de positivo em favor da comunidade campinense. O C.D.C foi um experiência útil os que lhe apontam erros e falhas, não deixam de reconhecer-lhe méritos. O importante é tomar o que passou como ponto de apóio(sic) para a renovação necessária. Mas primeiro é preciso que o Conselho reinicie as suas atividades.¹⁶⁹

O padrão da participação do CDC na produção de um debate sobre Campina Grande registra minuciosamente uma imagem elaborada sobre a cidade que visava recuperar sua elite e os mais abastados. Através das entidades, ou ainda por uma ação e uma prática de envolvimento e movimento de uma representação sobre Campina e sua elite.

Mesmo incorporando entidades como a 'União das Equipes Sociais dos Bairros'(UCES), omite o espaço do popular e se estende no espaço da cidade como representação daquilo que devesse ser nomeado e priorizado como formulação identificada nas sínteses hegemônicas de Campina Grande como desenvolvimento desejável e sob a manutenção de sua elite.

Porém, isso também geraria disputas entre as próprias elites que passaram a competir, entre si, por uma representação da imagem da cidade que pudesse servir de guia aos seus pares e, conseqüentemente, para o restante da população. Este processo de disputa é avaliado, anos mais tarde, como característica do processo de discussão e formulação da prática do CDC, o que contribuiu por constituir a sua própria dissolução:

*A gente campinense tem tentado, por várias vezes, fazer comunidade. (...), sem o ter conseguido com muito êxito. A cidade é bastante dividida. Surgem muitos donos de certo setor, de certa associação de interesses, até de certos assuntos (Grifo nosso!). (Isto não é privilégio de Campina Grande, mas aqui tem traços fortes possivelmente oriundos de sua própria formação não só no passado, como no presente. (...). (...). Foi assim que surgiu, na gestão do prefeito Evaldo Cruz, o Conselho Comunitário de Campina Grande. Esse movimento teve efêmera existência, mas provavelmente consta dos arquivos Diário da Borborema. Sua concepção era a seguinte: dele participaria, através de seu dirigente principal, o maior número possível de organizações e associações da cidade. (...).(…). O tempo engoliu o Conselho Comunitário e é pena que dele não tenham ficado registros para a história de Campina Grande.*¹⁷⁰

¹⁶⁹ CONSELHO de Desenvolvimento Comunitário. DB, 26 ago.1973(Stênio Lopes).

¹⁷⁰ PARTICIPAÇÃO da comunidade. DB, 23 jan.1997(Stênio Lopes).

Identificado por um discurso de uniformização dos interesses e pela ideia de construção dos consensos em torno das questões urbanas locais¹⁷¹, o CDC não chegou a se constituir como um espaço de participação atestando assim a sua efêmera existência. Ao que parece, um Conselho composto apenas por pessoas de maior poder aquisitivo na cidade e não por representantes de entidades; sem mencionar que, ao contrário do que fora esperado, a ausência de participação se revelou um equívoco, pois o pouco tempo de atuação e o próprio contexto em que também fora pensado facilitaram a dissolução em torno de um “consenso político e social” dos objetivos do CDC.

Este desenho, da convocação da sociedade local para participar de um processo que fomentasse as intervenções sobre Campina Grande, simplesmente foi arquivado sem maiores explicações¹⁷². O que agravou a compreensão de como as políticas urbanas historicamente foram gestadas, haja vista as intensas transformações na cidade.

Nesse sentido, o elemento comum com os processos seguintes será a utilização de um discurso que vai procurar se respaldar pela necessidade de repensar o urbano, compreender o quê identificar e priorizar como problemas de Campina Grande. O que passa a ser fundamentado através da institucionalização do canal de participação, ao nível do planejamento local.

Inserida pela percepção do papel desempenhado pelas políticas de gestão participativa, e justificadas na mobilização de bairros e comunidades no planejamento de Campina Grande, essa nova escala de intervenção é objeto da implantação, em 1993, da experiência denominada *Programa Prefeitura na Comunidade (PPC)*. O PPC será posto pela imagem construída de um governo e planejamento advindos discursivamente com as mudanças democráticas, ocorridas com a implantação da Nova República na década de 1980.

¹⁷¹ Tal como ocorrera, quando da nomeação do Interventor Federal Luiz Motta Filho, em 1971.

¹⁷² Exemplo disso é o pouco, ou quase nulo, registro sobre o CDC.

O slogan “*Venha Decidir com a Gente*” colocava uma imagem importante da ação da administração municipal, estabelecida nos objetivos do PPC enquanto “forma de democratizar o canal entre Prefeitura e cidadãos (vide Figuras 39 e 40) pelo combate à cultura autoritária, patrimonialista e clientelista”¹⁷³. Porém, em relação ao Programa, pode-se ressaltar que:

A análise sobre este programa [PPC] alinha-se a uma plêiade de estudos que vêm sendo realizados no Brasil sobre a participação dos cidadãos em governos locais. Ao estudar essa experiência em Campina Grande, parte-se da constatação de que, neste município, embora a política local aponte para algumas atitudes de caráter universalista, verifica-se a permanência de formas políticas tradicionais baseadas em *relações primordiais*, quer dizer, relações pessoais de confiança baseadas na afetividade e solidariedade recíprocas. Essas políticas caracterizam-se pelas relações clientelistas, de tutela, de concessão de favores, como forma principal de relação entre Estado e sociedade. (PEREIRA et al., 2004, p.01).



Figura 39: Imagens da participação no planejamento da cidade.

Fonte: DB, 02 ago.1993.

Desde o início da implantação do PPC fica muito claro o resultado que se pode detectar: o Programa se voltou para revelar uma leitura homogênea da cidade, harmoniosa e conduzida de forma a consolidar a aliança entre participação e lideranças políticas locais conservadoras. Ao retratar o conteúdo do planejamento pactuado, a participação apenas serviu para legitimar e homologar intenções previamente definidas:

O “Programa Prefeitura na Comunidade” nasceu da vontade política do prefeito (sic) Félix Araújo que delegou, à SEPLAN, a sua coordenação. Em

¹⁷³ PREFEITO lança programa de administração democrática. DB, 10 jul.1993(Editorial).

outros termos, este Programa significa o coroamento de um processo democrático de gestão da cidade, iniciado durante os Governos de Ronaldo e Cássio Cunha Lima, que sem dúvida, romperam com o autoritarismo que sobrevivia fortemente, desde os idos de 1964. (...). O impacto do Programa não se traduz apenas pelos “ganhos políticos imediatos”. (...), provocados pela presença efetiva do Poder Público na comunidade e na efetiva execução de obras, no dia seguinte à sua instalação. Na verdade, o impacto extrala (sic) o raio do “político” e penetra de modo benéfico às áreas administrativas e financeiras.¹⁷⁴

É deste modo que o vetor da proposta de inovações associadas à nova dinâmica institucional do planejamento voltado às condições da comunidade a que se destinam, vai perdendo capacidade de ação na medida em que passa cada vez mais a se distanciar como um mecanismo efetivo de planejamento democrático. Não consegue, pois, imprimir a execução prática do que era gerado em nível das propostas e formulações com as comunidades envolvidas.



Figura 40: Retóricas do planejamento participativo em Campina.

Fonte: DB, 21 mar. 1995. (Propaganda governamental).

A concretização das propostas praticamente não se condicionou à capacidade financeira do Município, o que terminou por servir muito mais para legitimar uma imagem política do gestor da época do que propriamente de pensar a cidade. Os poucos investimentos planejados como indicadores da participação, em face às preocupações com as desigualdades sociais na

¹⁷⁴ A PREFEITURA vai à comunidade. DB, 09 ago.1993(Noaldo de Souza Ribeiro).

cidade, foram incapazes de democratizar a gestão urbana através do componente da participação.

Ao se restringir em grande parte às ações pontuais, o *Prefeitura na Comunidade* se envereda em dilemas provocados pelas dificuldades orçamentárias próprias e por pressões, inclusive de ordem política, o que leva à sua completa desestruturação, em 1995:

Desativado por ausência de verbas federais, o programa “Prefeitura na Comunidade” é, sem dúvida, uma das mais arrojadas ações da administração do prefeito (sic) Félix Araújo Filho. A iniciativa pioneira consiste em debater com a comunidade a execução dos serviços considerados prioritários. Coordenado pela Secretaria de Planejamento, o programa Prefeitura na Comunidade, rapidamente, ganhou destaque junto aos movimentos comunitários da cidade. Conforme declarações do prefeito Félix Araújo a expectativa é de que ainda este ano o programa seja retomado.” Dependemos exclusivamente de verbas federais . Mas contatos nesse sentido estão sendo mantidos como os nossos senadores, Humberto Lucena, Ronaldo Cunha Lima e Ney Suassuna, bem como , os deputados Cássio Cunha Lima e Ivandro Cunha Lima para que junto ao governo federal, a gente consiga a liberação de recursos para que o “ Prefeitura na Comunidade” tenha continuidade..¹⁷⁵

Reafirma-se a imagem de um discurso que se impõe “democrático”, “moderno” e se promete transformador, mas que, em termos práticos, vislumbra apenas um ponto de inflexão política ao defender a necessidade de se reformular a visão do planejamento, em tese democrático. Marca diferenciada da administração local, mas sem nenhum impacto na dinâmica da cidade em seu desenho urbano real. De tal modo podemos afirmar que,

(...) essa experiência [PPC] proporcionou a participação dos comunitários em algumas decisões do governo e que estas foram tomadas e realizadas com certa transparência, mas, não foi capaz de criar canais institucionais permanentes de ligação entre o governo e a sociedade. (...) não obstante o programa tenha contado com a colaboração dos comunitários para sua realização, *o governo municipal não foi capaz de potencializá-la para impedir sua suspensão.* (grifo nosso!) Esta decorreu da combinação de fatores diversos: a limitação dos recursos financeiros; a fragilidade institucional dos mecanismos e instrumentos para sua execução; e, principalmente, por um certo sentimento de desconfiança pôr parte do grupo político que elegeu Félix Araújo Filho, contribuindo para a desestabilização do seu governo, marcado até o final pela crise e pelo isolamento político.(PEREIRA et al., 2004,p.01).

¹⁷⁵ “PREFEITURA na comunidade”, obras para bairros pobres. DB, 11 out.1995(Editorial — material de propaganda governamental).

A instância da participação no planejamento da cidade é retomada em 1997 por uma nova roupagem, porém, mais uma vez, desencadeada por um conteúdo fortemente governamental que estabelece por Decreto (nº 2.621/97)¹⁷⁶ a instalação do Orçamento Participativo (OP). A cargo e coordenação da então Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

De modo bastante competente, recorre-se ao uso de um discurso que anuncia a implantação do OP como perspectiva de “colocar Campina na vanguarda da busca da história da cidadania”¹⁷⁷ e enquanto representação de um dos mais significativos marcos históricos do seu recente desenvolvimento.



Figura 41: Breves notas do OP em Campina Grande.

Fonte: JP, 12 maio de 2005.

De 1997 até 2011 o OP passou por três formatações: inicialmente, na sua primeira gestão 1997-2000, a qual se responsabilizou pela divisão espacial da cidade em 07 Regiões Orçamentárias (RO). Em 2001, através de uma reforma administrativa no governo municipal, o PCG ganhou nova estrutura ao obter status de Coordenadoria; de 2002-2004 a Coordenadoria do Orçamento Participativo passa a se subordinar à Secretaria de Governo e

¹⁷⁶ Decreto alvo de inúmeras críticas, pelo fato de ter sido estabelecida a participação por meio meramente legal. A esse respeito cf.: OPOSIÇÃO diz que proposta é receita de bolo. DB, 08 maio 1997.

¹⁷⁷ Cf: O POVO no poder. DB, 07 maio 1997; ORÇAMENTO participativo. DB, 17 ago.1997.

Coordenação Política (SECOR) e, no ano de 2005, retorna à Secretaria de Planejamento (SEPLAN).

É como elemento estratégico importante que o OP surge no seio de governos aliados a projetos oligárquicos que tentam, ao seu modo, capitalizar a imagem da cidade democrática. Ao acenar ainda mais para os desafios no que concerne a um tipo específico da participação no planejamento da cidade — institucionalizada, por decreto, ambígua e paradoxal:

A participação popular (...) tendo como eixo o Orçamento é, acima de tudo, um princípio político (...). Desse modo, embora a institucionalização possa garantir formas mais objetivas de relacionamento entre a sociedade civil e o poder público, a implantação da proposta a partir de um decreto, não garante o compromisso e postura democrática dos segmentos envolvidos (...). (...). *A experiência Prefeitura nos Bairros, na gestão do ex- prefeito Félix Araújo, se tivesse sido encarada de forma realmente séria e com fins e propósitos de participação popular, Campina Grande teria, com certeza, um referencial. Por outro lado, não percebemos, por parte do Executivo, uma preocupação em cumprir o que se aprova nessas conferências. Parece considerar estas iniciativas apenas no sentido do cumprimento de uma exigência legal* (Grifo nosso!). Por isto reafirmamos que a participação popular é um princípio político e que o governo deve ter credibilidade junto à sociedade civil.¹⁷⁸

Os deslocamentos ocasionados quando da democratização das discussões, decorrentes dos canais de constituição e funcionamento da intervenção conduzida pelo OP em Campina Grande, não propriamente democratizam a gestão sobre a cidade dado os limites de atendimento das demandas geradas nas discussões do OP.

Uma questão interessante que Costa (2005, p.85-86) chama a atenção para o fato de que, considerado o período de 1997-2000, de um total de 174 demandas recolhidas pela comunidade desde o início do processo do Orçamento Participativo que foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 1998 (LOA/98), na Lei Orçamentária Anual de 1999 (LOA/99), Lei de Diretrizes Orçamentárias 2000 (LDO 2000) e na Lei Orçamentária 2000 (LOA 2000) apenas 33 demandas foram executadas. Isso somente atesta a fragilidade da imagem da participação no planejamento da cidade como insuficiente para tocar em problemas profundos, ao enfrentamento na redução das desigualdades urbanas.

¹⁷⁸ POVO e políticas públicas. DB, 31. jul.1997(Raimundo A. de Oliveira).

Não por acaso a intermediação de interesses presentes no OP reporta-se mais a uma espécie de participação restrita ou instrumental, com ênfase no uso de um recurso técnico que inegavelmente passa a exercer na implementação de determinados projetos políticos dos gestores de plantão¹⁷⁹. O que reforça limites e dilemas, ao que tangem a imagem da participação no planejamento de Campina Grande:

A Secretária Municipal de Governo e Articulação Política, (...), garante que o orçamento participativo de Campina Grande — o primeiro da Paraíba — é um modelo para o país. Ela assegura que ele se constitui num instrumento de diálogo da população com o governo, fortalecendo o exercício da cidadania. Ela rebateu as críticas formuladas contra o orçamento, assegurando que para o ano de 2001, foram cumpridos 70% das metas planejadas. Esclareceu que nem tudo pode ser atendido, devido ao problema da limitação de recursos financeiros. (...). (...), o nível de participação das comunidades tem crescido a cada dia, não havendo nenhuma tendência de esvaziamento das reuniões promovidas. (...).¹⁸⁰

Podemos apontar o OP como sendo uma inovação político-administrativa em Campina Grande, onde gestores municipais têm procurado introduzir elementos participativos de gestão; porém, sem arriscar-se, no entanto, em práticas inovadoras de planejamento da cidade. Ao invés disso, ainda se reproduzem formas tradicionais de atuação da administração municipal que, simplesmente, não tocam no foco dos conflitos urbanos: a questão fundiária.

De tal modo que, mesmo exibindo uma imagem da cidade democrática e uma realidade promovida por consideráveis mudanças no desenho da intervenção pública municipal, o OP não conseguiu se colocar como instrumento participativo de pensar Campina Grande.

Destarte, evidenciam-se propostas de participação no planejamento da cidade que seguem a lógica perversa da redistribuição de recursos restritos, e ainda se caracterizam pela ausência de inscrição definida de políticas que efetivamente visem enfrentar a questão da ocupação e uso do solo urbano. Em razão disso se destacam as dimensões de ordem financeira (atraso na

¹⁷⁹ Dimensão esta muito interessante, mas que não reside no núcleo de nossa análise.

¹⁸⁰ PREFEITURA de Campina Grande cumpriu 70 % das metas do orçamento. JP, 23 jun.2002(Caderno Política — Timóteo de Souza).

execução das demandas priorizadas), a ausência de intersectorialidade das ações e os fatores de natureza política e operacional (descontinuidade na execução das ações).

A inserção do componente da participação no planejamento da cidade, pensado a partir do OP, não incide sobre a integração espacial das populações pobres, pois não atua sobre os aspectos socioespaciais das comunidades pretensamente representadas.

Nestes termos o que deve ser destacado nas imagens da participação do planejamento urbano de Campina Grande é, não obstante, espécie de acomodação entre o novo e o velho enquanto tentativa de redesenhar as políticas sobre o urbano e caracterizar reconhecidamente uma permanência que se faz pela intermediação entre *novos discursos e velhos problemas*.

É esta intermediação, definida por *novos discursos e velhos problemas*, que continua a desafiar a percepção dos conteúdos (políticos, técnicos e discursivos) que alimentam os discursos norteadores da intervenção do planejamento em Campina Grande, nas duas últimas décadas.

As reflexões sobre essas questões nos mostram que este cenário ainda impõe e cabem outros instrumentos de intervenção em Campina Grande, por uma maior capacidade local em estabelecer diferentes espaços de interlocução e em construir, por assim dizer, uma nova estética urbana¹⁸¹. O que deixa para nós inúmeras pistas de investigação do projeto de cidade idealizado, incorporado às propostas e planos urbanísticos e a sua relação com o complexo fenómeno urbano, isto é, com a cidade vivida em sua dimensão real.

Trata-se, pois, de acenar contemporaneamente com a possibilidade de enfrentar as peculiaridades da participação no planejamento em Campina Grande e as imagens destoantes de novas práticas, em que pese as suas relações com as concepções produzidas em fortalecimento ao que se concerne discursivamente como dimensão pública da cidade.

¹⁸¹ A esse respeito vale cf. Ribeiro & Cardoso (2003).

Dimensão essa percebida a partir da possibilidade de democratizar o acesso dos bens públicos aos que sempre estiveram fora dos planos e políticas urbanas; reconhecimento do caráter legítimo das imagens e existência de outra cidade: a dos pobres, dos ambulantes, dos ocupantes de terras e dos contrausos na cidade. É o espaço urbano potencialmente disputado, como símbolo incorporado às diferentes práticas que passam a reestruturar as territorialidades urbanas tornando visíveis as táticas dos praticantes e ordinários que jogam com os espaços que não se vêem (Certeau, 1996).

Conversão essa aludida à recriação de outra Campina, dinâmica que se realiza em torno da criação de novas centralidades e investimentos, imagens de um espaço formado por atração e repúdio, inclusão e exclusão, utopia e crise; imagens que produzem a noção de cidade através da disputa de projetos e interesses que reinventam Campina como cidade em um processo de embates, ideias, símbolos e discursos.

Para tanto, a imagem empreendedora de Campina Grande passa a explicitar, sobretudo, as transformações advindas por uma dinâmica apresentada como sistema de distinção da nova estética; revelada sob o signo da revitalização do seu centro e pelos efeitos de relações sociais ainda mais desiguais no espaço urbano.

Passa-se a buscar conferir e referenciar uma estabilidade sobre o fenômeno urbano através do acionamento de um novo discurso da modernidade; novo naquilo que confere como criação de imagens-sínteses hegemônicas a despeito da experiência urbana recente de Campina Grande. Isso sugere a busca por um amplo processo de “mudanças sem conflitos”, como se possível fosse neutralizar uma imagem negativa da cidade.

Nesse processo passa a se destacar no cenário urbano de Campina Grande uma contraposição como luta pelo solo urbano no município, operacionalizada pelos ambulantes no uso da rua e as imagens veiculadas sobre os pobres. Desenhos lidos e expressos em meio ao crescente anúncio de investimentos na cidade, ao desconsiderar que grande parte dos

investimentos e centralidades percebidas como sinônimo de higienização e tentativas de destruição de determinadas paisagens. A exemplo dos ambulantes e pobres urbanos, imagens contrastivas que contrapõem e surpreendem o anúncio de um cenário não adjetivado, e nem tão pouco projetado à Campina.

Ambivalência de elementos e paisagens que passam a referenciar, por outra forma, a modernidade campinense, agora utilizada para viabilizar a cidade empreendedora sem fazer menção ao contraste. Os discursos que projetam Campina passam assim a recorrerem sobre uma determinada concepção e, em paralelo, a constituírem o seu processo recente de requalificação urbana pela transformação dos significados contemporâneos de sua imagem.

Tal imagem vai se consolidar por uma estrutura urbana mais segregada, com encolhimento do espaço público e na forma de lidar com seu uso, destacando, *primeiro*, a crescente presença de ambulantes no centro da cidade, sempre posta por um discurso de conflito; *segundo*, as itinerâncias dos pobres urbanos. Ambos colocam um modo particular de experimentar e interpretar a cidade em contraposição ao desenho institucional do planejamento.

Ambulantes e pobres urbanos trazem assim outros sentidos sobre a urbe, em que a apropriação física e simbólica de Campina é observada a partir da crescente segregação dos lugares e é marcada, como veremos a seguir, por um processo de requalificação urbana que, ao espacializar as transformações exigidas, apropria e reduz o espaço público na cidade.

urbano, em cada detalhe, em cada praça (...) Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhes as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos flâneur e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flunar.(JOÃO DO RIO[Paulo Barreto] apud JACQUES,2004)

CAPÍTULO III

3. IMAGENS DE CAMPINA GRANDE NO ESPAÇO PÚBLICO: OS AMBULANTES E A RUA

3.1 Campina se remodela: o centro como espaço público e de lazer

Parece relevante neste capítulo refletirmos a relação entre espaço público e imagens a partir dos usos dos lugares públicos na experiência urbana recente de Campina Grande, em parte constituída pelas disputas geradas sobre um determinado lugar da cidade e as relações sociais ali expressas: seu centro principal. O centro de Campina Grande marcará um cenário de discursos e disputas em seu espaço físico que, aqui percebido como território, permitindo-nos pensar como a cidade remodela (espacial e discursivamente) a dimensão pública e seu impacto na rua propriamente dita.

É no espaço da rua onde se inscrevem o discurso dos ambulantes e seu comércio como percursos de uma tensão entre os pólos da “ordem” oficial e de práticas de resistência. A rua como lugar nomeado, campo de forças entre poder público¹⁸² e ambulantes¹⁸³ que nos possibilita pensá-la como

¹⁸² Esclarecemos que sempre que nos referirmos, ao longo do texto, à denominação ‘poder público’ estaremos nos reportando ao ente Executivo Municipal — PMCG.

¹⁸³ Optamos por trabalhar com a classificação de *ambulantes*, ao invés de camelôs, por entendermos que os ambulantes praticam um tipo de atividade econômica característica de rua, onde a localização do comércio e serviços dependem exclusivamente do espaço público como os logradouros, calçadas e praças — locais onde montam suas barracas, bancas e balaies e realizam seu trabalho, praticamente ‘solto’ nas ruas. De acordo com Kitamura, Miranda e Ribeiro Filho: “(...) Os termos camelô e ambulante, na maioria das vezes, são utilizados como se tivessem o mesmo significado. Mas ao se comparar alguns autores pode-se perceber algumas diferenças nos conceitos. Em Bertolucci (2003), os camelôs apresentam ponto fixo, trabalham em barracas de boa qualidade e, geralmente, têm autorização oficial para se estabelecerem em um determinado local. Os ambulantes não apresentam um lugar fixo e suas mercadorias são mais baratas se comparadas às dos camelôs”. Os “vendedores autônomos” englobam os donos de bancas de jornal e revistas ou de quiosques alimentícios, que têm instalações sofisticadas. O critério adotado para a

espaço público e categoria sociológica da cidade. Entendemos a rua enquanto agente de uma ação pública, a qual:

O atributo “pública” (...) tem como objetivo distinguir um tipo de processo que não se confunde com os usos e costumes banais da existência urbana, nem do cotidiano privado, do qual igualmente se diferencia. (...). A noção de sociabilidade adotada aqui, ao contrário, refere-se aos processos interativos, representativos e simbólicos, relacionados às experiências vividas que constroem interações de rua, enquanto espaço de vida pública. *Nesse sentido, a “rua que interessa”, (...), não é o espaço urbano em si, mas o espaço social da rua, que os significados construídos pelas ações cotidianas tornam uma categoria sociológica inteligível* (Grifo nosso!). (LEITE, 2004, p.24).

Por atributo público a rua tem por repertório os significados que vêm expressar as escolhas e contrausos acionados por ambulantes, usuários na cidade. Trabalhamos na perspectiva de pensar os ambulantes como praticantes ordinários na cidade que fabricam para si um uso próprio do espaço público, ao dismantelarem as correntes do aparelho urbano e imporem à ordem externa da cidade sua lei de consumo do espaço (Certeau, 1996).

Ao compreendemos as mudanças ocorridas no centro principal de Campina Grande¹⁸⁴ traremos à tona a hierarquização socioespacial em torno da qual se dará a tensão entendida pela disputa entre ambulantes e poder público; na composição de um relevante espaço público de Campina Grande — os Calçadões.

Para tanto necessário se faz recorremos a um recorte que pontue do PDLI à construção do primeiro Calçadão (1975) até a transferência dos ambulantes para as ARCCAS (Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre) e o Shopping Popular Edson Diniz (2002). Demarcaremos a inscrição dos ambulantes no espaço público de Campina Grande, aqui representado através da trajetória de ocupação dos ambulantes nos Calçadões, com ênfase aos principais termos envolvidos nesta ocupação do ponto de vista da imagem projetada na cidade, isto é, em Campina Grande.

diferenciação dos conceitos é a mobilidade espacial do vendedor. Disponível em:< <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em: 18 maio 2010.

¹⁸⁴ Como vimos; iniciadas pelo PDLI e acentuadas quando da execução do CURA em Campina Grande.

A inserção dos ambulantes e sua prática econômica no centro principal da cidade representam o surgimento de uma paisagem sociourbanística que consigo traz significativas transformações nas práticas culturais de uso do espaço urbano, marcado em conflitos que se originam no contexto de crise que passara a cidade nos anos 1980 com baixos níveis de produtividade e elevado desemprego no Município.

Como veremos, a ocupação mais intensiva do centro de Campina Grande é introduzida ainda na década de 1970 com a inserção de uma incipiente política local voltada a construir, urbanizar e definir usos específicos de determinados equipamentos de lazer instalados na área central da cidade.

Aliada a esta ação serão conduzidas intervenções futuras que criam e definem o uso de determinados equipamentos localizados no centro, como produção de uma imagem a cidade representada através de paisagens novas, construções modernas, asfaltamento dos principais acessos ao centro e construção de equipamentos de lazer.

É este o tom que, em conjunto com estas intervenções, visava provocar aos olhos dos cidadãos ou visitantes campinenses uma imagem de remodelação de Campina Grande, em seu afã de se revelar moderna:

O interventor Luiz Motta Filho preocupa-se muito com grandes obras, haja vista ao início do asfaltamento da urbe em ritmo acelerado para atender a uma cidade que dispõe de péssimo calçamento, e muito breve terá as suas ruas asfaltadas, *o que vem justificar não só a sua tradição de império comercial, mas de um centro de cultura e de ciência em expansão (...) hoje o mais expressivo cartão de apresentação aos visitantes, (...) que constantemente chegam à metrópole interiorana* (Grifo nosso!).¹⁸⁵

As intervenções na área central irão operar pelo intuito de produzir a (re) inserção da cidade sob o ponto de vista simbólico e transformá-la por um processo modernizador. Processo esse fortemente guiado pela linguagem planejadora e técnica do desenho urbano e preconizado como embelezamento urbano. Questionaremos a destinação histórica dada a certas unidades do tecido no ambiente urbano e, neste contexto, situar o discurso de requalificação do centro de Campina Grande:

Campina Grande foi uma cidade que cresceu tão irregularmente, que ainda hoje, a respeito de alguns administradores, como o ex-prefeito Vergidinaud (sic) Wanderley, haverem-se preocupado com a sua fisionomia urbana,

¹⁸⁵ A PERIMETRAL de Campina Grande. DB, 11 mar.1971(Editorial).

*continua até hoje uma cidade pobre de logradouros públicos, não havendo um único local de recreação para seus habitantes. (...). O PDLI, obedecendo às novas técnicas urbanísticas para as comunidades em processo de crescimento, cuida desse problema e pretende dar ao mesmo uma solução, planejando racionalmente a sua localização através de estudos técnicos, por especialistas no assunto. (Grifo nosso!)*¹⁸⁶

Sob essa ótica, o centro principal da cidade será renovado em usos que, em consequência das intervenções neste espaço — mais à frente descritas, tenderão a projetar a cidade pela ocupação de seus principais espaços públicos que passam a ser destinados exclusivamente ao lazer e atividades econômicas; atividades que, em particular no uso desse espaço, não se encontravam projetadas aos ambulantes.

É enquanto elemento de expansão dos usos presentes no centro que Campina Grande se vê refletida por outras paisagens fortalecendo a localização da atividade econômica em seu tradicional comércio e descrevendo a transformação cunhada na cultura, artes, ócio e as forma de lazer presentes na cidade:

*Têm razão aqueles que acham que Campina Grande está se renovando. Está se transformando não só na sua paisagem urbanística, cada dia mais bela, com seus novos edifícios e suas novas e amplas avenidas, porém se renovando também na sua vida cultural e artística (...) (Grifo nosso!). A antiga metropole (sic) comercial do Nordeste, a cidade dos tropeiros e dos caminhões trazendo e levando mercadorias para os centros consumidores da região, é hoje em dia, um núcleo de cultura (...), levando aos brasileiros de outros rincões da pátria a mensagem da cidade. (...) A imagem que atualmente é apresentada de nossa cidade não é mais aquela referida com malícia e com tristeza por Luiz Gomes, quando afirmava que um fardo de algodão em Campina Grande valia muito mais do que um poeta e um jornalista juntos (Grifo nosso!). Posto que nosso comércio tenha crescido. Que as indústrias estejam florescendo na cidade. Também já podemos nos orgulhar de sermos um centro de cultura, onde as belas artes têm também o seu ambiente favorito.*¹⁸⁷

Essa preocupação já caracterizara outros momentos, pois, de acordo com Souza (2006) ao traçar uma história dos divertimentos em Campina Grande, nas décadas de 1940, 1950 e 1960 a área central já era muito utilizada com o intuito de diversão e lazer:

(...). Até porque era ali que se concentrava grande parte dos cinemas, clubes, auditórios de rádio, igrejas, e teatros e mesmo praças e passeios que serviram durante muito tempo para o desfile das elites campinenses. Mas além destes lugares tidos como locais de lazeres edificantes (Grifo

¹⁸⁶ APOIO ao PDLI. DB, 22 maio 1973 (Editorial).

¹⁸⁷ NOVA Campina. DB, 27 jan. 1971 (Editorial).

nosso!), a cidade possuía também um conjunto de bares, cafés, restaurantes e cabarés que atendiam tanto aos endinheirados quanto aos populares.” (SOUZA,2006, p. 156).

Deste modo, nos anos 1970 o PDLI priorizará dentre suas medidas de ação preparar o centro principal da cidade dotando-o de toda a infraestrutura pela imediata urbanização e requalificação de seus principais equipamentos e logradouros públicos — Pátio da Estação Velha (vide Figura 42), Açude Velho e Açude Novo ([Parque Evaldo Cruz). Propõe-se a cidade como expressão de lazer, recreação e cultura¹⁸⁸.

Durante o desenvolvimento do Plano Integrado [PDLI], mais se impôs a medida de dotar a cidade de equipamentos de recreação e cultura; tendo já, como medida de ação imediata, a urbanização da área compreendida entre o Açude Novo, Açude Velho e Estádio Municipal.¹⁸⁹

Como proposta de revitalização destes logradouros e equipamentos a PMCG elaborou e executou em 1973, em parceria com o Governo do Estado, o *Plano de Urbanização do Pátio da Estação Velha*. A antiga Estação Ferroviária (denominada de ‘Estação Velha’) inaugurada em 1907 encontrava-se à época relegada ao abandono; pois desde 1960 a então Estação e seus depósitos fora transferida para outro local.

De tal forma que, juntamente com todo o conjunto e acervo arquitetônico de antigos prédios ao seu entorno, passa a ser caracterizada como uma área de lazer e turismo da cidade. O *Plano de Urbanização do Pátio da Estação Velha*, executado com recursos solicitados via o então ‘Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste’¹⁹⁰, objetivava transformar a antiga estação no primeiro Centro Turístico Integrado de Lazer da Paraíba tendo recebido o nome de *Centro Turístico Cristiano Lauritzen*¹⁹¹.

¹⁸⁸ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de Campina Grande *PDLI — Plano de Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária* (Programa de Implantação de Equipamentos de Recreação e Cultura). Campina Grande: COMDECA, 1973(p.31).

¹⁸⁹ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de Campina Grande *PDLI — Plano de Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária* (Programa de Implantação de Equipamentos de Recreação e Cultura). Campina Grande: COMDECA, 1973(p.31).

¹⁹⁰ Programa vinculado a então *Secretaria de Planejamento da Presidência da República*.

¹⁹¹ Nome dado em homenagem ao comerciante dinamarquês, que aos 21 anos, chegou a Campina Grande (1880) tendo participado por 43 anos da vida política da cidade, um dos responsáveis mais fortes pela chegada do trem em Campina, em 1907.



Figura 42: Estação Velha (1981) — Hoje o prédio sedia o Museu de História e Tecnologia do Algodão.

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/10/top-10-algumas-imagens-de-1981.html>

Sobre este mesmo aspecto do turismo e do lazer, o *Projeto de Urbanização do Açude Velho* previa a construção de uma lanchonete no ancoradouro do açude, com a instalação de pedalinhos e uma série de atrativos à população. Construído em 1825, o Açude será por muitos anos a principal fonte de abastecimento hídrico da cidade até, quando Campina Grande passa a ser atendida por este serviço. É considerado hoje principal cartão postal espelho d'água da cidade, ora se encontrando completamente desativado em suas funções (vide figuras 43, 44).

Já o Açude Novo, datado de 1830, fora completamente aterrado para dar lugar ao *Parque do Açude Novo*, inaugurado em 1976. A primeira tentativa de urbanizar este logradouro se deu em 1962, na administração de Newton Rique. Na Interventoria de Luiz Motta Filho (1971) também se projetou instalar o Centro Administrativo da PMCG e a sede da Reitoria da então Universidade Regional do Nordeste (URNE) neste local. Projetos estes que não saíram do papel.

Na execução desses Planos se sobressai uma leitura higienista da cidade, todos propunham a erradicação de áreas ocupadas por habitações precárias e por uma população de pobres. A erradicação da favela São Joaquim, por exemplo, dará lugar ao Parque Evaldo Cruz (vide Figuras 45, 46, 47) e a expulsão de famílias que há anos ocupavam a Praça da Concórdia nas imediações do pátio da Estação que, para dar origem ao Centro Turístico,

ambas completamente banidas desses espaços. Vale observar essa concepção, assim justificada:

A erradicação desta área, justifica-se independentemente da execução do plano da Estação Velha, *além de apresentar problemas de Saúde Pública* (ausência total de instalações sanitárias), *conflito e marginalismo social*, *encontra-se enquadrada* dentro do plano de erradicação de áreas deterioradas (...). (Grifo nosso!).¹⁹²



Figura 43: Açude Velho (1981)

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

O equipamento passa a se chamar Parque Evaldo Cruz após o falecimento daquele que o construiu, quando Prefeito. Sua construção se deu via recursos do Banco do Nordeste (FUNDURBANO/BNB), através do 'Programa de Apoio à Infraestrutura dos Grandes Centros Urbanos do Nordeste'. A ocupação deste logradouro da cidade e o tratamento urbano dado ao mesmo como uma nova área de sociabilidade e lazer urbano os incorporavam na imagem de Campina Grande como símbolo de sua modernidade

¹⁹² CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de Campina Grande. *PDLI—Plano de Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária*. op.cit.,1973(p.61).



Figura 44: Açude Velho (2011)
Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>



Figura 45: Açude Novo (antes de ser transformado em Parque).
Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/08/memoria-fotografica-algumas-imagens.html#uds-search-results>



Figura 46: Parque do Açude Novo (Inauguração).
Fonte: http://cgretalhos.blogspot.com/2010_01_01_archive.html



Figura 47: Parque do Açude Novo (2011).
Fonte: <http://www.helderdarocha.com.br/paraiba/campina/acude-novo.jpg>

A clara dimensão da urbanização e o uso destas áreas centrais fizeram com que as mesmas passassem a ser valorizadas e incorporadas ao cotidiano de seus habitantes como elementos imprescindíveis à vivência do

espaço público na cidade e grandes alternativas de diversões populares dos cidadãos, conforme abaixo se justificava:

Referimo-nos à bacia do Açude Novo, o mais importante logradouro da área urbana, cuja recuperação resultará no descongestionamento do tráfego urbano e permitirá a criação de extensa faixa de recreação e cultura, (...) de Campina Grande. O Açude Novo acha-se localizado no centro geométrico da área urbana, oferecendo um *vasto espaço físico que, urbanizado, se revestirá da maior importância devido à implantação de áreas para recreação, lazer e ao processo de recuperação urbana imposto à cidade* (Grifo nosso!).¹⁹³

A construção do Parque Evaldo Cruz¹⁹⁴ representa um marco na cidade dado o grau da intervenção no ambiente urbano e a sociabilidade de lazer apresentada na área central da cidade. O Evaldo Cruz é um complexo constituído de três iniciativas, em um só espaço: o Parque, o Museu de Artes Modernas Assis Chateaubriand (MAAC) e o Monumento aos Índios Ariús — marco zero da cidade composto por um obelisco de 45 metros de altura, circundado por um lago centralizado e uma fonte luminosa sonora.

O Parque e seu partido arquitetônico serão tomados por um conjunto de representações de modernidade e dos modos de viver dos campinenses, espaço aglutinador da cidade em suas formas de diversão e lazer. Em conjunto com as urbanizações da Estação Velha e do Açude Velho, o Evaldo Cruz trazia consigo, tal como anunciavam os jornais à época, “(...)

¹⁹³ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Ofício 170*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito/COMDECA, 1973(s.p). Ofício endereçado ao Diretor Presidente do Banco do Nordeste, datado de 08 de outubro de 1973.

¹⁹⁴ Importante situar o crescente conflito de interesses de usos que o Parque tem sofrido envolvendo comerciantes, ambulantes e poder público. De 2002-2003 foi realizada uma grande reforma no Parque, orçada em R\$ 1.192.000,00 (Um milhão, cento e noventa e dois mil reais); via recursos da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) e contrapartida da PMCG. A reforma consistiu na recuperação do obelisco e da fonte luminosa, implantação de pistas de patins, construção de bancos em concreto e construção de quiosques visando solucionar o problema de vendedores que se espalhara pela calçada; colocando-os em sua parte interna, anteriormente apenas destinada ao passeio público. Atualmente sua parte interna encontra-se totalmente tomada por quiosques de lanches e bares Causa essa de muitas das inúmeras críticas à reforma do equipamento, devido a sua completa descaracterização. Em 2005 foi firmado um Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) entre a Curadoria do Patrimônio Público e a PMCG, visando adequar o Projeto Arquitetônico, de modo a não comprometer a área destinada ao passeio público e o patrimônio paisagístico e ambiental apresentados originalmente pelo Parque. O que, infelizmente, pouco reverteu à situação, já que em 2008, na área externa do Parque, foram construídos 02 Terminais de Integração da cidade. Dois elementos arquitetônicos e estruturais desproporcionais, em termos de partido urbanístico e estrutura construtiva, à paisagem do Parque. A construção terminou por isolar o prédio do Museu de Artes do restante do Parque. Atualmente se encontra em execução, com recursos via UEPB, o ‘Projeto de Reconstrução do MAAC’, localizado no Bairro do Catolé e distante a 05 km de onde hoje se encontra.

linhas arquitetônicas modernas condignas com o desenvolvimento da cidade (...)" ¹⁹⁵.

Ao apresentar um novo código do viver e usufruir da área central da cidade, leitura está fortemente ancorada no discurso do então Prefeito [Evaldo Cruz], quando da inauguração do 'Centro Turístico Integrado Cristiano Lauritzen' (Estação Velha) ao ressaltar a importância da obra para a cidade : "(...). é a nova Campina Grande que surge mais moderna, mais consciente do seu passado, renovando-se em sua fisionomia urbana e acreditando cada vez mais no seu futuro". ¹⁹⁶

Estes três equipamentos juntamente com o Museu Histórico, Museu Épico (hoje Museu do Algodão) e o Museu de Artes Assis Chateaubriand (MAAC) serão acrescidos prioritariamente à fixação de roteiros para os visitantes ao centro da cidade. Para tanto e a despeito dessa finalidade, o processo de ampliação dos espaços públicos nas áreas centrais de Campina Grande nomeia um novo discurso na relação com os cidadãos. Discurso que será dado pela expulsão de personagens e pobres urbanos visando "melhorar o aspecto ou as condições higiênicas e estéticas do centro" e se voltar à sociabilidade e lazer pela expulsão dessa população.

Durante muito tempo as práticas diversionais dos campinenses serão interpretadas sob uma perspectiva tradicional que enfoca os signos de distinção social (Souza, 2006). Havia uma distinção entre os *lazer*es edificantes/ permitidos (destinados às elites) e os *lazer*es proibidos, ou vinculados aos "maus costumes" (característicos dos populares):

(...). Tais classes sociais [elites] produziam projetos diferenciados de como deveria ser organizada a cidade e de como cada grupo deveria ou poderia consumi-la nos momentos de lazer e diversão (SOUZA, 2006, p.157-158).

As ruas centrais de Campina Grande passam a consolidar espaços públicos reservados a estes objetivos, e como possibilidades de acesso e usufruto da urbe. A centralidade, a urbanidade e os modos de vida modernos são incorporados, de fato, pelos habitantes como referências simbólicas de Campina Grande, definidas a partir desses espaços.

¹⁹⁵ RECUPERAÇÃO do Açude Novo. DB, 17 jul.1973(Editorial).

¹⁹⁶ EVALDO na Estação Velha: "é a NOVA CAMPINA (sic) que surge: mais moderna e mais consciente do seu passado". DB, 11 out.1973 (Caderno Cidades — matéria de capa).

A cidade é pensada por intervenções que tiveram por propósito renovar determinados usos, ou mesmo criá-los, organizar e potencializar o centro principal de Campina Grande. Tudo isso empreendido sob uma nova imagem e um novo tipo de uso voltado ao comércio, à diversão e ao turismo.

Merece destaque no propósito do papel desempenhado neste mesmo período a construção daquele que veria a ser o principal espaço público de Campina Grande, fundamental ao desenvolvimento das sociabilidades e formas de entretenimento contemporâneas na cidade: o *Calçadão da Cardoso Vieira*¹⁹⁷, inicialmente denominado de *Calçadão da Flórida*¹⁹⁸.

Palco privilegiado e espaço representativo das mudanças de sociabilidades da cidade (vide Figuras 48, 49,50), o *Calçadão* será o local de resistência dos ambulantes.



Figura 48: Largo da Flórida (1970)
Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

¹⁹⁷ Inaugurado sob o nome *Calçadão Jimmy de Oliveira* o local é hoje popularmente chamado de *Calçadão da Cardoso Vieira* ou apenas '*O Calçadão*'.

¹⁹⁸ Tradicional largo da cidade que deve seu nome a uma antiga Sorveteria Flórida, localizada no mesmo espaço. Por muitos anos a Flórida aglutinou os intensos e mais acalorados debates públicos e políticos da cidade. Após a construção do Calçadão, a Sorveteria ainda funcionou, até final dos anos 1980, bem próxima ao Calçadão (Rua Marquês do Herval), porém sem o mesmo encanto de outrora.



Figura 49: Calçada da Cardoso Vieira (2011)
Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 50: Calçada da Cardoso Vieira (2011)
Fonte: Arquivo pessoal.

A obra, construída em 1975 na gestão de Evaldo Cruz, é descrita como a mais importante e emblemática no espaço do cotidiano de

Campina. Percebida como “local onde tudo acontece, ponto de irradiação da cidade e “famosa “boca maldita” de Campina”:¹⁹⁹

(...) Quem olhar como está Campina Grande, sentirá nem que não queira que ela está mudando muito e para melhor. A beleza urbana cada vez mais se aprimora e os serviços não param (...). Como é que está ficando o Açude Novo! Tudo está diferente do que era antigamente. O monumento erguido aos índios cariris (...). A rua Cardoso Vieira não tem mais aquele trânsito intolerável (...), e sim o “CALÇADÃO” — lugar de encontro e recreação de todos os campinenses, (...). (...) onde fica localizada a Estação velha, de nome antigo “Largo da estação, onde se estendiam ao lado as históricas barracas, que naqueles tempos eram o recanto de serestas, cantorias de violas e pouso dos que pernoitavam em Campina, à espera do trem que descia do sertão ou vinho de Pernambuco (...). Novos prédios, novas escolas, o Parque Industrial em progresso, as novas gerações se preparando e Campina Grande crescendo com o seu povo. (...).²⁰⁰

Em 1982, através do Programa CURA (II) são construídos mais três “espaços verdes e livres adaptados para o lazer comunitário” no mesmo estilo: os *Calçadões das Ruas Sete de Setembro, Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro*. Juntos, os quatro Calçadões cumpriam o objetivo de dotar a área urbana de Campina Grande, o centro especificamente, com espaços voltados às atividades culturais e recreativas:

Notadamente, a área urbana de Campina Grande apresenta uma grande deficiência de espaços verdes e livres adaptados para o lazer comunitário. (...). E neles, se torna gritante a carência de áreas de lazer. Já no P.D.L. I (...), contava o diagnóstico sobre essa situação, tendo sido elaborada propostas de projeto para urbanização de uma vasta área em torno (sic) do centro da Cidade (sic), e integrando o Açude Novo, Açude Velho e margens do canal até o Estádio Municipal. Este conjunto de áreas parcialmente desocupado e em processo de mudanças nas ocupações existentes, se apresenta quase como um anel envolvendo todo o centro da Cidade (sic), área de transição entre aquele dinâmico espaço e as zonas residenciais periféricas. *Se apossando daquela proposta no CURA, se objetivou intervenções mais precisas, (...). A intervenção neste espaço trará de imediato algumas repercussões importantes: — Humanizará o centro da Cidade (sic); - Valorizará áreas em torno (sic), principalmente as de custo mais baixo que a média da zona; — Recuperação e apropriação de espaços ociosos em torno do centro; — Dinamizará as atividades culturais e recreativas latentes na Cidade; — Ofertará novas opções aos comunitários, na busca de lazer e cultura. (Grifo nosso!).*²⁰¹

A construção dos três últimos Calçadões se deu em conformidade com as ações da requalificação que ocorrerá no centro através

¹⁹⁹CALÇADÃO chega aos 25 anos e se mantém como centro de irradiação. JP, 29 set.2003(Caderno Cidades — Helda Suene). Chamamos atenção aqui para informação equivocada, presente nesta manchete, visto que a inauguração do Calçadão data de setembro de 1975.

²⁰⁰ UMA nova Campina. DB, 05 out.1975 (Apolônio Cardoso).

²⁰¹ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. CURA — Contrato II. Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

do Programa CURA, e teve como efeito o acirramento de uma tensão no espaço público marcada pela condição do trabalho informal na cidade.



Figura 51: Vista aérea do centro de Campina (1981).

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/10/top-10-algumas-imagens>

Os Calçadões (vide Figura 52) passam compor a demarcação que os ambulantes realizariam, por quase mais de duas décadas, como possibilidades de uso destes espaços na organização de suas práticas econômicas e, sobretudo, na relação estabelecida entre a imagem de Campina Grande e a natureza do seu espaço público.



Figura 52: Calçada da Cardoso Vieira (1981)

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com>

Atualmente a área destinada aos Calçadões ocupa apenas o trecho da Cardoso Vieira (Calçadão), entre as ruas Marquês do Herval e Venâncio Neiva. Os outros três foram extintos em 1995 sob a justificativa oficial da execução do 'Projeto de Revitalização do Centro' e a abertura destes logradouros ao trânsito.

Esta extinção é observada como uma estratégia do poder público em retirar os ambulantes do centro da cidade pela recorrência de um discurso segundo o qual tal medida teria consensualmente equacionado problema percebido pelo poder público como o maior do centro da cidade — os ambulantes e sua prática econômica:

*Diferente de outros grandes centros, Campina Grande conseguiu equacionar, sem maiores traumas, a problemática da invasão dos camelôs no centro (Grifo nosso!), sem recorrer à violência (...). O Prefeito Félix Araújo manteve diálogo cordial e conseguiu retirar todos os vendedores ambulantes dos antigos calçadões das ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Cardoso Vieira. Antiga aspiração da comunidade, os velhos calçadões não fazem parte da vida do campinense. Todo o trabalho nasceu graças ao desenvolvimento do Projeto de Revitalização do centro comercial, (...). A desobstrução dos calçadões das ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva deu uma outra característica à paisagem urbanística da cidade. (...). Uma outra meta da administração do Governo de Fé é retirar todos os vendedores ambulantes do centro da cidade, construindo em Campina Grande um moderno "Camelódromo", com total infra-estrutura para o trabalho do comércio informal. Uma coisa já é certa: as ruas centrais já respiram ares de revitalização, (...). Finalmente, pode-se dizer que isto é apenas o início do resgate do comércio campinense como principal vetor do seu desenvolvimento.*²⁰²

Os ambulantes exercitam a condição de usuários que jogam por astúcias de forma a escaparem à disciplina de um espaço a eles terminantemente negado. O conflito entre ambulantes e poder público municipal descreve lugares, sujeitos, tempos e acontecimentos significativos aos modos de perceber a relação entre espaço público e imagem em Campina Grande. Tece distintos discursos acerca da paisagem de que farão uso os ambulantes na rua.

²⁰² ATRAVÉS do diálogo cooperativo os camelôs já não são problemas. DB, 11 out.1995(Material de propaganda governamental).

3.2 Ruas da cidade e sociabilidade pública: os Calçadões

As formas de usos dos Calçadões e do centro da cidade pelos ambulantes revelam como as territorialidades são definidas e retratadas no espaço urbano de Campina Grande: através de uma tensão promove uma imagem: o *ilegalismo* que marca a prática econômica dos ambulantes neste espaço, protagonista de um fenômeno urbano simultaneamente denominado como *resistências urbanas*.

O ilegalismo do ambulante, tal como o dos ‘sacoleiros’ e tráfico de drogas, dentre outros, é fundamental para entendermos o que tem ocorrido nas cidades contemporâneas, em relação às fronteiras entre o mercado formal e informal, “(...) os modos como esses mercados se organizam e se distribuem nos espaços urbanos” (TELLES, 2009, p.54).

Ao refletir a imagem de exclusão e resistência denota-se a rua como espaço significado compartilhado e disputado em virtude dos atributos sociais e das sociabilidades, ao qual recorrem os ambulantes. Ou seja, a rua é o lugar de relações de que se apropriam os ambulantes nas negociações realizadas para disputas de determinados ‘pontos’, práticas de vendas e organização e na ‘interação’ com a cena urbana.

As relações que se prestam os ambulantes à apropriação simbólica de um lugar — a rua — é tarefa difícil de explorar como prática de sobrevivência, *trabalho incerto* e “*sem forma*”²⁰³ que territorializa os ambulantes e suas fronteiras:

(...) dispositivo comercial que coloca em cena comerciantes estabelecidos em seus postos, vendedores ambulantes, “sacoleiros”, consumidores e mais a trama de relações que passam por essa teia de intermediários e mediações, pelas quais os agenciamentos são feitos nas dobras do legal e ilegal, do formal e informal. A cada ponto dessa trama que viabiliza a circulação de mercadorias, esses atores estão em situações relacionais, convocados a negociar constantemente a “aceitabilidade moral de seus comportamentos” em uma situação “que torna possível a coexistência da legalidade e da ilegalidade, e a mudança permanente dos seus limites. (TELLES, 2009, p.163).

²⁰³. Expressão utilizada por Francisco Oliveira, ao analisar os circuitos da dita economia informal na globalização. Cf. Telles (2009).

É nesta incompletude das práticas econômicas que se insere a apropriação dos ambulantes no espaço público; tradução de modificação da paisagem social e urbana de Campina Grande seja pela forma como se movimentam e distribuem seus produtos, quando da comercialização propriamente dita, ou ainda pelas resistências que se colocam na perspectiva de assegurar suas permanências neste espaço. Neste uso da rua, os ambulantes:

(...), envolvem a paisagem, a permanência ou o ajustamento de indivíduos, ali em ritmo regular, esporádico ou excepcional (...). Com tal conotação, a expressão “usos da rua” remete à movimentação física, ali, de tipos urbanos vários — com destaque, (...), para transeuntes, multidões, comerciantes de rua e andarilhos que aí vivem dia a dia (...). (FREHSE, 2009, p.153).

Os usos que os ambulantes dão à rua e ao espaço público em Campina Grande, em seu sentido mais representativo, parecem se associar à proporção em termos de seu crescimento, na ocupação do centro principal de Campina Grande e nas disputas operadas. Esse fator aponta o centro por uma imagem socialmente compartilhada como lugar de plena utilização e amplo uso econômico, social e simbólico organizado em torno do ambulante e sua prática econômica. Isto é, da rua como espaço público, pois:

(...), os usos da rua são indissociáveis dos processos socioeconômicos e políticos mais amplos que também os constituem. A marca dessa equação é o imponderável de conflitos sociais que se insinuam pelos mais fugazes gestos, posturas e interações, nas ruas (FREHSE, 2009, p.164).

Sob esse ângulo, é relevante inserirmos a perspectiva mais teórica sobre o conceito de espaço público para, seguidamente, reforçarmos nosso lócus de análise, aqui analisadas a partir da relação com as práticas empreendidas pelos ambulantes nos usos da rua. Podemos perceber que os ambulantes são constituídos por uma imagem que parte dos usos que os mesmos fazem da rua.

São práticas e intervenções contra-hegemônicas, micro-resistências urbanas (Jacques, 2004) que se configuram como formas de produzir, ocupar e apropriar um espaço público a partir de um lugar que sustenta e renova as diferenciações socioespaciais em Campina Grande, égide de uma lógica cuidadosamente organizada como territorialização da rua e processo da produção do espaço público na cidade.

É na rua que se compõe a prática dos ambulantes e os seus aspectos presentes nas imagens de Campina Grande, em lógicas que diferenciam o conflito entre ambulantes e poder público pelo que se destaca a rua; demanda dos Calçadões como lugar por excelência de manifestações da cena urbana local, espaço público “preenchido por cidadãos que desejam debater valores e discutir as leis que estão lá para guiá-los” (Bauman, 2001).

Os ambulantes tornam efetivo o uso da rua como lugar que, aparentemente homogêneo, constitui a característica de contestação, visibilidade política, lugar de vivências, vínculos e de reafirmação de diferentes usos do espaço público em Campina Grande. Sobre essa vivência em um espaço que é público²⁰⁴ há um debate, desdobrado meio a relevantes leituras, que assinala o que tem ocorrido em relação ao espaço público na cidade contemporânea.

A rua é o espaço que gera controvérsias e diferentes pontos de partida, em um debate que abriga a variedade de perspectivas que falam da cidade associado-a a remodelação do seu espaço público. Como nos auxilia Rubino (2009, p.36) “a linguagem, e a linguagem sobre a cidade, seus cantos, antros e classificações, tudo isso é tanto vetor como indício de conflitos (...)”.

A questão que nos chama a atenção é a de sabermos em que medida os espaços públicos tradicionais encontram-se fragmentados. Ruas, praças, parques... Tantas vezes substituídos por processos contemporâneos de higienização lidos como gentrificação, disneyficação, patrimonialização²⁰⁵. Pois o espaço urbano, a depender das ações constituídas nos lugares com sentidos e dimensões propriamente políticos, pode ou não resultar em espaço público:

(...) um espaço urbano somente se constitui em espaço público se nele se conjugam certas configurações *espaciais* (grifo de autoria!) e um conjunto de *ações* (grifo de autoria!). Quando as ações estabelecem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos:

²⁰⁴ Debate interessante que remete a vida citadina na contemporaneidade, onde os habitantes da cidade que se fecham cada dia mais sobre o esvaziamento do espaço público, em substituição das praças pelo interior das casas. A esse respeito cf.: Bauman (2007, 2003, 2001, 1999), Gomes (2002), Santos (2002), Arantes (2000), Sitte (1992), dentre outros.

²⁰⁵. A esse respeito, cf.: Scocuglia (2009); Leite (2009).

locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (LEITE, 2002: 117).

É a partir dessa compreensão que percorremos a leitura de Certeau em seu conceito de estratégia e tática, por ser imprescindível para o entendimento do modo como se coloca a relação entre a imagem de Campina Grande analisada a partir do uso do espaço público pelos ambulantes. Essa imagem em Campina Grande atravessa os sentidos da rua, dos conflitos e das ameaças que surgem no interior desse espaço público, de acordo com a orientação dada pelas intervenções públicas como compreensão do espaço onde se desenvolvem as práticas dos ambulantes.

Nessa perspectiva, Certeau aponta para a conjugação entre o conceito de espaço urbano com o de espaço público de resistência e contrausos. É a experiência da rua que marca os contrausos que realizam os ambulantes em Campina Grande, sob o ponto de vista da condição contemporânea de uma imagem da cidade respaldada como resistências a um discurso de requalificação do centro da cidade que encobre conflito, práticas autoritárias, curativas e tecnocráticas (Certeau, 1994) estabelecidas em consequência da relação entre os ambulantes e poder público.

A despeito disso indagamos, tomando por referência Leite (2009), ao questionar “(...) como seria possível qualificar um espaço urbano como público, num contexto de alta dispersão e fragmentação do sujeito e das identidades?” (p.196). Ou ainda, como demarcar um espaço público que configura e qualifica o acirramento de um grupo que age sob condições de ambivalência, conflitos e incertezas?

Mais uma vez Leite (2009) insere a pista a esse desafio ao situar que, deve-se reconhecer que essa noção só pode ser pensada pelo parâmetro da construção social da espacialização das ações sociais como práticas públicas, apropriação e uso social do espaço onde as diferenças se afirmam publicamente e o conflito é inevitável, de tal modo que:

As zonas de deslocamento entre as abstenções e os lugares identitários são os espaços públicos intersticiais. Inevitáveis e trazem a marca da cidade contemporânea: caótico, desordenado, marcado por *contra-usos* (*sic*) (Grifo de autoria!). Nestes espaços intervalares, muitas vezes marcados pela efemeridade, a negociação sócio-espacial (*sic*) é fundamental, a violência é latente, o conflito é inevitável: mas neles estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. São neles que

corre a vida cotidiana e neles ainda persiste a rica possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea. (LEITE, 2009, p.200).

A discussão da imagem de Campina Grande em sua relação com o espaço deve refletir assim o atributo *público*, aberto a partir de uma leitura da rua frente a práticas interventoras que tentam extinguir o ambulante deste cenário. É por esta experiência singular de conflito que surgem os termos de um espaço praticado, do encontro entre diferentes, do encontro com o estranho, dos ambulantes com a dimensão da rua. Os ambulantes abrigam a rua como espaço público por excelência que só pode ser demarcada enquanto,

(...) unidade básica da cidade, uma vez que é nela — não apenas no seu traçado físico, mas, também, no reconhecimento de sua função social — que se desenvolve o sentido de coletividade, de urbanidade indispensável a qualquer ajustamento urbano que aspira à condição de cidade. (LEITÃO, 2009, p. 135).

Há uma hierarquia da rua a partir do lugar social dos ambulantes e a relação deste com o espaço físico ocupado, ao mesmo tempo espaço público que expressa uma hostilidade para com os excluídos desse ambiente que o tempo só parece ter acirrado (Leitão, 2009). E em tal intensidade que, de acordo Andrade (2008, p.101): “(...) a perda da forma urbana e o eclipse dos lugares públicos são fenômenos correlatos ao esgotamento da dimensão representativa e simbólica da cidade (...)” Uma vez construída a rua como espaço público, esta incidirá por afastamentos e exclusões no espaço urbano delimitado pelo poder público.

Essa leitura se constitui para nós uma possibilidade de situar o debate de imagens e discursos produzidos sobre o processo particular de remodelação do espaço público, da rua, em Campina Grande. Ao tomarmos por cenário, o embate entre ambulantes e poder público perceberemos que Campina Grande tem encontrado dificuldades na produção de um espaço efetivamente público. Para tanto a dimensão da rua e a prática dos ambulantes marcam a relação espaço-sociedade e as transformações recentes no espaço público em Campina Grande.

Porém, a rua também marca a recusa ao encontro com o outro (ambulante), as relações de assimetria e as desigualdades de acesso em um

espaço qualificado como público. Dimensão pública que tem a ver com as marcas identitárias que socialmente configuram a negação da rua aos ambulantes em seus modos de operacionalizar a rua como território e contrauso.

Concebidos nessa perspectiva o conflito de uso do espaço público e a face visível do ambiente urbano de Campina Grande podem ser lidos por traços do patrimonialismo que historicamente têm caracterizado a organização da sociedade brasileira em seu espaço público.

O patriarcalismo corresponde aqui à *definição ideal-típica de dominação tradicional* que se constitui legitimamente por conteúdos que contrastam, fortemente, com outra variante — a legal — e que tem a ver com a forma pela qual esse poder é exercido: pessoal e sem distinções entre os limites do público e do privado:

(...), fora das normas tradicionais, a vontade do senhor somente se acha fixada pelos limites que em cada caso lhe põe o sentimento de equidade (sic), ou seja, de forma sumamente elástica. Daí a divisão do seu domínio numa área estritamente firmada pela tradição e, em outra, da graça e do arbítrio livres, onde age conforme seu prazer, sua simpatia ou antipatia e de acordo com pontos de vistas puramente pessoais, sobretudo suscetíveis de se deixarem influenciar por preferências também pessoais.(...).(WEBER, 1991,p.131).

Nesse sentido pensamos patrimonialismo a partir da Sociologia Política de Max Weber, ao se referir às formas de dominação política em que não existem divisões nítidas entre as esferas de atividade pública e privada, onde a casa-grande é o símbolo sobre o qual se organizou a paisagem social brasileira, da colônia aos nossos dias. Temos, nesse caso, um tipo de dominação tradicional que conduz as raízes da dominação patriarcal desenvolvida a partir da autoridade do senhor sobre a unidade familiar, com apoio interno na aceitação de normas que derivam da tradição e crenças na sua inviolabilidade (Freyre,1997).

Em linhas gerais, o fundamento em que reside o patriarcalismo do qual se origina o espaço público, na sociedade brasileira, é relativamente instável às consequências de uma legitimidade que tem por base motivos pessoais graduados e modos estritamente vinculados segundo regras informais. Não obstante, a violação do conteúdo dessas ordens no espaço

público, fixado pela tradição, põe em risco e perigo a própria legitimidade desse domínio e seu alcance.

Ou seja, a presença dos ambulantes no centro da cidade e em seus Calçadões, espaços públicos por natureza, põe sob questionamento a imagem pública que tem por referência a memória institucionalizada do comércio mais tradicional de Campina Grande; à luz do seu modo de estar na dinâmica tempo- espaço na cidade.

No âmbito de sua expressão pública os ambulantes marcam os perversos indicadores da imagem-síntese da *cidade da crise*, de uma Campina Grande fragmentada em seu espaço público e, a todo tempo, insistentemente ressignificada como *capital do trabalho*, percebida em contraposição e conflito aos valores e imagens históricas da pujança econômica apresentada pela cidade:

*A história do comércio de Campina Grande se mistura com a história da própria cidade. (...). O comerciante dessa terra é a imagem do próprio campinense, protagonista de uma aventura que Teodósio de Oliveira Ledo inaugurou no cenário da Borborema, apostando nesta encruzilhada da Serra (...). Os antigos registram que a povoação... daqui nasceu por causa do comércio e em nome dele cresceu, desenvolveu-se e se tornou a pujante e bela cidade que é hoje. (...). Desde os tempos memoráveis quando os tropeiros da Borborema, primeiros comerciantes (...), escreveram os capítulos iniciais dessa epopéia caminhada até os idos contemporâneos da tecnologia e da automação. Tudo gira em torno do comércio, marca inconfundível da vocação da cidade em sua versão econômica. (Grifos nosso!). (...).*²⁰⁶

Esse traço esboça a tentativa de reencontro e resgate com uma historicidade do comércio e se vincula às marcas da brasilidade na configuração espacial sempre excludente das cidades brasileiras, aqui registradas, sobretudo, a partir da instalação do ambulante e seu comércio informal no centro principal de Campina Grande. Parcela sociourbanisticamente excluída de um circuito formal de mercado o ambulante vivencia o espaço público de Campina Grande através da rua e do encontro com o outro diferente de si — quer seja o poder público, comerciantes formais, transeuntes ou cidadãos.

²⁰⁶ O COMERCIANTE campinense. DB, 08 set.1993(Itan Pereira).

De acordo com Coradini (1995, p.21), com base na leitura de Bakhtin, o centro da cidade — a rua — é desde a Idade Média um cenário público importante que caracteriza, juntamente com a praça, a igreja e as tavernas, o ponto de convergência de tudo que não era oficial, local do mundo de formas e manifestações do riso, do ambiente carnavalesco e da cultura popular:

A praça pública na Idade Média e no Renascimento formava um mundo único. A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de extra territorialidade no mundo da ordem e da ideologia oficial, e o povo aí sempre tinha a última palavra.(BAKHTIN apud CORADINI,1995,p.22).

Mesmo com todas as mudanças nas cidades e da produção de novos significados sobre os espaços públicos podemos afirmar, com base em Coradini (1995), que a cidade sempre esteve ligada aos seus espaços públicos e à forma como estes são apropriados como elementos representativos da vida pública cotidiana.

É desse modo que a função que o espaço público parece desempenhar na Campina Grande contemporânea, e nesse sentido nas territorialidades dos ambulantes, tem a ver com as características sociourbanísticas que historicamente fundaram a rua como espaço-símbolo de segregação referida à negação do espaço público nas cidades brasileiras:

(...), o desprestígio da rua brasileira em seu nascedouro — e ainda em nossos dias — isto é, o seu não reconhecimento como espaço fundamental da cidade, pode ser apreendido a partir de três pontos principais. O primeiro deles vem à tona quando se observa o *uso plebeu* (Grifo de autoria!) que lhe foi dado. O segundo se evidencia na *função de circulação* (Grifo de autoria!) que marcou o seu surgimento e, finalmente, o derradeiro dos pontos acima indicados pode ser percebido pela *forma residual* (Grifo de autoria!), quase ao acaso, sugerida em muitos arranjos espaciais que as cidades brasileiras manifestam. (LEITÃO, 2006, p.315).

Exemplo detalhado dessa marca de organização social da rua a brasileira, Campina Grande acompanha o cenário de embates de ordens diversas, de classificação social no sentido trabalhado por Carneiro (2009) como territorialidade, operador classificatório que os grupos elegem ao experimentar e vivenciar um determinado espaço e de disputas ancoradas em um espaço público que marca o intenso e acirrado conflito entre ambulante e poder público.

Essa fluidez pode ser tomada como uma explicação para uma ordem pessoal do universo da rua onde os indivíduos, de acordo com Da Matta (1985, p. 100), ficam “(...) à mercê de quem quer que esteja manipulando a ordem social naquele momento (...)” Reinado do privado em detrimento à rua, esta já surge por um uso desvalorizado, desprezível, desprestigiado, de função menor relegada à pobreza, à sujeira e feiúra:

Como consequência desse nascedouro pobre, vulgar, quer social, quer urbanisticamente falando, o espaço público, no Brasil, aparentemente, nunca assumiu sua função mais nobre. Nunca foi, portanto, o espaço da convivência, da pluralidade, O espaço do encontro com o outro, com o diferente de si, (...). Nunca se confundiu com o espaço da palavra, da expressão e discussão de idéias, do exercício da democracia, tal como se deu na polis grega clássica, por exemplo. (LEITÃO, 2009, p.43).

O olhar das diferentes imagens que nos oferece este espaço é expresso assim pelos contrausos que fazem os ambulantes do modo hegemônico de pensar a cidade. Capacidade de resistência que demonstra a rua e Calçadas como práticas de resistências que os ambulantes colocam frente à tentativa do poder público em esvaziar tais espaços:

(...). O Secretário de Serviços Urbanos, (...), disse que “os calçados não foram feitos para a área de comércio. *Inclusive eu assumi um compromisso com os comerciantes e o povo para retirar toda venda ambulante* (Grifo nosso!). *Inclusive de frutas, do centro da cidade. Precisamos ter em mente que os calçados sejam o cartão de visita, e lutamos para isto. Campina é uma cidade bonita, temos que melhorá-la.*” Acrescentou Roberto Cabral que “estamos propondo aos ambulantes tranquilidade (sic) e estabilidade, coisas que eles não têm (...). Disse ainda Roberto Cabral que” a decisão já foi tomada e *os camelôs tem de aceitar, porque nós estamos propondo o melhor para eles.*” (...) (Grifo nosso!).²⁰⁷

O espaço público dos Calçados, embora tido aparentemente ‘para todos’, apresenta as relações sociais por um modo pessoalizante com o espaço público. Dado a fluidez com que este espaço é operacionalizado, seja por ambulantes ou poder público, fortalece-se a percepção dos ambulantes na rua como algo perigoso, agressivo e negativo à imagem de Campina Grande. Lugar de representações dos contrausos dos ambulantes, a rua possibilita ler Campina Grande e suas sociabilidades pelas experiências dos ambulantes neste espaço.

Uma parte importante nessa relação da ordem social dos ambulantes com a rua é as concepção que mobiliza o duplo movimento na área central da

²⁰⁷ AMBULANTES protestam e não vão para a praça. DB, 17 jun.1982(Caderno Cidades).

cidade e que, por conseguinte, acentua as experiências contemporâneas do espaço público em Campina Grande: fluidez e conflito; usos e contra-usos; estratégias e táticas; movimento constituído pelas reapropriações que os ambulantes fazem do território da rua enquanto questionamento crítico do significado do espaço público em Campina Grande. Isso evidencia que:

(...). Pensar a cidade e suas dimensões (...) significa refletir sobre o repertório de significados que alimentam seus usos e contra-usos (sic), analisar as metáforas que povoam o imaginário construído sobre elas, enfrentar a memória e a história freqüentemente(sic) acionadas nas políticas e projetos urbanos. (FRÚGOLI JR., 2006, p.11)

O centro e seus Calçadões visualizam a imagem de Campina Grande, fragmentada em sua forma urbana e apontam para o que é desejável ou não à imagem, referência de um lugar praticado — a rua. É relevante deixar claro o que estamos entendendo por centro urbano, pois o centro estabelece a clara relação entre importância econômica e renovação física da cidade; transformações presentes em sua estrutura urbana com a produção das localizações e disponibilidade de infraestrutura.

Estas transformações implicam diferentes atributos às localizações deste cenário, é no centro que terminam por surgir processos socioespaciais bastante significativos, a exemplo do conflito entre espaço intraurbano e regional, dos deslocamentos polinucleados e da decadência dos centros principais, dentre outros. Como coloca Castells, o termo centro urbano vai além dos chamados centros tradicionais como os CBD's (Central Business Districts), o centro expandido ou ainda a cidade central²⁰⁸.

O que não podemos esquecer é que o centro designa ao mesmo tempo um local geográfico e conteúdo social, que só existe enquanto processo social de organização do espaço de modo que, convém deixar claro que o centro se define pelo conteúdo social da centralidade urbana na relação que mantém com o conjunto da estrutura urbana:

(...). Quer dizer que o centro urbano, como a cidade, é produto: por conseguinte, ele exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna. Uma análise sociológica deveria estudar o *centro simbólico* (Grifo nosso!) enquanto resultado do processo pelo qual uma sociedade se organiza com relação aos valores expressos no espaço: o *centro-de-trocas*(Grifo nosso!), enquanto expressão do processo de

²⁰⁸ A esse respeito cf. Villaça (2001).

expansão urbana (...) de especificação funcional e de ocupação do solo conforme a lei do mercado; o *centro-lúdico*(Grifo nosso!), enquanto expressão do processo de formação de uma sociedade valorizando, de maneira crescente, o consumo, com diferenciação espacial dos lazeres segundo a dicotomia cidade/ natureza, correspondendo a uma separação definitiva do habitat e do trabalho, (...). (CASTELLS, 2009, p.313-314).

A caracterização do centro representa um conjunto de relações dentro da estrutura urbana que exprime a correlação de diferentes elementos (culturais, econômicos, políticos, sociais e materiais) e opera, sobretudo em função do qual se organiza a forma significativa do espaço urbano enquanto processo de transformação de relações sociais em uma dada estrutura urbana.

O centro é também espaço onde se situa uma memória do urbano, depositária do passado de uma cidade. É dimensão física, geográfica e de intensa sociabilidade com características fundamentais à sua formação no tempo e no espaço, que só pode ser compreendido a partir de três elementos:

(...) primeiramente, os elementos, por assim dizer, estruturais que presidiram o traçado e organização do espaço físico e do espaço construído e que se revelam em termos de uma materialidade; a seguir, a apropriação deste espaço no tempo, construindo a experiência do vivido e transformando este espaço em território, dotado de uma função e onde se manifestam as relações de sociabilidade; por último, a dotação de uma carga imaginária de significados a este “espaço-território” no tempo, transformando-o em lugar portador do simbólico e das sensibilidades. (PESAVENTO, 2007, p.3).

As disputas geradas por ambulantes e poder público no centro de Campina Grande fazem parte de uma experiência urbana vivida por tais grupos como marcos temporais e espaciais de uma imagem sobre a cidade, imagem construída e inerente à passagem do tempo e do uso social do espaço público por estes agentes.

A partir do que articulam, constroem e ressignificam no centro e, de acordo com o que experimentam e praticam nesse espaço, sublinham os Calçadões como principal local onde se concentrarão; esfera praticada a partir de um grupo, de um espaço e tempo. Em uma memória, como veremos adiante, acionada pelo poder público, como possibilidade de “salvaguardar” o sentido histórico desse lugar.

Seja pela recorrência da estratégia de não reconhecimento dos ambulantes ou pelos contrausos e escolhas táticas dos ambulantes, expressa

imagens e representações contraditórias que Campina Grande possa oferecer. O centro e os Calçadões têm sofrido ao longo do tempo várias alterações de uso, que tendem a imprimir um processo de consideráveis transformações no modo de concebê-los enquanto convivência social, lazer e espaço de trabalho e embates.

O espaço público para os ambulantes se coloca como denúncia da imagem de Campina Grande, demarcada em oposição às intervenções contra-hegemônicas (Leite, 2009) que tentam obstaculizar os Calçadões, através do argumento de uma visão “tranquilizadora” e consensual; paisagens de poder que sugerem deliberada suspensão da abstenção do encontro com o estranho (Bauman, 2001):

(...), o chefe do executivo municipal [Félix Araújo] *se comprometeu em resolver os problemas dos vendedores (...) sem deixar prejuízos para ninguém* (Grifo nosso!) (...). Félix disse que manterá contatos com os representantes da Associação Comercial e da Câmara de Dirigentes Lojistas que reivindicam a mudança dos ambulantes para outra área que não seja (sic) as ruas principais do centro como ocorre atualmente. (...). O prefeito, no entanto admitiu que não se trata de um problema com resolução a curto prazo e disse que a Prefeitura já está desenvolvendo projetos que visam a proporcionar empregos e gerar renda para os trabalhadores, apontando essa como *saída definitiva para o problema do comércio ambulante*. (Grifo nosso!)²⁰⁹

É por um significado contrário ao que pretende sugerir o poder público, que os ambulantes constituem o território da rua a partir de quem vê e de como sente aquilo que se apresenta movendo a experiência de uma prática cultural de resistências ao discurso homogêneo de retratar o ambiente urbano:

Centenas de vendedores ambulantes estão mobilizadas para participar hoje pela manhã de um protesto pelas principais ruas do centro da cidade. O arrastão vai terminar na praça (sic) da Bandeira, com um ato público, (...). , a categoria está insatisfeita com as medidas adotadas tanto pela Prefeitura, como pelos fiscais da Receita Federal. (...).²¹⁰

Entendemos que a relação que os ambulantes mantêm com o centro principal de Campina Grande [resistência e espaço do cotidiano] é apreendida através da experiência de reconversão da funcionalidade deste espaço, transformado em lugar de trabalho, sociabilidade, conflito e de sobrevivência.

²⁰⁹ A NOVELA dos camelôs. DB, 25 jan.1995 (Editorial).

²¹⁰ AMBULANTES se reúnem para novo protesto no centro. DB, 19 jan.1996(Caderno Cidades).

A partir dessa compreensão, Isso nos impõe definir que lugar é esse e que diferenças carregariam os ambulantes em suas práticas de resistências; às distinções entre este espaço (compreendido como lugar) e o território por eles agenciado como formas de subverterem as relações de poder impostas pelas intervenções públicas. Visto que:

(...) na experiência, freqüentemente(sic) espaço e lugar se fundem, mas espaço é mais abstrato que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (...) Ao apropriar-se concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator territorializa o espaço. (...) o território, já em sua etimologia, remete ao domínio, a pertença, logo a poder. (...). (MESQUITA & SILVA 2004, s.p).

O lugar, ao contrário do espaço, tem por lócus a experiência de atribuir significados transformados pelo que é vivenciado. O lugar se liga de modo inexorável à realização da vida, enquanto condição e produto de relações e rede articulada de prática socioespacial. Os ambulantes remetem às resistências como uma mudança de funções dos Calçadões ao alterarem seus usos e permitirem a concepção desse espaço como lugar fomentado por suas atividades e práticas.

Em decorrência dessa leitura ganha importância a necessidade de entendermos as tramas que conduzem e acentuam o plano do lugar no espaço público de Campina Grande enquanto realização daquilo que é cotidianamente constituído pelos ambulantes, formas de experienciar, pensar e fazer a cidade e sua representação sobre a rua. Duas questões empreendem este caminho.

A *primeira* diz respeito ao significado do lugar expresso pela montagem e desmontagem dos estilos de vida na cidade. Em termos clássicos podemos citar a imagem de 'o homem do mundo' de Baudelaire: o *flâneur*, que vive na cidade e dela se deleita e se faz pela sua sagacidade na rua, a *flânerie* foi provavelmente o grande momento da confluência entre o homem e a urbanidade: o *flâneur* apaixonado com o traje onírico do poeta; a cidade virgem e seminua com seu véu de vidro(Benjamin,2000).

Baudelaire afirma que, pela expressividade, o poeta transcende de si para o outro, ao incorporar todas as profissões e todos os passantes, ele acaba por se fundir com a cidade no nível das essências, pela via poética. De

acordo com Walter Benjamim isso explicaria a opção de Baudelaire, por exemplo, em realizar a conduta do *flâneur* a partir de uma *embriaguez anaminéstica* acometida por aqueles que longamente vagam pelas ruas, aparentemente sem rumos, e que transformam a cidade em paisagem — trapeiros, boêmios, prostitutas e transeuntes.

Nesse sentido, a paisagem urbana, a cidade e a rua seriam os autênticos chãos da *flânerie* que se cingem pelo que é experimentado e vivido na cidade:

(...) via [Baudelaire] (...) a possibilidade de uma transcendência do olhar, tais as correspondências possíveis de serem apreendidas pelas múltiplas figuras, espaços e práticas sociais que a cidade oferecia. A figura do *flâneur* (grifo de autoria) que erra pela cidade, no emaranhado urbano de ruas e personagens, é a de alguém que tropeça em obstáculos, enreda-se em apelos e se defronta com signos a decifrar diante da ambivalência da vida citadina. Não é à toa que é na rua que o poeta capta a diversidade da vida e faz do contraste e do paradoxo emergir a sua representação do urbano. (PESAVENTO, 1995, p.285).

Não por acaso o usuário faz das errâncias, aparentemente insignificantes, os sentidos da representação do urbano na medida em que a rua, em toda a sua diversidade e inesgotável riqueza de variações, se torna moradia para o *flâneur*:

(...). Para tal a *flânerie* (Grifo de autoria!) oferece as melhores perspectivas. “O observador — diz Baudelaire — é um príncipe que, por toda a parte faz uso do seu incógnito”. Desse modo, se o *flâneur* (Grifo de autoria!) se torna sem querer um detetive, socialmente à transformação lhe assenta muito bem (...). Sua indolência é apenas aparente. Nela se esconde a vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor. (...). Desenvolve formas de reagir conveniente ao ritmo da cidade (...). (Grifo nosso!). (BENJAMIN, 2000, p.38).

A experiência de interpenetração na rua se consuma pelo que é vivido e tem por desdobramento um mapa que revela a cidade que se espelha e que se desloca em todos os seus reflexos, sobretudo o que convém aparentar uma indolência na realidade oculta, novas experiências da cidade dentro de ‘velhas molduras’:

(...). O *flâneur* (Grifo de autoria!) não sabe nada cientificamente, mas sabe farejar rastros, descobrir correspondências, decifrar fisionomias, reconstruir biografias inteiras a partir dos indícios mais microscópicos, como uma apache que lê num galho quebrado coisas e ações invisíveis à percepção (...). Gosto desse ofício de primitivo da cidade, ignorante demais para ser levado a sério pelos especialistas, mas experiente demais em vivências urbanas para que seu saber prático possa ser facilmente descartável.(...), é o próprio *flâneur* (Grifo de autoria!) o desvio, o ziguezague, o labirinto.(ROUANET,2007,p.13).

Essa descrição é realizada como traços e labirinto através da qual se imprime na cidade a imagem de muitos dos seus usuários desconhecidos, e ao longo dos quais potencialmente se move a cidade. Nisso reside à *segunda questão*, que diz respeito à leitura da cidade pelos que se encontram em sua contramão — vestígios e vozes dos praticantes ordinários tantas vezes negados e fragmentados.²¹¹

Os deslocamentos operados pelos ambulantes no território dos Calçadões se fazem por significados distintos aos seus contrários, em disputa entrelaçada na Campina Grande “planejada e visível” com a cidade vivida. Os Calçadões propõem percursos, deslocamentos e confrontos de práticas que os demarcam como lugar inacabado e sempre em via de fazer-se.

É nos Calçadões o lugar onde se tecem as resistências, histórias, movimentos e errâncias que alteram as percepções do ambulante e sua prática, na apreensão do que a cidade tende a oferecer. É enquanto espaço de convergência de parcela significativa de Campina Grande e de metáfora da sua sociabilidade que os Calçadões remetem a operações de “desvios” na espacialidade do centro.

E nessa medida irrompem os ambulantes a tática da necessária formulação de atuar “dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por este controlado” (Certeau, 1994, p.100). É neste espaço, relativamente ‘controlado’ pelo poder público, que os ambulantes se apoderam em um esforço de abrir brechas em lugares de vivências e reconduzir outras práticas na cidade, a favor do uso ordinário que elaboram:

Não satisfeitos com a localização na Praça da Bandeira para onde haviam sido transferidos pela Secretaria de Serviços Urbanos da municipalidade, os camelôs *resolveram por conta própria abandonar o local invadindo novamente as ruas Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro, de onde haviam sido retirados.* (Grifo nosso!).²¹²

O território dos Calçadões é anunciado como negação a um discurso hegemônico, transgressão da imagem pautada por seus planejadores, denúncia de uma ordem pública no qual é possível se perceber

²¹¹ Walter Benjamin (2000) os chama de sinais dos “cacos”, que se colocam sob a forma de imagens ou discursos presentes na cidade.

²¹² CAMELÔS. DB, 29 jun.1983(Opinião).

a elaboração de uma bricolagem inventiva às tensões ali existentes; práticas de criação e produção de um território próprio aos ambulantes.

De tal modo que o discurso da extinção dos Calçadões passa a denotar, mais uma vez, a representação de um lugar que irradia as transformações mais gerais que repensam o passado e o presente de Campina Grande, em sua configuração econômica, cultural e política, e o que formula a manifestação de distintos territórios que (re) criam cenários identitários da rua em Campina Grande:

*(...) é conhecido como o coração da cidade, o lugar onde tudo acontece e de onde tudo se vê. O Calçadão da Rua Cardoso Vieira é o tradicional ponto de encontro de aposentados, artistas, intelectuais, professores, políticos, (...), mas também onde acontece o “comércio negro” das armas, mortes, drogas, assaltos e prostituição. É o palco dos artistas de rua, cantores de ocasião, pregadores do evangelho e contadores de piada. É o canto do fuxico e da fofoca.” É a boca maldita. “Boato bom e ruim, tudo começa aqui.”, como diz os mais antigos comerciantes do local. O local parece ter encanto. (...). Quem vê não acredita que o local possa ser o termômetro da cidade. É uma rua estreita e pequena, com alguns bancos para sentar e pequenos comércios (...). Pelo local diariamente passam milhares de pessoas (...) (Grifos nosso!).*²¹³

As intervenções públicas que ocorrem neste espaço, desde a década de 1970, acirram o conflito entre a imagem de Campina Grande em seu espaço público de tal modo que confere ao Calçadão o significado que perdura, desde a sua construção: lugar identitário, relacional, histórico e político, operação espacializante que implica bem mais do que em outros equipamentos urbanos uma ordem de representação do lugar, pois o Calçadão desde a sua inauguração dispõe ao campinense e ao ambulante, de forma mais específica, a imagem da cidade associada à sociabilidade dos seus habitantes:

*Tradicional local de bate-papos, conversas políticas, transações econômicas e generalidades íntimas da vida dos outros — autênticos confessionários público e coletivo de toda a cidade — com seus bancos e apetrechos, outros, o Calçadão é por igual outro elo desse complexo de recreação social de que Campina se utiliza, hoje. (...).*²¹⁴

O Calçadão se estabelece como o principal lugar de sociabilidade de Campina Grande que nomeia quase sempre a imagem

²¹³ CALÇADÃO chega aos 25 anos e se mantém como centro de irradiação. JP, 29 set.2003(Caderno Cidades — Helda Suene).

²¹⁴ O CALCADÃO. DB, 12 dez.1975(Editorial).

positivada da cidade, vinculada às normas de convivência social, lazer, entretenimentos e sensibilidades que imprimem uma visão lúdica desse espaço.

O espaço do Calçadão estrutura a experiência definida pelas imagens que o demarcam também como operação dos contrausos incorporados ao passado da cidade; representação de um templo faústico das práticas de domínio popular e associado por ideias de ócio, prazer, fofoca, trabalho e política presentes na rotina da cidade e nos modos cotidianos de conviver dos campinenses. Expresso como local lúdico que povoa o discurso de frequentadores e personagens em que se fixa na representação da cidade:

O Calçadão tem personagens pitorescos que são o charme do lugar. Entre as “figuras” mais conhecidas está o “Gordo do Calçadão”, (...) que freqüenta(sic) o ponto há mais de 20 anos (...). A rua tem o canto especial onde os garçons se agrupam, o local onde o pessoal do Fisco “bate o ponto”, o lugar onde as bandas costumam se apresentar, a ponta da feira de troca.” Cada categoria tem seu canto de bate papo e negociações”. Disse um “ jurássico “ do Calçadão,o Advogado Wellington Barbosa do Nascimento, mais conhecido como Wellington do Queijo.Ele é um dos mais antigos ocupantes da área e sua barraca é ponto de referência na área .Wellington classifica o Calçadão como catedral da política, do futebol e da fofoca, onde “ qualquer boato se espalha feito um rastilho de pólvora”.(...)Outra figura folclórica da área é “Biu do Violão”, fã ardoroso de Roberto Carlos.De chinelo no pé, boné na cabeça e um violão na mão, o “ Roberto Carlos do Calçadão” dedilha seu violão enquanto entoia velhas canções do rei aos fregueses que tomam calmamente seu cafezinho,num dos pontos mais tradicionais do Calçadão,...).Tem também Toinho do Triângulo, que apesar de ser analfabeto, desenrola nos bancos todos os “ pepinos “ que os comerciantes da área lhe pedem. Tem Ronaldo, o Seresteiro, (...). É comum encontrar também por lá “Edvaldo Cotó”. Ele anda sempre com uma Bíblia debaixo do braço, (...). Para todos esses freqüentadores (sic), o Calçadão é um lazer. (...).²¹⁵

Ao metaforizar a imagem de Campina Grande pelos usos e vivências neste espaço, o Calçadão assume a relevância jamais ocupada no contexto da cidade, como espaço econômico e social mais ativo. Espaço público mais significativo da cidade, de onde os usos e as relações nele praticadas se tornam mais propícios a tensões, nos permite formular a idéia

²¹⁵ CALÇADÃO chega aos 25 anos e se mantém como centro de irradiação. JP, 29 set. 2003(Caderno Cidades — Helda Suene).

de que o Calçadão, paradoxalmente, já nasce em conflito com os usos²¹⁶ da rua:

A construção do calçadão da Flórida, que a Prefeitura deverá iniciar ainda este mês, constitui obra de primordial importância no plano urbanístico da cidade, destinada à recreação das pessoas, numa cidade pobre de lazer como Campina Grande. Contra esta iniciativa louvável do Prefeito Evaldo Cruz, levantaram-se, porém, alguns motoristas de táxis pelo fato de terem ali os seus pontos de estacionamento. Não procede, entretanto, o protesto dos motoristas (...). A Prefeitura é que não deve nem pode submeter-se a exigências de quem quer que seja, quando precise realizar obras de reconhecido interesse público.²¹⁷

É o Calçadão que, enquanto lugar e por uma mesma dimensão, usa e interroga o modo pelo qual se organiza, transforma e articula a relação entre os ambulantes e a cidade. Padrão de referência da construção de uma imagem de Campina Grande, o Calçadão se faz a partir da sua importância na cidade enquanto locus exclusivo das sociabilidades de domínio popular; da rica experiência urbana que pauta.

É o que o define como espaço público constituído por uma *ambivalência dos lugares*, de um espaço que nem é privado, nem é público “(...), porém, mais precisamente público e privado ao mesmo tempo. (...)” (BAUMAN, 2000, p.12). O Calçadão aporta um território, uma pertença de significados visíveis à imagem de Campina Grande e suas partes.

São significados muitas vezes constatados pela negação, eliminação ou ocultamento da vitalidade do espaço mais popular da cidade. É por esta ambivalência que os ambulantes dotam o Calçadão de um valor que se remete às disputas ocorridas na cidade, abrange arranjos e tensões que se supõem para além deste espaço.

Isso em uma dinâmica dos ambulantes que aponta para o agenciamento e uso de determinada parte da cidade onde entrelaçam sua territorialidade, ao compor o lugar de onde se movem; maneira de se nomear e demarcar seus espaços:

²¹⁶ Cabe observar as inúmeras polêmicas que os jornais traziam á época sobre a necessidade, ou não, da construção do Calçadão da Flórida. Executado em apenas 03 meses, a ideia de sua construção, de acordo com alguns relatos encontrados nos jornais, surgiu a partir de uma visita realizada pelo então prefeito Evaldo Cruz à cidade de Curitiba - PR.

²¹⁷ CALÇADÃO da Flórida. DB, 09 ago.1975(Editorial).

(...) dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de *domínio* (Grifo de autoria!) e disciplinarização dos indivíduos. (...) o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária (...). (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Neste sentido, território tem a ver com poder, dominação, e com o sentido mais simbólico de apropriação (Haesbaert, 2005; 1997), de modo que a própria dinâmica de ocupação do Calçadão e da relação do ambulante com a cidade insere uma territorialidade, expressa pelo lugar que comporta a ordenação²¹⁸ de um espaço, apropriado e correlato às desigualdades, contradições, movimentos e tensões.

O território consigo carrega as experiências que o sujeito, o grupo e a história do grupo naquele espaço tiveram: “(...) processo de interação que permite a convivência de diferentes grupos no mesmo ambiente. (...), formas de interação social cujo eixo se funda no sistema de classificação de território, (...). (CARNEIRO, 2009, p.220).

Tal classificação funda um dualismo, inscrito nas representações de determinados grupos sociais sobre a cidade (ambulantes, poder público, comerciantes, transeuntes) e se opera pelas “distâncias” e oposições. É por estes “distanciamentos” que os ambulantes são entendidos e avaliados pela cidade e seus agentes hegemônicos, a exemplo do poder público e comerciante formal, agentes que lançam mão de um discurso que refere ‘o que é, e quem é quem na cidade’:

Em ofício enviado o Prefeito Enivaldo Ribeiro, o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado da Paraíba, por exemplo, *destaca como “nefasta a presença dos camelôs nas ruas centrais da cidade, fazendo uma concorrência desigual e provocando prejuízos aos que fazem o comércio legal.”* O Clube de Diretores Lojistas de Campina Grande, por sua vez, (...), diz o seguinte: “Diante da problemática existente no Centro Comercial de nossa cidade, com os *transtornos causados pelos vendedores ambulantes, desfigurando nossas principais ruas*, vimos solicitar providências imediatas para a *retirada dos vendedores (...).* (Grifo nosso!).²¹⁹

²¹⁸ Nestes termos, e a título de registro, interessante destacar a forma em que se dá a ordenação do espaço do ambulante quando da instalação dos “pontos” e posicionamentos do vendedor — sua postura, vestes e proximidades com outros que disputam uma mesma calçada ou ‘ponto’ para negociar.

²¹⁹ VENEDORES ambulantes instalaram-se ontem na Praça da Bandeira. DB, 03 jul.1982 (Editorial).

Em contraposição a esse distanciamento e não correspondência ao que guarda a relação acima, os ambulantes potencialmente movem as imagens de Campina Grande por um arranjo que, competindo ou se complementando com outras partes²²⁰ da cidade marcam a dinâmica urbana local. Cenário esse que estabelece a fronteira que simboliza a separação espacial de um preconceito, ao ter por base a localização e origem geográfica da atividade econômica praticada pelos ambulantes. Isso impõe maior rebatimento conferido ao uso de um território onde o preconceito

(...) é justamente aquele que marca (...) pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, (...), por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, (...), inóspito, (...).(MUNIZ, 2007,p.11).

A lógica que circula no interior da ordem homogênea e disciplinadora do espaço incorpora o discurso assertivo e imperativo de caracterização dos ambulantes como empecilho a diferentes grupos — dos transeuntes aos comerciantes, por exemplo, por estes desfazerem de acordo com essa lógica, a paisagem citadina projetada à ‘Rainha da Borborema’:

Uma população (...) que recorre a uma organização sui generis diferente da ordem, sedentária dominante, mas cujos interstícios emaranham suas redes relacionais mais ou menos frouxas e instáveis, retrabalhando os valores da sociedade mais ampla, mas mantendo uma certa exterioridade ou estranhamento a respeito deles.(CAIAFA apud CORADINI,1995,p.132).

É essa paisagem que recorta o centro e que agora se realiza por distintas e múltiplas espacialidades em seu interior; paisagem que toma forma de uma problemática(a dos ambulantes) e se desenvolve fora do âmbito normativo oficial. Paisagem que se move por elementos contrários aos ambulantes e sua presença na área central da cidade:

Ultimamente tem aumentado o número de vendedores praticistas e ambulantes nas ruas centrais da cidade. Fato este que está preocupando, não só as autoridades como também a *população da cidade “Rainha da Borborema”, que enfrenta uma verdadeira batalha (...)*. (Grifo nosso!).²²¹

Sobre essa questão é preciso entender a noção de paisagem por um sentido amplo, pois, longe de ser um elemento natural, a paisagem é

²²⁰ Como exploraremos mais a frente, na convergência pela busca de uma cidade menos segregada posta pelos movimentos de luta pela moradia, nos anos 1980.

²²¹ AMBULANTES e pedestres travam uma batalha por espaço nas ruas centrais. DB, 20 dez.1991(Caderno Cidades).

constituída entre relações que tem por referência o lugar, sublinhado como dispositivo tático sobre o qual se movem os ambulantes.

Não se trata de focar a paisagem como uma simples construção estética ou sensível de apreensão da natureza no trabalho de adaptação e transformação ao meio, em uma distância de olhar sobre o vivido, mas de ver e ler o que se coloca fora desse contexto (Pesavento, 2006).

Essa configuração particular do espaço, por seu turno, se encontra na maneira como se qualificam as atividades dos ambulantes, como paisagem social que, cuidadosamente e de maneira precisa, joga com a forma e o ritmo pelo qual se desenha o processo de mudança em curso no espaço central de Campina — tensões, permanências e rupturas que marcam as transformações urbanas. Podemos dizer que essa paisagem norteia a leitura que os ambulantes realizam de Campina Grande, pois:

A construção da paisagem é tanto narrativa quanto imagem que se oferece a ler e é dada a ver. Nesse sentido, o conceito de paisagem remete ainda à recepção, ou o sentimento que se espera obter (...) diante da paisagem que se expõe. A paisagem tanto é fruição do mundo quanto forma de apreensão ou conhecimento do real, orientando a percepção dessa realidade e sua apreensão, qualificada.

(...), com o conceito de paisagem social, o homem, de produtor ou consumidor da paisagem, torna-se parte ativa desta, como personagem que interage e transforma a natureza junto a qual está. O destaque é colocado, pois, sobre a interação social que modifica uma determinada paisagem natural, ou sobre as representações construídas e partilhadas sobre essa intervenção humana no espaço.

(...).

É por esse viés que a paisagem social se constitui, (...), em uma categoria para interrogar o mundo e que possibilita uma leitura sobre a realidade.(...). (PESAVENTO, 2006, p.202-203).

Percebida pelo que transforma, elimina e restitui em termos das funções urbanas quanto ao uso do espaço público, a paisagem social classifica a rua e seus espaços: a cidade oficial zoneada, as formas de lazer, os espaços públicos privilegiados da área central e as partes reservadas à circulação de pessoas e ao comércio formal.

Tudo isso possibilita aos ambulantes, diferentemente, se apropriarem da remontagem desses espaços pelo o que recorta, organiza e explicita como remontagem da paisagem social melhor compreendida na experiência que

vivenciam os ambulantes nos Calçadões e nas sociabilidades que gravitam em torno da rua.

Sinônima de atração e repúdio, aproximações e afastamentos de um espaço urbano também transformado, a paisagem social dos ambulantes se coloca por imagens citadinas em que estes não poderiam se organizar (espacialmente) e, também, se forja a paisagem — imagem distintiva de Campina Grande:

Faltou pulso e sensibilidade às pessoas que decidiram pela manutenção dos vendedores ambulantes (...). Diante dos protestos, sabiamente decidiu-se concentrar a todos os camelôs ao lado da Praça da Bandeira. *Solução prática, sem criar problemas sociais* (Grifo nosso!). (...) Acertou-se a data da transferência várias vezes e depois o que se presenciou foi um vai-vem de causar indignação e risos. E decidiram que os camelôs permanecessem espalhados (...) desfigurando o ambiente de lazer e de livre trânsito para os pedestres. Resta tão somente identificar o porquê da não efetivação da transferência talvez bafejada pelos ventos eleitoreiros de 15 de novembro.²²²

Essa paisagem citadina ilustra e representa os ambulantes e suas práticas como (novos) 'ilegalismos' do mundo social da cidade e de não aceitação dos significados destes, em seu interior. Paisagem compreendida pela leitura dos significados dos ambulantes no espaço citadino e pensada como:

(...) diferentes experiências, (...) teia repleta de significados materiais e simbólicos cujos nexos entre as dimensões físicas, comportamentais e econômicas, enfim, as práticas sociais de uma dada coletividade, só olhares intencionais podem desvendar. Nesse sentido, Besse (2006, p.92) diz, acertadamente, que "[...] a paisagem se deixa ver, mas, além do simples pitoresco, na ordem própria da visibilidade que a paisagem oferece o ser humano, ao situar-se nela visualmente, nela descobre as dimensões do seu ser, [...], já que é, antes de tudo, a expressão de existências humanas, com suas culturas desenvolvidas no espaço [...]" (ANDRADE, 2007, p.23).

A paisagem social dos ambulantes no centro comporta o significado de uma divisão espacial, que assinala sentidos díspares de conflitos aí gerados. Conflitos que marcam a produção de um lugar e as transformações operadas pelos ambulantes, no desenho social dos traçados e usos das ruas centrais de Campina Grande.

Esse desenho social se revela intercambiável às resistências dos ambulantes e se realiza como desconstrução de um discurso público, isto é,

²²² VAI-E-VEM (sic). DB, 07 jun.1982(Caderno Cidades).

do poder público ao homogeneizar a paisagem social e o que representa o ambulante e sua prática na imagem de Campina Grande. Pois, há um discurso do poder público em associá-los, insistentemente, à imagem do caos urbano que afetaria a cidade. Na ótica desse discurso os ambulantes não teriam custos de localização, aluguel e impostos; em contraposição ao lugar legalizado pelo comércio formal.

O discurso público constitui assim, quase sempre de maneira preconceituosa e estereotipada da paisagem dos ambulantes pelo centro da cidade, pressuposto do limite de ordenação no espaço onde estes se movimentam. Não obstante o que é notável de se considerar é a referência que os ambulantes fazem sobre a imagem de Campina Grande em seu espaço público.

Toma-se a rua como lugar onde realizam a itinerância de seu comércio e, paralelamente, anunciando à cidade novos usos e paisagens. A rua é o recorte, é o atalho, espaço paralelo de manifestar, denunciar e dar visibilidade sobre a expansão do comércio informal e sua prática em meio às contradições dos processos socioespaciais presentes na cidade:

Entrecortada nos diferentes tempos e espaços por olhares , usos e diferentes formas de apropriação , as redes de sociabilidade fazem da praça[aqui pensada através dos Calçadões] o palco possível da vida urbana.(...) (CORADINI, 1995,p.21)

A rua é sugerida por formas ativas de os ambulantes se dirigirem ao espaço público, de resistirem ao circuito do poder público, doravante os modos de ação acionados neste espaço:

Somente na manhã de hoje é que os ambulantes vão desobstruir o quarteirão da Rua Simeão Leal, Centro, entre a Rua Maciel Pinheiro e a feirinha de Frutas da Rua Peregrino de Carvalho. Eles avançaram a faixa lateral e colocaram as barracas no meio da rua, impedindo a passagem de carros. A obstrução foi um protesto do Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Pracistas (Sivepa), para forçar a Prefeitura a instalar blocos de “gelo baiano” ao longo daquele trecho da Simeão Leal, demarcando a faixa onde as barracas devem permanecer. (...).²²³

Dessa forma, a imagem de Campina Grande é sinônima da trama de organização classificatória que associa os ambulantes ao *ethos* de desordem, indisciplina; desvio de uma imagem e de um modo de entender e valorizar a cidade. Esse discurso adquire um *status* em termos qualitativo junto à

²²³ AMBULANTES interditam a Rua Simeão Leal. DB, 17 jun.1985(Editorial).

população local na medida em que a definição dos usos, do que deve ou não ser ocupado como “pontos” por ambulantes.

O que só acentua a controvérsia no exercício de um poder público sobre a cidade, ao espacializar a subordinação da escolha por lugares cuidadosamente projetados como de uso aos ambulantes. Nestes termos fundamenta-se o discurso da transferência dos ambulantes do centro, por uma operação de *segregação dos lugares*:

(...) entendida não em sua dimensão objetiva, com um fenômeno ou processo dado e, sim, como um fenômeno a ser explicado perante outros processos econômicos, políticos e /ou culturais. Ou seja, é importante relacionar a segregação espacial a processos micro estruturais que dizem respeito à estrutura social, a desigualdade de renda ou à exclusão social, (...). (CARNEIRO, 2009, p. 196).

Segregação essa que pensa o valor atribuído ao espaço público ocupado pelos ambulantes através da classificação gerada pela porosidade entre legal e ilegal, ordem e a desordem; pureza e impureza. Nesta referência se destaca a combinação de ações que “autorizam” determinadas práticas postas pelos ambulantes no centro principal, a partir do que o poder público define como local ideal a essa prática econômica.

Daí por que a transferência para o chamado shopping popular, camelódromo ou outras denominações ou classificação acionadas pelo poder público definem o desenho da territorialidade do comércio ambulante na cidade:

Iramir [Então Secretário de Obras — PMCG] explicou, (...), que está disposto a conversar com os ambulantes e entrar em um entendimento (...). Posteriormente, os também cadastrados serão remanejados para um local com toda a infra-estrutura(sic), que pode ser chamado de shopping popular, camelódromo ou outras denominações’, disse.²²⁴

A possibilidade de reorganização das ruas centrais, pela retirada dos ambulantes, é acionada por poder público e comerciantes como possibilidade de revalorização do comércio formal. Subsumida a determinados usuários desse espaço [desigual] e temendo simplesmente por ser outro “(...) talvez bizarro e diferente, mas primeiro e, sobretudo não familiar, não imediatamente

²²⁴ PMCG ADIA ação contra camelô — Secretaria de Obras vai esperar que os não cadastrados saiam da rua espontaneamente. DB, 23 jan.1999 (Editorial).

compreensível, não inteiramente sondado, imprevisível” (BAUMAN, 1999, p.55).

Explícito processo de distinção social, onde a ordem é extinguir os ambulantes e suas paisagens de modo a “devolver” o centro aos transeuntes, revigorar o comércio, estabelecer a imagem (re) vitalizada de Campina Grande em um, amplamente divulgado, reencontro da cidade consigo mesma.

Reencontro que é oficialmente potencializado pela vinculação da imagem de Campina Grande a uma difusa prática de enobrecimento urbano a qual o centro passaria como vitrine da cidade e amplo destaque de uma imagem de Campina Grande e seu patrimônio histórico. Patrimônio acionado para fortalecer o comércio mais tradicional, o turismo, o setor de serviços, pelo intuito de atrair novos negócios e impulsionar a o investimento do capital tecnológico quando da competição entre cidades.

Desse modo, o poder público redefine as formas de produzir e circular a imagem da cidade pela estratégia de vender Campina Grande, através de seu atributo histórico. É por este atributo que se concretiza a tentativa de expulsar e extinguir a paisagem dos ambulantes do centro, em nome de uma memória que vincula uma espécie de retorno nostálgico do centro principal de Campina.

Nomeia-se um discurso que se ampara na revitalização do centro histórico da cidade, e em especial do conjunto arquitetônico em art déco, como termo análogo que assume estrategicamente a necessidade de realocar (leia-se, expulsar!) os ambulantes do espaço público da rua. Para tanto, o poder público teria ainda que se deparar com a cenografia dos ambulantes em seus contrausos, como veremos a seguir.

3.3 A cenografia dos ambulantes em seus contrausos

A inserção dos ambulantes no centro de Campina Grande, aqui a ser trabalhada, é percebida pelos contrausos que estes fazem no espaço dos Calçadões. A presença dos ambulantes se intensifica a partir do contexto da crise atravessada pela cidade, com a diminuição do número de empregos na indústria e decadência do seu comércio tradicional; atividade esta que historicamente participa das transformações pelas quais tem passado Campina Grande.

O centro da cidade será o lugar propício à prática econômica dos ambulantes e das disputas que caracterizarão a produção de uma nova paisagem social, na relação entre imagem e espaço público na Campina Grande contemporânea. Essa paisagem estaria disposta de forma hierárquica, organizada a partir de uma imagem- síntese [*a cidade da crise*] e de discursos que acompanharão a requalificação do seu centro pela construção de uma trama.

Tal trama revela um lugar onde se redefinem sujeitos, tempos e significados da imagem de Campina em seu espaço público. A leitura dos ambulantes expressa uma espécie de resistência relacionada ao comércio informal no espaço público de Campina Grande e suas condições de trabalho, fazendo-se presente como astúcias, acionadas quando da relação entre ambulantes, poder público e comerciante formais.

Projeta-se uma relação onde os conflitos na cidade partem dos contrausos que fazem os ambulantes, escritos sob outra cartografia: a lei da rua, das disputas dos “pontos”, das sociabilidades e ambiências derivadas de práticas que se filiam distantes do desenho urbano das autoridades.

Esta relação tem por ponto de vista a significação social e política que opera o espaço reformatado por novos usos em um processo de reapropriação, que se intensifica com transformação da percepção de usuários e cidadãos do centro principal de Campina Grande e em sua

paisagem urbana apropriada pela dimensão simbólica, capaz de representar o espaço e o jogo que ressignifica esse espaço (Coradini, 1995, p.143).

Ao discutirmos as práticas que caracterizam esta relação estaremos percebendo como e o que constituem os ambulantes na cidade a rica experiência social, definida pelos rumos de suas inserções no centro e na problemática acentuadamente visível a partir do contexto da chamada ‘década perdida’ e das tensões implicadas sobre a imagem do espaço público em Campina Grande.

Nesse processo os ambulantes jogam com o espaço da rua, espaço esse que se constitui pela restrição da função pública em seu uso em uma relação de oposição estabelecida entre as imagens hegemônicas, projetadas sobre a cidade, e os sentidos da rua. Pois é possível identificarmos nos ambulantes “(...) atributos que teriam um sentido diferenciador em relação à outra zona da cidade” (CARNEIRO, 2009, p.196).

Os ambulantes potencializam um conflito a partir das mudanças ocorridas no território da rua, do centro da cidade, e nessa medida organizam os contrausos do espaço público dos Calçadões. Como vimos anteriormente, a partir dos anos 1970 há uma justaposição das ocupações ocorridas na “organização” do tecido urbano central de Campina Grande²²⁵ onde aos ambulantes se reservaram duas imagens (vide Figuras 53,54), ambas estabelecidas por relações assimétricas em torno de um mesmo lugar — o centro.

Uma primeira imagem orientada pela norma, na tentativa de manter a cidade sob o domínio e controle oriundos do poder público, e uma outra, segunda imagem, vinculada aos ambulantes como sinônimos de transgressão da imagem anterior. Duas imagens, fechadas em si mesmas, reconhecidas enquanto tensão e expressão da inscrição dos ambulantes na cidade.

Contrausos esses que, aos olhos do comércio formal e do poder público, geram uma “nova” paisagem social de Campina, trazida pelo que a cidade lhe reservara aos ambulantes. É nesta recomposição de territórios que

²²⁵ Conforme trabalhado no capítulo II.

se torna interessante perceber as imagens dos ambulantes, por um legado negativo da crise que atingira Campina em meio ao fechamento de grande parte do seu parque industrial e estabelecimentos comerciais.



Figura 53: Os ambulantes e suas errâncias (I).

Fonte: 07 jul.1982.



Figura 54: Os ambulantes e suas errâncias (II).

Fonte: JP 14 out.2008.

Os ambulantes emergem como destacado objeto de reflexão sobre Campina Grande e, ao mesmo tempo, como incessante disputa entre diferentes ordens na cidade. Em uma disputa que tem por lugar-comum discursos e práticas, incorporadas por interesses assimétricos que passam a articular a experiência urbana e o uso do espaço público em Campina Grande:

(...) grande parte dos camelôs ainda continua instalada nas calçadas das ruas principais de Campina Grande, impedindo a passagem dos transeuntes e dificultando aos estabelecimentos comerciais desta cidade. (...). *As calçadas da grande maioria das ruas centrais campinenses são obstruídas pelos camelôs que, com suas despadronizadas barracas, impedem a passagem dos transeuntes e, por outro lado, dificultam o acesso aos estabelecimentos comerciais, fato este que provoca sérios aborrecimentos entre eles próprios e os comerciantes* (Grifo nosso!), (...).²²⁶

Assim, as intervenções do poder público no centro tomam e afirmam Campina Grande em suas imagens pela tentativa de expulsar os ambulantes deste espaço. Como se possível fosse ocultar, negar e não permear o uso identitário desses usuários na imagem da cidade:

A partir de agora, a ordem é retirar todos os vendedores que forem encontrados nas ruas centrais da cidade, (...), num trabalho que visa à devolução dos transeuntes dos espaços ocupados pelos camelôs e melhorar o aspecto urbanístico da cidade, que vive a iminência de uma invasão de turistas que vem para o maior São João do Mundo (...).²²⁷

Projetado por esta dimensão o poder municipal formula uma série de instrumentos que tende a constituir o agente legitimador e ordenador da imagem consensual, sobre valores e normas imprescindíveis à ordem pública na cidade. Impede assim a mobilidade de práticas e atividades dos ambulantes neste cenário; pela consideração destes como um problema de ordem social, estética e policialesca que necessitava ser banido da imagem pública de Campina Grande.

Identificamos assim os arranjos disciplinares impostos pela interdição de barracas, apreensão de mercadorias, retirada de balaies e ameaças a qualquer forma de trabalho dos ambulantes. A respeito disso é interessante assinalar que:

²²⁶ AMBULANTES ainda ocupam calçadas de ruas centrais. DB, 06 jan.1988 (Editorial).

²²⁷ GUERRA aos vendedores de frutas. DB, 10 maio1988(Editorial).

Um fato que nos chamou muito à atenção,quando da pesquisa de campo,foi o maior registro de conflitos entre fiscais da PMCG e ambulantes durante os meses de maio a junho de cada ano. Período esse da realização do 'Maior São João do Mundo' e, portanto, da presença bem maior de turistas na cidade.

(...) por trás da imagem consensual de civilidade e civismo, do espaço público pacificado, uma "outra cidade", desigual e agonística, está escondida. Esta "outra cidade" escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca (...) — por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais — existe e resiste por trás de todos os cartões postais das cidades espetaculares contemporâneas e esta poderia ser vista de fato como uma forma de resistência ao processo de espetacularização. As imagens simulacros consensuais não conseguem apagar essa "outra cidade" latente e pulsante dos espaços opacos lisos dissensuais. Estes espaços não correspondem às imagens criadas e vendidas pelo marketing urbano mas são sempre de uma intensa vivacidade.(JACQUES, 2004, s.p).

Não podemos deixar de pensar no esvaziamento deste sentido, pela própria permanência dos ambulantes nos principais espaços públicos da cidade em meio a tentativa de apagamento de uma outra Campina. Em resumo, a tentativa de negar a prática econômica dos ambulantes no espaço central da cidade, dispositivo bastante utilizado pelo poder público, termina por reforçar a negação da cidade com problemas decorrentes da cenografia da rua, marca das errâncias de ambulantes e pobres urbanos; nômades na própria cidade.

A imagem de Campina Grande no seu espaço público é sustentada assim pela maneira como os ambulantes desfazem a ordem estabelecida e reempregam um sistema próprio, diferente e não redutível às metáforas e crenças do poder público. Neste cenário dois universos distintos se impõem — a cartografia da rua e a tentativa de sua 'domesticidade'; estratégia do poder público em impor uma dualidade, perigosa e recorrente, à separação física e social dos ambulantes na cidade ,ao proibir suas práticas e atividade econômicas.

Juntos, estes universos (a rua e sua tentativa de domesticidade) põem em discussão a paisagem que desloca a imagem de Campina Grande, vocacionada para o trabalho e a pujança ligada à diversificada atividade comercial, a Campina ordeira e progressista acionadas por suas imagens-sínteses. Os ambulantes fundam uma forma diferenciada de nomear Campina, em modos de agir, tantas vezes ocultados, sob a ordem oficial estabelecida:

Falando de modo mais geral, uma *maneira de utilizar* (Grifo de autoria!) sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato

e suas legitimações dogmáticas. Uma prática da ordem construída por outros redistribuir-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais (...). Aí se manifestaria a opacidade da cultura “popular”(sic) (...).O que aí se chama sabedoria, define-se como *trampolinagem*(Grifo de autoria!) , palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como *trapaçaria*(Grifo de autoria!), astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos do contrato social.Mil maneiras de *jogar/desfazer o jogo do outro*(Grifo de autoria!), ou seja,o espaço instituído por ou, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente (...),uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras do espaço opressor.Destreza tática e alegria de uma técnica(...).(CERTEAU, 1994, p.79).

Os ambulantes representariam o espaço acionado pela rubrica do poder público, a (não) estética da cartografia da cidade; processo esse que será estrategicamente apoiado como “reinvenção” do centro através da retórica disciplinar da construção da imagem do espaço público de Campina Grande. Recurso que nega as evidências dos contrausos e do processo que oferecem os ambulantes em suas praticas:

(...) a fiscalização nos calçadões de Campina Grande continuará. É objetivo da Prefeitura manter os calçadões exclusivamente destinados aos pedestres. O incidente de anteontem em que fiscais da Secretaria de Serviços Urbanos agrediram vendedores de frutas e quase foram linchados não intimidou nem a prefeitura (sic) nem a SSU. A ordem é continuar fiscalizando (...). Ainda conforme Edvan[então,Secretário de Serviços Urbanos], *boa parte dos ambulantes obedecem às leis. ‘ O que acontece é que muito deles, insuflados por lideranças sindicais ou mesmo com intenção de tumultuar os serviços da SSU, vão para o calçadão, mesmo sabendo que é proibido. Isto é uma forma errônea de proceder, pois criam conflitos perfeitamente desnecessários, além de gerar problemas para os populares que, se encontram nas imediações da área conflituosa’*(Grifo nosso!), observou. Para o Secretário, (...), a Prefeitura também sabe das condições dos vendedores ambulantes, mas não irá recuar no *cumprimento da ordem na cidade.* (...).²²⁸

Desse modo a figura do ambulante surge na imagem contemporânea de Campina Grande, na relação com o espaço público, como algo que não deveria ser referenciado em sua dimensão física, simbólica, nem tão pouco pública. Isso condizente com a representação (sempre negativa) deste personagem nos espaços públicos: ao mesmo não poderia perdurar a imagem duradoura da cidade.

Descaracterizar a imagem pública do ambulante como resíduo de uma paisagem histórica da *cidade em crise*, é desvinculá-lo de qualquer sentido de pertencimento, ao que se constitui como identidade do comércio local. Esta estratégia, acionada pelo poder público, reserva aos ambulantes a

²²⁸ A GUERRA dos camelôs: Secretário diz que ‘rapa’ vai continuar DB, 23 mar.1991(Caderno Cidades).

característica secundária de uma presença surgida, quase que “ao acaso”, na imagem de Campina Grande.



Figura 55: A cidade negada.

Fonte: JP, 31 maio 2001.

Desse modo, promover a imagem do centro pela recuperação das vivências e vínculos do comércio formal com este lugar:

*Era pujante o comércio da Campina Grande. A rua Maciel Pinheiro — centro vital do nosso comércio — há mais de cem anos vinha se impondo como principal artéria comercial da cidade. (...), na última década [1980], (...), permitiram a proliferação do comércio paralelo, com barracas móveis, desenvolvido por camelôs, (...). Os calçadões foram construídos com outra finalidade e por outra mentalidade. (Grifo nosso!). O então Prefeito ENIVALDO RIBEIRO (sic), edificou os calçadões pensando em permitir tranquilidade(sic) aos transeuntes na oportunidade das compras. A demagogia política dos seus sucessores, permitindo a ocupação daquela artéria pelos camelôs, contribuiu para a derrocada do comércio ali existente e então próspero. (...).*²²⁹

Por essa constatação, lemos as práticas dos ambulantes por maneiras próprias de fazer que, ao se combinarem como resistências e deslocamentos, remetem a desarticular a racionalização e mitificação estratégicas que instauram o texto da cidade planejada do discurso urbanístico. Exclui-se assim a base do espaço público, ao diferenciar e hierarquizá-lo através da produção funcional da *cidade-conceito*, pela qual,

A “cidade” instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de uma tríplice operação:

1. A produção de um espaço *próprio* (Grifo de autoria!): a organização racional deve portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam;

²²⁹ O PARQUE dos camelôs. DB, 17 ago.1992(Odimar Agra).

2. Estabelecer um *não-tempo* (Grifo de autoria!) ou um sistema sincrônico, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições: estratégias científicas unívocas, possibilitadas pela redução niveladora de todos os dados, devem substituir as táticas dos usuários que astuciosamente jogam com as “ocasiões” e que, por esses acontecimentos— armadilhas, lapsos da visibilidade, reintroduzem por toda a parte as opacidades da história;
3. Enfim, a criação de um *sujeito universal* (Grifo de autoria!) e anônimo que é a própria cidade (...). De um lado, existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui portanto os “detritos” de uma administração funcionalista(anormalidade,desvio,doença,morte,etc.).(...).(CERTEAU,1994, p.172-173).

Ponto de junção entre o *sábio* e o *comum*, como ressalta Certeau, os percursos das maneiras de agir aparentemente fracas dos lugares comuns, são, no entanto, fundamentais por tecerem um espaço distinto do que insiste em suprimir e fazer desaparecer os ambulantes. Tomam, por inverso, a designação dada aos ambulantes em astúcias que se definem pela experiência e “(...) procedimentos — multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos — que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, (...) espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade”. (CERTEAU, 1994, p.175).

Nesse sentido, em relação aos parâmetros que regulam as práticas e procedimentos no espaço público da cidade, a cartografia transcrita pelos ambulantes na rua subverte regulamentos e discurso oficiais e configura a escrita alternativa das imagens de Campina Grande:

(...) procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçaram em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes de vigilância, *combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícia que se ocultam graças aos dispositivos e discursos* (Grifo nosso!). (...). (CERTEAU, 1994, p.174-175).

A noção de criatividade sub-reptícia (Certeau, 1994) marca assim a produção do espaço sobre o qual se assenta a paisagem urbana contemporânea de Campina Grande, em sua relação com os ambulantes(vide Figura 56). Regulações levantadas pelos conflitos na prática do comércio informal, dos “formalmente não autorizados” a projetar o espaço da rua como arranjo do comércio local.



Figura 56: Conflitos no uso do espaço público.

Fonte: DB 29 set.1989.

A imagem do espaço público dos Calçadões é apresentada como localização (não permitida!) dos ambulantes que, de maneira tática se apropriam da maior área de circulação de pessoas. Tática aqui pensada como, maneiras pelas quais os cidadãos vivem a cidade e a praticam por marcas que impõem outros territórios, outras formas de ver, habitar, ler, questionar e problematizar a cidade. Natureza precisa da operação de burla; astúcia e do *fazer com*, pela qual os ordinários da cidade se utilizam da estratégia do forte.

A partir de constituição das práticas cotidianas e dos gestos hábeis dos usuários na cidade torna-se necessário compreendermos, para além de simples distinção, o atributo precisado por Certeau quanto ao recurso traduzido por estratégias e táticas:

(...). Chamo de *estratégia* (Grifo de autoria!) o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se estabelecem e torna possível a partir de um momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* (Grifo de autoria!) suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* (Grifo de autoria!) e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma *exterioridade* (Grifo nosso!) de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.).(...).

(...), chamo de *tática* (Grifo de autoria!) à ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a função de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a

lei de uma força estranha. (...) a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, (...), e no espaço por ele controlado. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende(...). (CERTEAU, 1994, p.99-100).

A construção das táticas, propostas por Certeau, desnuda o lugar praticado de que se valem os usuários, nas delimitações espaciais que realizam como método e que consistem em isolar a geografia do discurso estratégico na cidade. Os usuários apropriam-se, como ação, e supõem a existência de um lugar próprio que imprima e neutralize a influência de produção estratégica por circunstâncias particulares de tempo, lugar e competição dadas em metáforas, fissuras, subversões e percursos que põem em jogo a linguagem do traçado oficial da cidade (vide Figura abaixo).



Figura 57: Práticas dos ambulantes na cidade

Fonte: DB, 20 dez. 1991.

Linguagem que sintetiza o lugar praticado como paisagem do centro principal de Campina e seus Calçadões como locais de onde se expressam as vivências dos ambulantes em seu comércio informal, em uma organização própria, contrária ao enquadramento instaurador e idealizador da cidade imposta.

Variam assim de operações, conforme o tipo de uso que definem, ao se apropriarem da cidade pelo uso que organiza a forma como se desenvolvem suas práticas e a relação entre o lugar e o não lugar de onde,

tais práticas, se produzem e, igualmente, se entrelaçam em outras errâncias, a exemplo dos pobres urbanos, que se multiplicam pelo tecido urbano de Campina a título do que distinguem ou manifestam diversamente a cidade e os termos variáveis de seus procedimentos:

Dessa forma o centro não é um espaço único. Ele é compartimentalizado, fracionado em pequenos “espaços territoriais” (...) que são apropriados pelos seus membros. Ele abriga grupos sociais que lhe dão identidade própria. Que, em última instância, são a identidade da cidade. Pelo centro dá para perceber melhor a cidade, porque, de um modo ou de outro, ela está ali representada. (CORADINI, 1995, p.13).

Operadores simbólicos de valores gravados neste lugar (o centro e seus Calçadões) os discursos dos ambulantes são largamente utilizados no cotidiano local (vide Figura 58), para destacar o lugar de trocas, vivências e subversão da inventividade, consolidada na cidade. É nela que as *práticas do espaço* disciplinar correspondem e põem em jogo a distinção das formas empregadas pela ordem espacial ao tentar, por exemplo, organizar os ambulantes pelo impedimento destes em prosseguirem no quadro em que se constituem suas práticas e seus percursos nas ruas do centro.



Figura 58: Usos conflitantes da rua.

Fonte: DB, 17 out. 1987.

Combinações de estilos e usos que se tornam impossíveis de serem extraídas do contexto em que foram produzidas e eliminadas em suas operações pelo poder público. Sobressaem-se neste ambiente as formas e recursos utilizados como espaço, tacitamente negociados pelos ambulantes

ao realizarem a cartografia dos usos na rua e nos Calçadões, especificamente por interações completamente diferentes das então reservadas pelo poder público ou originalmente destinadas.

Clara disputa de um lugar que se irrompe e se constitui por formas próprias de sociabilidade dos ambulantes, lugar praticado e exercitado por um tipo de uso não esperado:

(...). O Secretário de Serviços Urbanos, (...), disse que “os calçadões não foram feitos para a área de comércio (Grifo nosso!). Inclusive eu assumi um compromisso com os comerciantes e o povo para retirar toda venda ambulante. (...). *Precisamos ter em mente que os calçadões sejam o cartão de visita, e lutamos para isto. Campina é uma cidade bonita, temos que melhorá-la.*” (Grifo nosso!). (...). Disse ainda (...) que “a decisão já foi tomada e os camelôs têm de aceitar, porque nós estamos propondo o melhor para eles.” (...).²³⁰

Ao serem apropriados como conjunto de práticas se configuram como dimensão simbólica de manifestações, sem se prender exclusivamente ao quadro oficial ou jurídico (Coradini, 1995) dadas as marcas que imprimem no cenário da cidade. Caráter público que destaca e recupera os usos (conflitantes) da rua e os problemas daí decorrentes; mais precisamente, pela subversão espacializada dos usos (Leite, 2006); espécie de remodelação de usos no espaço dos Calçadões:

*Providencial invenção dos urbanistas, os famosos calçadões, tão adequadamente aproveitados nos centros maiores do País, encontraram em Campina Grande o inverso das suas finalidades. Se em outros recantos eles se prestam ao ir e vir descontraído, (...), aqui eles espantam o cidadão abastado — aquele de poder aquisitivo mais elevado e acabam por prejudicar a própria atividade comercial. Nossos calçadões Venâncio Neiva, Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira viraram feira! (Grifo nosso!). E longe estão de parecer Mercado Persa, pois a proliferação de mercadores e mercadorias não permite mínima comparação. O que temos hoje, nas ruas centrais da cidade, é uma feira sem ordem, onde, misturam-se camelôs (...) e todo tipo de quinquilharia. Já não existe o “passeio público”, mas a desordem pública”. (...). Pena ainda que tenhamos de conviver com esse tipo de desordem, prejudicando a distinta classe comercial estabelecida nos calçadões e o público que se arrisca a vir ao centro para as suas compras.*²³¹

Essa subversão de usos do espaço é atualizada pelos ambulantes ao constituírem os sentidos de suas permanências na rua, contrausos que “(...) controlam a sua própria localização, zombam, assim, dos esforços dos que

²³⁰ AMBULANTES protestam e não vão para a praça. DB, 17/ jun.1982(Caderno Cidades).

²³¹ CAMINHOS para o camelô. DB, 21 ago.1987.

procuram a pureza “para colocarem o seu lugar” e, afinal, revelam a incurável fraqueza e instabilidade de todas as acomodações”. (BAUMAN, 1998, p.15).

Os Calçadões implicam em uma espécie de ‘subversão espacializada que nos permite “(...) entender como as demarcações socioespaciais resultam em diferentes formas de subverter os usos esperados dos espaços urbanos (...)” (LEITE, 2004, p.38). Esta postura termina exigindo uma alteração na paisagem política na relação entre ambulantes e poder público, ao portar a tática dos ambulantes deslocarem as estratégias do poder público ao lidar com esta problemática:

Os vendedores ambulantes do centro da cidade ficaram revoltados com as declarações do Secretário de Serviços Urbanos, Geraldo Nobre, de que em 60 dias tiraria os camelôs dos locais onde estão instalados. Em Assembléia (...), a categoria decidiu que não aceita a imposição para sair da rua Maciel Pinheiro. E alertam: Campina Grande não é igual a Recife. (...). Os camelôs não aceitam a idéia de serem transferidos para o antigo Terminal Rodoviário. (...). Se o projeto de tirar os camelôs das ruas for colocado em prática, Márcio Porto [Presidente do Sindicato dos Vendedores Pracistas e Ambulantes] *os ambulantes campinenses irão reagir à altura* (Grifo nosso!). “Não vai acontecer o mesmo que em Recife. Nós somos organizados e poderemos reagir a qualquer tentativa de relocação dos vendedores”, declarou (...).²³²

Um dos eixos das intervenções públicas no final dos anos 1980 e início dos 1990 passa a ser o esforço mais detido sobre o discurso público da propalada extinção dos Calçadões, enunciado pela PMCG ao se colocar como guardião de uma ordem e ação que se figuram pela não aceitação dos ambulantes nestes espaços:

Ao reafirmar, ontem, a possibilidade de extinção dos calçadões situados nas ruas centrais de Campina Grande, o Secretário Edvan Pereira Leite, (...), garantiu que o mais tradicional deles, que fica na Cardoso Vieira não será demolido, por entender que para aquele setor acorrem as mais expressivas personalidades deste município, cuja finalidade relaciona-se ao debate sobre política e a vida da cidade, de modo geral. *Ao fazer esta afirmação quanto a extinção dos calçadões campinenses, o titular de Serviços Urbanos afirmou que isso só acontecerá em caso dos camelôs não seguirem a orientação da Secretaria no que diz respeito à sua reorganização* (Grifo nosso!). Caso eles insistam em ficar onde estão fatalmente os calçadões serão demolidos, advertiu Edvan Pereira Leite. O Projeto que prevê a disciplina dos camelôs já está sendo elaborado, pela Secretaria de Serviços Urbanos e de acordo com o que está sendo traçado,

²³² GUERRA aos camelôs — ambulantes não aceitam sair do centro e desafiam o Secretário. DB, 08 maio1992(Caderno Cidades).

todos os camelôs que se encontram instalados nos calçadões centrais da cidade serão removidos (...).²³³

A paisagem urbana dos Calçadões é reatualizada por um processo sistemático de regeneração em seu uso original (vide Figura 59), ao exercitar as funções de centro aglutinador e espaço público da cidade alterado na correlação entre usuários distintos — poder público, ambulantes, frequentadores do local, transeuntes e comerciantes.



Figura 59: Imagem dos contrausos na cidade

Fonte: DB, 23 jul.1999.

Esta paisagem é destoante do símbolo que o centro e os Calçadões pretensamente guardariam no discurso sobre Campina Grande e no plano de valorizações das sociabilidades passadas, espaços que não se sujeitariam às leis e códigos do comércio informal. Subterfúgio necessário à regra discursiva do poder público em “não conflitar” com a cartografia inscrita pelos ambulantes mesmo que em sua pouca, ou quase nula, funcionalidade e aplicabilidade:

O problema da proliferação de vendedores ambulantes nas calçadas do centro comercial de Campina Grande parece não ter solução. (...). O Código de posturas do Município diz que não é permitido instalar qualquer tipo de comércio nas calçadas, pois impede o passeio público (Grifo nosso!). No entanto, a lei abre uma brecha quando diz que o comércio informal pode ser instalado nestas áreas, salvo com autorização do poder público. A Prefeitura não consegue mais controlar esta situação, apesar das Secretarias de Meio Ambiente e Serviços Urbanos colocar fiscais nas ruas mais problemáticas. O titular da Secretaria, Carlos Alberto Clemente,

²³³ SECRETÁRIO diz que pode haver extinção de calçadões. DB, 06 nov.1987. (Caderno Cidades).

informou que os fiscais também conscientizam os vendedores para deixarem o local (...).²³⁴

À maneira como os ambulantes concebem e vivenciam o espaço da rua e do seu comércio em um ambiente hostil e excludente se torna tática de também, tal como o poder público, precisar o que os fazem hierarquizar, classificar e separar este espaço. Maneira diferenciada de resistir (vide Figura 60) às ideias-sínteses da *cidade do trabalho*, do *progresso*, cidade moderna e dinâmica.



Figura 60: Contrausos da rua.

Fonte: DB, 24 jul.1991.

Lógica de território percebida como constituição de um espaço, que é físico, mas que se configura como espaço social. A construção deste território enfoca questões relativas às práticas sociais definidas e delimitadas a partir de relações desiguais entre ambulantes e poder público. Cabe observar que:

(...). Os espaços físicos tornaram-se espaços sociais a partir de classificações territorialmente ordenadas (...), dentro de uma lógica extremamente coercitiva, num jogo intrincado de inclusões e exclusões. O que é importante entender é, em primeiro lugar, justamente a lógica de alianças e oposições, e as ações recíprocas desses grupos. Mais precisamente os critérios através dos quais se dá a divisão entre espaços (...). (CARNEIRO, 2009, p.228-229).

Os ambulantes estabelecem uma espécie de campo de forças articulado em um território que refaz as imagens hegemônicas de Campina Grande — cidade do trabalho, povo disciplinado, moralizado, ao reinventarem

²³⁴ COMÉRCIO informal ainda desafia a lei municipal. DB, 27 jun.1996(Editorial).

a cidade apropriada pelos territórios que consigo levam a marca dos Calçadões e da rua: lugar do espaço vivido, projetado, dotado de significados e constituído pela experiência deste grupo, apreensão tátil, resistente, astuciosa e singular que reinscreve outra ordem e disciplina na cidade:

*Não satisfeitos com a localização na Praça da Bandeira para onde haviam sido transferidos pela Secretaria de Serviços Urbanos da municipalidade, os camelôs resolveram por conta própria abandonar o local invadindo novamente as ruas Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro, de onde haviam sido retirados (Grifo nosso!). Essa história de invasões por conta própria que vem se verificando ultimamente em Campina Grande está precisando ter um “basta” (...). A invasão das ruas Cardoso Vieira e Maciel Pinheiro sem o consentimento da Secretaria de Serviços Urbanos foi um ato de indisciplina que não se coaduna com os níveis de civilização e cultura de uma cidade como Campina Grande. (...). Tomando a iniciativa que tomaram de invadir novamente as ruas de onde tinham sido desalojados, os camelôs cometeram uma infração e estão por isso sujeitos às punições legais.*²³⁵

Debatendo-se contra essa inventividade dos ambulantes há um padrão de ação do poder público em uma estrutura “racional”, “técnica” “planejada” que designa a ordem instaurada para evocar o espaço público por uma permanente vigilância que; ao que parece principal aspecto em suas intervenções que pereniza e converte, em relativo consenso, as punições às quais estariam sujeitos os ambulantes.

Estratégia de não lhes permitir trânsito livre, no uso do espaço público da cidade, de onde se esquece que “o dissenso, o qual não é simplesmente o conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas, mais profundamente, a possibilidade de opor um mundo comum a um outro”(JACQUES, 2004, s.p).

Além disso, elabora-se uma trama que não somente desaloja os ambulantes como modifica e também produz sentidos negativos ao espaço público, ao escamotear as tensões existentes neste espaço e propagar o discurso de um “espaço sereno e sem conflito”, procedendo a um entendimento restrito do espaço público da cidade. Pois:

O espaço público (...), tem que estar sempre submetido a regras gerais (...). (...), essas regras — que não se originam dos cidadãos envolvidos nos conflitos —, como devem ser aplicadas particularizadamente, pressupõem uma competição entre os envolvidos pelo favorecimento de sua aplicação e uma suposta neutralidade do aplicador em relação às partes. O sistema assim, coloca todos juntos, mas separados e hierarquizados na conquista dos melhores lugares em uma estrutura que pode ser representada como piramidal(...), constituída de partes desiguais mas complementares, ela

²³⁵ CAMELÔS. DB, 29 jun.1983 (Caderno Cidades).

rejeita a explicitação do conflito , uma força disruptora que ameaça desarrumá-la.(...).(LIMA, 2004,p.321).

Ao agir com vista a minorar o espaço público, pelo tratamento dado aos ambulantes como trajeto de contraventores, o poder público se apresenta como empecilho à ordem pública e à forma deste experimentar e inscrever o espaço da rua. Não qualquer rua, nem qualquer ator; mas somente àqueles enunciados pela ótica da legalidade, do permitido.

Essa trama desenvolve o reconhecimento do poder público da sua própria (in) capacidade legal da ameaça à forma de trabalho dos ambulantes e dos símbolos de uma inabilidade ao que se produz como condução do conflito com os ambulantes.

É estabelecido o sentido de uma ação pública do espaço e dos lugares públicos na cidade que postula a ressignificação da paisagem urbana de Campina Grande, pela introdução de uma incerteza: o ambulante e seu comércio. Incerteza que realiza o espaço público que se faz ser pelo refugo, ‘estranho’ ou ‘objeto fora do lugar’(Bauman, 1998).

Em volta desse sentido se passam as condições da disputa entre ambulantes e poder público no cenário que estabelece a imagem de Campina Grande pela incerteza, gerada no ambulante e seu comércio e expressa por um conflito que acentua a problemática da *cidade apartada*, que traduz a itinerância dos ambulantes e de suas localizações; disputas e dotação de controle sobre uma prática econômica.

Sob essa ótica seriam os ambulantes e não a ordem “legal” que necessitariam ser avaliados, controlados e solucionados. Todavia, ambulantes usuários errantes pela cidade se abrigam por relações assimétricas, no espaço público de Campina Grande.

Relações diferentemente instaladas e com importantes atores — comerciantes formais e transeuntes — que ameaçam e desarrumam o suposto equilíbrio de tensões no jogo de interesses que perdura a leitura consensual do poder público, em sua também (instável) relação com estes mesmos atores no espaço público:

Com a promessa que fez aos comerciantes da rua Maciel Pinheiro em retirar os camelôs, o prefeito sem dúvida irá provocar uma *verdadeira guerra entre aqueles pequenos comerciantes ambulantes e a Secretaria de*

*Serviços Urbanos, (...). O problema é que os ambulantes teimam em não sair (Grifo nosso!) do calçadão da Maciel Pinheiro. (...). Caso realmente o prefeito insista em tirar os camelôs do Calçadão da Maciel Pinheiro, a direção do Sindicato [dos Ambulantes] irá instruir seus associados a não desmontarem as barracas, como eles fazem todos os dias ao final do expediente, e orientar para que se for necessário, eles tragam camas, panelas e acampem no Calçadão, (...).*²³⁶

Isto insere o discurso de pureza que atribui a visão de ordem imposta à cartografia dos ambulantes como algo sujo, desorganizado, coisas fora do lugar', dispensáveis ao equilíbrio de tensões (Bauman, 2000). Os ambulantes necessitariam ser organizados, padronizados, legalizados e controlados aos olhos do poder público, para o qual, "Campina não poderia ficar aquém deste comércio":

*O problema da proliferação de vendedores ambulantes nas calçadas do centro comercial de Campina Grande parece não ter solução. A cada dia aumenta o número de camelôs e de barracas fixas, deixando os pedestres sem espaço para transitar normalmente. (...). As reclamações dos pedestres são constantes, pois para transitar no centro comercial é necessário passar para as avenidas, correndo o risco de sofrer acidentes. Nos locais onde estão localizados (sic) pontos de coletivos, a situação é mais crítica. Os passageiros não têm espaços de ficar nas calçadas. (...). Para o secretário [de Meio Ambiente e Serviços Urbanos], a construção do Camelódromo resolveria o problema em parte, porque nem todos os vendedores aceitariam deixar o centro comercial. (Grifo nosso!).*²³⁷

A imagem dos que "estão fora" do legal, do organizado e da disciplina passa a ser reservada aos ambulantes que não teriam lugar certo dentro da idealização da ordem urbana de Campina Grande: coisas sem lugar certo em suas localizações (Bauman, 2001).

Essa imagem tem o propósito de estabelecer a ordem espacial de uma operação segregadora que reedita, por novos termos, antigas versões higienistas do espaço urbano ao se recriar um processo de curetagem social (Certeau, 1994) em substituição às práticas dos ambulantes. A não aceitação do lugar onde os ambulantes vivenciam suas práticas firma a imagem necessária à busca e o estabelecimento de processos excludentes, ao deixar claros os espaços controlados pelo poder público (vide Figura 61).

A tradução desse embate recoloca a busca por formas de organização do espaço em recorrência a práticas que acenam o instrumento

²³⁶ FIM dos calçadões mobiliza os camelôs das ruas centrais. DB, 24 jul.1991(Caderno Cotidiano).

²³⁷ COMÉRCIO informal ainda desafia a lei municipal. DB, 27 jun.1996 (Editorial).

do ‘rapa’; aquele que expurgaria a imagem negativa dos ambulantes no espaço público de Campina Grande.



Figura 61: A lógica da limpeza — ordem aos que dela “estão fora”...

Fonte: JP, 11 jan. 2001.

É dessa forma que se reedita a figura do *rapa* como agente que, então, caberia limpar as ruas do centro, expulsar, disciplinar, submeter pelo medo a lógica da limpeza e da ordem aos que dela “estão fora”:

Tentando fazer uma limpeza nas principais ruas do centro da cidade, totalmente tomadas pelos vendedores ambulantes, a Secretaria de Serviços Urbanos iniciou ontem (...) a “Operação Rapa” (Grifo nosso!), usando um pequeno caminhão e vários fiscais (...). No entanto, devido ao grande tumulto que se forma em torno do tradicional “rapa”, os ambulantes sentiam sua presença à metros e corriam(...). Diante desse fato, poucos foram os ambulantes que caíram nas malhas do “rapa” e que ficaram assim, revoltados com a atitude do Secretário de Serviços Urbanos, (...), que ordenou a “operação”. O trabalho dos fiscais da Prefeitura Municipal durou todo o dia de ontem, mas os resultados não foram muito satisfatórios, já que o número de (...) apreendidos foi insignificante.²³⁸

Porém, em sua capacidade, o ‘rapa’ se revela por reduzidos e insatisfatórios resultados; mais uma vez predomina a idealização de pureza e hierarquização do espaço, perspectiva essa utilizada mesmo quando, em raríssimas e brevíssimas inserções, questiona-se o rapa em defesa do ambulante:

A palavra já choca; “Rapa” (sic). Imaginem a ação! Numa cidade em que a falta de emprego se caracteriza como um dos mais gritantes problemas até hoje enfrentados em nossa história, (...), quando então surge o *famigerado*

²³⁸ “OPERAÇÃO Rapa” em prática DB, 01 maio 1987(Caderno Cidades).

“Rapa”. (...) O que querem?(...) O que pretendem que sejam? Marginais!?(...). Gostaríamos que nos fôsse (sic) dado uma explicação! Se estão a sujar a rua, se estão a impedir o trânsito das pessoas pelas calçadas, se estão molestando de uma maneira ou de outra a população (Grifo nosso!), por acaso esta cidade é tão organizada assim? Por acaso as suas ruas são tão limpas? Será que são eles também os causadores da sujeira nas ruas?(...).²³⁹

Ancorado nesse modo específico de pensar a dimensão urbana, em recorrência a práticas marcadas por enfrentamentos e conflitos com o ‘rapa’ e agentes fiscais da ordem pública, o reconhecimento da imagem de Campina Grande na relação com o seu espaço público se coloca por um viés negativo.

Ao representar o ambulante como aquele que suja a rua, impede o trânsito, causa a sujeira, provoca prejuízo, atrapalha a estética do centro, dentre outras imagens, tem-se por desdobramento o sentido de uma condição urbana negativa de Campina Grande em seu desenho social.

É a condição urbana deste desenho que deve ser entendida a partir dos permanentes processos de transformação do tempo, dinâmicas, formas e relações sociais que constituem a cidade como produção da cultura²⁴⁰. Isto é, enquanto entendimento das consequências da contemporaneidade no espaço da cidade; o que denuncia um debate fértil e possível em várias direções dos próprios termos dessa condição. Condição essa que opera com a força de um discurso, ao designar o ambulante e seu comércio como práticas insurgentes na cidade,

(...), coisas para os quais o “lugar certo” não foi reservado em qualquer fragmento da ordem preparada (...). (...) ficam “fora do lugar” em toda a parte isto é, em todos os lugares para as quais o modelo de pureza tem sido destinado. (...). (BAUMAN, 1998, p.14).

É contra este modo que os ambulantes informam o sentido de suas práticas e exigem, por seus contrausos, serem incorporados de forma mais clara ao processo de produção do planejamento da cidade. Na perspectiva do agente público os movimentos de organização em territórios a que recorrem os ambulantes nos Calçadões, necessitariam ser ordenados, disciplinados e moralizados.

²³⁹ A QUESTÃO do “Rapa”. DB, 31 mar.1991(Caderno Cidades).

²⁴⁰ A esse respeito cf.: Santos (2002), Gomes (2002) e Bauman (2001), entre outros.

Ora nomeia os ambulantes como desviantes e invasores ou se concebe o espaço público de Campina Grande como que reservado apenas àqueles que “produzem” os maiores investimentos na dotação da cidade, em uma ação empreendedora no seu comércio formal:

(...). O prefeito (...) recebeu diversas correspondências de entidades de classes do Município, solicitando um posicionamento da Prefeitura Municipal sobre a atuação de comerciantes ambulantes nos calçadões (Grifo nosso!) (...). Em ofício enviado ao Prefeito (...), o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado da Paraíba, por exemplo, destaca como “nefasta a presença dos camelôs nas ruas centrais da cidade, fazendo uma concorrência desigual e provocando prejuízos aos que fazem o comércio legal.” O Clube de Diretores Lojistas de Campina Grande, por sua vez, (...), diz o seguinte: “Diante da problemática existente no Centro Comercial de nossa cidade, com os transtornos causados pelos vendedores ambulantes, desfigurando nossas principais ruas, vimos solicitar providências imediatas para a retirada dos vendedores para o local designado (...).”²⁴¹

Campina Grande e seus espaços públicos são assim requalificados em uma cartografia, acentuadamente percebidos pela cidade normatizada e “viável economicamente” em oposição à cidade insurgente e “do caos”. Insurgência que aos olhos das intervenções públicas necessita ser não apenas regulada, mas ocultada, abafada, omitida em suas ressonâncias e caráter público.

Fundamentado como constituição do universo tecnocrático, o poder público instaura a leitura que produz a memória do centro na experiência urbana recente de Campina Grande, no intuito de eliminar as operações dos ambulantes (vide Figura 62) para, dessa forma e sem nenhuma condição prévia, consistir em se debruçar sobre o espaço público da rua e referenciar o centro como um lugar não simplesmente de pura troca e venda ou de mercado, mas espaço de memória.

O fato é que o poder público ratifica os comerciantes formais à histórica destinação sobre Campina e o seu centro principal para, contraditoriamente, e de forma quase que privativa, negar aos ambulantes este mesmo uso e destinação. Tentativa essa de lançar para fora e desarraigar, por definição, os ambulantes supostamente “corpos constituídos como estranhos”.

²⁴¹ VENDEDORES ambulantes instalaram-se ontem na Praça da Bandeira. DB, 03 jul.1982(Caderno Cidades).



Figura 62: Imagem de negação do espaço público.

Fonte: JP, 20 set.2001.

Como veremos no capítulo seguinte, este discurso tenta acionar o patrimônio histórico, o tecido mais antigo localizado em seu centro principal, para inserir os ambulantes como usuários que não estabeleceriam identidade com a cidade e sua história, em uma relação apenas codificada e não simbolizada com o lugar.

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?(...). À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras, une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo. (BOSI, 1994, p.452).

CAPÍTULO IV

4. DISCURSOS DA REVITALIZAÇÃO: O ‘PROJETO CAMPINA GRANDE DÉCO’

4.1 ‘Revitalizar’ o centro: “Campina de cara nova”?

A partir da década de 1990 a orientação do poder público tende a reforçar a garantia de um retorno do centro, fixado como critério de definição e permanência das sociabilidades deste lugar. Para tanto se retoma estrategicamente a referência de registros e lembranças reservadas a um passado situado como palco de tradições e espaço lúdico da cidade, em uma concepção que omite a imagem do conflito e disputas entre ambulantes e poder público.

O poder público evoca pela memória o “lugar perdido”, então projetado no próspero comércio outrora existente no centro e, tantas vezes, apoiado apenas como permanências simbólicas de um passado nostálgico do centro; atualizando tal lugar para assim, conceber a negação dos ambulantes.

O crescente acirramento do conflito entre ambulantes e poder público ganha proporção, em frequência e abrangência, pela formulação de uma intervenção do poder público que se delineia fundamentalmente como revitalização do centro da cidade.

A respeito disso se observa uma confusão muito presente nas falas dos planejadores públicos, imprensa e comerciantes estabelecidos em suas associações e entidades quanto à intervenção proposta no centro e os termos envolvidos. Ora pensados como revitalização, enobrecimento ou ainda requalificação.

Cabe esclarecer que aqui recorreremos ao conceito de revitalização, não por que com este concordemos, mas por ter sido o mais amplamente utilizado pelos atores locais ao se referirem a este processo. Processo decisório que terá em Campina Grande por magnitude a transferência dos ambulantes do espaço da rua, até então por estes ocupados, para dar lugar à outra configuração da imagem da cidade em seu espaço público.

Esse processo culminará com a transferência dos ambulantes para as ARCCAS e o Shopping Centro Edson Diniz, para esse propósito foram desapropriados três imóveis, todos localizados na principal Avenida da cidade — Floriano Peixoto — onde se construíram duas ARCCAS (Catedral e Titão) e o Shopping Popular Edson Diniz. Este último, no prédio onde funcionou a LOBRAS (Lojas Brasileiras).



Figura 63: Calçadão da Rua Maciel Pinheiro (Década de 1980).

Fonte: http://cgretalhos.blogspot.com/2010_07_01_archive.html

Podemos observar que a concepção da estratégia de eliminação dos ambulantes se inicia em julho de 1993, ao ser lançada a primeira proposta de revitalização do centro comercial, que teve por slogan “*O Centro Aberto é Negócio Certo*” e que consistiu na reabertura e retirada dos ambulantes dos Calçadões das Ruas Maciel Pinheiro (vide Figura acima), Venâncio Neiva e a reforma do Calçadão da Cardoso Vieira, todas com o intuito de proibir a permanência dos ambulantes nestes espaços.

Em consonância a este propósito é lançado em outubro de 1996 o Projeto *Campina Grande Déco*, chegando à sua execução plena com a retirada dos ambulantes dos principais pontos do centro da cidade em janeiro de 2002. Para tanto é projetada a criação de locais específicos onde os ambulantes deveriam estabelecer suas práticas econômicas — ARCCAS e o Shopping Centro. Isso, em resumo, estabelece a linguagem simbólica de inclusão e exclusão em nome de uma imagem que terá por discurso a necessidade de revitalizar o centro pelo consumo do seu patrimônio histórico.

O Projeto *Campina Grande Déco* propunha a recuperação e revitalização de 150 prédios em estilo art déco localizados no centro da cidade²⁴². Conjunto este que no passado transformara a fisionomia da cidade, com a demolição de inúmeros prédios em estilos colonial, clássico e neoclássico:

Foi na década de 40 que o então Prefeito Vergniaud Wanderley decidiu modernizar a cidade. Para isso, houve uma demolição em massa no centro da cidade. O prefeito decidiu demolir todos os casarões tradicionais do centro da cidade para construir tudo de novo em estilo internacional (sic). Ele determinou que todos os casarões coloniais da rua fossem derrubados e que os comerciantes construíssem novos prédios, em estilo art déco, com a aplicação de multa para os que não acatassem a determinação. Tudo foi feito num período de cinco anos. Hoje se vê a trajetória desse audacioso comando, onde há sobrados ricamente trabalhados em várias ruas da cidade a exemplo da Maciel Pinheiro, Marquês do Herval, Venâncio Neiva, João Pessoa, Índios Cariris e até no bairro de José Pinheiro, entre outros, que se encontravam escondidos aos olhos do cidadão comum. (...).²⁴³

O *Campina Grande Déco* objetivava mudar o perfil urbanístico do centro associando as intervenções de recuperação das fachadas de edificações remanescentes do período Déco (vide Figura 64), em suas maiorias localizadas na Rua Maciel Pinheiro, às de infraestrutura e realocação dos ambulantes, essa concepção envolveria todo um trabalho de resgate e preservação dos casarios em art déco na tentativa de transformar o centro histórico em local de permanente visitação.

De acordo com o IPHAEP (PB) o perímetro do centro histórico de Campina corresponde ao núcleo primaz da cidade, delimitado pelas

²⁴² A esse respeito cf.: Souza (2001).

²⁴³ FIDELIDADE — apenas oito prédios seguiram fielmente as indicações do projeto original de resgate do art déco no centro comercial JP, 14 jul.2002(Caderno Cidades).

seguintes ruas: Vila Nova da Rainha, Marquês do Herval, Irineu Joffily, Av. Floriano Peixoto, Maciel Pinheiro, Barão do Abiaí, Cardoso Vieira e Venâncio Neiva.

A PMCG investiu em recursos próprios R\$ 1.285.000 com a compra do prédio da LOBRAS e R\$ 1.299.410,91 na execução do Projeto como um todo, abrangendo uma intervenção equivalente a 168 mil metros quadrados, englobando a construção de 17.110 metros quadrados de calçadas e a previsão inicial da restauração de 196 prédios em art déco (não executada em sua totalidade).



Figura 64: Conjunto em art déco revitalizado— Rua Maciel Pinheiro

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=618612>

Foi executada ainda a desobstrução das calçadas com a padronização em várias ruas da artéria central, colocação de cabos e dutos subterrâneos para a instalação de rede elétrica, saneamento básico e telefonia com cabos de fibra ótica (apenas na Maciel Pinheiro), além do “disciplinamento” do comércio ambulante. Tal como colocava em seus objetivos o Projeto.

Revitalizar o centro, em conjunto com outros investimentos naquele momento realizados na cidade (Shopping Iguatemi, instalação da Coteminas Embratex — Companhia de Tecidos Norte de Minas e outras novas indústrias em Campina Grande), era sinônimo de “fazer o centro reviver e Campina Grande se reencontrar consigo mesma” em sua vocação econômica, cultural e com o desenvolvimento desejado por segmentos do comércio.

Ao adjetivar o patrimônio histórico da cidade como pólo de atração comercial e cultural, que precisava ser revivido, a retórica do poder público consolida assim a imagem da revitalização do centro marcada fortemente pela tentativa de expulsar os ambulantes:

O Secretário (...) considera que a transformação do centro de Campina Grande em pólo de atração comercial e cultural, somada a adventos como a inauguração do Shopping Iguatemi, além da criação das Áreas de Livre Comércio (Arcas) (sic), exercerá papel preponderante na “alavancagem” do desenvolvimento da cidade. Na opinião de Catão [Então Secretário de Planejamento], a revitalização deve observar uma questão importante: *o centro também precisa reviver* “(Grifo nosso!). Isso significa que essa área deve ser transformada em área de ponto de aglutinação e lazer noturno. (...). A” transformação” será iniciada dentro em breve (sic).²⁴⁴

A visão compartilhada por gestores e comerciantes locais da realocação dos ambulantes já fora sido posta em prática em outros momentos, como vimos em capítulos anteriores, desde o final dos anos 1970 vinham sendo acionadas ações nesse sentido.

Consideradas cenários de autoritarismo e insucessos, a saber: as tentativas de remanejá-los para a Praça da Bandeira, para o antigo terminal interestadual de ônibus da cidade (Rodoviária Velha) e quando da efetiva abertura para o trânsito de espaços anteriormente reservados aos Calçadões. Expedientes estes que apenas contribuíram para o maior acirramento entre comerciantes, ambulantes e poder público, pois:

(...) Mais do que supor a eficácia de uma memória compartilhada para ações convergentes (...), as práticas [de revitalizações...] canalizam a tradição como valor potencial para ações de consumo no interior do mercado. Os projetos (...), alteram também o sentido público e político do espaço urbano, ao tomar o cidadão como consumidor, atualizando os nexos entre cultura de consumo e produção de mercadorias (...). (LEITE, 2006, p.28).

²⁴⁴ CATÃO sugere união em defesa da Borborema. DB, 16 mar.1999(Caderno Cidades).

A novidade é que a imagem do centro histórico suscita agora o uso de uma intervenção urbana que se apóia numa operação simbólica dos ideais de revitalização, com vistas a consolidar a imagem de pujança do centro e de Campina no terceiro milênio, em um foco delimitado predominantemente pela transferência dos ambulantes para outro local e pelo discurso da necessidade de suas retiradas da rua.

A valorização do patrimônio histórico passa a ser fundamentado em recorrência às permanências do passado de Campina e por um consenso em direção à produção de uma cidade ‘imaginária’, mítica, utópica²⁴⁵ de onde, de acordo com Leitão (2007, p. 67) se pudesse “reviver a ilusão de volta a espaços, tempos e memórias (...), quer individual, quer coletivamente falando (...).”

Esse discurso representaria a construção de uma imagem — o centro renovado, histórico e arquitetonicamente modificado em seu perfil urbanístico. Tal concepção mostra a clara intenção de utilizar a preservação do patrimônio histórico em justificativa à necessidade de expulsar os ambulantes da porção do espaço público para as ARCCAS e o Shopping Centro, dessa maneira, devolver a rua aos transeuntes:

*(...). A Revitalização promete mudar o perfil urbanístico do centro de Campina Grande, uma vez que envolve um trabalho de resgate e preservação do casario Art Déco, visando a transformar o centro num espaço permanente de visitação e dessa forma consolidar de vez o potencial turístico de Campina Grande (Grifo nosso!). A obra foi iniciada pela construção das área (sic) de comércio e cultura ao ar livre, onde serão instalados os vendedores ambulantes que hoje ocupam as calçadas do centro. (...).*²⁴⁶

Para tanto necessário seria ‘extinguir a poluição visual da cidade’ — entendida como marcas dos ambulantes e seu comércio:

(...). Para dar suporte a esses ambulantes, em conjunto com a revitalização do centro da cidade, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, desenvolveu o projeto Arcca (...), com o intuito de entregar um espaço adequado para o trabalho dos vendedores de rua, e ao mesmo tempo melhorar o aspecto visual da cidade (Grifo nosso!) e facilitar o trânsito de pedestres nas ruas.” A revitalização do centro consiste em melhorar as fachadas dos prédios, embutir as fiações elétricas e telefônicas, e tentar

²⁴⁵ A reflexão sobre a relação entre a cidade e o sonho, a utopia e o mito estão presentes em Walter Benjamin, segundo o qual todo cidadão viveria na tensão entre a cidade real e a cidade utópica. A esse respeito cf. Rouanet (2007).

²⁴⁶ CÁSSIO faz palestra sobre revitalização do centro. DB, 19 abr.2000(Caderno Cidades).

diminuir ao máximo a sujeira das ruas centrais. *Dessa forma, a poluição visual da cidade será praticamente extinta*”, (...)(Grifo nosso!).²⁴⁷

A realocação dos ambulantes representava a recuperação desse passado atualizado pelos agentes (públicos e privados) como recurso de uma imagem duradoura da cidade. Interessante aqui citarmos uma propaganda presente no DB de um empreendimento imobiliário recém-chegado à cidade, para observarmos como esse discurso é trabalhado em “um novo tempo da cidade”:

(...). Campina Grande vive um novo tempo, que é de progresso e prosperidade. A economia da cidade começa a fazer valer a sua força e criatividade. Depois de fábrica de fios [EMBRATEX], Shopping Center, indústria de calçado, e tantos outros investimentos que estarão sendo aplicados na cidade nos próximos anos, a CEENGE [Construções Empreendimentos e Engenharia Limitada] vem trazer uma pequena parcela de contribuição, desenvolvendo projetos que acrescentem e acentuem em ainda mais qualidade de vida já existente nesta cidade, que nasceu para ser realmente grande.²⁴⁸

Estas imagens vão se movendo no intuito de projetar estrategicamente outro centro, sem a presença dos ambulantes, em um sentido expresso por um discurso que pregará a imagem da proposta de revitalização em Campina Grande ao diferenciá-la de outras experiências:

(...). Lia Mônica [na época pesquisadora UFPB e Coordenadora do Projeto *Campina Grande Déco*] enfatizou a importância do projeto (sic) para Campina Grande, observando que “não é uma obra de um governo, é um patrimônio da cidade.” *A retirada dos vendedores ambulantes das ruas centrais de Campina Grande, na opinião da pesquisadora, foi um diferencial muito importante para que o projeto desse certo.* (...). (Grifo nosso!).²⁴⁹

Porém, esse discurso caracteriza o processo homogeneizante que constituirá a retórica de recuperação da imagem do centro em vistas a transformá-lo, lugar pelo qual a cidade se reconheceria e reinventaria seus símbolos de grandeza. O *Campina Grande Déco* apresenta a cidade de cara nova onde não se reservara significado algum aos ambulantes, visto que estes não teriam o pertencimento necessário às marcas históricas do

²⁴⁷ MAIS de 550 ambulantes estão nas ruas de Campina JP, 28 abr.2001(Rogério Oliveira).

²⁴⁸ FÁCIL morar bem com qualidade. DB, 08 dez.1996(Propaganda — Caderno Cidades).

²⁴⁹ FIDELIDADE: apenas oito prédios seguiram fielmente as indicações do projeto original de resgate do art déco no centro comercial. JP, 14 jul.2002 (Caderno Cidades — Helda Suene).

comércio local e do que se previra como resultado econômico de novos investimentos na cidade:

*Campina Grande estará de cara nova (...). (Grifo nosso!). (...), no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Prefeito (...) fez a apresentação do Programa de Revitalização (sic) aos comerciantes da cidade. O Programa abriga vários projetos que podem garantir a inserção da cidade na rota do turismo permanente, com o “Campina Déco” e a Casa da Cultura Estação Velha”. Mas, o primeiro passo, considerado prioritário, é o projeto das Arcas(sic)(Áreas de Comércio e Cultura ao Ar Livre)(Grifo nosso!), com a transferência dos vendedores ambulantes para áreas específicas de comercialização, desafogando as calçadas do Centro de Campina, que hoje estão intransitáveis. O projeto das Arcas prevê a construção de seis[06] Áreas de Comércio e Cultura ao Ar Livre, (...). Em todas as Arcas haverá quiosques fixos e barracas desmontáveis que serão financiados pelos próprios ambulantes. O projeto prevê a relocação de 800 camelôs. (...).*²⁵⁰

A imagem explicitada pelo poder público realiza a cidade e seus sentidos pela precisão em tratar, mais uma vez, os ambulantes e sua permanência no centro como paisagem indesejável e empecilho ao desenvolvimento do comércio e, por conseguinte, ao próprio projeto de revitalização:

*(...). Apesar do secretário (sic), (...), ter anunciado anteriormente pela imprensa (...) que iria fazer uma “limpeza” das ruas..., ele decidiu adiar ação e agir com cautela para evitar que ocorram atos de violência. (...) O ideal é que eles [os ambulantes] saiam espontaneamente porque a Prefeitura não vai permitir que as ruas continuem ocupadas. Temos o projeto de revitalização do centro da cidade e para colocá-lo em prática é preciso, em primeiro lugar fazer a “limpeza”, disse. (Grifo nosso!).*²⁵¹

Em recorrência a esse discurso, a revitalização é pensada como uma limpeza no centro onde a imagem de Campina Grande passa a revelar o seu comércio mais tradicional como força histórica que necessitaria ser reforçada, em contraposição ao comércio popular que deveria ser extinto das ruas.

Personagem urbano, o ambulante incorpora no *Campina Déco* a imagem negativa da cidade em sua forma de domínio e disciplinarização do espaço público. No entanto, o que é interessante perceber é como o ambulante resistirá²⁵² aos ideais representados como política de revitalização do centro:

²⁵⁰ CIDADE terá cara nova até fevereiro de 2000. DB, 24 abr.1999 (Caderno Cidades).

²⁵¹ SOSUR (sic) ainda não sabe como retirará camelôs. DB, 29 jan.1999(Caderno Cidades).

²⁵² Serão inúmeros os embates acionados pelos ambulantes neste momento; a esse respeito vale consultar o vasto material publicado, com ênfase para os arquivos DB das seguintes edições: 19/01/1996;

A idéia (sic) de retirar os vendedores ambulantes dos calçadões relocando-o (sic) para áreas especiais do centro da cidade não convenceu a maioria dos vendedores ambulantes. Eles estão resistindo ao principal empreendimento do Projeto de Revitalização do Centro da cidade, que é a intervenção das Áreas de Comércio e Cultura ao Ar Livre. (...). Para o vendedor ambulante Severino Rosas, (...), *a transferência para qualquer um dos cinco pontos [sic] não é interessante. O local é esse mesmo. Lugar de camelô é no meio da rua* (Grifo nosso!). (...).²⁵³

O foco da revitalização é marcado como necessidade em solucionar o problema dos ambulantes pelo reforço de uma imagem da Campina Grande nobre, do centro reinventado e da reativação do comércio. Introduce também diferentes opiniões que perpassam o recurso adicional de salvaguardar um debate necessário do ponto de vista político, vinculado à abertura de um tenso espaço de participação entre diferentes atores locais.

Constitui um consenso político que tem por objeto o fortalecimento de um debate anunciado em termos de o que fazer com os ambulantes ²⁵⁴e, ao mesmo tempo, como recuperar o sentido histórico e identitário do centro compartilhado pelos campinenses (vide Figura abaixo).



Figura 65: Discursos da Revitalização.

Fonte: JP, 24 abr. 1999

O discurso do poder público para tanto, será reforçado pela alegação de que a retirada dos ambulantes apenas visava cumprir a determinação da

26/07/1996, 27/08/1997; 23/01/1999; 26/05/1999; 24/07/1999; 27/07/1999; 12/01/2000; 28/04/2000; 16/06/2001, dentre outros.

²⁵³ AMBULANTES resistem às mudanças. DB, 26 maio 1999.

²⁵⁴ A esse respeito, cf. DB 31/05/1997.

2ª Vara da Fazenda Pública que julgou procedente a Ação Civil impetrada pelo Ministério Público, ao pedir a retirada de barraqueiros e ambulantes das calçadas do centro da cidade.

Ao fixar um prazo de 90 dias para que todas as barracas móveis e fixas das principais artérias do centro fossem retiradas, o debate dos ambulantes se reforça como ativas resistências urbanas às estratégias impostas pelo poder público e comerciantes estabelecidos.

A estratégia utilizada pelo poder público de incorporar a resolução dessa questão urbana especificamente à proposta de revitalizar o centro inaugura um amplo espaço de debate entre diferentes atores da cidade que juntos experimentariam, através de Fórum e eventos, a tentativa de solucionar o problema do comércio informal; lido àquele momento como o mais expressivo e visível dentre todos.

Interessante observar que em 1995 já havia sido criado o '*Fórum Permanente de Estudos e Debates sobre Campina Grande Ano 2000*'²⁵⁵. Idealizado pelo Jornalista Geovaldo de Carvalho, apoiado por Edvaldo do Ó e retomado pela Associação Comercial, o Fórum não alcançou os objetivos esperados que dentre os quais colocava "contribuir para extinção do comércio informal na cidade".

A respeito dessas ações e por esse objetivo é implantado em 1997²⁵⁶ o *Fórum de Debates Vergniaud Wanderley* que, enquanto espaço e instrumento de participação, inaugura sob bases conflitantes os enfrentamentos reveladores no espaço urbano de Campina Grande. Vale assim recorrermos ao discurso presente no Decreto de Lei N^o 2.617/97, que instituiu o Fórum:

(...) **Considerando** (Grifo de autoria!) que os problemas urbanos, para seu melhor equacionamento, devem ser ampla e livremente debatidos pelos segmentos representativos da população. **Considerando** (Grifo de autoria!)

²⁵⁵ Essa discussão reaparece em 2005 quando do lançamento do *Movimento Campina Grande Sempre — Pacto de Campina Grande* que toma por tônica a perspectiva de pensar a cidade e seus problemas a partir de um pacto de cooperação com os Municípios que compõem o chamado Compartimento da Borborema.

²⁵⁶ Cf. FÓRUM Campina. DB, 10 mar.1995; FÓRUM Campina 2000. DB, 06 jun. 1995; CAMPINA: Fórum ano 2000. DB, 14 jun.1995; CAMPINA Grande sempre. JP, 01 jul.2005; PACTO de cooperação. JP, 07 jul.2005.

ser altamente valiosa para melhor desempenho da Administração Pública, a participação da comunidade na busca de soluções dos assuntos de interesse geral ligados à vida da cidade. (...). **DECRETA: Art.1º**(Grifo de autoria!) — É instituído o Fórum de Debates Vergniaud Wanderley, destinado ao livre debate de assuntos com caráter específico, ligado aos problemas urbanísticos, econômicos e sociais da cidade de Campina Grande. (...) **Art.2º**(Grifo de autoria!) — O Fórum de Debates **Vergniaud Wanderley** (Grifo de autoria!), reunir-se-á periodicamente, contando com a participação democrática de autoridades, técnicos em assuntos urbanísticos econômicos (sic), sociais, políticos, jornalistas, representantes de universidades e entidades classistas, instituições religiosas, parlamentares e outros segmentos da sociedade que demonstrem interesse pela temática. (...).

O *Fórum Vergniaud Wanderley* é criado como locus de intervenção política diferenciado da cidade, instância deliberativa composta em sua maioria por entidades e representantes do comércio que incorpora o *Campina Déco* como conteúdo e, por esse intuito, reforça o objetivo de recuperar a imagem da cidade pelo uso econômico do seu patrimônio déco.

Essa imagem é representada e promovida como proposta de revitalização do centro tradicional onde, para tanto, necessitaria desencadear a produção de um cenário que teria por apelo a realocação dos ambulantes como garantia de um consenso construído em torno da solução de históricos problemas apresentados pelo centro como marcas do comércio informal:

Se revitaliza um centro, desmontando tendas árabes e quinquilharias (...) que macula a visão urbana, com dinheiro e coragem. Salvo engano, a prefeitura parece que reuniu os dois ingredientes básicos e vai partir para a luta. A realocação dos camelôs do centro da cidade para uma área específica vem em boa hora. No status quo, pedestre não tem mais calçadas e as lojas centrais não tem vitrinas (sic). Tudo anda tomado pelo comércio irregular, tocado e alimentado pelo argumento de que cada um tem que lutar pela sobrevivência. No casos (sic) dos camelôs, ele sobrevivem mas matam o comércio estabelecido, impedido de expor seus produtos, exhibir sua fachada, mostrar, enfim, a sua cara de legalidade, só então reconhecida na obrigatoriedade e recolhimento de seus impostos.²⁵⁷

As práticas de intervenção dos agentes urbanos públicos e privados presentes no *Fórum Vergniaud Wanderley* tendem assim a criar uma imagem que se estabelece como consensual, no sentido em que poder público e comerciantes se articulam pelo intuito de estabelecerem a recuperação de suas edificações em estilo art déco como alternativa viável para o aumento do fluxo de turistas na cidade e estímulo à renovação do comércio no centro.

²⁵⁷ REVITALIZANDO o centro. DB, 28 fev.1999(Geovaldo Carvalho).

Todavia efetivamente a adesão ao *Campina Grande Déco* destes segmentos do comércio — Associação Comercial e Câmara de Diretores Lojistas — não se deu conforme esperado pela PMCG. Por parte do poder público, surgiram reclamações de que os lojistas não teriam realizados o que lhes cabiam na efetivação da intervenção (recuperação das fachadas das lojas).

Já os comerciantes e empresários, chegaram a alegar o difícil diálogo entre lojistas e técnicos da Prefeitura e atraso e demora dos trabalhos por parte da PMCG; erros que, segundo os mesmos, incorreram em grandes prejuízos em função do volume e tempo demandados quando da execução das obras.

Para se ter idéia, dos cento e noventa e seis prédios edificadas na cidade em estilo art déco cento e cinquenta foram identificados na área mais central do comércio para serem revitalizados, deste total apenas oito lojas seguiram o padrão definido no Projeto:

(...) Para fazer jus ao projeto, a prefeitura (sic) determinou que os lojistas pintassem em tons pastéis e letreiros vazados na frente das lojas. O que se vê atualmente é que poucos lojistas levaram em consideração as orientações (...) da Secretaria de Planejamento do Município. Algumas lojas foram pintadas em cores fortes. (...).²⁵⁸

Mesmo com a promessa garantida em lei de descontos via IPTU, aos comerciantes, a participação não foi à esperada. A PMCG garantiu descontos parciais durante o período de dez anos — nos primeiros cinco anos, o desconto seria de 80%; nos anos seguintes a isenção cairia para 40%.

O que não implica dizer que, nesse quadro, a crítica aos circuitos superpostos presentes no ilegalismo dos ambulantes tenha ficado ausente. Pois é conclamado como prioritário o tratamento dispensado aos ambulantes, seu comércio informal e sua presença no centro por menção e definição de atribuições, dadas por fortes setores empresariais, que se manifestam favoravelmente e convergem com a PMCG na ação de transferência dos ambulantes:

²⁵⁸ FIDELIDADE: minoria dos lojistas adere ao Campina Déco. JP, 14 jul.2002 (Caderno Cidades — Helda Suene).

As entidades representativas do comércio campinense são a favor da Prefeitura, na ação de retirada dos camelôs do centro da cidade. Em várias reuniões e encontros com o Prefeito Cássio Cunha Lima foram feitas reivindicações para que o centro da cidade passasse por uma reordenação (Grifo nosso!). Os comerciantes alegam prejuízos pelo fato de terem invadido suas calçadas, (...) e escondendo a fachada do estabelecimento. , como também por estarem concorrendo de forma desigual com a categoria. O presidente da Associação Comercial de Campina Grande, (...), disse que mesmo nas gestões anteriores na entidade se posicionou contra a permanência dos ambulantes nas ruas centrais. (...). De acordo com ele, o problema ainda existe e precisa ser solucionado, (...). “Queremos a ordenação do centro da cidade. Temos o direito de não permitir que nossas lojas sejam invadidas pelos camelôs”, enfatizou. A presidente (sic) da Câmara dos Dirigentes Lojistas, (...), já participou de várias reuniões com o prefeito(sic) e sempre tem defendido a retirada dos ambulantes do centro, mas de forma que a Prefeitura encontre uma solução para o problema, instalando os camelôs em uma área que não seja nas ruas (...).²⁵⁹

O poder público elege a imagem de Campina Grande tendo por ponto de partida a revitalização do centro como condição *sine qua non* de extinguir a forma de ocupação deste espaço, percebido pela PMCG e comerciantes como caótico. A transferência dos ambulantes para as ARCCAS atua significativamente como referência simbólica ao convencimento de diferentes segmentos à convergência, nunca visto antes na cidade, da fundamentação do valor histórico do centro e, nessa nova definição, de uma ação que atingiria fortemente a prática dos ambulantes na rua:

(...). Acreditamos no projeto de revitalização do centro da cidade como instrumento indispensável para o incremento do comércio varejista campinense nos próximos anos, e sua implementação dará um novo perfil urbanístico à área central da cidade. Esta obra é muito importante para o futuro de Campina Grande, especialmente porque tende a mudar o perfil e melhorar o fluxo comercial do centro, que se transformará num expressivo pólo de cultura e lazer; além de ponto turístico, permitindo a geração de emprego e renda no município.²⁶⁰

Simultaneamente a este processo é investida uma memória espacial local para a realização da construção do sentido de Campina Grande, através do seu centro histórico. De um lugar onde a relação entre comerciantes, cidadãos, transeuntes e poder público é guiada pela expectativa gerada como nostalgia de um “reencontro da cidade consigo mesma”, e do que definiria a relação da população com o centro da cidade.

²⁵⁹ PARA comerciantes os camelôs dão prejuízo. DB, 26 jan.1999. (Editorial).

²⁶⁰ O COMÉRCIO de Campina no século XXI. JP, 31 dez.2000 (José Borges de Medeiros).

Tenta-se reconstruir as marcas e concentração do potencial turístico apresentado pelos prédios em art déco; potencialmente localizados nas Ruas Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales; Venâncio Neiva; Cardoso Vieira e Simeão Leal. Ruas que passam a ser redescobertas pela população e acionadas adicionalmente à memória compartilhada desse espaço na cidade por meio da valoração subjetiva; negada aos ambulantes que, ao que parece, esvaíam-se das ruas para as ARCCAS e Shopping Centro:

“Tinha camelô no meio do caminho, no meio do caminho tinha camelô” (Grifo nosso!). Para os pedestres de Campina Grande os caminhos não estão livres, e é preciso ter paciência para conviver com a ocupação desordenada das calçadas do Centro da cidade. É gente querendo transitar livremente e gente ocupando a passagem para sobreviver (Grifo nosso!). (...). Mas, para ganhar dinheiro sem comprometer o trânsito nas calçadas e a estética da cidade, os ambulantes deverão se concentrar em áreas específicas, chamadas de áreas de Cultura e Comércio ao Ar Livre (ARCCAS).(...).²⁶¹

Essa “operação de resgate” das ruas, estrategicamente realizada pelo poder público, passa a impor relações com o centro por uma vinculação a antigos laços existentes na estrutura espaço-tempo das históricas ruas de Campina. A perspectiva é eliminar o estabelecimento dos ambulantes de uma memória que possa vir a caracterizar o território por este ocupado como de algum valor histórico ou de algum tempo vivido pelos mesmos neste espaço.

Ao acionar práticas de distinção social higienísticas, a revitalização e suas paisagens recuperam a história da cidade pela eliminação dos ambulantes, constituí a imagem de uma Campina de “cara nova”²⁶² e, dessa maneira, reinventa seu centro histórico:

O centro comercial de Campina Grande amanheceu de “cara nova” (Grifo nosso!), com a transferência dos camelôs que congestionavam o tráfego de veículos e pedestres nas ruas (...). (...), Campina Grande, que assume uma postura de vanguarda, foi a primeira cidade do país a encontrar uma solução pacífica para o problema do comércio ambulante. (...). Durante a solenidade inaugural do Shopping Centro (...), o prefeito (sic) (...) disse ter realizado um dos seus maiores sonhos, “desafogando” as ruas centrais e instalando os vendedores ambulantes nos melhores pontos comerciais da cidade, de forma pacífica(Grifo nosso!),envolvendo entidades classistas, como Associação Comercial, Câmara de Dirigentes Lojistas, Sindicato do Comércio Varejista, Instituto da Previdência do Servidor Público Municipal, Câmara de Vereadores, entre tantas outras.O prefeito disse que não vai

²⁶¹ CRESCE o comércio informal. DB, 23 set.2000(Caderno Cidades).

²⁶² Essa imagem também será capitaneada politicamente, descaracterizando o longo processo de embates que constituiu essa discussão na cidade.

permitir que os ambulantes retornem às ruas do centro. Nesse sentido ele pediu o apoio dos próprios camelôs transferidos.²⁶³

A imagem da cidade é reforçada sistematicamente e em vários momentos por uma experiência afetiva, onde a relação com suas ruas mais antigas passa a vincular a ordem simbólica do tempo e espaço no centro, agora reconhecido por seu valor patrimonial e orientado pela introdução de funções turísticas em seu sítio histórico, com o intuito de revitalizar e promover o uso do centro de forma diferenciada.

Aqui necessitamos colocar os significados imediatamente identificáveis, pela população campinense, como experiência de higienismo na cidade em sua natureza arquitetônica e valor patrimonial. Valor este que, ao se ligar às atividades remanescentes da pujança econômica do Município em sua destinação comercial, define um uso que esvazia a presença dos ambulantes deste espaço (vide Figura 66) na medida em que suscita questões importantes que remetem a interdição da rua através da alocação do comércio informal.



Figura 66: Visibilidade do comércio informal.

Fonte: DB, 23 set. 2000.

Esse processo é percebido pelos comerciantes como algo positivo na medida em que se associa à estratégia de recuperar os atrativos turísticos do

²⁶³ SAÍDA DE AMBULANTES DEIXA CIDADE LIMPA (sic). JP, 06 fev.2002(Caderno Cidades — Francinete Silva).

local, ao olhar do poder público e comerciantes, em grande parte ofuscados pelo crescimento dos ambulantes e sua prática econômica. Relaciona assim a modificação do uso do tecido histórico do centro pela funcionalidade, embelezamento e distinção deste tecido em relação a outros espaços da cidade. Neste mesmo sentido, concordamos com Gomes para o qual:

(...) expressões como “renovação” e “revitalização urbanas” correm sempre o risco de ganharem consistência ideológica e moral negativa, já que denunciam as intenções de aniquilamento e destruição de marcas identitárias construídas ao longo do tempo sobre um território, considerado ele próprio também “herança e patrimônio” de determinados grupos e suas respectivas formas de vida social; (...). (GOMES, 2006, p.148).

É interessante não esquecermos que de modo geral as experiências de revitalização e enobrecimento, tais como as de requalificação e reabilitação, cunham termos análogos que tratam de modalidades contemporâneas de um mesmo processo seletivo de distinção social e de higienismo. Processo que em Campina Grande reporta aos setores “ilegais”, praticantes e usuários da cidade que não se coadunam em operações dessa natureza.

Destacamos aqui o estratégico alibi do poder público ao arranjo dramático da expulsão de centenas de ambulantes dos seus pontos de trabalho, de modo a também entendermos em que reside o processo contemporâneo de higienismo. Visto que:

O enobrecimento urbano não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade. Dialoga com diversas outras formas de ocupação segregação urbana ao conferir um valor simbólico ao lugar, e a partir daí auferir outros valores. Assim fica claro que o empenho em revitalizar por meio de equipamentos culturais: é preciso um certo capital para se apropriar deles. Afinal, a cidade é feita de fronteiras, que tanto impedem que os atores sociais considerados impróprios entrem, como que os legítimos saiam e assim se desclassifiquem. (RUBINO, 2009, p.25).

O âmbito desse processo de remodelação urbana, no Brasil acentuado a partir dos anos 1990²⁶⁴, define um tipo de intervenção baseada no consumo e em novos usos dos espaços públicos. As intervenções e

²⁶⁴Em termos bastante genéricos, podemos remeter como experiências mais significativas deste processo: Baltimore City Fair (EUA–1972), Barcelona (Espanha 1992 – Olimpíadas) e, no Brasil, cabe as experiências de Reabilitação do Bairro do Varadouro no Centro Histórico de João Pessoa (iniciada em 1987), Salvador – Operação Pelourinho (1992) e o “Projeto Cores da Cidade” no Bairro do Recife Antigo (1993). Em 1999 surge o Programa Monumenta / BID que previa a mobilização de aproximadamente US\$ 200 milhões em Programas de Revitalização, contemplando Olinda, São Luis, Rio de Janeiro, Ouro Preto e São Paulo.

planos urbanísticos passam a articular uma trama que consigo coloca novos conflitos em torno do uso destes espaços.

Essas intervenções supõem uma concepção de espaço público norteada por padrões da criação de novas centralidades na cidade. Centralidades que acentuam um processo distinto sobre o espaço público e remetem a uma valorização econômica do patrimônio como consumo e lazer ao transformarem a imagem da cidade pelo fortalecimento do turismo e de arranjos sócioespaciais pensados enquanto processos de patrimonialização:

(...) processos de patrimonialização de bens culturais, em especial das edificações e espaços públicos nas áreas centrais como parte das políticas de imagem das cidades contemporâneas. A patrimonialização enquanto processo que elege certos espaços e incorpora significação à imagem urbana a ser promovida, efetua uma seleção, destaca certas áreas em detrimento de outras, gerando problemas de funcionalidade e hegemonia de usos nas territorialidades (...). (SCOCUGLIA, 2009, p.04).

De tal modo as dinâmicas que orientam a ocupação do espaço público em Campina Grande passam, a partir da revitalização do seu centro tradicional, a colocar outras bases e um novo padrão de produção e disciplinarização de usos até então “considerados” em seu espaço urbano.



Figura 67: No meio do caminho, não tem mais ambulante...?

Fonte: JP, 06 fev.2002.

A cidade passa a adequar um embelezamento estratégico que teria por intenção o esvaziamento do uso da rua pelos ambulantes (vide Figura 67) e a revitalização do centro por propósito de ganhos, tão somente ligados aos usos correspondentes às necessidades do comércio tradicional e, ainda, a

uma espécie de garantia total de usufruto àquele espaço frente ao não reconhecimento dos ambulantes.

A forma como os ambulantes até então ocupavam as ruas e praticavam seu comércio por ritmos e identidades bastante diferentes, do comércio mais tradicional da cidade. Há invariavelmente um jogo de representações sobre o patrimônio art déco que recupera antigas imagens do centro de Campina Grande, para assim eliminar os territórios sobre os quais se desenharam os ambulantes em mais de três décadas.

A partir dessa concepção mais uma vez são evocados ideais históricos pelos quais a revitalização do centro pauta um “lugar perdido e recriado”, como se o recurso ao passado pudesse definir a expulsão dos ambulantes. Ou seja, o caráter de incentivar o auto-reconhecimento do patrimônio por parte da população local dos prédios mais antigos e remanescentes do art déco teve por propósito estabelecer uma ligação histórica, com o que se define e constitui a Campina Grande contemporânea em suas marcas no comércio.



Figura 68: A higienização — “da rua ao shopping”

Fonte: JP, 06 fev.2002.

Revitalizar o centro significaria restabelecer o sentido histórico do comércio campinense, renovar o tecido mais antigo da cidade e, retirar os ambulantes deste espaço e devolver as ruas aos cidadãos. Podemos situar assim o próprio uso estratégico de um marketing que projeta a imagem

‘Campina Grande limpa e de cara nova’ em promoção à remoção dos ambulantes:²⁶⁵:

No dia 6 de fevereiro Campina Grande viveu um momento inesquecível. Foi a remoção dos camelôs das ruas centrais da cidade para pontos comerciais determinados. Tal evento, sem dúvida, projetou ainda mais a imagem de nossa urbe no contexto das cidades brasileiras (Grifo nosso!). (...). Campina Grande há mais de uma década que enfrentava essa situação que aumentava a passos acelerados, (...). No entanto, evitar que os camelôs ocupassem espaços nas ruas fixando ali seus pontos de negócios, de forma desordenada e em prejuízos dos interesses comuns dos cidadãos, comerciantes estabelecidos e do poder público, era uma meta difícil e delicada. (...). Mas, o bom de tudo isso não foi a inauguração. Naquele dia, Campina amanheceu diferente, saudável e risonha. (...) Pelas calçadas caminhei livremente, como se estivesse seguindo caminhos dantes navegadis. (...). (...), após tanto tempos senti-me cidadão. E espero assim continuar!²⁶⁶

A construção das ARCCAS e do Shopping Centro Edson Diniz deixam claro a estratégia de reforçar o patrimônio art déco e a relação, sempre excludente²⁶⁷, da cidade com os ambulantes (vide Figura 69), como intuito em reorganizar a referência a Campina Grande e seu centro.



Figura 69: Do Shopping à Rua.

Fonte: JP, 10 maio 2002.

O centro percebido como algo “nostálgico, glorioso, saudosista e popular” de um passado urbano relido e apoiado em permanências

²⁶⁵ Mais uma vez, não podemos deixar de mencionar o uso e ganho políticos locais, em nome da revitalização definida como alocação de ambulantes do centro da cidade.

²⁶⁶ NOVA CAMPINA (sic). JP, 20 fev. 2002 (Ailton Elisiário).

²⁶⁷ De acordo com Rufino (2006, p.95), a *gentrification* não é a exclusão que a define, mas a forma de exclusão, suas práticas e discursos.

simbólicas, atualizadas pelos discursos de práticas de revitalização. (Rubino, 2006).

Isso resulta na tentativa de deslocar o comportamento expresso nas ruas, ao eliminar os ambulantes do centro e redefinir a imagem do espaço público na cidade, condensaria o esforço em 'fazer o centro reviver', relacionando o sentimento de identidade local que marca os usos neste espaço.

Agudo esforço este, por parte do poder público, em por um lado promover o patrimônio histórico da cidade editado por uma política centrada no comércio local e, por outro lado, redefinir os ambulantes e seus ritmos de ocupação por uma paisagem delimitada física e geograficamente em outra centralidade e por novas condições de trabalho ²⁶⁸.



Figura 70: Shopping Centro Edson Diniz
Fonte: campinagranderainhadaborborema.blogspot.com

²⁶⁸. A esse respeito cf. AMBULANTES ameaçam ocupar calçadas da Rua Maciel Pinheiro. JP, 17 maio 2000.

Passa-se, mesmo que em parte, a associar os ambulantes ao comércio formal por uma dinâmica de negociação que irá requerer outras práticas de trabalho, diferentes das promovidas até então; denominados comerciantes populares e por novos arranjos disciplinares, impostos pelo poder público enquanto tentativa de ‘regularizar’ a “nova” atividade.

Para tanto os equipamentos das ARCCAS e do Shopping Centro deveriam também ser transformados em espaço de entretenimento voltados ao lazer, com praça de alimentação, lanchonetes e restaurantes²⁶⁹. Registramos, no entanto, o espantoso estado de danificação e abandono em que se encontram as ARCCAS, logo após suas inaugurações: paredes pichadas, bancos e luminárias quebradas e o reforço de um tipo de uso não esperado pelo poder público e por novos frequentadores; a ponto da ARCCA TITÃO passar a ser reconhecida como de uso voltado ao tráfico de drogas e prostituição:

Também há o problema daqueles que, por outras razões, não foram instalados naqueles espaços, ficando, deste modo, numa situação de maior precariedade.

Estes últimos migraram para as calçadas de outras ruas da área central da cidade, como ocorre atualmente na Rua João Pessoa, onde está o antigo terminal rodoviário, entre outros pontos. Muitos ambulantes continuam nas ruas da cidade a delimitar os seus territórios perto dos pontos dos ônibus coletivos, das praças, esquinas e nas proximidades de alguns prédios importantes (escolas particulares, edifícios públicos e lojas), comercializando desde frutas, legumes e verduras a cigarros, materiais escolares, doces e salgados, bombons, ervas, bijuterias, produtos importados, entre outros artigos, em alguns horários do dia, principalmente nos horários de “pique”, apontados como os de maior movimento de pedestres e veículos (...).(DINIZ & CASTILHO, 2009,p.15).

Isso para nós expressa a subversão dos usos, bem menos tolerados e eficazmente controlados pelos ambulantes como táticas e burlas (Certeau, 1996) face ao descontentamento e a pouca vinculação com os espaços para onde foram realocados, os ambulantes empreendem resistências ao que fora discursivamente colocado pelo poder público através da caracterização das ARCCAS (vide Figura 71) como aspiração a um espaço “seguro, tranquilo,

²⁶⁹ A título de informação: em 2006 foi ampliada a ‘Praça de Alimentação’ no Shopping Centro que, em parceria da PMCG com o Governo Federal, constituindo a sede do *Restaurante Popular* e que teve também por objetivo dar visibilidade e reforçar as vendas neste espaço.

limpo e mais amplo” onde os poderiam exercer suas atividades sem, no entanto, descaracterizarem os projetos destes equipamentos.



Figura 71: A subversão dos usos nas ARCCAS.

Fonte: JP, 24 mar.2002.

A regularização da atividade econômica dos ambulantes coloca em contraposição o uso do espaço público por estes personagens urbanos em sua sociabilidade, práticas de vendas, organização, código de ideias e sistema de classificação (socioespacial) por anos a fio praticados no espaço da rua.²⁷⁰

O que pode ser tomado como uma explicação ao conflito, ainda persistente e muito presente, que em distintos momentos mostra a resistência às transformações impostas e remete ao cotidiano da sobrevivência de práticas econômicas informais e valores vigentes ao contexto da rua, no uso do espaço público que supõe assim o questionamento da alocação:

²⁷⁰ Exemplo disso foram a assinatura do *Termo de Permissão de Uso* que normatizou o tipo de uso, prazos da locação (20 anos) e formas de relações entre poder público e ambulantes; assentadas na proibição dos ambulantes contemplados com Box e/ou barracas nas ARCCAS e no Shopping Centro Edson Diniz assim como no não repasse destes espaços e não retorno às ruas. Proibições estas quase sempre burladas pelo aluguel dos Boxs, da venda de produtos sem notas fiscais; da não padronização por setores e produtos, dentre outros. Exigências essas percebidas pelo poder público como contrapartidas e "garantia" de permissão da atividade econômica dos ambulantes, com a inibição de expedientes como o 'rapa'. O que não ocorrerá em tese, tendo em vista o expressivo número de fiscais da PMCG que ainda permanecem fiscalizando e proibindo nas ruas centrais da cidade a prática econômica do comércio informal; reinício do histórico conflito entre ambulantes e 'rapa'.

Os vendedores ambulantes de Campina Grande, instalados há três meses no Shopping Centro Edson Diniz (antiga Lobras), fizeram protesto, em frente ao estabelecimento, ontem, com o fechamento do prédio onde funcionam as 310 lojas. As faixas e cartazes expostos com dizeres como: “Fora IZINETE BRASIL”, “Fora Sindicato”, “Cozete [Cozete Barbosa, então Prefeita da cidade], não se faz uma Campina Grande com o povo passando fome”, “Gaiola bonita não dá comida a passarinho”, “Cássio [Governador do Estado à época e Prefeito quando da realocação], você transformou nosso sonho maior em um grande pesadelo”, demonstraram a revolta dos vendedores ambulantes, que garantiram estar vivendo o pior momento de suas vidas. (Grifo nosso!). Eles exigem da prefeitura (sic) campinense, que os retirou das ruas, o não-pagamento da taxa do aluguel do Shopping Centro (...), e do condomínio, de igual valor, e que já deve ser paga (...). Os vendedores ambulantes, (...) tacham a Presidente do Ipsem [Instituto de Previdência do Servidor Público Municipal], (...), de intransigente (...). Gritando frases como “Camelôs unidos jamais serão vencidos”, os manifestantes que se posicionaram durante toda a manhã de ontem em frente ao prédio da antiga Lobras ameaçaram voltar às ruas (...).²⁷¹

A maneira como os ambulantes passam a lidar com as ARCCAS e o Shopping Centro (vide Figura 72) assenta uma classificação socioespacial que ainda qualifica a rua e, mais uma vez, expressa por outros moldes, a disputa pelo direito ao espaço público em Campina Grande. Ao questionar o tipo de gerenciamento imposto pela PMCG aos “ex ambulantes” e ao persistirem práticas e sociabilidades, trazidas da rua através de seus códigos sociais e de condutas.

A rua e seus códigos permanecem ativos e presentes: a disposição das mercadorias, a relação com os fregueses e o barulho característicos na forma de anunciar e vender os produtos. Outra questão diz respeito ao repasse, venda e aluguel dos boxes alocados tendo caso de ambulantes que ou voltaram à rua ou exploram a atividade na rua em sua dupla modalidade — “fora” e “dentro” do circuito “formal”.

Tal como na rua, o Shopping Centro e as ARCCAS são caracterizados por uma multidão efusiva de pessoas, personagens e de vendedores que ainda anunciam as mercadorias em voz alta marcando uma fronteira frágil e fluida com a rua. Em tais espaços se encontra de tudo inclusive produtos pirateados e mercadorias sem nota fiscal, proibidas na rua, mas lá “permitidas”.

²⁷¹ SHOPPING CENTRO (sic) — Manifestantes exigem isenção do pagamento de aluguel dos imóveis — Protesto de comerciantes acaba em tumulto em Campina Grande. DB, 30 abr.2002(Caderno Cidades).



Figura 72: Astúcias e fronteiras com a rua.

Fonte: JP, 31 dez.2008.

As ARCCAS e o Shopping Centro identificam uma imagem que organiza, conduz, acompanha e concentra os ambulantes nestes espaços vigilantemente operados pelo poder público. Concepção que engendra a organização por uma visão negativa levada a efeitos sob o espaço público em Campina Grande: seleção e exclusão que ainda percebe a rua, os ambulantes e seu comércio como algo perigoso, ostensivo, agressivo (vide Figura 73) e que necessita ser vigiado, disciplinado, organizado e regulamentado em suas práticas.

Talvez a isso se deva o fato dos equipamentos e serviços (ARCCAS e Shopping Centro) terem sido organizados em sua larga medida pela intenção de enaltecer os usos e símbolos de grandeza do centro comercial mais tradicional e, dessa forma, reforçar como os planejadores, comerciantes e cidadãos lidam com a imagem de Campina Grande em seu espaço público. Espaço que para os ambulantes, especificamente, até agora reserva a tentativa de extinguir a prática de seu trabalho na rua; o que não tem conseguido o poder público.

Porém isso não é tudo, pois a transferência do espaço da rua não eliminou as resistências urbanas na correlação de forças existentes no interior das práticas dos ambulantes que, mais uma vez, escapam à visão disciplinar dos planejadores.



Figura 73: A permanência na rua como espaço de trabalho.

Fonte: JP, 17 maio 2003.

As promessas da revitalização não se cumpriram em sua plenitude nas ruas que, do ponto de vista da recuperação e da necessidade imposta de reinventar o centro pela glamorização dos casarios em art déco, não conseguem fazer do centro de Campina um espaço enobrecido²⁷² por novos usos em troca dos ambulantes deste local.

De tal modo que não assegurou o fim do conflito que suscitara as questões remetidas à atividade econômica dos ambulantes no espaço público da cidade. Os ambulantes recuperaram, aos seus moldes, a paisagem urbana sob critérios estéticos e de resistência na imagem da cidade em sua relação com o espaço público.

Os ambulantes retomam assim a paisagem urbana de Campina Grande e continuam a burlar o poder público ao desenvolverem práticas, sempre crescentes, do comércio informal no Calçadão da Cardoso Vieira e aos poucos voltarem a ocupar várias calçadas do centro da cidade e do que ocorre nas Ruas João Pessoa, Marquês do Herval e na Praça da Bandeira, locais ocupados com a venda de lanches, CDs e materiais eletrônicos, com predominância à noite após o horário normal de funcionamento do comércio.

²⁷² Identificando Campina Grande no sentido de torná-la mais competitiva de modo a “exibir a cidade para o mundo, buscando um lugar ao sol na globalização” (Vainer, 2000).



Figura 74: E o Calçadão resiste!

Fonte: DB, 02 abr.2008.

A distinção social da imagem da cidade repassada pelo trabalho de revitalização do centro é reeditada pelos ambulantes em seus trajetos e deslocamentos como tentativas de “retomar o centro” e as antigas áreas as quais negociavam introduzindo, mais uma vez, o potencializado dissenso na produção das imagens de Campina Grande em seu espaço público:

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Campina Grande, (...), encaminhou ofício à prefeita (sic) Cozete Barbosa manifestando a *preocupação dos lojistas em relação a diversos vendedores ambulantes que começam a ocupar algumas ruas centrais da cidade, principalmente durante os feriados e nos finais de semana* (Grifo nosso!). A presidente Valéria Valença [CDL] informou que o relaxamento na fiscalização abre um perigoso precedente para que os camelôs ocupem novamente o centro comercial.” Esperamos que a Prefeitura Municipal mantenha uma vigilância constante para evitar um mal pior”, disse a dirigente.(...).(…), desde o mês de fevereiro cerca de 630 vendedores ambulantes cadastrados(...) foram retirados do centro comercial e colocados nas áreas de Comércio ao Ar Livre (Arcas) e no Shopping Edson Diniz(...), deixando as ruas livres para os campinenses caminharem livremente pelas calçadas e dando um novo visual às ruas centrais da cidade.Mas para evitar que novos ambulantes se instalem no centro de campina Grande, o departamento de fiscalização(sic) da Secretaria de Serviços Urbanos vem realizando fiscalizações, no entanto, algumas pessoas têm conseguido driblar os fiscais e fixado pontos de vendas, mesmo que seja de forma temporária. (...).²⁷³

²⁷³ CDL Teme volta de camelôs às ruas do centro. JP, 06 jul.2002(Caderno Cidades).

A revitalização teve um efeito limitado e não conseguiu atingir a tarefa precípua e destinação estratégica que se objetivou — adequar a atividade dos ambulantes aos requisitos do comércio formal e, dessa maneira, garantir o esvaziamento de práticas remanescentes das ruas.

É notório o revigoramento ocorrido no Calçadão da Cardoso Vieira, que ainda resiste como imperativo de disputa, de condutor de atividades ditas ‘ ilegais’ e reapropriadas pelos praticantes da cidade. O que acentuando antigos conflitos de interesses e usos aparentemente transformados, em um difícil e frágil equilíbrio entre a harmonia pretendida e a tensão mal disfarçada (Leite, 2004):

*É grande a reclamação da sociedade e dos empresários com a descaracterização do Calçadão da Cardoso Vieira, no centro da cidade, que se transformou numa verdadeira feira de troca e venda de mercadorias (Grifo nosso!), a maioria sem origem comprovada. Na última quarta-feira, por ocasião da ACCG [Associação Comercial de Campina Grande], o diretor José Borges de Medeiros despertou a atenção dos presentes para o problema que se amplia a cada dia. Na oportunidade, o conselheiro José Anchieta Bernardino propôs que o problema fosse apresentado ao Ministério Público para as devidas providências. Também durante a reunião da Associação Comercial, os empresários denunciaram o avanço do comércio informal na calçada da Rua João Pessoa, onde se pode encontrar de tudo: desde batata doce a CD's piratas. (...), a presença das barracas, além de impedir acesso dos consumidores às lojas, também dificulta a passagem dos pedestres.*²⁷⁴

A revitalização do centro de Campina Grande, ao dotar determinados equipamentos (as ARCCAS e o Shopping Centro Edson Diniz) enquanto formas de marcar um limite aos rumos da experiência dos ambulantes nas ruas, não conseguiu inviabilizar as atividades, predominante na tradicional figura dos ambulantes.

De tal modo que os ambulantes resistem e continuam a renovar em seus modos e recriam a imagem pública da cidade, mesmo tendo por base as contradições engendradas pela pretensa transferência de espaços almejada nas ações do *Projeto Campina Grande Déco*.

Ações que implicaram em possibilidades de vender a imagem de Campina Grande por um discurso sobre as decisões na cidade, alicerçadas na vocação econômica do seu comércio e no turismo histórico. Todas

²⁷⁴ ASSOCIAÇÃO comercial vai ao MP. JP, 14 out.2008(Informativo ACCG — Associação Comercial de Campina Grande).

reforçadas em um discurso que balizou o traço significativo da tentativa de eliminar os ambulantes do espaço público de Campina Grande.

Esquecendo, porém, como os ambulantes poderiam fazer valer os propósitos da articulação fronteira entre as dimensões públicas em seus itinerários sob a cidade, em uma interessante e rica subversão espacializada quando dos usos das ARCCAS, do Shopping Centro e da imagem pública da cidade.

Mais do que um simples espaço, dotado de uma interface entre o público e o privado, os usos da rua evocam o movimento e embates que revelam uma cartografia singular na imagem contemporânea de Campina Grande em sua relação com o espaço público.

A tentativa de revitalização do centro da cidade desencadeia a reestruturação do espaço público da rua a partir de um evidente processo da atribuição de sentidos a uma parte da cidade — incluyente ou excluyente dependendo de quem se posiciona neste espaço se comerciantes, ambulantes ou cidadãos, reestruturação que tropeça na dura realidade configurada nas ruas e que não seria tão facilmente recebido sem conflito entre a ordem desejável pelos planejadores e os contrausos experimentados pelos ambulantes.

À época da intervenção havia a informação de que mais de oitocentos ambulantes estariam espalhados pelo centro de Campina tendo sido realocados pouco mais de seiscentos de tal modo que movida pela utopia em remodelar o seu sítio mais antigo sob a ótica de uma imagem da cidade planejada, moderna e funcional em seus usos e atributos, a revitalização buscou padronizar e racionalizar as práticas de rua do comércio informal.

Ao construir as ARCCAS e o Shopping Centro, com base em um discurso de retomar a rua para assim devolvê-la aos cidadãos, terminou-se por formatar espaços mais amplos de práticas neohigienistas e de consumo da cidade por um fluxo incessante de uma nova visualidade urbana do centro, a qual, pelo menos em nível de discurso oficial, não teria assento os ambulantes.

Entanto, não se conseguiu eliminar este personagem, usuário que ainda continua a subverter os usos espacializados oficialmente, ao resistir e, desse modo, reinscrever a imagem de Campina Grande em seu espaço público em destaque à histórica e peculiar resistência do Calçadão da Cardoso Vieira e dos pobres na cidade; como veremos no capítulo a seguir.

É pedra que apóia a tábuia, madeira que apóia a telha. Saco plástico, prego, papelão. Amarra corda, cava buraco, barraco. Moradia popular em propagação. Cachorro, gato, galinha, bicho de pé. E a população real convive em “harmonia normal”. Faz parte do dia-a-dia: banheiro, cama, cozinha no chão. Esperança, fé em Deus, ilusão. Quando a maré encher. Quando a maré encher. Tomar banho de canal quando a maré encher. (NAÇÃO ZUMBI — Quando a maré encher).

CAPÍTULO V

5. IMAGENS DA POBREZA EM CAMPINA GRANDE

5.1 A dimensão sobre os pobres

Neste capítulo realizaremos uma reflexão sobre as imagens de Campina Grande a partir da leitura que se realiza dos modos e tratamentos dados aos pobres, aqui apresentados a partir das ocupações “irregulares” do solo e do arranjo espacial segregado no Município. Procuraremos, de modo geral, entender as tensões e condições que contemporaneamente produziram as imagens da pobreza urbana em Campina.

Esta não foi uma tarefa simples, pois constatamos ,quando da pesquisa de campo, a inexistência de projeto ou estudo voltado ao enfrentamento desta questão em Campina Grande, residindo daí a dificuldade em tentar analisar nas imagens da cidade essa população, em um processo de desconhecimento de como os pobres usam e produzem a cidade.

Isso nos faz supor que nunca houve uma preocupação em se elaborar políticas que tivessem localmente por foco a pobreza urbana, deliberadamente condenada ante por um esquecimento (ideológico) do que por efetiva ausência.

Neste aspecto, apesar da peculiaridade, a pobreza em Campina Grande não é original e reproduz a característica mais geral das cidades

brasileiras: crescimento contraditório e desigual²⁷⁵. Podemos pontuar, a partir da discussão dos pobres, a favelização e precariedade das condições de habitabilidade enquanto fenômenos que, de modo mais acentuado, têm atingido Campina nos últimos 30 anos(vide Figura 75).

É importante frisar que se torna difícil detectar o surgimento da população que poderia ser denominada pobre em Campina Grande. É evidente que, ao longo da sua história, sempre existiu um segmento social percebido como pobre que vive, trabalha, mendiga ou apenas circula por suas ruas.



Figura 75: Campina e a luta pela moradia

Fonte: JP, 21 ago.2002.

Campina Grande acentua o processo migratório de população da área rural, iniciado ainda nos anos 1970, que impulsiona o crescimento da sua mancha urbana. Daí atentarmos, ainda mais, para a rara e preciosa informação abrigada nas entrelinhas dos jornais, através de matérias que expunham as condições e experiências da luta por moradia em Campina Grande no contexto de diversas ocupações, que atuaram de maneira decisiva a demarcar o lugar dos pobres na cidade.

²⁷⁵ Dados mostram que a *Incidência de Pobreza* no Município alcança 58,88%. Fonte: Mapa de Pobreza e Desigualdade — Municípios Brasileiros 2003 — IBGE (Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares — POF 2002/2003).

Ao registrar uma intensa e rápida transformação de sua estrutura urbana, se coloca nos anos 1980 o crescimento de glebas em loteamentos na periferia da cidade típico de uma estrutura socioespacial segregada e com variações bastante significativas nas diversas localidades que compõem sua malha urbana, abaixo representada:

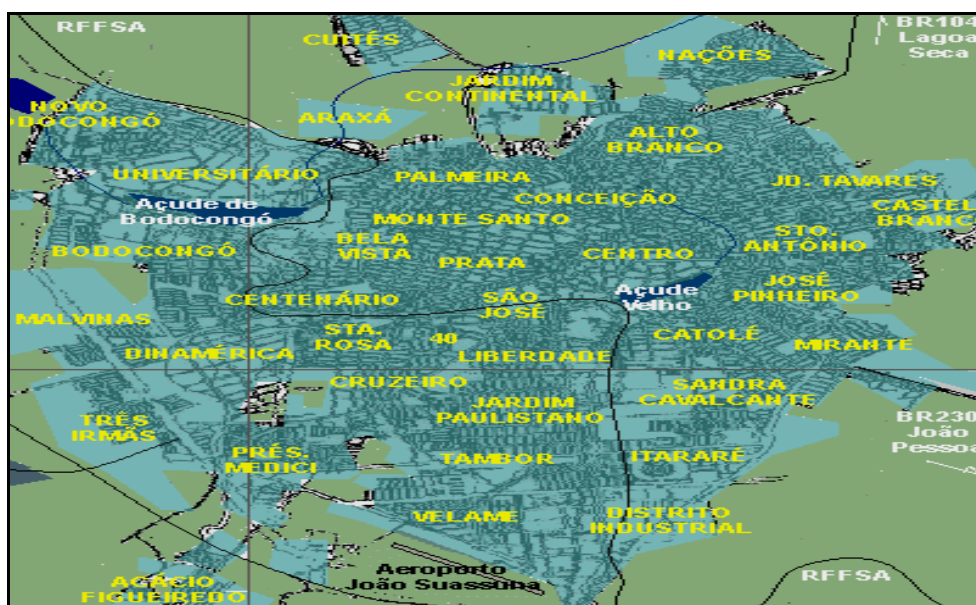


Figura 76: Malha urbana de Campina Grande.
Fonte: SEPLAN/PMCG — 2007

Reflexo de um quadro mais amplo da sociedade brasileira é bastante claro o número, cada vez maior, de pessoas sem emprego e moradia vivendo em favelas que passam a ter visibilidade na paisagem de Campina e em manchetes dos noticiários locais das décadas de 1980-1990.

Os suportes impressos garantiram a publicização do problema gerado em Campina Grande com a pobreza urbana, mediante os relatos e coberturas dos jornais trabalhados que ecoam das áreas periféricas e que acenam com a visibilidade dos pobres. Todavia, cabe pontuar que:

(...), a invisibilidade que ocorre entre os sujeitos que lutam por um espaço para morar contribui para o agravamento de um quadro crítico de indiferença social. Portanto, quando verificamos a inversão desse processo, ou seja, quando vemos a aparição desses “marginalizados” na mídia, (...), estes sujeitos por um lado tornam-se visíveis, mas por outro, terão que lutar mais ordenadamente pelo seu reconhecimento e direitos, em geral, desconhecidos. Dessa forma, passam por um novo processo de estigmatização. (DOWLING, 2006, p.61).



Figura 77: As ocupações emitem os sentidos de novas paisagens.

Fonte: DB, 10 set. 1988.

Quase que sem querer, ou seja, forçosamente, a imprensa local pauta o debate que extrapola o caráter pontual da pobreza em Campina Grande (vide Figura 78), ao revelar o drama de inúmeras famílias com trajetórias e grau de vulnerabilidade semelhantes²⁷⁶ a partir de um cotidiano que repercute, enquanto noticiário, em torno de questões que envolvem não apenas a pobreza, mas as dimensões que esta assume nas imagens e paisagens de uma Campina Grande fragmentada²⁷⁷.

O que, certamente, se coloca em razão de impactos e tensões ocorridas, a partir do crescimento de conflitos relacionados ao uso do solo urbano. De tal modo que:

(...), ao mesmo tempo em que os jornais refletem o grau de vulnerabilidade dos pobres, também emitem sentidos por meio das interpretações sobre as situações retratadas nas reportagens, as ilustrações deixam transparecer um aspecto característico do ambiente de acolhimento dessas histórias — o de que (sic) terminam por revelar o caráter polifônico dos discursos.

(...), outra observação que requer um detalhamento maior diz respeito ao próprio modo de condução das coberturas segundo as quais esse problema social é cotidianamente exibido no noticiário. (SAMPAIO, 2007, p.117-118).

Cabe advertir que, neste cenário, a discussão sobre a pobreza urbana e suas consequências no território se situa na imprensa local não pelo objetivo de dar visibilidade aos pobres, ou ainda mostrar suas reações em

²⁷⁶ Trajetórias que traçam a imagem de um cotidiano de privações dos moradores de áreas periféricas e que revela a condição da pobreza urbana em Campina Grande.

²⁷⁷ Fragmentada no sentido trabalhado no capítulo I.

torno dessa problemática, mas chamar a atenção de como as práticas destes estariam repercutindo enquanto *ameaças* às imagens hegemônicas de Campina Grande.



Figura 78: A pobreza como território instável da cidade.

Fonte: JP, 21 ago.2002.

Alguns elementos explicam essa transformação, acarretada mais precisamente a partir do momento em que, primeiro, número expressivo de pessoas passou a ocorrer à Campina Grande em busca de moradia e alternativas de trabalho, o que contribuiu para o aumento de contínuo desemprego, comprometimento das condições habitabilidade e deslocamento da pobreza para a área urbana, expondo setores mais pobres a todos os riscos.

Ao trazer personagens de uma população sobrevivendo a partir das táticas que circulam e ocupam os espaços da pobreza, um segundo elemento tem a ver com o fato da cidade passar a ser marcada de maneira indelével por uma população empobrecida, com múltiplas vivências que reconfiguram, pelas ocupações, um território de tensões na construção do seu espaço

urbano através de sujeitos que lutam na cidade e descrevem a busca pela moradia como um território.²⁷⁸.

Transformação essa que altera o modo de pensar os pobres, em uma nova espacialização e estruturação das cidades que tem a ver com uma questão não apenas local, mas nacional. Conforme nos esclarece Queiróz (1993):

O início da década de 80, que marca o período final do regime autoritário, marca também a emergência de novas configurações sociais e novas formas de representar a pobreza. Consolida-se o desenvolvimento industrial do País ao lado de alterações significativas na composição da PEA [População Economicamente Ativa], observando-se o decréscimo do setor localizado na agricultura, ao lado do crescimento dos setores urbanos. A urbanização prossegue em ritmo acelerado, sendo que em 1980 69,5% da PEA já se localiza nas áreas urbanas do país (...). Mudanças ocorrem ainda, na configuração espacial da cidade, sendo de interesse (...), o fenômeno da periferização (...), que significou a segregação da classe trabalhadora para locais distantes do centro e marcados pela escassez de serviços urbanos e equipamentos de uso coletivo (...). (QUEIRÓZ, 1993, p.75).

Paralela à produção desse espaço urbano há todo um contexto de mudanças, redefinidas em função da transição do fordismo para o regime de acumulação flexível, com consequências na rede urbana do país que especificamente apontava para uma orientação sob os novos papéis que as cidades médias do Nordeste brasileiro deveriam cumprir:

Na região Nordeste, observou-se uma estratégia urbana que visou o crescimento das atividades produtivas e a melhoria na infra-estrutura (sic) funcional e no equipamento social das capitais dos Estados dos pólos secundários regionais, e a dinamização dos núcleos urbanos regionais que exerciam funções de polarização do desenvolvimento regional através de apoio às atividades produtivas e dos investimentos em infra-estrutura urbana (sic) e equipamentos sociais. A esses núcleos caberia importante função na contenção do processo migratório e no apoio às atividades agropecuárias e agroindustriais.

Outra preocupação surgiu igualmente, quanto ao papel econômico das cidades, conforme a situação geográfica na qual se encontravam.

Entretanto é forçoso assinalar que a partir da década de 70 começaram a ocorrer substanciais mudanças no ritmo do modo de produção capitalista, verificando-se a passagem do sistema fordista para o regime de acumulação flexível. Ainda que essa transição não se consumasse simultaneamente em todo o território brasileiro, não é possível olvidar as transformações em curso. Assim sendo, tornou-se claro que o papel da rede urbana brasileira também passou por mudanças relevantes, acompanhando as transformações ocorrentes no processo produtivo. (...). (PONTES, 2006, p.328).

²⁷⁸ De acordo com Dowling (2006, p.42), no contexto das ocupações, a casa passa a ser associada a uma questão primordial de ordem identitária desses sujeitos. Ao revelar costumes, estilos de vida e valores dos ocupantes, no espaço escolhido com meio provisório de moradia.

Associa-se e justifica oficialmente a integração dos agentes, presentes no espaço urbano local, aos diversos setores produtivos tendo por base a discussão sobre a atração populacional exercida pelo Município e sua conformação espacial no sistema nacional de cidades. Campina é reportada como pólo regional de desenvolvimento e alcance espacial da sua área de influência, no âmbito de uma nova divisão técnica e social do trabalho. A esse respeito Silva Jr.(2009) afirma que:

Dois elementos são fundamentais para confirmar a tendência na qual Campina Grande viu-se envolvida como força de atração populacional. O primeiro, apesar da crise, seria o processo de industrialização e desconcentração industrial na direção do Nordeste, e o segundo, a intensificação do processo de urbanização apoiado pelo governo federal, ainda mais na realidade local, em que dramatizados periodicamente pela incapacidade de convivência com as secas, as populações regionalmente circunvizinhas, (...), vão acorrer para Campina Grande em busca de melhores possibilidades de vida. (SILVA JR., 2009, p.21-22).

Campina Grande cumprirá regionalmente o papel de articuladora do território, naquilo que pode ser denominada por uma *urbanização espraiada* (Santos, 1993) marcada pela periferização, fragmentação e dispersão com grandes contrastes socioespaciais. Em análise desse processo, Maia (2010) observa que tal momento também foi impulsionado pela execução de programas como o CURA e o PNCCPM:

O processo de urbanização de Campina Grande arrolado revela-se parcialmente no quadro demográfico referente ao período de 1970 a 2000. (...). Analisando-se os dados dos Censos Demográficos do período de 1970 a 2000 (...), verifica-se um crescimento de 54,96%. Tal crescimento deu-se em ritmos diferentes. Na primeira década, 1970 a 1980 o aumento populacional foi de 52.524 habitantes. Este acréscimo é entendido por alguns autores como sendo decorrente das intervenções feitas a partir dos Programas Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) e o Programa Nacional para Cidades de Porte Médio (PNCPM) (sic). Apesar da ineficácia em dirimir a especulação imobiliária, os mesmos favoreceram modificações na infra-estrutura e principalmente na economia urbana (particularmente o PNCPM), permitindo a fixação da população local (MAIA, 2010, p.5-6).

Nesse contexto, no período de 1980-1991 observa-se um acréscimo²⁷⁹ da população do Município em quase 1/3(Silva Jr., 2009), com a

²⁷⁹ Ao contrário de décadas anteriores, nas quais a cidade apresentara taxas de população decrescentes: 1,98% a.a no período de 1950/60 e 0,46% a.a no período de 1960/70. A esse respeito cf.: CAMPINA

redistribuição espacial da sua população que modificará seu tecido, acarretando a proporção de pobres na cidade, pois a disputa pelo espaço urbano começa a mudar ao aprofundar as diferenças socioespaciais em um ritmo significativamente mais intenso do que as cidades médias da região:

O caso de Campina Grande, a partir dos números de seus Censos Demográficos, evidencia a *barbarização do padrão urbano-social* (Grifo nosso!) que se moldou aqui. No período de 1980 a 1991, período intercensitário, a população da cidade cresceu, em termos absolutos, em 78.487 pessoas, com uma taxa média anual de crescimento, nesse período, de 2,53%%. Já nos anos 90, a cidade diminui sua taxa de crescimento populacional para apenas 0,91% ao ano, equivalendo, em termos absolutos, a um aumento de apenas 29.024 pessoas, ou seja, uma diminuição em mais de 60% do seu nível de crescimento em relação à década de 1980, abaixo inclusive da taxa de crescimento nacional nos anos 90, que foi de 1,5%%. (SILVA JR., 2009, p.25).

As correntes migratórias de população da área rural, muito presentes até início dos anos 1990, impulsionaram a mancha urbana de Campina Grande registrando-se significativo crescimento populacional com a ampliação do perímetro urbano e rápida transformação de glebas rurais, em loteamentos periféricos com variações bastante significativas nas diversas localidades que compõem esta malha, típica de uma conformação segregada. Nesse cenário, mais uma vez, Pontes (2006) pontua que:

(...). Portanto, a cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia, bem como atualmente ela pode manter relações com o mundo globalizado constituindo com este uma nova rede geográfica superposta à que regularmente mantém com suas esferas de influência. Esta segunda rede (...), diz respeito ao sistema de relações realizadas sob o território com áreas rurais ou outras cidades próximas ou mais distantes sobre as quais ela exerce uma condição de comando. (PONTES, 2006, p.334).

Em razão das consequências sociais, atribuídas à crise que se abatera em Campina Grande naquele momento, agrava-se a escassez dos postos de trabalho e a ausência de uma ação pública que pudesse acompanhar o quadro crescente de demandas urbanas.

GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCPM/MINTER — Perfil do Município* (Evolução). Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

Entre 1991-2000 há um decréscimo no ritmo do aumento populacional em Campina também explicado, de acordo com Maia (2010, p.5), por uma maior centralidade que passa a exercer João Pessoa.

Sob essas condições Campina passa da existência de apenas 03 grandes áreas pobres em 1980 — Jeremias, Cachoeira e Pedregal — para as atuais 38 favelas, 739 cortiços e considerável déficit habitacional²⁸⁰ além de inúmeros parcelamentos irregulares com ocupação inadequada de áreas e deterioração da estrutura urbana do seu território.

É possível observamos que o aumento bastante significativo do número de favelas, já existentes na década de 1970, conforme deixam claras as passagens abaixo:

O incremento do número de subhabitações em Campina se deu, sobretudo, nos últimos cinco anos: até 1979, a cidade contava com apenas três favelas de maior expressão: Cachoeira, Pedregal e Jeremias. No último quinquênio[1980-1985](sic), entretanto, verificou-se um acelerado processo de favelamento, como consequência de cinco anos de seca na região Nordeste (que, inclusive, intensificaram o êxodo rural) e do processo de proletarização de vastas camadas da população, fruto da grave crise econômica, social e política a que foi conduzido o país, pelos sucessivos governos militares.(MELO,1985,p.31).

João Pessoa e Campina Grande estão entre as três cidades do Nordeste que apresentaram o maior crescimento populacional nas favelas no período de 1980 a 2000. A capital da Paraíba é a segunda cidade nordestina em aumento de população vivendo em favelas — com um crescimento anual de 12, 38% — e Campina Grande ficou na terceira colocação no ranking — com crescimento anual de 9,62%.²⁸¹

É significativo que a Campina “informal” passe a ser construída em clara vinculação com a ordem urbanística regida pela combinação de ocupações “irregulares” de terrenos públicos e privados, originadas em torno das situações de pobreza em circulação na sua periferia (vide Figuras 79 e 80).

²⁸⁰ O *Déficit Habitacional Básico* (DHB) em Campina Grande é de 12.192 habitações, 13,97% dos domicílios existentes no Município, com uma população de 50.451 hab. e 12.130 domicílios localizados em áreas marcadas pela ilegalidade fundiária e urbanística; podemos ainda constatar o número de pessoas morando em cortiços — 24.444 hab. A esse respeito cf. CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diagnóstico Urbano-habitacional de Campina Grande*. Campina Grande: SEPLAN, 2001; CAMPINA: urbanização já chegou a 19 comunidades. JP, 22 jun.2008(Caderno Cidades).

²⁸¹ CAPITAL e CG (sic) lideram o crescimento de favelas no Nordeste. JP, 22 jun. 2008(Aline Lins — Caderno Cidades).

A título de informação, a referida matéria recorre aos dados de pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre os *Principais Problemas Regionais Urbanos*. Cabe também mencionar que a primeira cidade, no ranking nacional e no Nordeste, é Maceió (AL) que tem taxa anual de 20,99% de pessoas vivendo em favelas.

A modificação da morfologia urbana que impulsionará a periferia em Campina Grande reproduz um crescimento não contínuo, espraiado e fragmentado.



Figura 79: Imagens da pobreza como ameaças.

Fonte: DB, 05 set.1988.



Figura 80: A Campina "informal" em circulação na periferia.

Fonte: DB, 12 dez.1989.

Neste sentido se pode verificar que a estratégia local de desenvolvimento urbano se dará no sentido de destacar a função de Campina dentro do sistema intraurbano, micro e macro regional, e de obediência a uma diretriz nacional. Justificada quando, por exemplo, da inclusão da cidade no PCCPM /MINTER.

Isto se deve a privilegiada posição do Município em relação ao estado (sic) da Paraíba, (...). Assim sendo, Campina Grande, ressalta como elemento de domínio sobre a significativa parcela do espaço estadual, fornecendo serviços e atraindo contingentes populacionais que se fixam em seus limites.

Como estratégia básica do seu desenvolvimento, vale ressaltar que sua inclusão no PCCPM orientou o seu planejamento no sentido de fortalecer a estrutura urbana em consonância com as diretrizes emanadas da CNDU e traduzidas em nível regional pela SUDENE, (...).²⁸²

Consolida-se na paisagem de Campina Grande a presença de determinadas tramas e arranjos socioespaciais, trazidos com a luta pela moradia e a ocupação irregular de inúmeras áreas do sítio urbano, em um desenho na hierarquia social dado a partir das itinerâncias dos pobres urbanos neste território.

Um conjunto de fatores reporta às mudanças ocorridas no próprio Estado brasileiro e, ao conferir atenção especial através de uma “estratégia participativa” (Queiróz, 1993), apresenta outra postura em relação à gestão da pobreza e, por objetivo, o controle dos conflitos urbanos:

Evidentemente, esta estratégia “participativa” tem objetivos políticos tanto de controle dos conflitos urbanos como das organizações de representação dos moradores pauperizados. Entretanto, o controle relativo alcançado com essa estratégia governamental de gestão da pobreza é sempre instável em consequência (sic) da enormidade de contradições sobre o qual se exerce. (...). (QUEIRÓZ, 1993, p.23)

A visibilidade dos pobres²⁸³ e o espetáculo da pobreza aparecem, neste momento específico, vinculados às faces de um debate sobre o qual se

²⁸² CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCPM/MINTER — Perfil do Município* (Estratégia Local de Desenvolvimento Urbano). Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

²⁸³ Uma das imagens mais fortes que dissemina a leitura sobre os pobres é a que projeta os pobres pela noção de “classes perigosas” (Chevalier, 2002). A pobreza, aos olhos de determinados setores, torna-se

inserir as sínteses de Campina. É notório também que, nesse momento, em meio à chamada nova questão social, o Estado passa a “reconhecer” e a se “responsabilizar” pela pobreza urbana:

Na Paraíba, como em outros Estados da federação, a apropriação deste discurso pelo governo local é consequência (sic) também da crescente importância do voto dos setores populares urbanos bem como da agudização dos conflitos sociais e da emergência de organizações populares com caráter reivindicativo.

Este conjunto de fatores leva o governo do Estado a modificar as formas de interação com a pobreza urbana em suas expressões organizativas, (...). (QUEIRÓZ, 1993, p.20).

Este processo vai caracterizar as relações entre o Estado e os pobres urbanos por novos mecanismos de regulação social e novas formas de administração da pobreza no Brasil, em função da intensificação do seu crescimento no espaço urbano²⁸⁴ (Queiróz, 1993), onde os significados e conteúdos das ambivalências (legal — ilegal / regular — irregular).

Define-se localmente o espaço de tensões que constitui a mudança de olhar sobre Campina Grande, expressa na instauração da (des) ordem (Catta, 2009; Ferrarini, 2009) que passa a ocorrer em proliferação da pobreza e a partir das ocupações e conflitos provocados pelas transformações no urbano.

É nesse prisma que se observa em Campina Grande a confluência de uma imagem, que corre em paralelo e se coloca para além da oficial, de uma ordem urbanística e ambiental ditada pela “irregularidade”, a qual a divisão aparente entre a cidade e suas partes se vincula, em uma intrincada rede de relações contraditórias:

(...). As dualidades legal — ilegal ou mesmo regular — irregular definem-se a partir do aparato jurídico formal, enquanto a oposição formal-informal parece referir-se muito mais ao processo e à situação dos agentes responsáveis pela produção do ambiente construído e pelo grau de formalização das relações entre eles. A dupla planejada — espontânea carrega a marca da intencionalidade subjacente aos processos, sejam eles

não só visível, mas, potencialmente perigosa às primícias da ordem. A esse respeito cf.: Carneiro (2009); Ferrarini (2009), Pesavento (2008).

²⁸⁴ A esse respeito interessantíssima contribuição é dada por Queiróz (1993) ao recuperar o percurso histórico da *administração da pobreza pelo Estado* e as principais formas de gestão e diversidade de perspectivas que esse processo assumiu na sociedade brasileira.

formalizados (...), sejam eles via mecanismos não formais, (...). Enfim, são inúmeros os exercícios que podem ser feitos, assim como são vários os significados e conteúdos ideológicos a eles atribuídos (Grifo nosso!). (COSTA, 2006, p. 147).

Essas transformações são advindas de uma *cidade não realizada* (Certeau, 1994), não aceita nas sínteses hegemônicas e sob suspeição em sua projeção. Os pobres e suas ocupações no território emitem os sentidos de novas paisagens, marcando em definitivo a dinâmica urbana de Campina Grande. Mesmo em momentos em que se é exigido deixar transparecer uma não conformação com essas presenças neste território:

(...) É necessário que Campina Grande não cresça forçada pelas invasões e ocupações de sua periferia, pelos loteamentos de sentido econômico (sic) que tem (sic) sido feitos, enfim pelas favelas que quase cercam a cidade. (...) ²⁸⁵

A imagem dos pobres se coloca enquanto *(des) ordem* nas projeções da cidade (Certeau, 1994) e descortina, aos olhos das sínteses, o significado de tensões que consigo trazem sujeitos e situações novas no espaço urbano de Campina Grande:

Contrastando visivelmente com as modernas instalações das fábricas ali [Distrito Industrial] implantadas uma série de barracas sem a menor estética vem ultimamente incidindo (sic) as áreas (...) do Distrito Industrial constituindo um espetáculo degradante aos olhos de quem visita (...) nossas organizações empresariais no setor da indústria. (...). *Justamente agora, quando o governo do município está se interessando tanto no desenvolvimento das atividades turísticas em Campina Grande, precisando, por isso mesmo, apresentar aos visitantes uma boa imagem da cidade, aquelas barracas infectas e mal arrançadas não podem a nenhum pretexto, permanecer ali* (Grifo nosso!). ²⁸⁶

Esta paisagem coloca a compreensão dos pobres que, na ótica de setores mais abastados, revelam um problema ao espetáculo da urbe o qual deveria ser controlado para não contagiar as imagens desta. É importante destacar que tal leitura procede de uma construção histórica do espetáculo da pobreza nas cidades brasileiras, de tal modo que:

²⁸⁵ PLANEJAMENTO urbano. JP, 18 jan. 2001(Editorial).

²⁸⁶ DISTRITO industrial. DB, 02 jun.1977(Editorial).

A pobreza sempre incomodou as camadas dominantes das sociedades, (...). Não pelo que ela representa em termos de injustiça social, marcadamente pelas desigualdades que se ampliam (...) sob seus auspícios, mas pelo que ela tem de repulsivo esteticamente, pela afronta aos padrões higiênicos e morais estabelecidos pelas elites, e principalmente pelo que representa de perigo à ordem estabelecida. (CATTA, 2009, p.289).

O conteúdo dessa escrita mobiliza assim a possibilidade de esconder, dispersar e omitir os pobres campinenses ,mais do que os significados a eles atribuídos, se projeta o distanciamento destes como *espacialidades invisíveis* (Fernandes apud Gustin, 2001).



Figura 81: Itinerâncias dos pobres em Campina.

Fonte: DB, 12 dez.1989.

São distintas as características que sustentam o contraste entre as duas imagens — a da cidade disciplinada/disciplinar e a da cidade labiríntica (usuários — pobres), o que nos faz lembrar a descrição de Calvino (1990), sobre a impressão de *Maurília*:

Em Maurília, o viajante é convidado a visitar a cidade ao mesmo tempo em que observa uns velhos cartões- postais ilustrados que mostram como esta havia sido: a praça idêntica mas com uma galinha no lugar da estação de ônibus, o coreto no lugar do viaduto, duas moças com sombrinhas brancas no lugar da fábrica de explosivos. *Para não decepcionar os viajantes, é necessário que o viajante louve a cidade dos cartões-postais e prefira- à atual ,tomando cuidado porém,em conter sem pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas(Grifo nosso!) (...).* Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome,nascem e morrem sem se conhecer, ,incomunicáveis entre si. Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; mas *os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos* (Grifo nosso!). (CALVINO, 1990, p.31-32).

Está claro que o raciocínio desse processo reporta à Campina Grande dos cartões-postais que tenta polir a beleza, a partir do discurso de sua requalificação urbana, e tirar a poeira (vide Figura 81) pela realização de cenários onde à diferenciação, de quem deve ou não permanecer em sua memória, é disposta em perspectivas estratégicas que efetivamente conduzem o ideal de sua modernidade pela ocultação de partes da cidade.

Estas partes deveriam ser não apenas esquecidas, mas desmobilizadas em suas representações e memória, não referidas ou reconhecidas como valor turístico atrativo e peculiar a qual se refere à história de Campina:

Nota-se, então, a existência de um comportamento padrão dos suportes que contribui para o reforço de uma imagem bastante enrijecida (...), segundo a qual os pobres não são pensados a partir de sua positividade concreta — pelo que são, de fato —, mas por sua face negativa, ou seja, pelo que lhes falta e pelo que não possuem, numa atitude que os contrapõe à figura idealizada e desejável do indivíduo não-pobre...(SAMPALHO, 2007, p.119).

O conceito de pobreza é portador de múltiplas dimensões (da vida individual e coletiva), muitas vezes situadas apenas no contexto de desigualdades materiais que o definem e o mensuram pelo crescimento econômico, único modo de expressão agregado aos processos de riqueza e expansão seja no plano socioeconômico, cultural, político, moral, etc.

Desse ponto de vista chamamos a atenção para o que se impõe como tentativa de compreensão da imagem de Campina Grande (vide Figura 82), ao nos possibilitar pensar *pobreza* e *segregação urbanas* como processos combinados. O que nos exige deixar claro que referenciais e suportes estamos operacionalizando, ao refletirmos a partir de tais conceitos.

Passa-se a se conceber riqueza e desenvolvimento através do crescimento infinito e indiscriminado do ser humano, com pleno acesso ao consumo. Nesta perspectiva, a pobreza seria sinônima de insuficiência de renda e carência de recursos materiais. Contrariamente, o crescimento econômico seria o meio para as pessoas ampliarem suas liberdades e

qualidade de vida: se riqueza é expansão das liberdades, pobreza é a sua privação.



Figura 82: O espetáculo da pobreza urbana.

Fonte: DB, 18 maio 1987.

Tais conceitos vêm sendo questionados dado o caráter economicista, com mensurações a partir da renda. Daí porque, de acordo com Bajoit (2006), podemos distinguir quatro perspectivas para o conhecimento da problemática dos pobres e da pobreza.

Quatro imagens, quatro rostos tal como veem o pobre: *marginal*, *explorado*, *dependente* e, por consequência, o pobre como *desafiado*. Historicamente cada um destes “rostos da pobreza” se inscreve numa concepção do contrato social:

(...). Seria necessário, pois, se possível, (...), ultrapassar essas maneiras redutoras de ver a pobreza e tentar inventar uma leitura mais complexa (...) da realidade da pobreza, tal qual ela é vivida hoje por aqueles que estão nesta condição. (BAJOIT, 2006, p.100-101).

A esse respeito Castel (2006) questiona o conceito de exclusão social²⁸⁷, “dada a unilateralidade e ambiguidade do mesmo”, ao propor a leitura da reconfiguração da questão social que apontaria para as formas contemporâneas de ação dos pobres. Pois, “(...) os “excluídos” não constituem, propriamente, um grupo homogêneo. (...)” (CASTEL, 2006, p.63).

²⁸⁷ A esse respeito cf.: Balsa; Boneti; Soulet (Orgs.), (2006).

Ou seja, deva a pobreza urbana ser problematizada a partir dos planos sóciohistórico, institucional e sócioantropológico que se manifestam como modos de apreensão da cidade que traduz, sob novas formas de desigualdades e ações, o conjunto heterogêneo de situações que exige múltiplas leituras. A respeito dessa noção Castel ainda afirma que:

(...) a inflação atual dos discursos sobre a exclusão acarreta consequências (sic) perversas. Não somente porque é uma noção vaga e indeterminada, cujo poder explicativo é fraco, mas especialmente porque ao focalizar a atenção em indivíduos completamente dessocializados, ela impede de ver as dinâmicas coletivas e as reações globais de dominação que estão sempre em ação na nossa sociedade. (...). Seria necessário (...), redefinir hoje a problemática da estratificação social e das desigualdades sociais, para compreender que aquilo a que chamamos de exclusão remete para dinâmicas de dominação e para conflitos sociais que atravessam toda a sociedade. (CASTEL, 2006, p.64).

Para Soulet (2006) a exclusão social foi num dado momento a forma de problematização da questão social e, como tal, é conduzida a deixar de ser objeto privilegiado quando a questão social assume um conjunto heterogêneo de configuração da miséria no mundo atual.

Em relação à sociabilidade urbana consideramos que este momento envolve uma profunda transformação na experiência e conflitos urbanos, cujas dimensões devam ser percebidas em torno do lugar dos pobres nesse processo. De acordo com Machado (2009):

(...), nas duas últimas décadas, o conflito social passou a reconhecer outro protagonista que já não se encaixa na forma do antigo esquema de confronto. Não estamos — nós todos, este plural imperial que reservamos à “sociedade em geral” — mais tratando de camadas subalternas. Estou cada vez mais convicto de que vivemos em uma conjuntura em que o conflito social como conhecíamos, unificado e consolidado em última instância na luta de classes, anda muito mais fraturado do que se costuma pensar. No limite, isso remete à urgente necessidade de uma adequação, de uma revisão das categorias conceituais com as quais a ciência social tem lidado. (...). (SILVA, 2009, p. 39).

A discussão da pobreza urbana se impõe, portanto, para além da exclusão ao destacar a heterogeneidade de territórios pelo retrato da cidade crescentemente desigual e dimensionar espaços, igualmente pobres, que se apresentam em características muito diferentes ao que produzem (e reproduzem) as condições de pobreza nestes mesmos espaços. Os

processos de pobreza se manifestam, ao introduzirem o significado de nova paisagem e imagem urbanas:

(...) daí que o *reestruturado mosaico social* (Grifo nosso!) resultante se materializa em uma *cidade fractal* (Grifo de autoria!), fragmentada e polarizada devido à existência de novas formas de metropolaridade, desigualdade e marginalização (...) no meio de uma extraordinária riqueza. (MATTOS, 2004, p.175-176).

A segregação, tal como a pobreza, é um processo fundamental para a compreensão da estrutura espacial intraurbana (Villaça, 2001). Observa-se que a ideia de segregação é excessivamente abrangente²⁸⁸, pois nomeia heterogêneos processos que produzem separação ou concentração de grupos sociais. Podemos dizer que, com base em Marques (2005), a segregação socioespacial envolve pelo menos três sentidos ou processos distintos:

(...), a segregação pode estar associada às idéias de gueto (...), dependendo de os processos de segregação serem impostos por terceiros aos grupos sociais que são isolados, ou construídos como estratégias pelos próprios grupos em isolamentos. Em ambos os casos há barreiras físicas a serem transpostas para sair (...) ou para entrar. (...).
Em segundo sentido, a segregação significa desigualdade de acesso, em várias acepções da expressão. (...).
Em terceiro sentido, segregação significa separação ou homogeneidade interna e heterogeneidade externa na distribuição dos grupos no espaço. (...). (MARQUES, 2005, p.31; 33-34).

Esses processos, de acordo com Bourdieu (1997), traduzem principalmente o controle do acesso ao lugar; controle e proximidade dada pela violência reproduzida simbolicamente no espaço arquitetônico e em decorrência de *habitus*, tacitamente exigidos para se ocupar fisicamente um *habitat*, ao criar uma situação socioespacial entendida por *efeitos de clube*:

(...) *efeitos de clube* (Grifo de autoria!), que resultam da associação durável (nos bairros chiques ou nas residências de luxo) de pessoas e coisas que,

²⁸⁸ A esse respeito cabe situar o debate na Sociologia Urbana, derivado pela *Escola de Chicago*, ao afirmar a 'segregação ecológica' como concentração dentro de uma mesma área residencial que procede ao fato de os habitantes da cidade ser diferentes e interdependentes; *Lojkin* (1981) — para o qual a segregação é uma *manifestação da renda fundiária* urbana produzida pela formação dos preços do solo; *Castells* (1978; 1987) que entende a segregação urbana como uma tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e forte disparidade social entre as quais há uma estratificação urbana. Citamos ainda, a já também clássica contribuição de *Caldeira* (1992) que, por uma ótica antropológica, atualiza o conceito de segregação numa rica análise dos condomínios fechados propondo ler a nova 'cidade de muralhas' demonstrada pelo mapa cognitivo advindo da narrativa do medo, de crise econômica, incertezas e de um processo de distinção que geraria a maior *proximidade entre diferentes grupos sociais*.

sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns, isto é, na medida em que elas excluem, em direito (por uma forma de *numerus clauss* (Grifo de autoria!) ou de fato o intruso está fadado a provar um sentimento de exclusão capaz de privá-lo de certas regalias à pertença), todos os que não apresentam as propriedades desejadas ou que apresentam uma (pelo menos) das propriedades indesejáveis. (BOURDIEU, 1997, p.165-167).

Quanto ao conjunto do território, em situações de coabitação entre ricos e pobres, a proximidade do espaço físico não é suficiente para a apropriação dos *efeitos do lugar*. São bastante comuns as práticas de lutas pela apropriação do espaço, onde o lugar ocupado permite o acesso a outras formas de capital inscritas no território, seja pela capacidade de dominação simbólica do espaço — que mantém à distância pessoas e coisas indesejáveis — ou ainda, através da *violência simbólica* (Bourdieu, 1997) que permite reforçar as posições de poder no conjunto do território.

Nesta perspectiva, pobreza e segregações urbanas promovem uma releitura importante, ao sugerirem fenômenos que se colocam em função da apropriação diferenciada do urbano sobre o social e da desigual localização dos recursos neste espaço. A pobreza urbana não mais pode ser interpretada apenas pelo caráter objetivo e material, fenômeno explicado por única dimensão, em outra forma de interpretá-la:

(...). A expansão da pobreza e sua aglomeração nas periferias das grandes cidades lhe conferem maior visibilidade e os discursos emergentes não conseguem mais dissociá-la das condições sociais nas quais foi gerada (...). Assim, a responsabilidade sobre a existência do problema não é mais atribuída ao indivíduo que não absorveu a ética do trabalho ou que recusa seu ingresso na sociedade do trabalho. A pobreza passa a ser explicada enquanto decorrência de problemas estruturais, basicamente da incapacidade do sistema econômico absorver o contingente de mão de obra que se coloca à sua disposição. (QUEIRÓZ, 1993, p.69).

Uma multiplicidade de leituras se sucede para sustentar o argumento segundo o qual se define a presença do pobre — *fora do lugar* — por uma presença, traduzida na ordem urbana por práticas que excluem “os de baixo” e ignoram a capacidade dessa população em reagir coletivamente (vide Figura 83) em implicações de processos socioespaciais significativos à produção desigual do urbano.

De forma geral, que incidem sobre a forma da mancha urbana, nas direções de crescimento, na verticalização, nas densidades, no pouco ou nenhum acesso a serviços de saneamento básico, saúde, educação, segurança econômica, social, enfim, no direito à cidade.



Figura 83: As reações dos pobres em Campina.

Fonte: DB, 10 set. 1988.

Práticas de distinção social que chamam a atenção na medida em que a solução para a pobreza na cidade seria o distanciamento físico e, por resultado, o distanciamento social:

A presença dessa população [pobre] em um território social e simbolicamente tão diferente gera uma série de efeitos, que vão desde o desconhecimento da sua existência a práticas de utilização das ambiguidades como estratégias de desclassificação social e de estigmatização, ou ainda, de violência simbólica e de isolamento social. O resultado é a instauração de uma dinâmica social que acomoda de maneira funcional as relações de proximidade territorial e dominação social, expressa pela sociabilidade interna dos moradores, nas representações que fazem sobre o seu lugar e nas práticas de uso e apropriação do território. (RIBEIRO, 2009, p. 52).

Ainda, de acordo com Ribeiro (2009), o fundamento da *pax urbanus* da cidade brasileira resulta e alimenta o lado estamental da ordem social, ao marcar a hibridez de valores hierárquicos e igualitários que legitima a crença de que as pessoas são naturalmente desiguais. Essa dinâmica social indica intensas e grandes transformações, numa maior complexidade de processos

no urbano, dentre as quais a pobreza. O que produz uma maior distinção, e distribuição dos grupos no tecido social da cidade:

(...) o padrão de segregação das nossas cidades têm (sic) nos levado à conclusão de que a ordem urbana brasileira exprime de maneira nítida na sua territorialidade e sociabilidade a hibridez da nossa ordem social, (...). Ou seja, o espaço social conformado (...) traduz a histórica ordem social híbrida na qual valores, práticas e papéis inerentes a um sistema estatutário, hierárquico, pelas quais as pessoas são consideradas naturalmente desiguais em termos de poder social e ocupam posições inferiores da escala de honra social, convivem com os valores e papéis relativos a uma ordem competitiva e individualista, em que o mercado distribui os recursos e o poder e as pessoas são consideradas socialmente pela sua autonomia e capacidade. A distribuição territorial (...) dos grupos sociais nas cidades brasileiras expressa essa ordem por meio do padrão de proximidade física e da distância social, (...). (RIBEIRO, 2004, p.34).

Proximidade e distância têm por pertinência as diferenças de localização, promoção imobiliária, política de investimentos (públicos) em habitação popular, transportes, acesso a equipamentos de serviços, ou ainda, o desenrolar das lutas e ações coletivas como tentativas de melhoria das condições de vida neste lócus. São processos e transformações que, por sua vez, representam particularmente a apreensão do que ocorre como busca por fixar no urbano uma imagem dos pobres, de tal modo que:

As transformações espaciais não são consideradas somente na sua dimensão físico- territorial, mas envolvem, em grau crescente, ponderações de ordem simbólica. O lugar, a imagem e a identidade, elementos profundamente ancorados na cultura local se tornaram fundamentais. (...). (VAZ, 2004, p.2).

Essas transformações incidem sobre o desaparecimento da cidade como forma urbana caracterizada pelo sentido centro-periferia e, ao se acentuar o crescimento rumo às bordas e áreas periurbanas do território, na construção dos espaços periféricos.

Espaços estes que representam a configuração de processos históricos de estruturação intraurbana das cidades brasileiras pelo que implicam em consequências das localizações e, por sua vez acabam por gerar outro modelo urbano- segregado, diferenciado e pobre:

O que está emergindo desse processo é uma configuração urbana muito diferente e muito mais complexa que a cidade do período anterior, mais difícil de delimitar e medir, e por isso a própria concepção de cidade imposta no passado está sendo revista. Este fato obrigou a estabelecer novos

critérios que permitam sua definição e apreensão; (...). (MATTOS, 2004, p.178).

Em Campina Grande este cenário marca o redirecionamento da ocupação do território com a acentuação segmentada do espaço urbano, iniciada ainda na década de 1970 pelo PDLI e o CURA. Isso se configurou em um rápido processo de transformação desse espaço por novas formas e usos, que consigo trouxe a inscrição de um conjunto heterogêneo de sujeitos (favelados, ocupantes, migrantes, ambulantes, etc.) e significativo impacto de reações populares.

As reações dos pobres são percebidas quase sempre como desordem, e por nós pensadas como formas contrapostas ao padrão das intervenções na cidade e aos mecanismos de segregação por este gerado. Pois, de acordo com Kowarick (1994), embora aparentemente não fosse planejado, esse padrão de uso do solo nos anos 1980 é resultado de uma estratégia deliberada do Estado e empreendedores privados de permitir o desenvolvimento “desordenado”. Conforme observamos na Figura (84) a seguir:



Figura 84: A percepção dos pobres urbanos em seus deslocamentos.

Fonte: DB, 21 set. 1988.

A ideia era aliviar a crise de escassez de moradia, beneficiar proprietários de terras e loteadores, e utilizar a retórica como substituto para gastos públicos. Consideramos assim que a difusão da desordem trata de

afetar a pretensa coesão do conflito social, tal como passa a ser vivido e pensado na cidade, de maneira que:

(...). A desordem estava estabelecida para proporcionar uma nova ordem implementada pelos projetos de modernidade emanados do governo brasileiro. (...). E quem proporcionou aquela desordem, aos olhos do poder público e daqueles que o apoiava(sic), eram os segmentos empobrecidos, os trabalhadores desempregados, aqueles que viviam expedientes fortuitos e ocasionais pelas ruas da cidade. (CATTA, 2009, p.24-25).

Esse processo parte de um contexto mais amplo de programas nacionais, executados em não conformação com os padrões locais, onde os modelos de modernização do território postos por programas e planos governamentais, dentre esses o PDLI e CURA, colocam-se de modo bastante desigual para diferentes grupos na cidade:

Em Campina Grande, a maioria das pessoas que foram desalojadas para que as obras tivessem andamento se refugiaram (sic) em áreas periféricas, formando o acréscimo de favelas na cidade, trazendo conseqüências (sic) inadequadas para os objetivos do programa. (LIMA, 2004, p.248).

Cabe lembrar que quando da sua execução em Campina Grande o CURA estabeleceu a estratégia²⁸⁹ da imposição de usos, através do zoneamento, pelo objetivo de controlar a ocupação com o preenchimento dos vazios urbanos, posterior adensamento de determinados espaços e, ainda desenvolver e ordenar o sistema viário urbano, enquanto elemento de incentivo à ocupação em áreas periféricas. Podemos constatar essa questão também em outros Municípios brasileiros, pois, de acordo com Santos (2009):

(...). Os Projetos Cura (sic) fizeram parte de um projeto mundial de revitalização urbana, que acaba por levar à expulsão dos centros das cidades, em benefício de camadas mais restritas da sociedade. Mais uma vez o capital social da cidade é usado diferentemente pelos diversos capitais particulares. O problema da habitação popular também se inclui nesta óptica (sic), e, por isso, se submete, nas suas soluções, às oscilações de conjuntura e não às necessidades (...) permanentes da população; o comando fica com o mercado especulativo e não com a problemática da habitação. (SANTOS, 2009, p. 131-132).

Especificamente em Campina Grande isso contribuiu para definir uma nova dinâmica de atividades e empreendimentos na cidade, ao desvalorizar prematuramente certos terrenos, para revalorizar outros, com a valorização imobiliária de algumas áreas para fins comerciais ou enquanto vetores de

²⁸⁹ Conforme pontuado no capítulo II.

expansão. O que exigia locais específicos e adequados às suas implantações.

Tais usos assumiram contornos que demarcariam a problemática da moradia dos pobres neste território nos anos 1980-1990, conforme demonstra discurso presente em documento que analisa o então padrão de habitação no Município:

A pesquisa sobre padrão de habitação surgiu da necessidade de se conhecer exatamente a situação habitacional de Campina Grande, dada a falta de documentação existente em nossas instituições oficiais de informação. A inexistência total de dados atualizados sobre a problemática habitacional, obrigou-nos, (...), a um levantamento direto, tipo censo, atingindo todos os Bairros da cidade, com o objetivo de quantificar o número de edifícios existentes, por tipo de ocupação.(...).*Sendo a cidade de Campina Grande possuidora (sic) de bairros, muitos dos quais sem nenhum sentido, seja do ponto de vista ecológico, urbanístico ou sociológico, tornou-se imperiosa uma nova divisão da cidade, em termos de compartimentos ou zonas homogêneas, levando-se em consideração o padrão habitacional aparente.*(Grifo nosso!).²⁹⁰

Por outro lado, essa dinamização espacial acaba por levar à expulsão dos pobres do centro, em benefício de grupos de maior poder econômico e político — a exemplo dos comerciantes da área central. Deste modo foi pensada a proposta urbanística do CURA (I, II e III), enquanto nova realidade que projetaria a cidade:

(...) imperativo de crescimento, de paralelismo e de acompanhamento às velocidades das mudanças que assinalam as sociedades organizadas. Campina Grande efetivamente demonstrou seu febril entusiasmo em ajustar-se a outros níveis de Desenvolvimento (sic), no afã de *flexionar sua própria estrutura urbana e dar maior mobilidade ao seu extenso contingente populacional. Ora recheado de migrantes que demandam seus espaços* (Grifo nosso!), em razão de seus atrativos climáticos, geográficos, econômicos e comunitários²⁹¹

Ainda nos anos 1970, a imagem que nomeia o espaço dos pobres em Campina Grande obedece a uma percepção que reproduz no uso deste

²⁹⁰ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PDLI — Padrão de Habitação na cidade de Campina Grande*. Campina Grande: COMDECA, 1972(s.p).

²⁹¹ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica-Financeira*. Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

território as desigualdades sociais, circunscritas em soluções que desejavam ocultar tais espaços, aos olhos das autoridades:

Encravada entre os bairros de Santo Antônio e José Pinheiro a “Maloca Pé de Galinha” é atualmente o principal reduto dos marginais de Campina Grande. A própria Polícia reconhece o fato e tão logo recebe uma denúncia contra conhecidos ladrões, maconheiros ou desordeiros, (...). *As moradias são barracos construídos sem nenhuma ordem* (Grifo nosso!) (...). **QUAL A SOLUÇÃO?**(sic)

— A erradicação de favelas— É a resposta mais lógica para a pergunta e esta foi respondida por técnicos que elaboraram o *plano urbanístico da cidade, no qual está previsto o fim de outras favelas que são também antro de marginais e motivo de preocupação* (...). (Grifo nosso!).²⁹²

Deste modo se constitui o discurso que reforça a tônica de crescimento dos pobres em Campina Grande pela tradicional e histórica concepção que os define como perigosos e comumente empregada, em diferentes contextos, às situações de conflitos e ameaças que distinguem áreas pobres (percebidas como sujas, feias e anti-higiênicas) do restante da cidade.

Essa leitura implica em buscar ampliar as formas de ordenamento por uma função (civilizadora) que conduziria a modernização e requalificação urbanas de Campina, pela higienização de amplos segmentos populares incorporados a este reordenamento através da tentativa de disciplinar, pela repressão, suas vivências coletivas:

De repente, num roupante negativo de cidade grande, Campina passou a ter seus principais bairros, e mesmo o centro, assolados por uma onda de aglomerados, surgidos indisciplinadamente, verdadeiras favelas à moda sulista, (...). *Normalmente girando em torno de barracos e bares de má fama, os primeiros a chegar, essas verdadeiras ilhas dentro da cidade, logo vão ganhando corpo, proliferando, tornando-se o recanto preferido de marginais e prostitutas que ali*(sic), *longe dos olhos da lei*,(Grifo nosso!)(...).Com o mínimo de condições higiênicas, sem obedecer nenhum traçado, sem ao menos constarem do mapa , esses redutos vão ganhando nomes curiosos, plenamente identificados com sua condição marginal. “Cortiço Ferroviário” nas imediações do Quartel da Polícia, “Cova da Onça” no Centro, “Cachoeira” no Monte Castelo, “Beco da Pava” na Liberdade e “Buraco da Gia (sic)” na Conceição, são alguns dos muitos aglomerados de casebres e barracos que infestam, de um tempo para cá, a cidade ,centro de reunião para os elementos do sub-mundo, ou ponto de residência para uma população sub-alimentada e de recursos ínfimos.Depois de sua criação, torna-se praticamente impossível uma medida drástica, saneadora, o que iria por ao desabrigo centenas de elementos que absolutamente não tem condições de pagar aluguel(...).A solução mais lógica seria impedir a

²⁹² FAVELAS: antro de promiscuidade que gera bandidos e marginais. DB, 04 jun.1976 (Caderno Cidades).

criação desses focos, cortar o mal enquanto no começo, evitando que a favela tome forma e vida independente, constituindo-se depois num verdadeiro *câncer social*, um *parasita* agregado à cidade, e dela retirando sua sobrevivência, no mais das vezes, por meios ilegais.²⁹³

Geograficamente se demarcava o centro, em função da localização dos cortiços e favelas, para afastar e substituir antigos moradores — pobres urbanos — produzidos em consequência da favelização. Os pobres e antigos usuários foram “convidados” a desaparecer em nome da requalificação (Leite, 2009), pois, era preciso dar outra forma ao centro, definido por planos urbanísticos que reforçariam a identidade da Campina moderna, distante do que os pobres urbanos teriam a oferecer.

Nos anos 1980 se tem a execução do CCPM/MINTER, em Campina Grande, justificada como tentativa de reverter a deterioração dos espaços centrais da cidade para dar lugar a atividades econômicas, incentivar e disciplinar fatores de atração para ocupação do espaço urbano. O Programa relacionava pequenos produtores e negociantes atendendo às populações de baixa renda, ao propor uma intervenção física no espaço urbano de modo a absorver, através de pequenos negócios na periferia, a mão-de-obra vinda do fluxo migratório campo/cidade.

Em termos gerais, propunha gerar emprego e renda à população pobre e, conseqüentemente, barrar o fluxo migratório à Campina Grande pela oferta de equipamentos de lazer, educação, saúde, redes de infra-estrutura, acessos e condições especiais para o desenvolvimento do trabalho (proposta para o Centro de Bairro) e melhoria do espaço habitacional das áreas de população de baixa renda²⁹⁴.

Os pobres passam a ser considerados fatores de restrição das atrações ao crescimento e desenvolvimento de Campina, no desempenho das funções econômicas urbano-regionais para as quais se vocacionara. Para

²⁹³ FAVELAS invadem os bairros de Campina Grande. DB, 29 dez.1973(Editorial).

²⁹⁴ A esse respeito cf.: CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM/MINTER — Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios). Campina Grande: COMDECA, 1978.

tanto se buscou, mais uma vez, expulsar os moradores das favelas do centro para espaços distantes da periferia sem infraestrutura:

As áreas sujeitas à intervenção do Projeto [CCPM/MINTER] (...), correspondem àquelas ocupadas pela população de baixa renda, distribuídas em forma de aglomerações compactas pelo espaço urbano.

Foram ainda identificadas pelas mesmas variáveis outras mais pobres, as quais, pela precariedade do espaço e condições de vida da população, receberam a denominação de áreas deterioradas, abrangendo um total de 14.058 habitantes, sujeitos a uma vasta gama de carências e segregações sociais e quase sempre à expulsão do espaço que ocupam, quer por parte da população vizinha mais rica, quer por parte do próprio Poder Municipal, na sua ação política de melhoria das áreas centrais.²⁹⁵

Assim, os contrastes e consequências a caminho da rápida urbanização de Campina Grande avançarão muito mais pela tendência de ocupações “irregulares” do solo e trabalhos informais, alternativas de a população pobre sobreviver ao espetáculo da pobreza e ao “processo de modernidade”, lançado em Campina Grande através da requalificação urbana pela qual passará a cidade.



Figura 85: Tensão nos “espaços malditos da urbs”.

Fonte: DB16 dez.1987.

Neste processo se tenta transmitir uma imagem que distancia as formas de ordenamento de Campina Grande dos contrastes mais notórios da

²⁹⁵ CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM / MINTER — Projeto Melhoria do Espaço Físico (Pequenos Negócios — v. 2)*. Campina Grande: COMDECA, 1978(p.02-03).

sua pobreza urbana (vide Figura 85). Em função desta imagem, são extintos diversos cortiços e áreas pobres. Dentre as mais representativas se destacam: *Maloca*, *Tamandaré* e *Coqueiros de José Rodrigues*, todas eliminadas para fazer surgir o empreendimento do turismo e de novas centralidades.

A pobreza urbana vai adquirindo relevância e começa a aparecer pela vinculação com o precário padrão de habitações, localizadas em um espaço valorizado e vocacionado ao comércio da cidade (seu centro principal). Caracterizada em um processo de modificação deste espaço, a restrição aos pobres, e seu consequente afastamento.

Há uma imagem de proximidade e, ao mesmo tempo, de capacidade de dominação simbólica desse espaço que necessitaria manter os pobres à distância do centro, distância à época fundamentada nas seguintes justificativas:

1. São áreas deterioradas, localizadas em terrenos altamente valorizados no Centro (sic) da cidade. (...).
2. São populações submetidas a um forte processo de expulsão, por parte de empresas, particulares e política municipal para a melhoria e remanejamento do espaço central da cidade.
3. Ocupam áreas de reduzidas dimensões, e a população, sem a apropriação do espaço, não oferece resistência suficiente contra as forças de expulsão.
4. Condições insuficientes de conforto físico, não possibilitando melhorias adequadas.

A alternativa de erradicação encontra no interesse político-administrativo um forte agente de apoio, dado os tipos de benefícios ofertados pelos projetos a serem implantados nas áreas.²⁹⁶

O reconhecimento dos pobres na Campina Grande contemporânea é operado pelo deslocamento das camadas populares para as bordas do Município e avanço em seu entorno, com o crescimento do número de favelas e aglomerações urbanas desprovidas de infraestrutura.

²⁹⁶CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM /MINTER — Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios). Campina Grande: COMDECA, 1978(p.131).

É por essa nítida referência, de mudança de significado interno e sentido histórico, que vai se consolidando o desenho e a classificação de periferização da pobreza urbana na cidade:

Um problema que é típico das grandes cidades, as favelas, estão tomando conta de Campina Grande, que com isso dá mostras de está assimilando às avessas o que há de bom e produtivo nas grandes metrópoles (Grifo nosso!), justamente seus problemas, colocando-os em grau menor dentro do nosso contexto urbano. Nascidas pela tolerância, elas lentamente começam a integrar em definitivo a paisagem da cidade e terminam por serem aceitas como um fato natural, do qual ninguém pode fugir. (...), as favelas, ou os aglomerados nascidos sem nenhuma ordem não podem ser a solução. (...). A favela, por sua própria natureza de desligamento com o resto do mundo que lhe cerca, tende a mais tarde tornar-se um problema (Grifo nosso!), seja urbanístico, seja de segurança, ou mesmo de saúde. (...), é o foco propício para instalação de epidemias (sic) que depois ameaçam a cidade. Os setores do urbanismo consultados mostraram-se sem condições de debelar o mal. (...), a cidade é atacada só em áreas distintas, e nunca em seu todo, os responsáveis pela cidade, deixam que cada dia surjam novos aglomerados (...), que já começam a formar um verdadeiro cinturão em torno de Campina.(...) .²⁹⁷

Há uma concepção negativa dos pobres que assinala as desigualdades sociais no espaço urbano de Campina Grande visando ao controle moral, higiênico e físico daqueles. Em termos de Brasil, de acordo com Vaz (1994), desde o século XIX se coloca a necessidade de valorizar e adequar a cidade pela imposição aos pobres de três formas de controle higienista: o sanitário, o urbanístico e o da circulação.

Essa concepção assinala as desigualdades sociais no espaço a partir da própria legislação brasileira, ao visar ao controle urbanístico e legal dos pobres urbanos e definir a orientação que reproduz no território a representação de um espaço urbano *fractal*, marcada por fortes contrastes de acesso à cidade e à lei (Ribeiro, 2004; Maricato, 2000; Vaz, 1994).

Desse modo, para com Ribeiro (2000, p.69), as diferenças que caracterizaram o espaço da cidade fordista, guiado pelo modelo centro x periferia, são substituídas por contrastes que estão nas partes da cidade transformando-a em *espaço fractal*.

As desigualdades estariam em todo o território e resultariam da combinação de um modelo que estabelece, via de regra, a intervenção do

²⁹⁷ FAVELA: a marginalia urbana. DB, 22 fev.1974. (Caderno Cidades).

Estado pela periferização da pobreza e a tentativa em fixar na cidade uma imagem (quase sempre pejorativa) para as comunidades pobres. Basta observarmos que,

(...), localizam-se os bairros da cidade, segundo uma grande divisão da cidade em dois pólos [ricos x menos abastados] (...). Dentro deles, localizam-se os bairros da cidade, segundo uma organização que é, ao mesmo tempo, geográfica e simbólica, alocando indivíduos em determinados ambientes, que são encarados como produtores de um *ethos*(grifo de autoria!) específico. Ou seja, dependendo do local em que se mora, é daí deduzida uma certa inserção na estrutura socioeconômica; assim há uma conexão entre riqueza e pobreza. Além disso, porém, é feita também uma ligação entre local de moradia e moralidade.(...).(CECCHETTO & FARIAS, 2009, p.221).

Tais imagens que são critérios através dos quais se dá a divisão de várias partes da cidade segundo uma ordem, também valorativa, que parte dos significados atribuídos aos grupos que constituem o território. Elas partilham simbolicamente do significado de pertencimento em que se funda a cidade, como sistema de classificação de territórios:

Em suma, pode-se dizer que há um padrão de classificação geográfica (...) que é relevante (...). Assim, seu lugar de moradia — ou seja, seu território — serve como parâmetro de outras formas de classificação, (...). Nesse quadro, são relevantes as dicotomias natureza/degradação, parado/movimento, tradicional/ moderno e, mais recentemente, violência/ segurança. É nesta tensão que pode ser mais bem compreendida a pergunta (...), “tu moras onde?” (CECCHETTO & FARIAS, 2009, p.221).

No quadro em que se apresenta essa discussão, os pobres são apropriados por um amplo processo de desigualdades sociais, sob o qual se delineiam suas condições, e por um discurso construído em razão crescente da favela, associada a diferentes grupos que ocupam espaço em suas fronteiras:

(...) fronteiras mais simbólicas do que geográficas, sobre as quais (...) alguns atores políticos proeminentemente supõem que toda atividade social seja baseada pelo ilícito, pelo avesso do direito em seu sentido amplo. (...), o que faz parecer a formuladores de políticas (...) que a favela “é um território que deve ser colonizado preventivamente, (...)”. (ROCHA& SILVA FILHO, 2009,p.457).

Porém, nota-se que ainda se repete a tradicional dicotomia entre o legal e o “irregular” ²⁹⁸ que associa, quase sempre, péssima qualidade residencial, riscos ambientais e a perversa maneira como se alocam os ricos

²⁹⁸ Cf.: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcus (Orgs.). *Um século de favelas*. 5ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

e se expulsam os pobres²⁹⁹. Para além das diferenças, são encaradas a proximidade com áreas degradadas, inseguras e ainda abrigadas sob o estigma do crime e da pobreza³⁰⁰.

(...), apesar de ter construído a paisagem (...), a favela foi subtraída da cidade, compondo um processo de segregação residencial balizada por uma hierarquização social, que determinou um espaço de moradia aos pobres, não circunscrito aos espaços onde as favelas se localizavam, próximo às áreas centrais. (RODRIGUES, 2004, p.33).

Neste aspecto a favela e os pobres urbanos trazem para Campina Grande algo de novo, pois o crescimento da periferia passa a assinalar o arranjo dos pobres no mapa de Campina Grande provocando, a partir de seus itinerários, a leitura de uma imagem fortemente marcada por formas desiguais de pertencimentos neste território:

Dando seqüência (sic) a onda de invasões de terrenos em Campina Grande, ontem toda uma imensa área que liga a Avenida Floriano Peixoto ao bairro de Santa Cruz, (...), foi literalmente tomada pelos sem terras.(...), formando um cenário(...) que se assemelha uma devastação numa vila, tal é o mosaico grotesco externando o retrato social da periferia(Grifo nosso!).(…).³⁰¹

Podemos entender a imagem que se inscreve em Campina Grande pelas várias formas de uso do território, especificamente a existência heterogênea dos grupos sociais estabelecidos na periferia, distintas ao restante da cidade. A referência à rápida difusão da autoconstrução e moradia popular³⁰², em terrenos de propriedade incerta e com a ocupação de áreas periurbanas, demarca a imagem dos pobres:

²⁹⁹ A esse respeito consultar : Marques & Torres (2005).

³⁰⁰ Persiste aos dias de hoje a velha oposição na imagem ricos e pobres que contribui, por narrativas estratégicas, para perpetuar discursos e estigmas negativos sobre o pobre. A esse respeito conferir: Carneiro & Santana (Orgs.). 2009(p.193-218).

³⁰¹ E HAJA invasão. DB, 10 set.1988. (Editorial).

³⁰² Cabe observar que com a extinção da Companhia Municipal de Habitação da Borborema (COHAB), fundada em 1964 e incorporada pela CEHAP (Companhia de Habitação da Paraíba) em 1967, não se registrou nenhuma acomodação dessa demanda no Município. Conforme deixa clara a seguinte passagem: "(...), num período de 12 anos [1967-1979], nenhuma casa popular foi construída em Campina Grande. e só nestes últimos 10 anos [1970-1980] a população aumentou em 51.990 (dados de 1980 — IBGE)". In: CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diretrizes para Campina Grande* (Diagnóstico e Proposições). Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983 (p.189-190).

Dando prosseguimento a rotina que se estabeleceu em Campina Grande, de invasões e despejos, Oficiais de Justiça e soldados da Polícia Militar cumpriram na tarde de ontem, mais um mandado judicial expulsando os invasores (...).³⁰³

Esta paisagem muda o desenho urbanístico, imagens e discursos hegemônicos sobre os quais historicamente se refletira a cidade, ao romper com a homogeneidade dos modos de apreensão dos pobres urbanos. Os pobres dividem sob outras fronteiras os espaços da cidade, invertem a geografia e se apropriam deste território:

*O clima anárquico de invasões continua se espalhando nos limites da cidade (...). A maioria dos invasores se constitui de pessoas humildes e, portanto, sabem pouco ou quase nada do que realmente estão fazendo. Contudo, quando decidem invadir um terreno já chegam ao local de “cabeça feita” (sic) e tudo leva a crer que são bem orientados para a execução de tal tarefa. (Grifo nosso!). “ Não tenho para onde ir e a saída é ocupar este terreno”, afirmou uma senhora que, com unhas e dentes, procurava demarcar seu pedaço de terra(...). Os invasores revelaram, por outro lado, que todos os terrenos desocupados em Campina Grande serão invadidos nos próximos dias e até explicaram como essas invasões vão ocorrer. Com informantes dentro da própria Prefeitura, eles descobrem os proprietários de imóveis que estão com seus impostos atrasados junto ao município e, então, organizam a ocupação.*³⁰⁴

Esta imagem percebe a dinâmica da reprodução da periferia na cidade de maneira bastante simplificada, ao associar e girar em torno de barracos, má fama e insegurança gerada na cidade. Os pobres têm que lidar com o peculiar descredenciamento da leitura de planejadores e importantes atores locais, a exemplo dos comerciantes, contrários à transformação operada no território de Campina Grande.

Tal imagem também suscita o universo da *cidade-organismo/urbe-monstro* (Pesavento, 2008), objeto de uma referência metafórica que no plano da ordem simbólica estabelece a correlação de forças entre o individual e o corpo social. *Espaços malditos* que infestam a urbe em ‘zonas perigosas’:

³⁰³ POLÍCIA expulsa invasores de Belinho Figueiredo. DB, 10 set.1987 (Editorial).

³⁰⁴ VIROU moda: nova invasão — carentes ocupam outro terreno. DB, 04 set.1987(Editorial — Caderno Cidades).

A cidade é assim, sob essa ótica, um problema e uma ameaça. Como ela abriga indiscriminadamente os adventícios, como controlar os maus elementos assegurando a tranquilidade dos cidadãos. Em suma, havia uma faceta maldita de vício e violência, abrigada pela urbe, que tinha seus atores, seus espaços e seu tempo. (...), protagonistas essenciais dos cenários urbanos condenados, que se decompunham numa variedade de “tipos suspeitos” (...): assassinos, ladrões, escroques, vadios, prostitutas, bêbados, aos quais se mesclavam embarcadiscos, (...) — supremo perigo para a família burguesa e suas virtudes — os desgarrados da ordem social estável, que faziam esporádicas — ou mesmo freqüentes (sic) — incursões neste meio povoado pela escoria cidadina, de baixa extração. (PESAVENTO, 2008, p.27).

Esta visão situa os pobres a partir da imagem atribuída por um duplo caráter — *atração* e *repúdio* — e se alimenta de significados expressos em intenções, desejos e mitos que revestem a alteração do padrão de urbanização e redirecionam o processo de expansão urbana de Campina Grande (1970-1980).

Configura-se a *visão maldita da cidade* encontrada, em outras palavras, na leitura e entendimento que neste contexto correspondem aos pobres urbanos e ao crescimento desordenado em espaços restritos. Traduzindo, por outros modos, temos as situações de pobreza compostas no universo da favela e expressas na cidade pela acentuação das imagens de desigualdades.

Envolto pelos imperativos de crescimento e modernização do seu território Campina Grande pensa o lugar dos pobres urbanos, através do rápido processo de urbanização que evidenciou a cidade, em um processo que estabelece principalmente as ocupações dos pobres em um espaço *quase* abandonado. Como bem chama a atenção Dowling (2006):

Espaço *quase* (Grifo de autoria!) abandonado para fazer dele uma habitação — é entendido nesta sociedade como violação de propriedade privada, e por isso, *invasão* (Grifo de autoria!), o que nos remete mais uma vez à discussão em torno desse processo e relação historicamente consolidado (sic). (DOWLING, 2006, p.51).

Ou seja, a construção social da periferia e o entendimento da transição demográfica ocorridas em Campina Grande passam a caracterizar a dinâmica da pobreza em seu tecido urbano, registrada na relação entre pobreza e urbanização. Neste sentido, podemos, a partir de Santos (1993),

afirmar que o processo de urbanização apreende localmente a produção da pobreza, visto que:

Ao longo do século [XX], mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *lôcus* (Grifo de autoria!) passa a ser , cada vez mais, a cidade.(SANTOS, 1993,p.157)

A urbanização de Campina Grande, tal como a maioria dos municípios brasileiros, revela a associação entre o colapso das estratégias e modelo de desenvolvimento centrados no progresso material e crescimento econômico dos anos 1970, com consequências desastrosas na década seguinte em termos de polarização social e aumento da pobreza (Vaz, 1994).

Isso envolve um processo de construção social da periferia da cidade, difundido através da favelização que começa a se fazer notar na paisagem de Campina Grande por sucessivas ocupações de terrenos voltados a acomodar a demanda por habitação. Neste processo se encontra o reconhecimento de questões que remetem à publicização da luta pelo uso do solo urbano na cidade:

A população campinense está assustada com as *constantes invasões* de terrenos pertencentes ao acervo municipal e a conseqüente criação de inúmeras favelas em todos os recantos da cidade. Aproveitando os dias de campanha eleitoral, (...), políticos de todos os partidos (...) têm incentivado o povo pobre à invasão e criação de favelas em locais destinados à implantação de obras comunitárias. (...). (...) A constatação de que quase todos os terrenos pertencentes a municipalidade estão sendo paulatinamente invadidos, leva o campinense a uma séria dúvida : e depois? A Prefeitura vai reconhecer essa “posse” (sic)?(...). *Como ficará Campina Grande?(...), triste realidade que se alastra por todos os recantos da antes tão decantada cidade de Campina Grande* (Grifo nosso!) que, apesar de incravada (sic) em pleno Nordeste, apresentava foros de civilização, com um crescimento ordenado, dentro dos parâmetros necessários a qualquer urbe. Ainda há tempo. Que as autoridades façam valer a lei e as invasões parem de uma vez por todas. Não queremos ver nossa cidade ser transformada numa “serra pelada” (sic) do dia para a noite.³⁰⁵

Configuradas significativamente por expressiva parcela da sua população, os pobres ampliam seus lugares na cidade, caracterizando a localização em áreas distantes do centro, as precárias condições de

³⁰⁵ FAVELADOS estão sendo usados por políticos a cata de votos. DB, 02 nov.1982(Editorial).

habitação enquanto portadores de uma dinâmica bastante peculiar à reprodução do espaço urbano de Campina:

O clima anárquico de invasões continua se espalhando nos limites da cidade e ontem, dois dias após os “sem-casa” (sic) terem ocupado um terreno na Bela Vista, outra área localizada por trás do Reservatório da Cagepa[Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba] (...), foi ocupada por centenas de pessoas (...). Os invasores(sic) revelaram, por outro lado, que todos os terrenos desocupados em Campina Grande serão invadidos nos próximos dias e até explicaram como essas invasões vão ocorrer. Com informantes dentro da própria Prefeitura, eles descobrem os proprietários de imóveis que estão com seus impostos atrasados junto ao município e, então, organizam a ocupação.³⁰⁶

A concepção da pobreza urbana em Campina Grande é realçada por um claro conteúdo simbólico que, por um lado, remetem à cena pública a visibilidade dos pobres urbanos e suas demandas e, por outro modo, confere uma percepção muito particular das imagens que povoam a dimensão sobre os pobres e a pobreza na cidade.

Por sua vez, os pobres se manifestam trazendo o seu papel na relação com a cidade pelos deslocamentos repercutidos na luta por moradia, demarcados pela favelização e definidos em suas imagens com Campina. Traçam assim um *modus vivendi* que recupera, para além do discurso oficial, modos de interpretar as imagens da cidade e enfrentar suas condições de pobreza.

Através dos usos e contrausos, acionados taticamente sobre a cidade a partir dos espaços periféricos, os pobres urbanos criam um lugar neste processo, completamente diferente dos que haviam enfrentado ao longo de suas condições de pobreza, pois, passam a se dar pela organicidade de uma ação (coletiva) originada nos territórios da pobreza.

Ao partir destes territórios, decorre a percepção dos pobres sobre o que se passava na cidade: dos vários embates que indicam a tensão entre modos, usos, grupos de interesses urbanos distintos, maneiras de ler e compreender Campina Grande.

³⁰⁶ VIROU moda: nova invasão — carentes ocupam outro terreno. DB, 04 set.1987(Caderno Cidades).

5.2 Usos e contrausos dos pobres em Campina Grande

Tentaremos nessa seção compreender a leitura que os jornais realizam sobre as reações mobilizadas pelos pobres e seus significados na cidade, em modos de interpretar e enfrentar a condição da pobreza no processo de luta pelo solo urbano em Campina Grande. Apontaremos para as marcas constitutivas da relação dos pobres com a cidade: modos de dizer, operar e retratar as imagens e discursos sobre Campina a partir dos posicionamentos operados pelos pobres. Usuários que enfrentam a condição de pobreza, na tradução de uma espacialidade definidas pelas ocupações.

Estas ocupações podem ser lidas como maneiras de como os pobres consomem o espaço local, lugar de onde se manifestam em um “engajamento social”(Certeau, 1996),uma arte de conviver que se fundamenta em processo de apropriação do espaço urbano.

Apropriação que demarca as posições utilizadas pelos pobres, usos e trajetos que implicam em operações de distinção na cidade, indícios bastante elucidativos da diferenciação que fazem entre si e os outros neste percurso. De onde, de acordo com Lima (2004):

(...), ao se situarem no mundo como pobres, reconstroem, em suas representações, a imagem genérica da pobreza, referida às desigualdades sociais entre si (...). Nesse momento, encontra-se a expressão do “Nós”, o conjunto de pessoas que interagem, comungando as mesmas privações ,práticas sociais,políticas e culturais.Num outro registro,isto é, nos confrontos das experiências, as especificidades se evidenciam,produzindo nas práticas e representações , estratos de pobreza, imagens que reforçam a adoção, de valores cristalizados pelo imaginário social sobre os pobres.(...).(LIMA, 2004,p. 12).

Os pobres expressam suas presenças pela demarcação que fazem das mudanças socioespaciais da paisagem de Campina Grande, ordenam posições distintas, significativamente pensadas em uma divisão espacial para onde não convergiram costumeiramente as sínteses da cidade.

Essa distinção se apóia em razão dos contrausos operados pelos pobres, em uma configuração social híbrida e simbólica que comumente os define como ‘favelados, invasores e miseráveis’. Noutros termos, os contrausos evidenciam as imagens da pobreza urbana de Campina Grande por um significado que, tacitamente, recupera lugares e posições neste lócus que os pobres (re)fabricam para seu uso próprio.

Tomam não apenas para si, mas para todo o conjunto da sociedade campinense, a questão que envolve a pobreza urbana, e, por esse uso ganham, efetivamente, espaços de visibilidade dessa condição através de conflitos, tantas vezes sucedidos e conduzidos em tentativas de expulsão dos pobres das áreas por estes ocupadas.

De toda a parte, advêm fatos marcantes que imprimem nas feições de Campina Grande episódios das errâncias e resistências dos construtores de outra imagem da cidade, acentuada e sintetizada nos ecos das reações de que seriam portadores os pobres:

(...). O maior protesto dos invasores, demonstrado com palavras, era mesmo contra os políticos, e muitos passaram das palavras à ação, rasgando título de eleitor, como forma de demonstrar a revolta e segundo eles, de ter dado um voto perdido. Nomes de prefeitos, senadores e até governadores eram citados pelos ocupantes, como sendo os culpados pela situação deles que já prometeram muito e nada fizeram até o momento.³⁰⁷

Esse uso traduz o limite que não caberia na delimitação do território que definira os pobres, por uma não conformação com o que Campina Grande reservara a estes, ao tempo em que coloca uma imagem relatada a partir de práticas advindas dos próprios pobres, em resposta às imposições decorrentes do visível processo de empobrecimento de uma população surgida pela *cidade não realizada*. Pois:

(...). Enquanto o capital dota seus detentores de mobilidade no espaço, os despossuídos estão condenados à imobilidade e, por esta razão, à condição de *prisioneiros do lugar* (Grifo nosso!). Por outras palavras, para os dominantes, e apropriação de lugares raros e desejados dotados de maior parcela de poder, o que lhe permite dominar o conjunto do território,

³⁰⁷ POLÍCIA expulsa invasores de Belinho Figueiredo. DB, 10 set.1987(Caderno Cidades — matéria de capa).

enquanto os despossuídos são localizados em lugares de desonra social. (...). (RIBEIRO, 2009, p.67).

Há um caráter múltiplo da prática dos pobres sobre si próprios que, ante as sínteses de Campina Grande, marca a rede de escrita que compõe a história formatada por tal prática (Certeau, 1994) situada nas ocupações e reações que dispõem desenhos, paisagens e deslocamentos que retomam a cidade, em uma ação pensada taticamente. De tal maneira que:

(...). Através do *modo de funcionamento do discurso da e na cidade* (Grifo nosso!) pudemos compreender tanto a constituição do sujeito urbano com seus modos de manifestação e a maneira com que vive, resiste, transforma, irrompe com novas formas de sociabilidade e “comunicação” (sic) (...). (ORLANDI, 2004, p.13-14).

Nesse contexto ganham importância usos e contrausos dos pobres, inteiramente associados às reações por toda a cidade e fora dos limites da ordem jurídico – urbanística quase sempre tomada de surpresa pelo poder público.

À revelia da tentativa de negação levada por essa ordem, os pobres urbanos ilustram de forma incontestável a fronteira baseada na organização espacial de Campina Grande, pondo em movimento outra materialidade, distinta e voltada a *des-organizar o lugar totalizador* (Orlandi, 2004).

Já não basta apenas se integrar à cidade, no sentido de uma regeneração urbana que ordene as comunidades pobres como tendência de neutralizar a resistência expressas, tantas vezes lidas pelo olhar regenerador sob o clima de confusão, barulho, multidão e desconfiança.

Regeneração urbana no sentido trabalhado por Rodrigues (2009) e Sevcenko (1984) de hegemonia de padrões conservadores no trato com as comunidades pobres, ao gerar uma prática organizadora onde estas seriam senão totalmente integradas, pelo estabelecimento de um “equilíbrio” para dentro e para fora destas, no intuito de não atrapalharem a cidade.

Os usos se diferenciam e introduzem a luta pelo solo urbano, investindo em contornos e espaços que abrigam a alusão de outra Campina Grande dada pelas ocupações que, tamanha a gravidade em que assumia a

ausência de uma política de habitação no Município, passam a ter rápida e grande penetração nos diversos bairros; em ampla publicização e destaque das reações dos pobres.

Fato é que os pobres adquirem visibilidade ao ser definidos tanto pela aquisição de um significado político, acerca da disputa dos territórios conquistados ou a conquistar, quanto pelo incômodo de uma leitura traduzida nas sínteses de Campina, segundo a qual os deslocamentos proporcionados pelos pobres gerariam um tipo de ação que perturbara o pretenso consenso social na cidade, onde a ordem urbana estaria ameaçada pela capacidade de intervenção dos pobres.

À tentativa de solucionar o que representaria a favelização em Campina Grande se termina por contribuir para que o recurso das ocupações traga a tona imagens que identificam a montagem dos pobres na cidade e, neste âmbito, recuperam os modos inscritos por estes na relação com a Campina em movimento:

O problema de favelas em Campina Grande foi debatido ontem na Câmara Municipal através do pronunciamento feito pelo Vereador José Luiz Júnior, quando *esclareceu que o problema que menos tem sido debatido naquela Casa e que talvez por isso não tenha existido por parte dos poderes competentes o interesse por uma solução adequada e específica é o da habitação para o povo mais pobre* (Grifo nosso!). (...). Lembrando estudos feitos pela COMDECA, apresentado através de projeto, visando debater ou irradicar (sic) o problema da favela que parecia uma obra prima, que se destinava a construção de núcleos habitacionais que estavam inclusive a merecer prestígio de servirem de modelo para resolver-se de forma econômica e inteligente o problema habitacional de outros centros urbanos do país, o vereador perguntou: por que não se tira esse estudo esse projeto do papel e não se transforma em viva realidade?(...).³⁰⁸

Reações essas produzidas no cotidiano da cidade na maneira pela qual se expressa o conflito que toma as ruas (passeatas, protestos, ocupações) os pobres se circunscrevem, tornando visível o que aparentemente estava oculto — fronteira e limiar de uma clandestinidade inscrita entre a miséria “permitida” e a “ilegal”, perigosa; ao opor “invasores” e habitantes de Campina:

³⁰⁸ CÂMARA Municipal debate o problema das favelas em Campina Grande. DB, 22 maio 1974(Editorial).

Passados quase 30 dias de invasão, o terreno localizado nas imediações da Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária], no Centenário, continua ocupado (...). Situado num espaço totalmente acidentado, o terreno invadido não oferece as mínimas condições para a sobrevivência (...). Apesar das péssimas condições, os invasores estão dispostos a permanecerem na área, argumentando-se que não têm onde morar. (...). (...), começam a transformar o local numa futura favela. Mais de 10 casebres, construídos a pau-a-pique encontram-se prontos, já ocupados (...). Outros, são erguidos lentamente, com os invasores confiantes que encontram local onde morar. (...).³⁰⁹

A esse respeito, os pobres urbanos não só ocupam os espaços aparentemente normatizados, mas fazem uso da eficácia (política) que dependendo, sobretudo em seus deslocamentos e itinerâncias, mobiliza e pauta a ação provocada por modos sutis que centram domínio e atuação na luta pelo direito de morar. Isso se revela em formas de socialização sujeitas a normas diferentes das pela “ordem urbana”, ao se opor ao limite e eficácia de um poder urbano, no sentido definido por Rolnik (1994):

(...) é exatamente o *poder urbano* (Grifo de autoria!), conjunto de mecanismos econômicos, políticos e ideológicos que funciona no cotidiano da cidade, para reprimir ou transformar tudo que se diferencia da “ordem” social. (...). Este poder agirá basicamente de duas formas: por meio de um discurso que estabelece o modelo de cidade e cidadão, e mediante intervenções diretas. A eficácia está na estigmatização de certos grupos sociais e consequentemente — pela via da condenação de suas ações — na reificação da ordem urbana dominante. (ROLNIK, 1994, p.98).

Conduzidos por formas diferenciadas de perceber a cidade e seus contrastes os pobres, de modo frequente, e de maneira bastante acirrada, transformam as ocupações em fator de pleno exercício da Campina Grande (i) legal. Em ações percebidas, nas sínteses hegemônicas, como conflito, obstrução e ilegalidade que direcionam a forma urbana local a partir do espaço da periferia; lócus de expressão e reações sob a cidade:

Depois de uma trégua de aproximadamente dois meses, os campinenses voltaram a viver o drama das invasões de terrenos e ontem uma nova área passou a ser ocupada (...), nas proximidades da Favela dos “Teimosos”(sic), que também foi ocupada por força de invasão. Ontem cedo, cerca de 35 famílias chegaram ao terreno, aparentemente de forma organizada e logo deram início ao desmatamento e a construção das barracas de lona e papelão.(...). Os invasores, como sempre acontece, garantem que não foram incentivados por militantes de esquerda, a exemplo do que já ocorreu em situações idênticas, anteriormente. No entanto, se prevalecem do fato de que, em se tratando de ano eleitoral, eles possam adquirir em definitivo o

³⁰⁹ INVASORES, no Centenário, constroem seus casebres. DB, 31 set. 1989(Caderno Cidades — matéria de capa).

imóvel. Somente este ano pelo menos 10 ocorrências de invasão forma registradas nesta cidade, (...).³¹⁰

Capazes de produzir um conhecimento sobre os pobres urbanos de Campina Grande as ocupações (vide Figura 86), de modo paralelo, se situam meio a incompletude de como a cidade interpreta seus pobres urbanos e o significado que tais ações passam a ser estrategicamente tratadas pelo poder público, ao repercutir negativamente pela desqualificação e inscrever os deslocamentos dos pobres sob a lógica de manipulação:

Manipuladas por grupos políticos que se identificam como sendo de esquerda, famílias carentes dos mais variados pontos vem intensificando as invasões de terrenos em Campina Grande, não levando a consideração, se quer, se o imóvel pertence ao poder público ou à propriedade privada. O pior de tudo é que os insufladores depois de fazerem a “cabeça” dos carentes escondem-se no anonimato e os deixam em má situação, principalmente quando a Polícia chega, por ordem judicial, chega para processar a expulsão (sic).³¹¹

Porém, este espaço de aparente desorganização das ocupações dá corpo às imagens de rupturas e resistência dos pobres, atravessadas em flagrantes de práticas que revelam a busca por resposta precisa à aquisição da moradia e, num mesmo grau de recorrência, a despeito dos obstáculos encontrados na sobrevivência da cidade.

Latentes em uma Campina pobre, miserável e desigual, os pobres urbanos aglutinam a transformação de espaços tidos até então como ilegais que pela produção de imagens que, a partir de uma organização espacial distinta, força evocativa dos *modus vivendis* dos pobres na cidade.

Modus que alicerçam a postura dos pobres através do propósito de reivindicar e, não raro, conferir a aquisição da moradia como uma maneira (talvez a mais importante) de transformar suas condições por um conteúdo, em nada velado, de combate a imagem que os definia como “invasores”. De forma a fornecer as bases para traduzir a cidade como sua por direito, advinda das ocupações taticamente pensadas como lugares seus por efeito:

³¹⁰ OUTRO terreno ocupado em Bodocongó. DB, 01 set.1988 (Caderno Cidades — matéria de capa).

³¹¹ POLÍCIA começa a expulsar invasores. DB, 05 set. 1987(Caderno Cidades — matéria de capa).

A mobilização provocada pelos pobres estabelece a responsabilidade pública quanto a questão da moradia na cidade por outro viés, que inverte a habitual lógica do favor da resolução desta demanda, ao “superar” a tradicional dominação, ainda bastante utilizada como fundamento de “ajuda”, fruto da boa vontade dos representantes políticos aos pobres, como deixa bem clara a seguinte passagem:

(...) Visivelmente emocionado, o Prefeito Enivaldo Ribeiro fez um discurso perante a multidão que o cercou no Pedregal, destacando que *aquele era um dos momentos mais importantes de sua administração, porque “dava casas ao povo* (Grifo nosso) que não tinha um teto para se abrigar.” (...). O chefe do Executivo municipal acrescentou ainda no seu pronunciamento que tudo o que tem feito por aquele e pelos outros bairros da periferia da cidade, antes incluídos entre os subúrbios marginalizados pelo Poder Público, tem um único objetivo: *“melhorar as condições de vida do pobre para que proporcione uma convivência natural entre este e o rico* (Grifo nosso!). (...) É o que penso e trabalho para atingir este objetivo³¹².

Os deslocamentos dos pobres resultarão no surgimento de reações³¹³ e luta por moradias, jamais presenciado na história recente de Campina. Em análise sobre este mesmo processo, no contexto das cidades brasileiras, Bonduki (1994) destaca que:

(...), expulsos das posições que ocupavam na cidade, lhes resta [aos pobres], (...), procurar um lote barato na área periférica. (...). É nesta nova condição de habitação que se gerou um novo movimento em torno da moradia, (...). Estes criaram um novo conjunto de lutas envolvendo a questão da habitação centrada sobretudo na reivindicação dos equipamentos e infra-estrutura (sic) urbanos, dando origem ao que podemos denominar a *luta pelo direito a cidade* (Grifo de autoria!)(...).(BONDUKI, 1994,p.139).

Neste sentido as reações se colocam no interior de usos que motivam posições e por efeito, formas variadas de contraposição a ordem urbana, através de confrontos que giram em torno dos deslocamentos configurados na textura urbana de Campina Grande como luta pela moradia:

Se o prefeito Ronaldo Cunha Lima não tomar uma posição de se formar intermediário nas negociações entre invasores da Ramadinha II e a direção da CEHAP, aqueles ocupantes irão invadir todos os terrenos do município (Grifo nosso!), isso foi o que ficou acertado entre os moradores da

³¹² ENIVALDO dá casas novas para o povo do Pedregal. DB, 17 nov.1982 (Caderno Política).

³¹³ Esclarecemos que não tivemos interesse em promover uma discussão sobre os movimentos sociais na cidade, já amplamente abordados sob o impacto ocasionado pelas práticas dos populares no movimento de luta pela moradia no Brasil. Merecem destaque as contribuições de Gohn(2004);Kowarick(1994) e Sader(1988),dentre outras;em nível local ,ressaltamos Iranise Silva(1987) e Melo (1985).

Ramadinha II, que na última sexta-feira denunciaram vários acontecimentos naquele local, inclusive um possível complô armado para retirá-los de lá e em seguida serem construídas casas populares destinadas somente aos que tem condições financeiras. (...). Os ocupantes denunciam, por fim, que a CEHAP não está querendo discutir um plano de moradia com eles. Com isso, a situação daquele terreno continua sem definição, uma vez que agora a briga começa a esquentar e nenhum dos dois lados quer ceder.³¹⁴

É preciso compreender que as reações dos pobres influenciam de maneira decisiva o solo urbano em Campina Grande. Na medida em que trazem outra leitura, perspectiva e imagens que incidem em usos que se localizam fora do controle dos planejadores e autoridades locais.



Figura 86: Percursos dos pobres em Campina.

Fonte: DB 29 maio 1985.

O que viabiliza a formação de uma imagem de Campina dada por outros construtores com características, errâncias e posições demarcadas a partir dos usos dos pobres neste espaço:

A onda de invasão em Campina Grande intensificou-se (Grifo nosso!), porém, nos últimos dias, vez que pelo menos quatro terrenos foram ocupados (...). A ação dos invasores é rápida e para ter-se uma idéia (sic), em menos de 24 horas as áreas são demarcadas e barracos são levantados.

Ontem pela manhã cerca de 40 pessoas ocuparam como num passo de mágica, dois enormes terrenos. Um deles (...), pertencente ao senador (sic) Raimundo Lira. (...)

Bem instruídos ao que se refere ao processo de invasões de imóveis, as famílias carentes, em conversas com estranhos, não revelam como se

³¹⁴ OCUPANTES da Ramadinha ameaçam invadir terrenos da Prefeitura. DB, 12 abr.1987 (Caderno Cidades).

processa a organização das massas visando a ocupação dos terrenos. Entre elas a palavra de ordem é uma só: “Não temos onde morar e por isso estamos invadindo os terrenos desocupados.”.

A propósito das constantes invasões já foi criada inclusive, uma comissão denominada dos “sem casas”, que tem à frente membros de entidades comunitárias, religiosas e, principalmente, partidárias. (...).³¹⁵

O percurso da resposta fornecida pelos pobres é lacônico ao afirmar e esclarecer soluções, igualmente territorializadas, do que necessitaria e mobilizaria a periferia da cidade. O que não descarta a percepção de alguns setores, dentre estes o Estado, em tentar desqualificar as lutas e ações coletivas dos pobres urbanos. Na qual as conquistas são, quase sempre, “esquecidas” ou apresentadas como doações ou benefícios concedidos pelo Estado (Queiróz, 1993).

As reações constituem, neste contexto, o tratamento dos problemas urbanos sob práticas reconhecidas de reações, práticas do espaço reapropriadas, onde esses exercem e se movimentam os pobres. Localmente interpretadas por nós como ação definida em meios pelos quais os pobres se reconhecem e, substantivamente, se confrontam em torno da compreensão das imagens de Campina e do caráter representacional de suas presenças na paisagem urbana da cidade.

Os pobres acionam mobilidades que, pelo seu caráter de reação e significado, propiciam o desenvolvimento de práticas e modos, bastante distintos, em reconhecimento aos seus lugares na cidade e questionamento da legitimidade das sínteses de Campina Grande.

A imagem recorrente da fronteira dos pobres para com Campina é sustentada pela permanente tensão, onde as ações de despejo e remoções se destacam como principais arenas de vulnerabilidade e confronto entre pobres e poder público, nos usos que estes fazem da cidade: A remoção dos invasores dos terrenos ocupados no bairro de Santa Rosa, transformou a área numa verdadeira praça de guerra. A Polícia chegou ao local por volta das três horas da tarde, com um pelotão de choque e várias guarnições contando com soldados fortemente armados de fuzis, metralhadoras, (...). O ambiente tornou-se tenso, com os soldados enfileirando-se de um lado, e os invasores de outro (...). O ato de leitura do mandado de reintegração de posse, (...), devolvendo a terra aos seus legítimos proprietários foi o estopim

³¹⁵ POLÍCIA começa a expulsar invasores. DB, 05 set. 1987(Caderno Cidades).

para a deflagração de um confronto entre a polícia e os invasores. (...). Enquanto a derrubada das barracas ia acontecendo, os invasores organizavam grupos no intuito de fazer o cadastramento das famílias despejadas, (...). Paralelamente, outros grupos se organizavam gritando palavras de ordem e cantando o Hino Nacional. A essa altura dos acontecimentos faltavam poucas barracas para serem destruídas, diante da ação da Polícia (sic), que chegou a usar de violência. (...). O tenente (...) informou que a polícia deixou de agir no turno da tarde, como tática para impedir o retorno dos invasores durante a noite. Porém a maioria deles advertia aos gritos que iria voltar, retirando as peças (sic) das barracas no sentido de evitar que fossem destroçadas pela Caterpillar (sic).³¹⁶

Em postura assumida por univocidade de disciplinamento e expurgamento, os modos de vida de contingente significativo de pobres urbanos obedecem a um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo:

(...). Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem (sic), têm deles um conhecimento tão cego como no corpo-a corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. (...). (CERTEAU, 1994, p.171).

Assim também deva ser percebido o uso do ‘auxílio pobreza’(vide Figura 87), iniciativa do poder público julgada por este relevante, como maneira de barrar as ocupações. O ‘auxílio’ é acionado pelos pobres por uma dimensão simbólica, taticamente definida como critério adotado para, igualmente, produzir as imagens de pertencimento dos pobres em Campina. Em uma astúcia, como diria Certeau, nascida das circunstâncias e inventividade dos pobres cujos meios fazem da cidade “um lugar de vida possível” (Certeau, 1996).

Um olhar mais detido traduz neste mecanismo uma prática singular, presente quando de uma aparente conformação dos pobres ao tratamento lhes dado. Uma conveniência tácita como código de reconhecimento e burla, pois ao se remetem ao processo de empobrecimento acionam de forma eficaz, por apropriação e uso da relação mantida com o poder público, a composição e definição de quem seriam os pobres urbanos de Campina Grande:

³¹⁶ EXPULSÃO de invasores é marcada por violência e prisões. DB, 14 set.1988(Caderno Cidades — matéria de capa).

(...). Os favelados do Pedregal continuam apoiados na firme convicção de que não irão sair facilmente do terreno onde se instalaram, mesmo ilegalmente. Por todo o dia de ontem, mais de mil favelados formavam fila na Delegacia de Polícia para conseguirem atestado de pobreza, (...). “Esta medida — afirmaram — vai abrir as perspectivas para que a luta pelo local conquistado” continue (Grifo nosso!), (...), explicando mais adiante que foram orientados por um “ bom advogado”. Vamos também provar — frisaram — que somos realmente miseráveis e que não podemos ser jogados assim a noite para o dia, Por que deixaram que a gente construísse? . O Pedregal hoje é bairro, (...).(…), grande parte dos favelados argumenta que “ só deixa o Pedregal à força e de lá vão morar de frente(sic) a Prefeitura Municipal.”³¹⁷

Recorrem ao expediente do registro do atestado de pobreza(vide Figura 87) para ampliar o alcance e número de pessoas focalizadas ao auxílio e, nesta mesma medida, assentadas como que de direito na luta pelo solo urbano.

Não obstante, dada a magnitude de vulnerabilidades visíveis na insegurança e temeridade desprovidas de qualquer estabilidade das ocupações, ao mostrar a condição de pobreza para sobressair e assegurar um uso que preserve o espaço das ocupações — lugares de controle e domínio acionados pelos pobres.



Figura 87: Os ordinários e suas leituras da cidade.

Fonte: DB, 12 dez.1978.

³¹⁷ FAVELADOS recebem atestado de pobreza — “Vamos mostrar que somos miseráveis”. DB, 12 dez.1978 (Caderno Cidades — matéria de capa).

Seja pela reação e desconstrução da definição imposta pelo poder público — de quem teria direito ao referido auxílio, ou ainda pela condução do conteúdo substantivo, os usos opostos ao esperado pelo poder público passam a orientar em de todos os pobres urbanos, em situação de conflito pelo solo em Campina Grande.

Por este preâmbulo, sugerimos que os pobres urbanos propiciam a dimensão da imagem de Campina, compartilhada em pertencimentos que se escrevem em tramas apontadas nas reações dos pobres neste espaço. Reações significativamente potencializadas pela crítica que se dá em torno da atuação do poder público:

(...). Revoltados com a ação da Prefeitura, os invasores prometeram invadir, caso continue a perseguição, o terreno da casa do prefeito da cidade. “Nós sabemos onde está situada a mansão do prefeito e caso atos de violência como este voltem a acontecer, nós invadiremos o terreno de sua residência”, desabafou um dos invasores, que não quis se identificar. A informação que os invasores tem sobre o terreno pertencente à prefeitura(sic) é de que o prefeito(sic) jamais aceitará que seja montada mais uma favela na cidade, principalmente perto “as ricas instalações do futuro prédio do Senai(sic) [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial], que está sendo construído ao lado de nossa invasão. Para Campina Grande seria uma vergonha ter uma prédio deste porte localizado ao lado de uma favela como a que nós estamos pensando em erguer”, declarou José Paulino de Araújo, um dos invasores.³¹⁸

As tramas revelam o afastamento entre a cidade real e a vocação nobre e moderna requerida à Campina Grande (vide Figura 88), por práticas acionadas nas ocupações e vivências presentes em uma Campina não realizada, percebida entre (tensos) modos diferenciados de associá-la. É no estabelecimento deste quadro urbano que se percebe a ação da polícia e seu

³¹⁸ INVASÃO em Bodocongó: PMCG (sic) tenta expulsar invasores. DB, 09 ago.1991(Caderno Cidades — matéria de capa).

papel, intermediária entre a população pobre e o poder público em ação fundamental ante a criação de mecanismos autoritários, que definem ordenamentos e tentativas de coibir as ocupações ocorridas em Campina.



Figura 88: A cidade em deslocamento.

Fonte: JP, 20 jan. 2005.

Em meio a expedientes, empreendidos para desqualificar e minimizar as pertencas dos pobres neste território , em legitimação de uma função pretensamente civilizadora. Neste sentido a análise de Oliven (2009), sobre o processo de regeneração da cidade do Rio de Janeiro, serve-nos, pois:

É impossível (...) estabelecer o quadro urbano (...) se não se estiver atento à ação da polícia na cidade. Sua importância se ampliará na medida em que os conflitos atingirem a dimensão da habitação, (...).

A importância da polícia está diretamente relacionada a expansão quantitativa dos efetivos,(...) e pela garantia de uma certa impunidade,(...), a policia terá um papel socializador,tornando-se, assim, fundamental para a ação de limpeza do estado: a ação policial criará uma terminologia específica para sua ação no cotidiano, demarcando geograficamente as áreas em boas ou más,sãs ou doentes, (...).Dessa forma , a polícia adquire a função de representante da ordem.Sua ação é justificada levando-se em conta o "bem viver" e a segurança da cidade.(OLIVEN, 2009,p.88-89).

É por essa tensão civilizadora da polícia como agente construtor da ordem e bloqueio da desordem que os pobres vão ganhando relevo em Campina Grande, em uma distância entre a forma de ordenamento da cidade (a polícia; o Estado), as reações dos pobres e o entendimento do sentido de limpar a cidade de tudo o que poderia vir a representar o seu oposto — a desordem.

A imagem de Campina é estruturada por uma polarização divulgada pelos jornais, também constituída como fator de insegurança ao atributo da cidade, expresso pela não permissão dos pobres quanto ao seu uso. Rigorosamente praticado para reafirmar a repressão, a segregação e o aniquilamento da desordem (percebida como perigo) que alimentariam a pretensa necessidade de “segurança total” (Caldeira, 2000) em, mais uma vez, um choque entre espaço público e privado, a cidade e a rua:

(...). Segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão mas também felicidade”, “ harmonia” e até mesmo “ liberdade”.(...).Os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime , mas também criam espaço segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente praticada. Eles asseguram “ o direito de não ser incomodado”,provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem-teto(CALDEIRA apud MAIA, 2006,p.166).

Podemos relacionar a questão da “segurança total” com a questão do medo enquanto construção imaginária da cidade, continuamente constituída por processos de semelhanças e dessemelhanças, entre indivíduos e grupos sociais, como bases de afirmação e superação do estranhamento quer dar através da ótica de habitantes vistos como “excluídos sociais”. Em um processo de sujeição, risco e disciplinamento dos pobres urbanos, expostos pela leitura do perigo:

(...) a compreensão do imaginário sobre o medo, enquanto assentado em formulações banais e corriqueiras da ação social qualquer, informa e fundamenta as possibilidades de conformação de um conjunto societário específico. O medo não é visto apenas como ameaça, mas também como possibilidade de uma nova articulação reativa. (...) o medo (...) enfim, (...), como um dos fatores estruturadores fundamentais, entre outros, da construção imaginária e social da cidade, tendo as noções de estranhamento e de conflito social um aspecto primordial de organizador de sociabilidade e de criação societária (...). (KOURY, 2005, p.2).

Todavia, os impactos que geram e os resultados que produzem os pobres em Campina (vide Figura 89), no comportamento da sua estrutura

urbana, se valem da recriação do processo de “segurança total” empregado pela polícia. Em um sistema de classificação muito mais complexo, do que o simples dualismo “desordem” x “ordem”.

Os pobres inscrevem a pertença com a cidade pela relação conflituosa, radicalmente tensa e provocativa, que têm com a função representativa da ordem (polícia), em um entendimento diferenciado da cidade e da produção dos seus pobres (vide Figura 89). Aqui posta pela porosidade de uma fronteira, de valores atribuídos aos territórios da pobreza em Campina Grande:

Literalmente uma verdadeira batalha camp. Assim foi a terceira tentativa de expulsão dos ocupantes de um terreno localizado no Pedregal, invadido há mais três meses. As cercas de 200 famílias ocupantes do local resolveram enfrentar a Polícia militar com pedras e porretes, e esta por sua vez, revidou com tiros de fuzil e revólver (...), provocando corre-corre, pânico e uma quase tragédia. Enquanto a Polícia usava a força e as armas para retirar os invasores eles se uniam cada vez mais e revidavam como podia, dividindo as lágrimas e os gritos de revoltas (...), em enfrentarem as balas da PM, de mãos vazias. (...). A exemplo do que já tinham feito nas outras duas tentativas de expulsão, os invasores resolveram resistir à ação da Polícia Militar, (...) fazendo um cordão de isolamento em torno dos cem barracos instalados no local.(...).(.), a máquina foi ligada e quando partiu para cima do primeiro barraco, para surpresa do tratorista, foi cercada pelos invasores e apedrejada, (...).A partir daí, os policiais, dá nervosos e com os ânimos esquentados resolveram enfrentar os invasores com o que tinham em mãos: as armas. (...), os invasores portando as bandeiras da Paraíba e do Brasil cantavam o Hino Nacional e também hinos religiosos tentando conservar viva a coragem entre eles de continuarem lutando, (...). (...), a Justiça ficaria desmoralizada pela terceira vez. (Grifo nosso!)³¹⁹

A organização dos territórios da pobreza se constituiria não apenas pelo viés da divisão geográfico-social da cidade, mas pela nítida projeção de fronteiras territoriais (Carneiro, 2009) se apresenta como imagens que sustentaria dois universos distintos (as ocupações x a ordem). Atentos para a instabilidade, frente a este processo, os pobres não somente problematizam a visão dicotômica de Campina Grande como restabelecem a reação que instala o poder público e, na outra ponta, a justificativa das ocupações.

³¹⁹ INVASORES resistem a PM e Juiz manda suspender ato de despejo. DB, 16 out.1987(Apolinário Pimentel — matéria de capa).



Figura 89: A relação de Campina com seus pobres.

Fonte: DB16 out.1987.

Esta postura envolve conflitos e embates, sobretudo violentos nos casos de reintegração de posse, ocasionados como definição e expressão da pobreza urbana, espelhada em Campina Grande através da demanda por moradia. Se de um lado criou-se a imagem da cidade do progresso, de outro se tem uma cidade da miséria e das estratégias de sobrevivência (Carneiro, 2009).

Ao protestar contra o uso desmedido da força, das arbitrariedades e violência o grupo parece inserir o processo mais amplo de reivindicações e modalidades de ações que recorrem os pobres, ao expressar e pautarem suas reações em Campina. A ação provocada em seus usos sustenta a expressão de mudanças significativas, pois, taticamente os pobres remetem a usos diferenciados que se dão no interior do espaço social de onde derivam suas reações para, deste modo, acionar a cidade pelo recurso de resistência oposta ao mecanismo da ação policial:

Por pouco não houve uma tragédia na tarde ontem, quando 4 oficiais de Justiça e oitenta homens da Polícia Militar tentaram fazer cumprir um mandado judicial de reintegração de posse num terreno de 6 hectares no “Pedregal”, invadido por mais de 100 famílias. Os “Sem-casa” (sic), armados

de porretes e pedras reagiram, enquanto os policiais chegaram a efetuar vários disparos de revólveres e fuzis para o ar, sem conseguir intimidar os invasores. Tão logo os policiais chegaram para fazer cumprir o mandado(...), os ocupantes da área advertiram que só sairiam mortos. *A Caterpillar(sic) chegou a tentar derrubar alguns barracos quando veio a reação, com pedras e porretes. A polícia começou a atirar para o alto e o pânico foi geral. Mulheres e crianças chorando e ajoelhados, (...) oram em frente a bandeira brasileira hasteada no meio do “ teatro de guerra” .O comandante do policiamento, suspendeu a operação.(...), e deu meia hora para que os ocupantes deixassem o terreno;em vão.Eles permaneceram e voltaram a reagir a pedrada,(Grifo nosso!)(...).*³²⁰

Em larga medida, a intenção das reações parece ser a de assinalar o quadro crescente de confronto com uma determinada ordem urbana. Essa atuação vai desconstruindo a ação policial como controle do espaço urbano, de tal modo que os pobres estabelecem, para si e o restante da sociedade, a justificativa da necessidade de permanência nos terrenos ocupados — zonas de tensão, que atinge situações de violência. Os pobres se apropriam da cidade por regras tacitamente negociadas entre si e nos “territórios da desordem”(vide Figuras 90; 91).

Os pobres chamam a atenção para a truculência com que o poder público lida com eles e expõem, de forma visível, pelos seus usos, a relação contraditória da cidade com os mesmos³²¹. Por esses usos agregam o sentido político dos territórios disputados, espaços de reações acionados na feição caótica da (des) ordem na qual mergulhara Campina.

Por este procedimento as ocupações são lidas e remetidas à variedade de usos e práticas que torna possível a imposição dos lugares dos pobres urbanos nas imagens de Campina Grande (vide Figura 90). Imagens que colocam em movimento os embates que se processam no âmbito das contradições urbanas e que, pelo espaço que passam a ocupar quanto à forma, levam a revisão das sínteses hegemônicas da cidade em legitimação às reivindicações ao direito pela cidade.

³²⁰ NEM as balas da PM desalojaram os “sem-casa” (sic). DB, 16 out.1987(Matéria de capa).

³²¹ Descrita pela linha tênue que divide a representação da sociedade sobre o pobre entre o vagabundo, o malandro e bandido. A esse respeito cf.: Zaluar; Alvito (2006).



Figura 90: Territórios disputados na cidade.
Fonte: DB14 set.1988.



Figura 91: Arenas de confronto: os pobres, portadores da desordem.
Fonte: JP, 22set. 2000.

Contribui esse procedimento para a prática que aponta a iminência de tensões, crescentes na cidade, pelas marcas e usos capazes de proporcionar e garantir ganhos, incertos, mas fundamentais aos pobres quando da relação com o poder público. É nos espaços tidos como “ilegais” que os pobres projetam, mobilizam e recriam os territórios, demarcando usos que sublinham traços próprios em uma disputa pela cidade.

Em boa medida, as ocupações mobilizam e demarcam espaços que se tornariam singulares no imaginário social de Campina Grande. Singulares por indicar, para além de uma tensão que revelava a Campina dual, o reforço do significado dos pobres que deveriam nesta ser reconhecidos e legitimados. As ocupações estabelecem identidades, em razão dos territórios construídos como pertenças na cidade:

Como se sabe, as populações não são submetidas passivamente as práticas de estigmatização e segregações residenciais. Com efeito, os grupos sociais sob os quais são atribuídos um (sic) estigma negativo associado a certas características do seu território de moradia buscam escapular do isolamento utilizando vários expedientes, individuais ou coletivos, de apropriação dos espaços coletivos, através dos quais reconstruir o significado de suas presença no espaço urbano. (...). (RIBEIRO, 2009, p.59-60).

Os pobres urbanos mudam o enfoque de seus predicativos (perigosos, marginália, favelado) expressando a defesa de um comportamento que simbolicamente propicia a relação dos pobres com as imagens da cidade por inversão. Tal como as ocupações do Pedregal e Serrotão, hoje bairros, as Malvinas (vide Figura 92) será amplamente divulgada pela imprensa³²² como símbolo de expressão dos pobres urbanos em Campina:

Três mil famílias invadiram as três mil casas do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz [Malvinas] construído pelo Governo do Estado através da CEHAP (...). A invasão teve início na madrugada de ontem, ao meio dia mil moradias já estavam ocupadas e antes das 17 horas todas as unidades se encontravam habitadas. (...) *À medida que as casas iam sendo ocupadas, os invasores tomavam a primeira providência: colocar o nome da frente da casa, avisando que tinha dono, as frases eram até divertidas: “Essa casa pertence a João e família”, “Pertence a Vanda, favor não ocupar”, “a Quitanda do Edson”, “Até que enfim ocupei minha casa” etc.(...).* (Grifo nosso!).³²³

As Malvinas, atualmente o maior bairro e principal adensamento populacional de Campina Grande, com uma população residente de 88.457 hab.(IBGE — 2008), e zona de expansão da cidade, destaca-se como subcentro em ascensão por uma reorganização desse espaço através da

³²² O nome Malvinas surge em alusão ao conflito armado entre Inglaterra e Argentina pela posse das Ilhas Falkland, popularmente conhecida como Malvinas. A referida ocupação foi iniciada precisamente em pleno conflito (março de 1983) e, tal como este, foi transmitida por emissoras de rádio e TV da cidade. A esse respeito cf.: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Malvinas_\(Campina_Grande\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Malvinas_(Campina_Grande)).

³²³ A INVASÃO do conjunto. DB, 27 mar. 1983(Editorial — matéria de capa).

alocação de inúmeras empresas filiais do centro da cidade ou até mesmo que surgem no próprio local.

Especificamente se observa uma inversão de sentidos, operados em uma visão que relaciona pobreza e favelização como causas diretas das transformações no espaço urbano de Campina, os pobres colocam em prática outra organização da cidade.

Organização essa descrita por usos que solidificam imagens e, por este modo, carregam a nomeação e distinção das comunidades pobres, imagens pouco afeitas nas sínteses hegemônicas de Campina Grande, pois, a pobreza se torna uso apontado para as práticas sobre a cidade.



Figura 92: Malvinas, território singular dos pobres.

Fonte: DB16 dez.1987.

Os pobres descrevem marcas que já não podem ser ignoradas por territórios que se constituem ao sabor da remodelação do espaço urbano: territórios que saltam aos olhos dos campinenses pelas ocupações, conflitos, despejos, remoções e violências tantas vezes provocadas como medo e repulsa nas imagens de Campina.

Ao contrário do que insinuam e levam a pensar as matérias presentes nos DB e JP, os pobres urbanos passam também a ser percebidos pelas ricas dinâmicas das lutas sociais. São essas que definem, através dos usos que

fazem os pobres a partir das mesmas, quem são e que relação deva ser estabelecida com a cidade.

Nesta mesma proporção, os pobres alteram a percepção das suas imagens e trazem à tona práticas que encaram reações e lutas pelo solo urbano em usos encontrados para realizar as condições de repensar Campina Grande, contraditoriamente diferentes da percepção das sínteses em que esta de encontra inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nosso entender, o processo de requalificação urbana de Campina Grande revela uma rica gramática de suas imagens, identificada a partir dos discursos construídos sobre a cidade e realizada por intervenções com intenções e objetivos consolidados nas históricas imagens de Campina.

A requalificação deva ser percebida, não apenas pelas transformações urbanísticas operadas no espaço, mas, principalmente, pelo que mobiliza e interpreta, como “palavras e discursos sobre a cidade”. O que ocorre em cada cena e momento desse processo, como relações sociais construídas neste espaço, são modos de inscrever as imagens de Campina Grande.

A requalificação identifica assim os elementos de diferenciação das imagens de Campina. O que torna necessário, à compreensão das modificações que se constituíram, no período analisado, perceber como se comportam distintas paisagens da cidade. Para tanto, se destacam a releitura das imagens *Campina do trabalho*, *cidade rainha*, *cidade do progresso*, *cidade da crise*, pela criação da *Campina tech city*.

Por outro lado, essas mesmas imagens levam, por outro lado, a interpretações ambíguas sobre Campina na medida em que, ao serem acentuadas como práticas sociais variam de acordo com as projeções da ordem urbana, em cada período. Pois, são imagens que diferenciam e ilustram Campina Grande, descrita em um percurso histórico do discurso *hiperbólico do fato de viver e morar nesta cidade*.

Muito além daquilo que é mostrada, a imagem é um tipo de linguagem sobre um texto urbano modificado pela reconstrução de significados do processo de requalificação de Campina. Trabalho de criação dos vários sentidos que fundamentam as imagens, lançadas para interpretar a Campina contemporânea.

Os discursos da requalificação interpretam Campina, naquilo pela qual esta significa como experiência urbana. Através de um processo que demarca seus elementos de diferenciação competitiva, orienta as transformações socioespaciais ocorridas e, ainda, define uma pluralidade de discursos acionados para expressar a paisagem social da cidade hoje.

Paisagem social essa enunciada nos discursos oficiais e em setores como imprensa e comércio, por uma clara tentativa de negar e subtrair os contrastes na cidade. É dessa forma que, à perspectiva de interpretar o trabalho de criação das imagens de Campina Grande, DB e JP produzem os discursos que, ao serem apresentados como consensos, reforçam as sínteses (desiguais) quando da leitura de Campina.

É proeminente assim a leitura preconizada mediante os enfrentamentos, disputas e negociações observadas enquanto traços autoritários das intervenções públicas experimentadas por Campina Grande nos últimos quarenta (40) anos. Planos e programas que, ao transformarem seu espaço urbano, permitem remeter a representações, interesses e objetivos conflitantes.

O alcance do olhar das intervenções públicas em Campina revela a postulação de um discurso que terminou por produzir uma imagem da cidade incidida pelo desenho institucional do urbano, em contraposição à cidade vivida. Pois, ao tentar se colocar como meramente técnico ou sinônimo de apolítico em um desenho percebido como “aquele que superaria os efeitos de um empirismo pela renovação das velhas estruturas da administração”³²⁴, ao tomar a técnica como a ‘regra e o modelo’.

Assim é importante notar que as intervenções públicas, no período analisado, foram relevantes não apenas pelo fato de terem sido obras grandiosas, mas por se destacarem como ações que tomadas em contínua relação com as históricas imagens de Campina Grande; em um discurso que

³²⁴ A esse respeito consultar: ADMINISTRAÇÃO planificada transforma Campina Grande. DB, 31 mar.1970; A Comdeca. DB, 23 jul.1972.

a chamava a ser revitalizada e melhorada em suas condições sociourbanísticas.

Tratava-se de reordenar espaços e disciplinar vivências coletivas sob a ótica de requalificações que, abrigadas em distintos espaços e tempos da cidade, reafirmam a imagem do crescimento urbano, industrial e econômico que supostamente necessitaria Campina.

Essa nomeação orienta o desenho e a prática do planejamento urbano em Campina Grande, a partir dos anos 1970, por um discurso o qual o urbano vai se constituindo como argumento do que deveria ser propiciado à cidade em sua capacidade de se modernizar e desenvolver.

Reforça-se o discurso de intervenções urbanas públicas guiadas meramente pelo uso de políticas remetidas em planos e programas, tais como o PDLI e o CURA. O PDLI impõe uma leitura assumidamente técnica da cidade, onde o planejamento local começa a apontar para processos sociourbanísticos suficientemente pretensiosos em sua realização. Da mesma maneira o CURA que, ao ser elaborado em acordo às diretrizes estabelecidas para a expansão urbana e subjacentes ao PDLI, guiou-se pelo diapasão do sentido de “organizar racionalmente o tecido urbano de Campina Grande”. Ambos, PDLI e CURA, ampliam a imagem constituída do desenho institucional, ao se colocarem pelo discurso do ordenamento oficial de Campina.

É por essa mesma concepção que, a partir dos anos 1990, a propalada gestão participativa passa a se constituir em nível local numa importante imagem — Campina Grande agora identificada como inovação do planejamento praticado nos anos 1970-1980 e dos problemas que passariam a nortear a cidade.

Todavia, isso envolveria também problemas evidenciados pelos limites da participação na agenda pública da cidade, onde a perspectiva de reestruturar o planejamento aponta para questões mais amplas, marcadas pelo pouco avanço dos novos formatos e modelos de descentralização

política na gestão local, em experiências imbuídas para a participação e mobilização de novos atores.

A incorporação da participação às práticas de intervenção relativas ao planejamento de Campina surge associada à esfera governamental; o que termina por envolver a construção de uma imagem ainda identificada por práticas homogêneas, e por dimensões reduzidas da adoção da participação. Ao procurar se distanciar de interesses contraditórios entre distintos grupos sociais locais (ambulantes, comerciantes, pobres urbanos, dentre outros).

Para além dessa compreensão é necessário, porém, entendermos que o campo de experiências da imagem do orçamento participativo em Campina Grande se inscreve em meio a um debate que envolve uma espécie de *democratização incompleta*, ou por ser feita. Visto que este não tem conseguido se contrapor às velhas práticas do planejamento na cidade, ao se mostrar tanto ineficaz quanto fonte de continuidades de tradicionais compromissos políticos.

Deste modo, as intervenções propostas pelas requalificações enfocam a preocupação dos administradores em estabelecerem uma imagem distintiva sobre Campina Grande, de maneira a corroborar e definir os usos a serem efetuados com a implantação de equipamentos voltados à manutenção e fortalecimento do turismo, do lazer, da circulação urbana; lócus de construção de sociabilidades que marcam o cotidiano da cidade em sua imagem pública.

Há um discurso que, contraditoriamente, visa ampliar o espaço público na cidade ao disponibilizar determinados espaços voltados ao encontro entre diferentes grupos sociais atraídos por festividades, passeios, celebrações, festejos e divertimentos. No entanto, também se subsumem mecanismos de apropriação do espaço público crescentemente denotado pelo uso assimétrico e conflitante. Exemplo do que ocorre com os ambulantes ao se movimentarem, direcionarem e circunscreverem intencionalmente nos

Calçadas por uma prática ordinária na cidade que se conflita com a imagem pública de Campina.

Praticantes da cidade, os ambulantes, tal como os pobres urbanos, reapropriam o espaço da rua em Campina Grande e se contrapõem à sintaxe imposta pelo poder público municipal ao colocarem a cidade como um *espaço de tensões*, em uma prática identificada aqui pela capacidade que os mesmos demonstram em mobilizarem as imagens de Campina através das disputas e enfrentamentos, ocorridos quando do uso do centro — espaço público por excelência.

É significativa assim a articulação dos ambulantes sobre o principal espaço público da cidade — os Calçadas — em usos e contrausos projetados sobre a Campina contemporânea em sua relação com o seu centro principal. Praticantes da cidade, os ambulantes, tal como os pobres urbanos, reapropriam o espaço da rua, quando do uso do centro, e se contrapõem à sintaxe imposta pelo poder público.

Tais práticas nesta esfera são pensadas como redefinição de um espaço público marcado pelo conflito de usos da rua, opostas às negações dos ambulantes pelo poder público. A rua [o centro] é o palco de diferentes ordens e cenários, local de onde se situam os ambulantes através da reapropriação do espaço público. Ao mesmo tempo explicitam os ambulantes uma escrita da cidade, marcada por um caráter conflitivo de cruzamentos e distanciamentos ante a leitura que realizam do espaço público da rua.

É no centro principal da cidade que ganham significado os contrausos; embates e denúncias do não 'direito à cidade' por uma parcela da população — o comércio informal e os pobres urbanos especificamente. É por essa paisagem que o poder público amplia o discurso de preservação de uma ordem que, ao se colocar, exclui e submete os ambulantes e sua cartografia.

Perspectiva pública (isto é, do poder público) de identificar na figura do ambulante a *paisagem-espelho* de transformações socioeconômicas que necessitavam ser transferidas do centro. Daí por que, de acordo com o poder público, os ambulantes necessitavam ser subtraídos desse espaço.

O nível simbólico dessa paisagem implicou em uma projeção a qual nada e nenhum lugar poderiam contemplar os ambulantes, os pobres urbanos e as experiências por eles inscritos no espaço da rua. Inviabilizar a manutenção e expressão de práticas, originadas nestes contrausos, em sua conotação pública, passa a ser o discurso mais recorrente do poder público quando das intervenções para o centro da cidade nos anos 2000.

Alicerçado no discurso de reorganizar o centro da cidade pela “recuperação” do seu patrimônio art déco, a revitalização foi percebida apenas como inerente necessidade de fortalecimento do potencial turístico local e, por sua vez, do comércio mais tradicional de Campina Grande.

É nesta linha de construção que foram empreendidas ações no sentido de preservar grande parte do acervo arquitetônico art déco, ao ser conferida uma imagem mais positivada à história recente de Campina Grande e, em paralelo, estimular a renovação e uso do patrimônio histórico localizado no tecido mais antigo da cidade.

A revitalização proposta pelo *Campina Grande Déco* agregou um discurso de recuperar o centro e as dimensões “perdidas” de convívio neste espaço enquanto usufruto de outra Campina Grande, possível de ser lida pela imagem do turismo e do uso deste patrimônio como formas de também vender a cidade.

É por essa constituição que passa a se dá uma nova referência à Campina, agora associada a projetos de requalificação, que visariam transformar não somente a fisionomia da cidade, mas a própria forma de apropriação do espaço público por sua população.

Por outro lado, cabe observar que ainda nos anos 1970-1980 há todo um processo de modernização do tecido urbano de Campina que se fez acompanhar pela forte expulsão dos pobres, a exemplo da proibição da construção de cortiços localizados na área central e fechamento dos então existentes.

Em meio a esse quadro é notório o reforço da precariedade de um processo de planejamento e gerenciamento do território marcado por rápida e acelerada urbanização, uso e ocupação desordenada do solo,

comprometimento ambiental e crescente ocupação e deterioração da estrutura urbana de Campina.

É por este contexto que contemporaneamente ressurgem as imagens dos pobres urbanos em Campina, trazendo à tona a forma como a cidade define e se relaciona com estes: por uma tipologia sócioocupacional ainda desigual, circunscrita e hierarquizada por precários espaços de moradia reservados especificamente a estes.

Ao correlacionar o aumento do intenso fluxo migratório aos processos de favelamento na cidade é recorrente, nas diretrizes e soluções postas em promoção ao adensamento do Município, a desvalorização prematura de certas partes da cidade ao passo que outras se difundem como novas áreas de expansão.

Deste modo, a reformulação do espaço urbano de Campina Grande se constituiu, neste cenário, por parâmetros que propunham a extinção de camadas populares do seu centro principal. A imagem dos pobres passa a corresponder à condição que atua na compreensão e crescimento das periferias urbanas, abrigadas sob o manto de predicados pejorativos.

Assim a ordem implantada pelos pobres em Campina Grande vai consolidar no espaço urbano a produção de uma imagem ancorada pela periferia e ocupações irregulares. Tal imagem incide sobre o tecido urbano associada a uma estrutura designada como *espaço labiríntico de periferização da pobreza* (Vaz, 1994).

Responsabilizados como portadores materiais da desordem local, os pobres urbanos se constituíram, aos olhos da população e planejadores, num mesmo e único grupo: sem distinções ou significados e tão somente nomeado por uma tensão resultante nos ditos *espaços malditos da urbe* (Pesavento, 2008). Sentimentos subterrâneos de perigos e afastamentos, dos usos e formas de ocupar a cidade que ganham os pobres nas imagens cotidianas de Campina Grande.

Deste modo, a pujança hegemônica da Campina Grande de outrora passa a ser mais fortemente ancorada e questionada pela imagem dos seus pobres urbanos que, agora associada às formas de habitação produzidas fora do sistema de mercado, não compartilha do significado de modernidade apresentado, crescentemente a partir da última década, por formas espaciais constituídas por loteamentos caros, condomínios de luxo ou urbanizações fechadas (Maia, 2006).

É assim que a periferia de Campina Grande vai ganhando visibilidade não apenas por se remeter à geometria da cidade, mas por tratar de fenômenos relacionados à dinâmica da produção de “novas” imagens. Espaços físicos que se tornam sociais, ao serem operados dentro de um jogo de forças e imagens onde os pobres urbanos colocam na ordem do dia uma série de novos problemas e necessidades no conjunto do território da cidade. A imagem dos pobres passa a corresponder a uma condição que atua como compreensão do crescimento das periferias urbanas.

Apreendida, sobretudo, por intervenções públicas no espaço urbano requalificado, a presença dos contrausos na cidade passa a integrar a imagem heterogênea da produção de outras formas de uso, de outros atores e desigualdades; todas relacionadas ao espaço urbano. Por esta postura as vivências e práticas dos pobres urbanos (re) inscrevem, por outras dimensões, os usos praticantes da cidade e as transformações urbanas pela qual passou Campina, nos últimos 40 anos.

Os contrausos de ambulantes e pobres urbanos delimitam os territórios de onde se estabelece outra dinâmica de Campina, bem distinta das sínteses hegemônicas da cidade — a rua, as ocupações, as burlas e táticas que se fazem em torno de novas territorialidades e paisagens disjuntivas da Campina Grande oficial.

Porém ambulantes e pobres urbanos são retratados, nos jornais e documentos, apenas pelo que contêm como “irregularidades” no arranjo espacial segregado do Município ou em face às reações e embates acionados no espaço público da cidade. A leitura das imagens de Campina ainda orienta

uma prática autoritária e higienista, historicamente presentes na requalificação do seu tecido urbano, ao não incorporar usuários propositalmente esquecidos e eliminados em suas falas ou, quando ainda são convidados a desaparecer em práticas “silenciadas” e não reconhecidas em suas dimensões.

Porém, ambulantes e pobres urbanos fortalecem a necessidade de se trabalhar a cidade por relações sociais que espacializam, interpretem e produzem diferentes sentidos sobre o urbano. Contribuem, dessa maneira, para repensar Campina em suas práticas sociais, pois, expressam disputas e rupturas que rearticulam Campina Grande em seu ambiente construído.

É na leitura crítica da visão higienista no espaço urbano que as muitas Campinas se apresenta, através de distintos interesses traduzidos em uma pluralidade de imagens que se impõem como sínteses, acionadas pra “falar” por Campina e tecer os modos de apresentar a cidade.

Todavia as imagens dos contrausos também são acionadas, por ambulantes e pobres urbanos, para potencializar a disputa entre diferentes significados sobre a cidade; escapam assim, pela leitura que fazem do espaço, das sínteses hegemônicas de Campina e, por essa via, reinventam o espaço público citadino.

Para finalizar, consideramos que, *primeiro*, o processo de requalificação urbana expressa distintos significados das imagens estrategicamente positivadas de Campina Grande: não é único, daí ser mais interessante falarmos em termos de *requalificações*. *Segundo*, a visão hegemônica que atuou nesse processo continua presente e ainda tem por propósito reduzir os usos ordinários na cidade, as marcas e itinerâncias de ambulantes e pobres urbanos.

Imediatamente reconhecível como processo significativo de transformação urbana que passou a cidade, em suas últimas quatro décadas, a requalificação, ou melhor, *as requalificações*, são demarcadas por um discurso flexível, incerto, estratégico, modelado para oferecer uma forma satisfatória de cidade (Lynch, 1997) em imagens sedutoras que, com base no

passado, atualizam continuamente a leitura de Campina Grande e sua singularidade.

Portanto, o processo de requalificação urbana de Campina Grande se aproxima da referência pública da própria cidade: sedutora, impositiva e desigual. Destaca um conteúdo estratégico que nunca, ou raramente é comunicado, mas que, estrategicamente, reforça as imagens de Campina Grande mundo a fora como *cidade do trabalho, do progresso, do maior São João do Mundo, high tech, tech city...*

REFERÊNCIAS CITADAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Paula. "Reflexões sobre o espaço público atual". In: LIMA; MALEQUE, (Orgs.). 2007. pp.25-42.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. "Confinamento e deriva: sobre o eclipse do lugar público na cidade moderna". In: FERRAZ ; PESAVENTO(Orgs.). 2008.pp.107-126.

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. "Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea" .In:LIMA,Antônia Jesuíta de(Org).2007.pp.13-26.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Vozes, 2000.192p.

AZEVEDO, Sérgio de; MARES GUIA, Virgínia Rennó dos. "Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.).2004.pp.98-110.

AZEVEDO, Sérgio de. "Relação público–privado e gestão democrática: o papel dos governos locais para o futuro das cidades latino-americanas".In: LACERDA(Org.).1995.pp.43-64.

BALSA, Casimiro Marques; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henri(Orgs.).*Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí (RS):Unijuí,2006.240p.

BALSA, Casimiro Marques. "Conceitos e dimensões da pobreza: uma abordagem transnacional".In: BALSA;BONETI ; SOULET(Orgs.).2006.pp.9-32.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.258p.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2001.170p.

_____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.213p.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.145p.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.272p.

BENETTI Marcia. "Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos".In: LAGO; BENETTI(Orgs.).2008.pp.107-122.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. 3.reimpressão São Paulo: Brasiliense,2000.pp.9-71;143-207.(Coleção Obras Escolhidas;v.2).

_____. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3. ed. 5.reimpressão São Paulo: Brasiliense,2000.272p.(Coleção Obras Escolhidas;v.3).

BAJOIT, Guy. "Olhares sociológicos,rostos da pobreza e concepções do trabalho social". In: BALSA; BONETI; SOULET (Orgs.). 2006. pp.91-102.

BONDUKI, Nabil. "Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra".In KOWARICK, 1994.pp.113-146.

BOSI, Eclea.*Memória e sociedade: lembranças de velhos*.Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.448p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.pp.1-73.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectivas,2005.pp.3-26; 183-202.

_____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zarah Editor, 1998.pp 42-61.

_____. *A miséria do mundo*.Rio de Janeiro: Vozes, 1997.pp.30-150.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite(Org.).*As cidades da cidade*.Belo Horizonte :UFMG, 2006.197p.

BRESCIANI, Maria Stella. "Cidade, cidadania e imaginário". In:SOUZA; PESAVENTO (Orgs.).2008.pp.12-25.

BURNETT, Frederico Lago. "Da cidade unitária à metrópole fragmentada".In:LIMA,Antônia Jesuíta de. 2007.pp.173-198.

CALDEIRA,Teresa Pires do Rio.*Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34/Edusp,2000.400p.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 2ed. 8.reimpressão. São Paulo :Companhia das Letras,1990.150p.

CARNEIRO, Sandra de Sá;SANT'ANNA,Maria Josefina Gabriel.*Cidades,olhares e trajetórias*.Rio de Janiro : Garamond,2009.480p.

CARNEIRO, Sandra de Sá. "Rio, Zona Norte e Zona Sul: fronteiras para além dos estigmas".In: CARNEIRO ; SANT'ANNA. 2009.pp.193-218

CARVALHO ,José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho* .9.ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2007.236p.

CASTEL,Robert. "Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão socia".In:BALSA; BONETI;SOULET (Orgs.). 2006.pp.33-62.

CASTELLS ,Manuel. *A questão urbana*. 4ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.pp.181-352.

_____. *A sociedade em rede*. 9ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. pp.119-208;467-522.

CASTRIOTA, Leonardo Barci(Org.).*Urbanização brasileira: redescobertas*.Belo Horizonte: C/Arte,2003.304p.

CATTA,Luiz Eduardo. *A face da desordem*.São Paulo: Bucher Acadêmico,2009.439p.

CAVALCANTE, Marília; OLMOS, Susana (Orgs.). *Olhares sobre a paisagem*. Salvador: EDUFBA, 2008.116p.

CECCHETTO,Fátima;FARIAS,Patrícia. " "Tu moras onde?": território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca".In:CARNEIRO; SANT'ANNA(Orgs.).2009.pp.219-240.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996. 2v. 372p.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1. 361p.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, pp.21-44.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris: Perrin, 2002. 565p.

CORADINI, Lisabete. *Praça XV: espaço e sociabilidade*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes/Letras Contemporâneas, 1995. 156p.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. "A "cidade ilegal": notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade". In: BRANDÃO(Org.). 2006. pp.145-157.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Barsiliense, 1985. 164p.

DAVIDOVICH, Fany. "A "volta da metrópole" no Brasil.". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004. pp.197-231.

DE LÉON, Adriano. "As tramas das falas: a análise de discurso como ferramenta de interpretação". In: DINIZ; BRASILEIRO ; LATIESA (Orgs.). 2005. pp.85-108.

DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy(Orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: UFRGS/EDUSP, 2006. 311p.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva; BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; LATIESA, Margarita(Orgs.). *Cartografia das novas investigações em Sociologia*. João Pessoa : EDU-UEPB/Manufatura, 2005. 218p.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. "Planejamento Estratégico e mercado urbano". In: LIMA, Antônia Jesuíta de. 2007. pp.199-212.

FELDMAN-BIANCO, Bela; MOREIRA LEITE, Míriam(Orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. 3.ed Campinas: Papirus, 1998. 319p.

FELDMAN-BIANCO. "Introdução".In:FELDMAN-BIANCO; MOREIRA LEITE (Orgs.)1998.pp.11-20.

FERNANDES, Cleudemar. *A Análise do discurso*. São Paulo: Claraluz,2008.112p.

FERNANDES, Edésio. " Legalizando o ilegal".In: BRANDÃO. 2006.pp.123-140.

FERRARA, Lucrécia D' Alessio. "Cidade: imagem e imaginário".In:FERRAZ ;PESAVENTO (Orgs.). 2008.pp.193-204.

FERRARINI, Adriane Vieira.*Pobreza: possibilidades de construção de políticas emancipatórias*.São Leopoldo(RS): Oikos, 2008,160p.

FERRAZ , Célia ; PESAVENTO, Sandra Jatahy(Orgs.).*Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. 2. ed.Porto Alegre: Edt UFRGS,2008.292p.

FERRAZ, Célia. "Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação" .In:FERRAZ ; PESAVENTO(Orgs.). 2008.pp.107-126.

FORTUNA, Carlos. "Cidade e urbanidade".In: FORTUNA ; LEITE.2009.pp.83-98.

FORTUNA, Carlos, LEITE, Marcelo Proença(Org.).*Plural de cidade: novos léxicos urbanos*.Coimbra(Portugal):Almedina/CES,2009.340p.

FREHSE, Fraya. "Usos da rua".In: FORTUNA;LEITE(Orgs).2009.pp.151-170.

_____. "Do impacto da modernidade sobre a civilidade nas ruas de São Paulo no século XIX". In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE; PEIXOTO (Orgs.). 2006.pp.198-227.

FREYRE, Gilberto *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 32 ed. RJ: Record, 1997.

FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). *A cidade e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006. 408p.

GOMES, Laura Graziela. "La Maison des Métallos: representações e estratégias de preservação do patrimônio no leste parisiense". In: FRÚGOLI JR.; ANDRADE & PEIXOTO. 2006. pp.128-149.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. "Planejamento urbano em Campina Grande: alcance e limitações". *Revista UNIPÊ*, João Pessoa, v. 2, n°03, p.02-10, 1998.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. "A cidade ilegal: espaço de anulação da cidadania". In: BRANDÃO (Org.). 2006. pp.157-170.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 293p.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000. 349p.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. pp.89-106.

_____. *A era do globalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. pp.65-200.

LACERDA, Norma; ZANCHET, Silvio Mendes; DINIZ, Fernando. "Planejamento metropolitano". *Rev. Eure*. v.26, 79, 2000. pp.79-94.

LACERDA, Norma; LEAL, Suely (Orgs.) *Relação público-privado: do local ao global*. Recife: UFPE, 1995. 303p

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.) *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 286p.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole*. Rio de Janeiro: Observatório IPPUR/Revan, 2000. 240p.

LEAL, Suely Ribeiro. "Modelos de descentralização política na gestão local". In: LACERDA; LEAL (Org.). 1995. pp.87-126.

LEGROS, Patrick et.al. *Sociologia do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2007. 287p.

LEITÃO, Lúcia; AMORIM, Luiz (Orgs.). *A casa nossa de casa dia*. Recife: UFPE, 2007. 197p.

LEITÃO, Lúcia. *Quando o ambiente é hostil*. Recife: UFPE, 2009.164p.

_____. "Entra na tua casa: anotações sobre arquitetura, espaço e subjetividade". In: LEITÃO; AMORIM, (Orgs.).2007.pp.47-70.

_____. Um traço, muitos riscos. *Rev.Cronos*. Natal,v.7,n.2,p.311-320,jul./dez. 2006.

LEITE, Marcelo Proença. "Espaços públicos na pós-modernidade". In: FORTUNA; LEITE (Orgs.).2009.pp.187-204.

_____. "Margens do dissenso". In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE; PEIXOTO(Orgs.).2006.pp.23-44.

LIMA, Rômulo de Araújo. *A luz que não se apaga: A Escola Politécnica e a formação de um campo científico-tecnológico*. Campina Grande(PB):EDUEPB,2010.121p.

LIMA,Antônia Jesuíta de. *Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.288p.

_____. "Políticas urbanas, governos locais e segregação socioespacial: alcances e limites das novas intervenções públicas". In: LIMA,Antônia Jesuíta de.2007.pp 251-282.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira(Orgs). *Espaço e cidade: conceitos e leitura*. 2.ed d. Rio de Janeiro: 7letras,2007.183p.

LIMA, Roberto Kant de. "Cultura jurídica, administração institucional de conflitos e gestão de segurança pública". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004.pp.317-324.

LIMA, Elizabeth. C. de Andrade. *A fábrica dos sonhos: a invenção das festas juninas no espaço urbano*. João Pessoa: Idéia, 2002.pp.10-30.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. 3. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2006.227p.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "Caixões infantis expostos: o problema dos sentimentos na leitura de uma fotografia".In:FELDMAN-BIANCO;MOREIRA LEITE(Orgs.).1998.pp.65-76.

KOWARICK,Lúcio.*As lutas sociais e a cidade*.2ed.rev.e atual.São Paulo:Paz e Terra,1994pp.45-52.

MAIA, Doralice Sátyro. "Lotes e ruas:componentes para a análise da produção dos loteamentos fechados".In:SPOSITO;SPOSITO;SOBARZO(Orgs.).2006.pp.155-174.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed Campinas: Pontes/UNICAMP, 1997.198p.

MARICATO, Ermínia "As ideias fora do lugar, o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil". In: ARANTES; VAINER; MARICATO(Orgs.).2000.pp.169-188.

MARQUES,Eduardo;TORRES,Haroldo(Orgs).*São Paulo: segregação,pobreza e desigualdades sociais*.São Paulo: SENAC,2005.329p.

MARTINS, José de Souza.*Sociologia da fotografia e da imagem*.São Paulo: Contexto, 2009.206p.

MATTOS. Carlos A. de. " Redes, modos e cidades". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.).2004.pp.157-197.

MELO, Orlinda Carrijo. *A invenção da cidade: leitura e leitores*. Goiânia:UFG, 2007.246p.

MONTEIRO, Charles. "Construindo a história da cidade através de imagens". In: PESAVENTO; SANTOS; ROSSINI (Orgs.).2008.pp.148-171.

MOREIRA LEITE, Míriam L. "Texto visual e texto verbal".In:FELDMAN-BIANCO;MOREIRA LEITE(Orgs.)1998.pp.37-50.

MOTTA, Diana Meirelles da . "As metrópoles e os desafios da política urbana". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004.pp.127-157.

MOTTA, Luiz Gonzaga. "Análise pragmática da narrativa jornalística".In LAGO; BENETTI (Orgs.).2008. pp.143-168.

MOURA, Rosa. "Metrópoles em reestruturação- a lógica da desordem". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004.pp.69-288.

MUNIZ DE ALBUQUERQUE, Durval. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.135p.(Coleção Preconceitos).

NUNES, Brasilmar Ferreira(Org.).*Sociologia das capitais brasileiras:participação e planejamento urbano*.Brasília: Líber Livro Editora,2006.204p.

OLIVEN, Ruben George. "Cidades, territórios e identidades". In: CARNEIRO; SANT'ANNA (Orgs.). 2009.pp.73-84.

ORLANDI, Eni P. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.159p.

_____.(Org.).*Para uma enciclopédia da cidade*.Campinas: Pontes/LabeURB/UNICAMP,2003. 224p.

_____. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2001.100p.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. "As cidades nas narrativas sobre o Brasil". In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE; PEIXOTO (Orgs.). 2006.pp.177-197.

PESAVENTO, Sandra Jatahy ;SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI,Miriam de Souza(Orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.254p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. "O mundo da imagem".In: PESAVENTO;SANTOS; ROSSINI.2008.pp.99-122.

_____. "A cidade maldita".In:FERRAZ; PESAVENTO.2008.pp.25-43.

_____. "O cativo de Clio: narrativas entre memória e história". In: DIMA; LEENHARDT; PESAVENTO. 2006. pp.157-174.

_____. "A paisagem social como imaginário de sentido". In: Idem.pp.201-218.

PONTES, Beatriz Maria Soares. " As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas". In: SPOSITO; SPOSITO; SOBARZO (Orgs.). 2006. pp. 327-347.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Editorial, 2009. 213p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. "Proximidade territorial e distância social". In: CARNEIRO; SANT'ANNA (Orgs.). 2009. pp. 43-72.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Fase/Observatório das Metrópoles, 2004. 432p.

_____. (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro : Revan/ FASE, 2000. 645p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Orgs.). *Reforma urbana e gestão democrática*. Rio de Janeiro: REVAN /FASE, 2003. 192p.

RINGOOT, Roselyne. " Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo? " *Rev. Comunicação e Espaço Público*, ano IX, n.º 1 e 2, 2006. pp. 133-139.

ROCHA, Viviane; SILVA FILHO, Dario Sousa. " Quem pacifica o "pacificador" e quem tem medo do "caveirão" ". In: CARNEIRO; SANT'ANNA. 2009. pp. 455-474.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. "História da urbanização do Rio de Janeiro". In: CARNEIRO; SANT'ANNA. 2009. pp. 85-120.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia. " Governar as metrópoles". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004. pp. 111-124.

ROLNIK, Raquel. "São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política". In: KOWARICK, 1994. pp. 95-112.

ROUANET, Sergio Paulo . "Aspectos subjetivos da cidade". In : LEITÃO; AMORIM (Orgs.). 2007. pp. 11-22.

RUBINO, Silvana. "Enobrecimento urbano".In: FORTUNA; LEITE(Orgs.). 2009.pp.25-40.

_____. "Os dois lados da linha do trem". In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE,; PEIXOTO (Orgs.). 2006.pp.68-98.

SAMAIN, Etienne. "Questões heurísticas em torno do uso das imagens nas ciências sociais".In:FELDMAN-BIANCO;MOREIRA LEITE(Orgs.).1998. pp.51-66.

SAMPAIO,Hugo Assunção. "Imagens da pobreza urbana em discursos construídos pela mídia". In:LIMA,Antônia Jesuíta de. 2007. pp.111-132.

SÁNCHEZ GARCÍA, Fernanda. "Curitiba anos 90".In:FERRAZ;PESAVENTO(Orgs.). 2008.pp.161-180.

SÁNCHEZ, Fernanda . "Cultura e renovação urbana: a cidade mercadoria no espaço global".In: LIMA; MALEQUE (Orgs). 2007.pp.25-42.

SANTANA,Raimunda Nonata do Nascimento. "Urbanidade e segregação". In:LIMA,Antônia Jesuíta de. 2007.pp.49-74.

SANTOS, Milton.*Por uma economia política da cidade*. 2ed. São Paulo:USP, 2009.144p.

_____. *A urbanização brasileira*. 3ed. São Paulo: Hucitec, 1993.158p.

SEVCENKO,Nicolau.*Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frenéticos anos 20.São Paulo : Companhia das Letras, 1998.424p.

SILVA,Luis Antônio Machado. "Quarenta anos de soicologia das classes populares urbanas".In: CARNEIRO ; SANTANA(Orgs.).2009.pp.21-42.

SILVA, Ricardo Toledo. "Infra-estrutura urbana, necessidades sociais e regulação pública". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004.pp.365-394.

SILVA JR.,Geraldo Francisco da. "Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX".In: VÉRAS,Roberto(Org.).*Campina Grande em debate*: a condição urbana na periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas.Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG,2009.pp.11-34.

SILVA, Iranise Alves da. *A crise da moradia; a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande-PB*. João Pessoa: UFPB, 1987.136p.

SILVEIRA, Rogério Lenadro Lima da. *Cidade, corporação e periferia urbana*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.242p.

SOULET, Marc- Henry. "Para além da exclusão". In: Balsa; Boneti; Soulet (Orgs.). 2006. pp.79-90.

Sousa, Fabio Gutemberg Ramos. Bezerra de. *Territórios de confrontos*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.193p.

_____. "Na casa e na rua": cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande-PB) ". *Cadernos Pagu*, Rio de Janeiro, nº. 24, jan.-jun. 2005, pp.52-174.

Souza, Célia Ferraz de. "Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação". In: Souza ; Pesavento (Orgs.). 2008. pp.107-126.

Souza, Antônio Clarindo Barbosa de. "Arrochar a titela, chambrear e criar um furdunço: divertimentos e tensões sociais em Campina Grande(1945-1965) ". In: AGRA DO Ó, Alarcon et. al. *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 3ed. Campina Grande: EDUFPG , 2006. pp.157-191.

Souza, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 192p.

_____. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Parte II.

_____. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560p.

Souza, Marcelo Lopes de; Rodrigues, Glaucio Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.136p (Coleção Paradidáticos- Série: Sociedade, espaço e tempo).

Souza, Celina. "Regiões metropolitanas: trajetória e influência das escolas institucionais". In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). 2004. pp.61-97.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). *Cidades médias*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 375p

TAMASO, Izabela. "A cruz do Anhanguera". In: FRÚGOLI Jr.; ANDRADE; PEIXOTO, (Org.). 2006. pp. 245-276.

VAINER, Carlos B. "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: ARANTES; VAINER; MARICATO (Orgs.). 2000 (Parte I).

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. 133p.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2ed. São Paulo: Stúdio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001. 373p.

WEBER, Max. *Os três tipos puros de dominação legítimas*. São Paulo: Ática, 1991. pp. 128-141 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

WIRTH, Louis. "O urbanismo como modo de vida". In: VELHO (Org.). 1987. pp. 90-113.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. 5ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 372p.

ZUKIN, Sharon. "Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder". In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. pp. 30-45.

ARTIGOS EM MEIO ELETRÔNICO

BARREIRA, Irllys. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Rev. Sociologias*, Porto Alegre, v. 5, n. 9, pp. 314-339, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n9/n9a11.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2008.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. *Rev. Intextos*, v. 1, n. 14, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto>> Acesso em: 15 set. 2008.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. A cidade cogumelo: Campina Grande das feiras às festas. *Mercator – Rev. de Geografia da UFC*, ano 01, n.2, 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

CARDOSO, Selma Passo. Salvador: imagens, discursos e representações. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/LilianFesslerVaz.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2010.

DINIZ, Lincoln da Silva; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Faces atuais do espaço comercial em Campina Grande/PB: algumas considerações sobre a coexistência de formas modernas e tradicionais do comércio na “nova” dinâmica sócio-espacial. *Rev. de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, no 2, pp.20-60, mai/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewArticle/192>> Acesso em: 12 abr. 2011.

GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. *Rev. Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 1, n.2, jul/set.1995. Disponível em: <www6.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a13.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. Cadernos de antropologia e imagem. *Rev. Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, jul./set.1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/HorizontesAntropologicos/article/view/3523>> Acesso em: 10 dez.2010.

FERRARA, Lucrécia D’ Alessio. As máscaras da cidade. *Revista USP* nº. 5 — Dossiê Cidades. mar.-mai./1990. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp.htm>> Acesso em: 21 fev.2009.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. *Rev. Estudos Geográficos*, Rio Claro, 2(1):15-28, junho/2004 (Disponível em: <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/junior_01.pdf> Acesso em: 10 nov.2008.

FERREIRA, Júlio César. Políticas espaciais de requalificação urbana na área central do Rio de Janeiro: nova estética da desintegração local e espetáculo da projeção global. *Scripta Nova. Rev. de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (43). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-43.htm>> [ISSN: 1138-9788] .Acesso em: 25 maio 2010.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005 São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005 Disponível em < <http://dc152.4shared.com/doc/iN9jLdaX/preview.html>> Acesso em: 10 maio.2009.

JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, 05.053, Vitruvius, out 2004 .Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>>. Acesso em : 04 abr.2010.

KITAMURA, Camila Kazumi; MIRANDA ,Mariana , RIBEIRO ,Vitor.O comércio e serviços ambulantes: uma discussão. Disponível em:<<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em: 18 maio 2010.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Tenso convívio, sociabilidade, medos, hierarquização e segregação em um bairro popular .*Rev. de Antrpologia Experimental* , nº 5, 2005. Texto 6..Disponível em:<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1382841>>Acesso em :02 mar.2011.

LEITE, Marcelo Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Rev.Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, nº. 49, ANPOCS, p.115-134, fev. 2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-6909&script=sci_serial>Acesso em: 23 mar.2009.

LOUREIRO DE CARVALHO, Juliano; QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de; TINEM , Nelci . Trem veloz, rupturas lentas: arquitetura como produção do espaço urbano em Campina Grande — 1907-1935. *Arquitextos*, São Paulo, 07.083, Vitruvius, abr 2007 Disponível em:<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.083/258>>. Acesso em: 14 set.2008.

LUCENA FILHO, Severino Alves de. O Maior São João do Mundo em Campina Grande - PB: um evento gerador de discursos culturais.*Rev. Cultura Midiática*. Vol. II, n.1— jan./jun./2009. Disponível em:<<http://www.cchla.ufpb.br/ppgc/smartgc/uploads/arquivos/efe7dae1b820101009055236.pdf>>Acesso:12 fev. 2010.

MACEDO RIBEIRO, Fabíola. Arquitetura ilusória: a representação pós-moderna da cidade no discurso da arquitetura midiática. *Arquitextos*, São Paulo, 08.085,

Vitruvius, jun
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/242>>.

2007

MAIA, Doralice Sátyro. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. Disponível em: <<http://eventos.filo.uba.ar/index.php/geocritica/2010/paper/view/162/44>> Acesso em: 22 jan. 2011.

MESQUITA, Zilá; SILVA, Valéria Pereira da. Lugar e imagem: desvelando significados. *Rev. estudos históricos*, Rio de Janeiro, nº. 34, 2004, pp.1-20. Disponível em: <<http://www.virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh>> Acesso em: 30 abr. 2010.

NÓBREGA, Zulmira Silva. Os usos da festa do Maior São João do Mundo. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19411>> Acesso: 18 fev. 2011.

PEREIRA, Adriana; MACHADO, Fábio.; ARAÚJO, Laudicéia. Vicissitudes da democratização do poder local: o caso de Campina Grande (PB). *Rev. Eletrônica Par'a'íwa*, nº05, 2004. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/>> Acesso em: 10 jul. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2007, [En línea], Puesto en línea el 05 enero. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/3212>> Acesso em: 30 abril 2010.

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Rev. Estudos Históricos*, América do Norte, 8, dec. 1995, pp.279-290. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008/1147>> Acesso em: 14 ago. 2007.

POSSAMAI, Zita Rosane. Metáforas visuais da cidade. *Rev Urbana*, ano 2, nº 2, 2007, Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/\[13\]URBANA2_POSSAMAI.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/[13]URBANA2_POSSAMAI.pdf)> Acesso em: 19 set. ago. 2010.

RINGOOT, Roselyne. Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo. *Rev. Comunicação e espaço público*, ano 09, n.1 e 2, 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/infotec/comespub.htm>>. Acesso: em 18 out. 2008.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. A imagem da cidade turística. *Arquitextos*, São Paulo, 05.053, Vitruvius, 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536>>. Acesso em : 04 abr. 2010.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). *Rev. Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 46, pp. 61-92 – 2003 Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n46/a04v2346.pdf>> Acesso: 13 fev. 2010.

TELLES, Vera da Silva. Illegalismos urbanos e a cidade. *Rev. Novos estudos CEBRAP*. 2009, n.84, pp.153-173. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n84/n84a09.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2010.

VAZ, Lilian Fessler. A “culturalização” do planejamento e da cidade: novos modelos? Disponível em: <http://www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/063_p.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

_____. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Rev. Análise Social*, vol. xxix (127), 1994 (3.º), 581-597. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337718716iYL2uw3Xe43QN7.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

VAZ, Lilian Fessler; SELDIN, Claudia. Resistências e experiências culturais. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST1/LilianFesslerVaz.pdf>>. Acesso em : 10 dez. 2010.

ARTIGOS EM ANAIS ELETRÔNICOS DE EVENTO

CABRAL FILHO, Severino. Modernização, cotidiano e cultura material em Campina Grande (1930-1950). In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo. ANPHUR, 2007. 1 v.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuh Cavalcanti. Requalificação urbana e gentrificação de antigos centros urbanos — estudo comparativo França e Brasil In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 14, 2009, Recife. *Anais...* Recife: CISO, 2009. 1 v.

SOUSA, Natália Maia. Memórias, imagens e imaginários da cidade. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 14, 2009, Recife. *Anais...* Recife: CISO, 2009. 1 v.

TESES

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1890-1925)*. 2001. 400f. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas.

GOMES, Fernanda Silva. *Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (RE) estruturação urbana e novas articulações urbano regionais*. 2007. 376f. Tese (Doutorado em Arquitetura) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Arquitetura_1.pdf> Acesso em: 02 mar. 2009.

LIMA, Damião de. *Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)*. 2004. 275f. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. 2004. 258f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo. Disponível em <http://www.cch.uem.br/observatorio/arquivo/teses/tese_analucia1.pdf> Acesso em : 20 abr. 2011.

RODRIGUES, Fabíola. *A invenção da cidade: população e planejamento urbano no imaginário e poder de formação urbana de Campinas (1930-2006)*. 2008. 376f. Tese (Doutorado em Demografia) — Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/.../IFCH-tesesdoutorado.html>>.. Acesso: 15 mar. 2010.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade. Campina Grande (1920-1945)*. 2001. 378f. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas.

DISSERTAÇÕES

BARRETO, Maria Cristina Rocha. *Imagens da cidade: a idéia de progresso nas fotografias da Cidade da Parahyba*. 1996. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

COSTA, Flávia Danyelle Alves da. *Orçamento participativo: a institucionalização da participação popular no controle do orçamento público. O município de Campina*

Grande–PB. 2005. 173f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) — Universidade de Brasília, Brasília.

DOWLING, Gabriela Buonfiglio. “ *Reforma Urbana já*”; “ *arroz, feijão, saúde e habitação*”: a luta por moradia na grande João Pessoa. 2006. 174f Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/GabrielaBD.pdf>> Acesso em : 20 fev.2011.

MELO, Luiz Gonzaga. *Habitação popular em Campina Grande*. 1985.100f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

QUEIRÓZ, Teresa Correia. *Políticas participativas e extensão da dominação*.1993. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SANTOS FILHO, Ernani Martins. *A emergência do tecnopolo Campina Grande-PB*.2008. 142fp. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

MONOGRAFIAS

SILVA, Fábio Ronaldo da; MONTENEGRO, Rosilene Dias. *A Escola Politécnica de Campina Grande pelo Diário da Borborema: uma análise de discurso*. 2007. 80p. Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/.../silva-fabio-escola-politecnica-campina-grande.pdf>. Acesso: 20 jan. 2011.

TORRES, José Valmi Oliveira; MONTENEGRO, Rosilene Dias. *Escola Politécnica: construindo o imaginário de modernidade em Campina Grande através do Diário da Borborema*. 2007.69p. Monografia (Graduação em História) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

RELATÓRIO DE PESQUISA

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra et al. *Urbanização , movimentos sociais e relações de poder em Campina Grande-PB(1964-1990)*.1994.150p. Relatório (Iniciação Científica) — Universidade Federal, Campina Grande.

MATÉRIAS DE JORNAIS

A BARRAGEM de Campina. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 11 abr. 2006.

A Comdeca. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 23 jul.1972.

ADMINISTRAÇÃO planificada transforma Campina Grande. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 31 mar.1970.

A ESCOLA Politécnica. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 06 out. 1987.

A FEIRA de Tecnologia de Campina Grande ,*Diário da Borborema*, Campina Grande, 06 nov.1988.

A GUERRA dos camelôs: Secretário diz que ‘ rapa’ vai continuar.*Diário da Borborema*, Campina Grande, 23 mar.1991.

A IMPLANTAÇÃO de novas empresas.*Diário da Borborema*, Campina Grande, 14 mar.1990.

A INVASÃO do conjunto. *Diário da Borborema*, 27 mar. 1983.

AMBULANTES ainda ocupam calçadas de ruas centrais. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 06 jan.1988.

AMBULANTES ameaçam ocupar calçadas da Rua Maciel Pinheiro. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 17 maio 2000.

AMBULANTES e pedestres travam uma batalha por espaço nas ruas centrais. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 20 dez.1991.

AMBULANTES interditam a Rua Simeão Leal. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 17 jul.1985.

AMBULANTES protestam e não vão para a praça. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 17 jun.1982.

AMBULANTES resistem às mudanças. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 26 maio 1999.

AMBULANTES se reúnem para novo protesto no centro. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 19 jan. 1996.

A NOVELA dos camelôs. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 25 jan. 1995.

A PALAVRA. *Jornal da Paraíba* Campina Grande, 12 dez. 1992.

A PALAVRA. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 12 dez. 1992.

A PERIMETRAL de Campina Grande. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 mar. 1971.

APOIO ao PDLI. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 22 maio 1973.

A PREFEITURA vai à comunidade. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 09 ago. 1993.

A QUESTÃO do “Rapa”. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 31 mar. 1991.

A SALVAÇÃO de Campina. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 04 jan. 1978.

ASSOCIAÇÃO comercial vai ao MP. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 14 out. 2008.

A TENDÊNCIA é a mudança. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 24 out. 1996.

ATRAVÉS do diálogo cooperativo os camelôs já não são problemas. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out. 1995.

BAIRROS e Distritos. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 dez. 1972.

BITOLA estreita. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 20 ago. 1975.

“BOOM” da industrialização. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 23 nov. 1987.

CALÇADÃO chega aos 25 anos e se mantém como centro de irradiação. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 29 set.2003.

CALÇADÃO da Flórida. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 09 ago.1975.

CÂMARA Municipal debate o problema das favelas em Campina Grande. *Diário da Borborema*, 22 maio 1974.

CAMELÔS. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 29 jun.1983.

CAMINHOS para o camelô. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 21 ago.1987.

CAMPINA: urbanização já chegou a 19 comunidades. *Jornal da Paraíba*, 22 jun.2008(Caderno Cidades).

CAMPINA e a política urbana. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 20 set.1978.

CAMPINA Grande e seu planejamento. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 05 maio 1974.

CAMPINA em destaque. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 29 abr.2001.

CAMPINA em foco *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 16 maio 2002.

CAMPINA Grande — caminhos viáveis. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 24 set. 1988.

CAMPINA Grande e o desenvolvimento autônomo. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out.1978.

CAMPINA Grande mesmo! *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out.1975.

CAMPINA Grande: referência em ciência e tecnologia. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out.2000.

CAMPINA já é destaque na área de tecnologia. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 19 dez.1992.

CAMPINA reage. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 15 jan.1995.

CAMPINA sem campinismo. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 14 jan. 1978.

CAMPINA, cidade forjada na vocação para o trabalho. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 01 maio 1975.

CAMPINA, há 300 anos. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 07 dez. 1997.

CAMPINA, sempre Campina. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 23 abr.1980.

CAPITAL e CG (sic) lideram o crescimento de Favelas no Nordeste. *Jornal da Paraíba*, 22 jun. 2008(Caderno Cidades).

CÁSSIO faz palestra sobre revitalização do centro.*Diário da Borborema*, Campina Grande, 19 abr.2000.

CATÃO sugere união em defesa da Borborema. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 16 mar.1999.

CATOLÉ á se consolida como pólo comercial e de entretenimento: de sítio a bairro nobre da cidade. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 11 jun. 2006.

CATOLÉ: do simples prado a um dos bairros mais valorizados da cidade. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 01 jun.2003.

CG tem mão- de- obra qualificada.*Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 11 out.2006.

CDL Teme volta de camelôs às ruas do centro. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 06 jul.2002.

CIDADE terá *cara nova até fevereiro de 2000*(Grifo de autoria!). *Diário da Borborema*, Campina Grande, 24 abr.1999.

COMÉRCIO informal ainda desafia a lei municipal. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 27 jun.1996.

CONSELHO de Desenvolvimento Comunitário. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 26 ago.1973.

CRESCER o comércio informal. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 23 set.2000.

DA POLI ao CCT. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 06 nov.1994.

DESENVOLVIMENTO Integrado. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 16 abr.1971.

DESTINOS de uma cidade. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out.1979.

DISTRITO industrial. *Diário da Borborema*, 02 jun.1977.

DOCE loucura. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out.1996.

E AGORA, Campina? *Diário da Borborema*, Campina Grande, 10 ago.1996.

E HAJA invasão. *Diário da Borborema*, 10 set.1988.

EM BUSCA da industrialização. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 25 maio 1996.

EMPRESA campinense ganha prêmio nos Estados Unidos. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 18 mar.1997.

ENIVALDO dá casas novas para o povo do Pedregal. *Diário da Borborema*, 17 nov.1982.

EVALDO na Estação Velha: “é a NOVA CAMPINA (sic) que surge: mais moderna e mais consciente do seu passado”. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out.1973.

EXPULSÃO de invasores é marcada por violência e prisões. *Diário da Borborema*, 14 set.1988.

FÁCIL morar bem com qualidade. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 08 dez.1996.

FAVELA: a marginália urbana. *Diário da Borborema*, 22 fev.1974.

FAVELAS: antro de promiscuidade que gera bandidos e marginais. *Diário da Borborema*, 04 jun.1976.

FAVELAS invadem os bairros de Campina Grande. *Diário da Borborema*, 29 dez.1973.

FAVELADOS estão sendo usados por políticos à cata de votos. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 02 nov.1982.

FAVELADOS recebem atestado de pobreza — “Vamos mostrar que somos miseráveis”. *Diário da Borborema*, 12 dez.1978.

FIDELIDADE: minoria dos lojistas adere ao Campina Déco. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 14 jul.2002.

FIDELIDADE: apenas oito prédios seguiram fielmente as indicações do projeto original de resgate do art déco no centro comercial. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 14 jul.2002.

FIM dos calçadões mobiliza os camelôs das ruas centrais. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 24 jul.1991.

GUERRA aos camelôs- ambulantes não aceitam sair do centro e desafiam o Secretário. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 08 maio1992.

GUERRA aos vendedores de frutas. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 10 maio1988.

IGUATEMI em grande estilo. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 14 set. 1997.

IMPORTÂNCIA de Campina. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 27 fev.1973.

INVASÃO em Bodocongó: PMCG tenta expulsar invasores. *Diário da Borborema* , 09 ago.1991.

INVASORES, no Centenário, constroem seus casebres. *Diário da Borborema*, 31 set. 1989.

INVASORES resistem a PM e Juiz manda suspender ato de despejo. *Diário da Borborema*, 16 out.1987.

MAIS de 550 ambulantes estão nas ruas de Campina. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 28 abr.2001.

MUSEU da Ciência. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 25 out.1992.

NEM as balas da PM desalojaram os “sem-casa” (sic). *Diário da Borborema*, 16 out.1987.

NOSSO desenvolvimento. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 13 ago.1978.

NOTAS sobre Campina Grande. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 24 jan.1975.

NOVA CAMPINA (sic). *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 20 fev.2002.

NOVA Campina. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 27 jan.1971

O CALÇADÃO. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 12 dez.1975.

O COMERCIANTE campinense. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 08 set. 1993.

O COMÉRCIO de Campina no século XXI. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 31 dez.2000.

OCUPANTES da Ramadinha ameaçam invadir terrenos da Prefeitura. *Diário da Borborema*, 12 abr.1987.

O FUTURO de Campina. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 06 dez.1994.

O PARQUE dos camelôs. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 17 ago.1992.

“OPERAÇÃO Rapa” em prática. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 01 maio 1987

O PROGRESSO de Campina. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 02 abr.1970.

ORDEM de despejo no Pedregal vai atingir 600 famílias. *Diário da Borborema*, 05 dez. 1978.

OUTRO terreno ocupado em Bodocongó. *Diário da Borborema*, 01 set.1988.

PAES DE LIMA novamente criticado na Câmara. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 31 mar. 1970.

PARA comerciantes os camelôs dão prejuízo. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 26 jan.1999.

PARTICIPACAO da comunidade. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 23 jan.1997.

PLANEJAMENTO Urbano. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 18 jan.2001.

PMCG adia ação contra camelô — Secretaria de Obras vai esperar que os não cadastrados saiam da rua espontaneamente. *Diário da Borborema*, 23 jan.1999.

POLÍCIA começa a expulsar invasores. *Diário da Borborema*, 05 set. 1987.

POSIÇÃO da cidade. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 10 jun.1999.

POVO e políticas públicas. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 31. jul.1997.

“PREFEITURA na comunidade”, obras para bairros pobres. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out.1995.

PREFEITO lança programa de administração democrática. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 10 jul.1993.

PRESIDENTE da FIEP fala sobre (sic) o plano diretor de CG. *Diário da Borborema*, Campina Grande,, 23 mar.1971.

PROJETO Cura. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 26 ago.1973.

RECUPERAÇÃO do Açude Novo. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 17 jul.1973.

REVITALIZANDO o centro. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 28 fev.1999.

SAÍDA de ambulantes deixa cidade limpa . *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 06 fev.2002.

SECRETÁRIO diz que pode haver extinção de calçadas. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 06 nov.1987.

SHOPPING CENTRO : Manifestantes exigem isenção do pagamento de aluguel dos imóveis- Protesto de comerciantes acaba em tumulto em Campina Grande. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 30 abr.2002.

SINOPSE de uma cidade exemplo. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 13 out.1971.

SOSUR (sic) ainda não sabe como retirará camelôs. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 29 jan.1999.

TÉCNICO fala no Rotary sobre (sic) Desenvolvimento Integrado. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 20 jan.1971.

TRADIÇÃO do Maior São João do Mundo. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 11 out. 2003.

UMA história em construção. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 11 out. 2005.

UMA nova Campina. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 05 out.1975.

VAI-E-VEM. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 07 jun.1982.

VENDEDORES ambulantes instalaram-se ontem na Praça da Bandeira. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 03 jul.1982.

VEREADOR afirma que é preciso repensar Campina. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 10 fev.1983.

VIADUTO fica pronto em agosto. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 22 jul.2007.

VIROU moda: nova invasão- carentes ocupam outro terreno. *Diário da Borborema*, 04 set.1987.

DOCUMENTOS OFICIAIS (Prefeitura Municipal de Campina Grande-PMCG)

CAMPINA GRANDE. Lei Complementar Nº 003 que promove a revisão do Plano Diretor do Município de Campina Grande. *Gabinete do Prefeito*, Campina Grande 09 Out.2006.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diagnóstico Urbano-habitacional de Campina Grande*. Campina Grande: SEPLAN, 2001.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diagnóstico urbano-habitacional de Campina Grande* (Programa Habitar Brasil BID-HBB).Campina Grande: SEPLAN, 2000.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Diretrizes para Campina Grande (Diagnóstico e Proposições)*. Campina Grande: PMCG/COPLAN, 1983.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Mensagem do Executivo Municipal à Câmara*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito/ COPLAN, 1983.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Relatório COMDECA — situação da empresa*. Campina Grande: PMCG, 1983.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA III — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica- Financeira*. Campina Grande: COPLAN, 1982.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Relatório de Atividades COPLAN (1981)*. Campina Grande: COPLAN, 1982.

CAMPINA GRANDE Prefeitura Municipal *Proposta para Revisão do PDLI*. Campina Grande: COMDECA/COPLAN, 1981

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica - Financeira*. Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA— Contrato II*. Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA II* — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica - Financeira. Campina Grande: COMDECA, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Proposta CURA II*. Campina Grande: COPLAN, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Proposta urbanística Programa CURA* — Proposição de Investimentos e Demonstrativo da Viabilidade Econômica-Financeira. Campina Grande: COMDECA/BNH, 1980.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCPM/MINTER* — Perfil do Município (Estratégia Local de Desenvolvimento Urbano). Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCPM/MINTER* — Perfil do Município (Evolução). Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCPM/MINTER* — *Perfil do Município* (Evolução). Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCPM/MINTER* — *Perfil do Município* (Estratégia Local de Desenvolvimento Urbano). Campina Grande: COMDECA, 1980(s.p).

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM/MINTER* — *Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios). Campina Grande: COMDECA, 1978.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM/MINTER* — *Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios-v. 2). Campina Grande: COMDECA, 1978.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM/MINTER* — *Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios). Campina Grande: COMDECA, 1978.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PCCM/MINTER* — *Projeto Melhoria do Espaço Físico* (Pequenos Negócios-v. 2). Campina Grande: COMDECA, 1978.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Ofício 170/1973*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito/COMDECA, 1973.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal de Campina Grande *PDLI* — Plano de Urbanização do Pátio da Velha Estação Ferroviária (Programa de Implantação de Equipamentos de Recreação e Cultura). Campina Grande: COMDECA, 1973.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Plano de Erradicação de Favelas e Cortiços e Relocação de Comunidades* . Campina Grande: COMDECA, 1973.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Pronunciamento de Posse e Transmissão de Governo*. Campina Grande: Gabinete do Prefeito, 1973.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *PDLI* — Padrão de Habitação na cidade de Campina Grande. Campina Grande: COMDECA, 1972(s.p)

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *Termo de Referência para o PDLI (Plano De Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande* — Proposições. Campina Grande: PMCG. 1971.

CAMPINA GRANDE Prefeitura Municipal. *Estudos Preliminares para o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local Integrado) de Campina Grande*.Campina Grande :PMCG, 1969-1970.

CAMPINA GRANDE. Prefeitura Municipal. *CURA* — Urbanização Coqueiros de José Rodrigues. Campina Grande: COMDECA, s.d.